Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA)



Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a agricultura
Período de Análise: 01 a 31 de Julho de 2008
Área Temática: Relações Internacionais

Mídias analisadas:
Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Revista Globo Rural
Revista Isto é Dinheiro

Assistente de Pesquisa: Karina Kato

Índice

Países cobram conclusão de Doha – Denise Chrispim Marin – Estado de São Paulo – Economia e Negócios - 01/07/2008 12
Reunião do Mercosul inicia hoje e mostra divergências – Adriana Küchler – Folha de São Paulo – Brasil - 01/07/2008 12
Mercosul critica subsídios e especulação financeira - Marcela Valente – Agência Carta Maior – 02/07/2008 13
A cúpula dos impotentes – Clovis Rossi – Folha de São Paulo – Opinião - 05/07/2008 .. 15
Lula quer falar aos ricos com a força dos Brics – Denise Chrispim Marin - Estado de São Paulo – Economia e Negócios - 06/07/2008 16
G-8 discute alta do petróleo e crise dos alimentos – Denise Chrispim Marin – Estado de São Paulo – Economia e Negócios - 07/07/2008 17
Banco Mundial cobra do G8 ação para evitar "desastre" – Clovis Rossi – Folha de São Paulo – Dinheiro - 08/07/2008 18
Emergentes vão continuar na "2ª divisão" – Clovis Rossi – Folha de São Paulo – Dinheiro - 08/07/2008 19
Brasil quer derrubar exigência da UE para etanol – Denise Chrispim Marin – Estado de São Paulo – Economia e Negócios - 09/07/2008 20
Lula vai fazer último pedido a Bush para liberar Doha – Denise Chrispim Marin – Estado de São Paulo – Economia e Negócios - 09/07/2008 20
O andador do biodiesel- Celso Ming – Estado de São Paulo – Economia e Negócios - 09/07/2008 21
Cinismo alimentar – Folha de São Paulo – Opinião – Editorial - 09/07/2008 22
As baleias se movem. Devagar – Clovis Rossi – Folha de São Paulo – Opinião - 09/07/2008 23
Ricos e emergentes colidem sobre o clima e a inflação – Clovis Rossi – Folha de São Paulo – Dinheiro - 09/07/2008 24
Rodada Doha volta a ser tema entre Lula e Bush – Folha de São Paulo – Dinheiro - 09/07/2008 25
G8 aponta riscos na economia global e critica câmbio na China – Folha de São Paulo – Dinheiro - 09/07/2008 26
Ministros tentam mais uma vez salvar Doha – Valor econômico – Opinião – Editorial - 09/07/2008 27
Lula e Brown apóiam Doha e pedem urgência – Denise Chrispim Marin – Estado de São Paulo – Economia e Negócios - 10/07/2008 28
Depois do G-8, é cada um por si – Rolf Kuntz – Estado de São Paulo – Economia e Negócios - 10/07/2008 29
Clima, preços e realismo – Clovis Rossi - Folha de São Paulo – Opinião - 10/07/2008 .. 30
"Não venderei o Mercosul", diz presidente – Folha de São Paulo – Dinheiro - 10/07/2008 31
"Puxadinho" realça diferença entre G8 e G5 – Clovis rossi – Folha de São Paulo – Dinheiro - 10/07/2008 31
Descontraídos, Lula e Bush apóiam Doha – Valor Econômico – Internacional - 10/07/2008 33

Presidente diz apostar em agricultura familiar – Valor Econômico – Internacional - 10/07/2008 34
Brasil ataca novo texto da OMC para Doha – Renata Veríssimo – Estado de São Paulo – Economia e Negócios - 11/07/2008 35
Sarkozy critica País e diz que 'contas não fecham' – Estado de São Paulo – Economia e Negócios - 11/07/2008 36
Com Mercosul dividido, OMC refaz propostas para Doha – Marcelo Ninio – Folha de São Paulo – Dinheiro - 11/07/2008 36
Novos textos para a Rodada Doha desagradam setor agrícola brasileiro -Raquel Landim – Valor Econômico – Brasil - 11/07/2008 37
G8 ou "talk show"? - Clovis Rossi – Folha de São Paulo – Opinião - 12/07/2008 39
Para Pinheiro Guimarães, AL precisa de um Plano Marshall - Sergio Leo – Valor Econômico – Especial – 14/07/2008 39
Agropecuária brasileira será a mais prejudicada com a falta de um desfecho da Rodada Doha – Sítio Eletrônico da CNA - 16/07/2008 45
Setor privado agrícola encaminha documento para negociações da Rodada Doha - Sítio Eletrônico da CNA - 16/07/2008 46
Doha 'é possível, mas não será fácil', diz Amorim – Adriana Chiarini – Estado de São Paulo – Economia e Negócios - 15/07/2008 46
Lula diz que acordo não está nas mãos do Brasil – Estado de São Paulo – Economia e Negócios - 15/07/2008 47
Disputa doméstica também ameaça – Jamil Chade – Folha de São Paulo – Economia e Negócios - 15/07/2008 48

Segunda Quinzena

Doha e a globalização – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 16/07/2008 49
Agronegócio critica proposta para Doha – Folha de São Paulo – Dinheiro - 16/07/2008 50
Itamaraty teme que crise argentina prejudique Doha – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 17/07/2008 50
Agronegócio defende acordo – Denise Chrispim Marin – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 17/07/2008 52
Entidades do setor agrícola apóiam acordo na Rodada Doha - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Brasil - 17/07/2008 53
Cobranças cercam 'última chance' de acordo em Doha – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 18/07/2008 54
Venezuela, Cuba e Bolívia ameaçam a Rodada – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 18/07/2008 55
Doha: Agricultura espera concluir negociações na reunião de Genebra – Sítio Eletrônico do MAPA – 18/07/2008 56
Ministros tentam salvar Doha do fiasco - Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 18/07/2008 56
Corte de subsídios reduziria imigração, afirma Amorim – Valor Econômico – Brasil – 18/07/2008 58

Amorim teme adiamento da Rodada até 2012 – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 19/07/2008 59
'Brasil está por trás da crise em Doha' – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 19/07/2008 60
Para Evo, pobres serão os maiores perdedores – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 19/07/2008 61
'Não aceitaremos acordo a qualquer preço' – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 19/07/2008 62
Agricultura segue confiante – Celso Ming – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 19/07/2008 64
Ambição e resultado – Roberto Rodrigues – Folha de São Paulo – Dinheiro - 19/07/2008 65
"Contencioso das bananas" aumenta dúvidas sobre Doha – Marcela Campos - Folha de São Paulo – Dinheiro - 19/07/2008 66
Jogo duro – O Globo – Opinião – Editorial – 19/07/2008 67
Alta das commodities abala Doha – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 20/07/2008 68
'Se fracassarmos, todos serão responsabilizados' – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 20/07/2008 69
Não chegar a um acordo é melhor que um acordo ruim, diz ActionAid – Carta Maior – 21/07/2008 70
Sobre a rodada de negociações da OMC – Evo Morales – Carta Maior – 21/07/2008 72
Negociadores tentam fechar Doha – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 21/07/2008 76
'Agora ou nunca', diz Zoellick – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 21/07/2008 78
'Usam deslize para afetar credibilidade',diz Amorim – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 21/07/2008 79
'Usam deslize para afetar credibilidade',diz Amorim – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 21/07/2008 79
Venezuela vetará acordo entre EUA e Mercosul – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 21/07/2008 80
Propaganda negativa – Deborah Berlinck – O Globo – Economia – 21/07/2008 81
Emergentes unidos contra ricos – O Globo – Economia – 21/07/2008 82
G-20 rejeita tentativa de países ricos de criar cotas agrícolas - Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 21/07/2008 83
"Tenho de tomar cuidado com que falo", diz Amorim – Valor econômico – Brasil - 21/07/2008 85
Biopirataria e bananas também emperram discussões – Assis Moreira – Valor econômico – Brasil - 21/07/2008 86
Argentina e Venezuela resistem a concessões – Assis Moreira – Valor econômico – Brasil - 21/07/2008 87
Estados Unidos podem melhorar oferta sobre trabalho temporário – Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 21/07/2008 88
Day 1: Ministers begin final effort to agree blueprints of deal – WTO - 21/07/2008 89
A franqueza de Amorim – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 22/07/2008 90

Primeiro dia foi inútil, diz Amorim – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 22/07/2008 92
Schwab: 'Chega de retórica e vamos trabalhar' – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 22/07/2008 93
'**Aqui todo mundo aceitou reduzir a ambição**' – Marcelo Rehder – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 22/07/2008 94
Delegação do Brasil fica fora dos debates – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 22/07/2008 95
Mandelson tenta blefar e leva pito até dos franceses – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 22/07/2008 96
Brasil espera pouco de nova oferta dos EUA – Folha de São Paulo – Dinheiro – 22/07/2008 97
Amorim ataca europeus e vê dia "inútil" de negociações – Marcelo Ninio - Folha de São Paulo – Dinheiro – 22/07/2008 98
Para Amorim, reunião foi 'totalmente inútil' – Deborah Berlinck – O Globo – 22/07/2008 99
Reuniões foram inúteis, diz Amorim - Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 22/07/2008 100
Indústria está preocupada com demandas americanas - Raquel Landim – Valor Econômico – Brasil - 23/07/2008 101
Proposta dos EUA detona nova crise – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 23/07/2008 102
Schwab a Amorim: 'Celso, pare de nos dar aula' – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 23/07/2008 104
Casa Branca impõe condição. Quer imunidade na OMC – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 23/07/2008 105
MST e Contag prometem reagir a acordo na OMC – Jamil Chade – Estado de São Paulo – economia e Negócios – 23/07/2008 106
MST e Contag prometem reagir a acordo na OMC - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 23/07/2008 107
Brasil é preocupação para China – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 23/07/2008 108
Brasil critica proposta dos EUA em Doha – Marcelo Ninio - Folha de São Paulo – Dinheiro – 23/07/2008 109
Após 7 h sem avanços, OMC muda esquema – Marcelo NInio – Folha de São Paulo – Dinheiro – 23/07/2008 111
Após 7 h sem avanços, OMC muda esquema – Folha de São Paulo – Dinheiro – 23/07/2008 112
Acordo deverá ser tímido, mas balanceado – Marcela Campos – Folha de São Paulo – Dinheiro – 23/07/2008 113
EUA propõem limitar subsídios a US$ 15 bi – Deborah Berlinck – O Globo – Economia – 23/07/2008 114
Qual é o nosso lado? – Carlos Alberto Sardenberg – O Globo – Opinião – 24/07/2008 . 115
Agronegócio do Brasil insiste em negociar teto de subsídio por produto – Assis Moreira – Valor econômico – Agronegócio - 23/07/2008 117
Amorim pede moderação à China para manter G-20 unido – Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 23/07/2008 117

Países desenvolvidos querem limitar flexibilidade solicitada pelo Mercosul – Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 23/07/2008 119
Compensando pela conservação da Amazônica - Daniel Nepstad – Valor Econômico – Opinião - 23/07/2008 119
OMC: Estados Unidos antecipam uma dura estratégia – Gustavo Cpdevila – Carta Maior – 24/07/2008 121
CNA: Falta de ofertas dificulta acordo na Rodada Doha - Sítio Eletrônico da CNA - 24/07/2008 123
'Não acredito em Doha', diz Stephanes – Denise Chrispim Marin – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 24/07/2008 124
'Não acredito em Doha', diz Stephanes - Denise Chrispim Marin – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 24/07/2008 125
'Redução de subsídios virá pelo mercado' – Denise Chrispim Marin – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 24/07/2008 126
'Redução de subsídios virá pelo mercado' – Denise Chrispim Marin – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 24/07/2008 128
Para Lula, EUA e UE não estão acostumados a negociar – Lisandra Paraguassu – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 24/07/2008 131
Liberalização agrícola divide ministérios – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 24/07/2008 132
Rodada Doha: outro dia sem avanço – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 24/07/2008 133
'Não é hora de falar de etanol' – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 24/07/2008 135
Dentro da sala, conversas; na imprensa, guerra verbal – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 24/07/2008 136
OMC mantém impasse mesmo com novo formato – Marcelo Ninio – Folha de São Paulo – Dinheiro – 24/07/2008 137
Fiesp rejeita pressão dos EUA por acordo setorial – Marcelo Ninio – Folha de São Paulo – Dinheiro – 24/07/2008 138
EUA cedem em subsídio e agradam a setor agrícola – Marcelo Ninio – Folha de São Paulo – Dinheiro – 24/07/2008 139
Lula pede redução de subsídios americanos na Rodada Doha – Letícia Sander – Folha de São Paulo – Dinheiro – 24/07/2008 139
OMC: EUA aceitam limitar subsídio por produto – Deborah Berlinck e Chico de Góis – O Globo – Economia – 24/07/2008 140
EUA aceitam subsídios por produto – Assis Moreira – Valor Econômico – Internacional - 24/07/2008 142
Lamy distribui "dever de casa" para os negociadores – Valor Econômico – Internacional - 24/07/2008 142
Estados Unidos agora exigem acordos setoriais obrigatórios – Assis Moreira com Raquel Landim – Valor Econômico – Internacional - 24/07/2008 143
Países não conseguem superar impasse em Doha - Assis Moreira – Valor Econômico – Internacional - 24/07/2008 144
Um equívoco de Stephanes – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 25/07/2008 145
MST busca apoio na OEA e na ONU – Estado de São Paulo – Nacional – 25/07/2008 146

Brasil dá sinais de flexibilização na Rodada Doha. Mas aliados resistem – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 25/07/2008 148
Grupo europeu quer etanol brasileiro na UE – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 25/07/2008 150
'**Stephanes acha que eu estou aqui me divertindo?**' – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 25/07/2008 151
Para Stephanes, críticas e apoios – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 25/07/2008 152
Índia trava negociações comerciais na OMC – Marcelo Ninio – Folha de São Paulo – Dinheiro – 25/07/2008 153
Para Argentina, existe pouca transparência – Marcelo Ninio – Folha de São Paulo – Dinheiro – 25/07/2008 154
Indústria se diz preocupada com concessão no setor – Folha de São Paulo – Dinheiro – 25/07/2008 155
Amorim ironiza declaração de Stephanes – Folha de São Paulo – Dinheiro – 25/07/2008 155
OMC causa bate-boca de ministros - O Globo – Cap – 25/07/2008 156
OMC: Amorim troca farpas com Stephanes – Deborah Berlinck – O Globo – Economia – 25/07/2008 156
Com Doha por um fio, Lamy testa um acordo agrícola - Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 25/07/2008 158
Irredutível, Kamal Nath dificulta entendimento – Valor Econômico – Brasil - 25/07/2008 160
Brasil negocia, mas Argentina rejeita texto industrial – Valor Econômico – Brasil - 25/07/2008 161
País entra em rota de colisão com indianos – Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 25/07/2008 162
Reunião restrita provoca protesto de 30 ministros – Valor Econômico – Brasil - 25/07/2008 162
Brasil rompe com parceiros na OMC – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 26/07/2008 163
Benefícios concretos virão só no longo prazo – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 26/07/2008 165
Decisão do Itamaraty isola a Argentina – Estado de São Paulo- Economia e Negócios – 26/07/2008 166
Após milhares de horas de debates, alívio e cansaço – Estado de São Paulo - Economia e Negócios – 26/07/2008 167
Brasil terá de fazer a lição de casa, alerta Fiesp – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 26/07/2008 168
Pacote parcial – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 26/07/2008 168
'**Se não sair acordo, valeu o sacrifício**' – Leonencio Nossa e Jair Rattner – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 26/07/2008 170
Acordo na OMC avança com nova proposta – Marcelo Ninio – Folha de São Paulo – Dinheiro – 26/07/2008 171
Para Lula, Rodada Doha está "mais perto de um ponto de equilíbrio" – Pedro Dias Leite – Folha de São Paulo – Dinheiro – 26/07/2008 172

Acordo modesto é melhor que nada, diz Celso Lafer – Marcelo Campos - Folha de São Paulo – Dinheiro – 26/07/2008 173
Aumentam as chances de um acordo na OMC – O Globo – Economia – 26/07/2008 .. 174
Brasil se distancia de emergentes na OMC – Marcelo Ninio – Folha de São Paulo – Dinheiro – 27/07/2008 175
Lula reconhece divergências com aliados do G20 – Pedro Dias Leite – Folha de São Paulo – Dinheiro – 27/07/2008 177
Proposta da OMC provoca racha no Mercosul – Deborah Berlinck – O Globo – Economia – 27/07/2008 178
China endurece posição e vira nova ameaça a um acordo na OMC – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 28/07/2008 179
Negociadores apelam aos energéticos – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 28/07/2008 181
UE oferece ao Brasil cota ao etanol - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 28/07/2008 182
Força-tarefa tenta achar solução para Argentina –Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 28/07/2008 183
Itamaraty tenta minimizar críticas – Denise Chrispim Marin – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 28/07/2008 184
OMC, entre o fracasso e a mediocridade – Marcelo de Paiva Abreu – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 28/07/2008 185
Resistência de China e Índia travam OMC – Marcelo Ninio – Folha de São Paulo – Dinheiro – 28/07/2008 187
Itamaraty tira prioridade do Sul Clovis Rossi – Folha de São Paulo – Dinheiro – 28/07/2008 188
Incerteza e divisão entre emergentes marcam negociações finais na OMC – Deborah BErlinck – O Globo – Economia – 28/07/2008 189
Os ganhos e as concessões – O Globo – Economia – 28/07/2008 190
Agronegócio do Brasil pode ter ganho de US$ 4,9 bi com Doha - Raquel Landim – Valor Econômico – Brasil - 28/07/2008 191
Para a CNI, 56% dos produtos terão corte real de tarifa – Assis Moreira e Raquel Landim – Valor Econômico – Brasil - 28/07/2008 192
Mercosul deve perder relevância – Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 28/07/2008 194
China endurece posição e Rodada terá novos textos - Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 28/07/2008 194
Atenção aos lobbies que atuam na OMC – Sergio Leo – Valor Econômico – Brasil - 28/07/2008 197
OMC anuncia fracasso das negociações - Maurício Thuswohl – Carta Maior – 29/07/2008 199
'A Rodada está por um fio', admite Amorim – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios - 29/07/2008 201
Adesão se deve a 'interesse nacional', diz chanceler – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios - 29/07/2008 203
China e Índia mantêm racha na OMC – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios - 29/07/2008 203

Sarkozy lidera bloco de oposição – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios - 29/07/2008 205
Doha está "por um fio", diz Amorim – Marcelo Ninio – Folha de São Paulo – Dinheiro - 29/07/2008 205
Salvaguarda da Índia ameaça venda do Brasil à China – Folha de São Paulo – Dinheiro - 29/07/2008 207
Brasil não traiu emergentes, diz Amorim – Marcelo Ninio – Folha de São Paulo – Dinheiro - 29/07/2008 209
ONGs alertam chanceler sobre riscos de acordo em serviços – Folha de São Paulo – Dinheiro - 29/07/2008 209
Miguel Jorge defende acordo, mesmo que pouco ambicioso – Fernando Antunes - Folha de São Paulo – Dinheiro - 29/07/2008 210
Romper amarras - O Globo – Opiniõ – Editorial – 29/07/2008 210
Por um fio – Deborah Berlinck – O Globo – Economia – 29/07/2008 211
Empresários aprovam mudança de postura do Itamaraty na OMC – Eliane Oliveira – O Globo – Economia – 29/07/2008 213
Após Doha, Brasil terá de fazer concessões à Argentina - Sergio Leo – Valor Econômico – Brasil - 29/07/2008 214
Exportadores temem perdas na administração das cotas agrícolas - Raquel Landim – Valor Econômico – Brasil - 29/07/2008 215
Por que Amorim disse sim ao pacote de Lamy nas negociações - Assis Moreira - Valor Econômico – Brasil - 29/07/2008 216
Protecionismo deixa negociação de Doha próxima do colapso - Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 29/07/2008 219
Salvaguardas colocam Doha novamente em risco – Valor Econômico – Opinião - 29/07/2008 220
Colapso de Doha muda política comercial – Marcelo Ninio - Folha de São Paulo – Dinheiro - 30/07/2008 222
Amorim nega erro e busca acordo com UE e EUA – Marcelo Ninio – Folha de São Paulo – Dinheiro - 30/07/2008 223
Nova agenda do Brasil exigirá acordos bilaterais – Iuri Dantas – Folha de São Paulo – Dinheiro - 30/07/2008 224
Todos perdem com fracasso de Doha; Brasil perde mais – Clovis Rossi – Folha de São Paulo – Dinheiro - 30/07/2008 226
Para analistas, país agiu certo ao priorizar OMC – Marcela Campos – Folha de São Paulo – Dinheiro - 30/07/2008 227
Indústria e setor agrícola lamentam fracasso na OMC – Paulo de Araujo e Gitânio Fortes - Folha de São Paulo – Dinheiro - 30/07/2008 228
Doha projetou Brasil, avaliam especialistas – Folha de São Paulo – Dinheiro - 30/07/2008 230
Brasil perde após fiasco na OMC - O Globo – Capa – 30/07/2008 230
O fio arrebentou Índia e EUA não chegam a acordo sobre abertura comercial. – Deborah Berlick – O Globo – Economia – 30/09/2008 230
Rodou a rodada – Miriam Leitão – O Globo – Economia – 30/07/2008 232
Mudança de postura tira China da lista de vilões do fracasso de Doha – Debora Berlinck – O Globo – Economia – 30/07/2008 234
AS IDAS E VINDAS DA LIBERALIZAÇÃO – O Globo – Economia – 30/07/2008 .. 235

Sem Doha, acordos comerciais terão novo perfil – Eliane Oliveira e Aguinaldo Novo – O Globo – Economia – 30/07/2008 235
Ricupero: Negociações vão deixar cicatrizes – Bruno Rosa – O Globo – Economia – 30/07/2008 237
Amorim diz que G-20 vai sobreviver – Deborh Berlinck – O Globo – Economia – 30/07/2008 238
Doha fracassa e amplia disputas comerciais - Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 30/07/2008 239
Andando em círculos, ministros protelavam o fim – Valor Econômico – Brasil - 30/07/2008 240
China emerge e contesta o futuro do G-20 – Assis Moreira - Valor Econômico – Brasil - 30/07/2008 241
Mercosul e UE podem retomar negociações no segundo semestre - Sergio Leo – Valor Econômico – Brasil - 30/07/2008 242
Empresários têm prioridades distintas para acordos bilaterais - Raquel Landim e Janes Rocha – Valor Econômico – Brasil - 30/07/2008 243
País vai se concentrar em conversas que dão resultados, avisa Amorim - Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 30/07/2008 244
Doha, um fracasso que salvou empregos – Gilson Caroni Filho – Carta Maior – 31/07/2008 245
A Rodada de Doha ficou para trás. E agora? – Gustavo Capdevila – Carta Maior – 31/07/2008 246
As razões do fracasso de Doha – Luiz Felipe Lampreia – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 31/07/2008 248
O Brasil pós-Doha – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 31/07/2008 250
Amorim teme mais subsídio nos EUA – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 31/07/2008 251
'**Temos de falar com uma voz comum**' – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 31/07/2008 252
Negociação deve ser junto com Mercosul, diz Ricupero – Marcelo Rehder – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 31/07/2008 255
EUA sugerem novo modelo para Rodada – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 31/07/2008 256
EUA podem negociar com o Brasil. Sem 'presente' – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 31/07/2008 257
'**Onda protecionista é um perigo real**' – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 31/07/2008 258
Acordo bom não é só de livre comércio, diz secretário – Renata Veríssimo – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 31/07/2008 259
Lula se diz aborrecido com o fracasso de Doha – Leonencio Nossa e Lisandra Paraguassu – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 31/07/2008 260
Doha e as ilusões da geopolítica – Rolf Kuntz – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 31/07/2008 261
Doha: erramos do começo ao fim – Alberto Tamer – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 31/07/2008 262
Fracasso em Genebra – Folha de São Paulo – Opinião – Editorial - 31/07/2008 264

"Não houve afastamento" – Marcelo Ninio – Folha de São Paulo – Dinheiro - 31/07/2008 265
OMC admite que subestimou principal "nó" na negociação – Marcelo Ninio – Folha de São Paulo – Dinheiro - 31/07/2008 267
Doha deixa Brasil no seu tamanho real – Clovis Rossi – Folha de São Paulo – Dinheiro - 31/07/2008 268
Convencer países do Mercosul é obstáculo para acordos bilaterais – Iuri Dantas e Eliane Cantanhêde – Folha de São Paulo – Dinheiro - 31/07/2008 270
Brasil fez o que podia e o que não podia, diz Lula – Folha de São Paulo – Dinheiro - 31/07/2008 271
Nova agenda – O Globo – Opinião – Editorial – 31/07/2008 271
As razões do fracasso – Luiz Felipe Lampreia – O Globo – Opinião – 31/07/2008 272
Amorim: Que não precise outro 11/9 – O Globo – Capa – 31/07/2008 273
Sem OMC, Brasil perde pelo menos US$ 4,25 bi – Bruno Rosa – O Globo – Economia – 31/07/2008 276
Fim de Doha pode frear novos acordos - Bob Davis e John W. Miller – Valor Econômico – Brasil - 31/07/2008 276
País fez "o que podia", diz Lula – Valor Econômico – Brasil – 31/07/2008 278
Schwab se diz disposta a negociar com o Mercosul – Valor Econômico – Brasil - 31/07/2008 279
Lamy, o último a aceitar o colapso da Rodada Doha – Valor Econômico – Brasil - 31/07/2008 280
Brasil e Índia encenam união no G-20 – Valor Econômico – Brasil - 31/07/2008 280
Brasil rejeita proposta americana de aprovar acordos antecipados – Valor Econômico – Brasil - 31/07/2008 282
Governo decide com setor privado se briga por etanol – Valor Econômico – Brasil - 31/07/2008 283
De impasse em impasse, Doha chega ao fracasso – Valor Econômico – Opinião - 31/07/2008 284

Países cobram conclusão de Doha – Denise Chrispim Marin – Estado de São Paulo – Economia e Negócios - 01/07/2008

O Mercosul cobrou ontem dos países ricos as concessões necessárias para que a Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC) seja concluída de forma equilibrada e ambiciosa, sob o argumento de que o mundo em desenvolvimento já está dando uma "importante contribuição" a essas negociações.

Por meio de uma declaração, divulgada somente após aprovação da Venezuela, os sócios tentaram dissipar divergências internas e insistiram na tese de que o acordo sobre a abertura dos mercados industriais deve permitir maior flexibilidade nos cortes de tarifas para as uniões aduaneiras de países em desenvolvimento, caso do Mercosul.

Em linguagem diplomática, os países deixaram claro que a iniciativa de apresentar as ofertas de maior peso, neste momento crucial para a Rodada, deve partir do mundo desenvolvido. Os mais ricos, na visão do bloco, também devem responder a esse apelo com menor exigência de reciprocidade. Ou seja, que dêem uma cota maior de sacrifícios, nos temas agrícolas e de regras, mas que não cobrem o mesmo grau na abertura de mercados industriais e de serviços dos países em desenvolvimento.

O Mercosul também cobrou dos mais ricos cortes substanciais nos subsídios a agricultores e a eliminação das subvenções às exportações até 2013. O grupo argumenta que ambas "impactam negativamente" a produção agrícola e a segurança alimentar do mundo em desenvolvimento.

O bloco também defendeu que esses países cortem as tarifas de importação agrícolas, aumentem as cotas de importação com alíquota zero e atendam a outras demandas do G-20, o grupo de países em desenvolvimento liderado por Brasil e Índia.

Reunião do Mercosul inicia hoje e mostra divergências – Adriana Küchler – Folha de São Paulo – Brasil - 01/07/2008

Na 35ª Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul, que acontece hoje em San Miguel de Tucumán, norte da Argentina, a presidente argentina Cristina Kirchner entregará a presidência temporária do bloco ao colega Luiz Inácio Lula da Silva pelos próximos seis meses sem muitas conquistas.

Algumas das principais questões a serem resolvidas pelo bloco, como a integração alfandegária do grupo e uma posição comum para a Rodada Doha, ficaram pendentes principalmente por diferenças entre a Argentina e as demais nações.

Estarão presentes os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva, Cristina Kirchner, Tabaré Vázquez (Uruguai) e Nicanor Duarte Frutos (Paraguai), além de Hugo Chávez, da Venezuela, em processo de adesão ao bloco, e mandatários de dois países associados: o boliviano Evo Morales e a chilena Michelle Bachelet.

Hoje, Lula se reunirá para uma reunião bilateral com Cristina antes da reunião

oficial. Em seguida, acontece um encontro da Unasul (União de Nações Sul-Americanas), bloco criado em maio em Brasília.

Os presidentes deverão adiar novamente o anúncio de acordo aduaneiro comum, que facilita o trânsito de mercadorias, apesar de o projeto estar "praticamente finalizado", segundo um funcionário argentino.

A Argentina reivindica que o código inclua seus impostos às exportações, as chamadas retenções, que provocaram crise com o setor agropecuário que já dura mais de três meses e fez cair a popularidade da presidente. O ministro da Economia do Uruguai, Danilo Astori, afirmou que as retenções argentinas prejudicam a economia uruguaia e que a questão dos impostos deve ser decidida no âmbito do Mercosul.

Já o ministro de Relações Exteriores brasileiro, Celso Amorim, afirmou ontem à imprensa que a questão deve ser discutida depois. Segundo um diplomata brasileiro, o Brasil se opõe às retenções, mas não quer levantar o tema para não ameaçar a relação com a Argentina.

Ainda ontem, o Conselho do Mercado Comum emitiu uma declaração conjunta sobre a Rodada Doha de negociações comerciais mundiais, classificada por um diplomata brasileiro como "geral e política". Assim, ficariam disfarçadas as divergências entre a Argentina e o resto do bloco que dificultam as negociações, travadas há anos, na Organização Mundial do Comércio. Na declaração, o bloco pede apoio em questões mais genéricas como a redução de subsídios agrícolas nos países ricos.

Mercosul critica subsídios e especulação financeira - Marcela Valente – Agência Carta Maior – 02/07/2008

Reunidos na Argentina, países que integram o bloco sul-americano fizeram duras críticas ao protecionismo de países desenvolvidos, principalmente Estados Unidos, União Européia e Japão, os que mais subsidiam a produção e exportação de produtos agrícolas.

SAN MIGUEL DE TUCUMÁN, Argentina – Os presidentes dos países que formam o Mercosul, grandes exportadores agropecuários, responsabilizaram ontem pela carestia alimentar mundial os subsídios do mundo rico e a especulação financeira. Reunidos na capital da província argentina de Tucumán, os mandatários de Brasil, Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai, Uruguai e Venezuela, junto com chanceleres do Equador, México e Peru, expressaram sua “preocupação pela situação alimentar mundial”.

O Mercosul é formado por Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. A Venezuela ainda não completou seu processo de integração e Bolívia, Chile, Colômbia, Equador e Peru são membros associados, status também desejado pelo México que, enquanto isso, participa na qualidade de observador. O presidente venezuelano Hugo Chávez propôs criar um fundo para emergências alimentares financiado com a contribuição de um dólar para cada barril de petróleo vendido acima dos US$ 100. De acordo com um rápido cálculo que

fez, com a colaboração da Venezuela seriam arrecadados US$ 920 milhões por ano, já que este país exporta 2,8 milhões de barris diários, segundo dados oficiais.

Os demais governantes se centraram nas causas da crise dos alimentos e expuseram duras críticas ao protecionismo de países desenvolvidos, principalmente Estados Unidos, União Européia e Japão, os que mais subsidiam a produção e exportação de produtos agrícolas. Várias reuniões paralelas de organizações da sociedade civil também carregaram na tinta quanto à necessidade de garantir a soberania alimentar da região, e propuseram que isso seja feito não apenas com assistência, mas com a criação de emprego decente.

Na declaração de encerramento do encontro os presidentes lamentaram a fome que afeta "quase 900 milhões de pessoas no mundo", mas, disseram que "a causa principal da crise é estrutural e atende causada pelos subsídios à produção, exportação e outras barreiras" aplicadas pelo Norte industrial. Os governantes se comprometeram a "continuar trabalhando" para obter um "resultado justo e equilibrado" na Rodada de Doha da Organização Mundial do Comércio, em busca de um "nível de ambição elevado no acesso aos mercados para a agricultura e os bens industriais".

A presidente chilena, Michelle Bachelet, garantiu que um final positivo dessa rodada multilateral, destinada a liberalizar os mercados agrícolas, industriais e de serviços, "permitirá aumentar a oferta e baixar os preços dos alimentos". Sua colega da Argentina, Cristina Fernández, centrou-se em outra causa da crise: a quebra do mercado hipotecário norte-americano, que teve um impacto financeiro nesse país e na Europa, levando os especuladores a "apostarem" em commodities (produtos básicos), afirmou.

A presidente descartou que a América do Sul, exportadora de alimentos, empurre os preços para cima. Tampouco concordou em "culpar" os países em desenvolvimento que aumentaram sua demanda, como China, Índia e outras nações asiáticas. "Parece que o problema é que muita gente que antes não comia, ou comia uma vez por dia, agora come", ironizou. Fernández recordou que junto com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva participou, no começo de junho, de uma cúpula alimentar da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), onde se falou dos efeitos perniciosos dos subsídios agrícolas, mas, nas conclusões, "não conseguimos colocar uma frase sobre esse assunto", ressaltou.

"Temos de nos colocar como região diante destes problemas", disse Fernández e destacou que os países do bloco regional e seus associados não estão crescendo, mas têm mais consumo interno de alimentos e, entretanto, aumentam o volume de produção e exportações. Lula pediu a criação de um grupo de alto nível para discutir segurança alimentar. Nesse grupo, que deve ter "extrema qualidade cientifica e técnica", os integrantes podem estimar o impacto dos diferentes biocombustíveis na oferta de alimentos.

O presidente Lula está preocupado em diferenciar o combustível eficiente fabricado no Brasil à base de cana-de-açúcar, o etanol, do que é feito a partir do milho nos Estados Unidos, protegido com subvenções internas e barreiras alfandegárias. A respeito da especulação financeira, ordenou a um grupo de economistas investigar os chamados

mercados futuro. “O que há por trás disso?”, perguntou. “Pode ser extremamente grave um produtor vender sem produzir o que vai colher dentro de três anos”, alertou.

O presidente do Uruguai, Tabaré Vázquez, também protestou porque “se tenta fazer com que os países que produzem alimentos apareçam como responsáveis pela crise. Nos pedem para abrirmos nossas economias, mas eles fixam objetivos, cotas e fecham seus mercados”, afirmou. Bachelet recordou que a carestia de alimentos ameaça expandir a pobreza e atenta contra a luta para acabar com a fome, a mortalidade infantil e materna, que são parte dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio com os quais a comunidade internacional se comprometeu em 2000. O presidente da Bolívia, Evo Morales, afirmou que a alimentação “é um direito humano básico” e que é obrigação dos governos tornar isso efetivo. “Há grupos que especulam, empresários que só pensam no dinheiro, mas se deve dar uma resposta aos nossos povos”, ressaltou.

A cúpula dos impotentes – Clovis Rossi – Folha de São Paulo – Opinião - 05/07/2008

TÓQUIO - A capa da revista "The Economist" desta semana aproveita a cúpula do G8 a iniciar-se amanhã no Japão para discutir "quem dirige o mundo". Com a habitual competência, decreta que o G8 (Estados Unidos, Japão, Alemanha, França, Reino Unido, Itália, Canadá e Rússia) "parece velho e impotente" (a melhor tradução para "old" seria antiquado, não velho, que não é defeito, pelo menos não aos olhos de quem o é, claro).

Acrescenta que não é o único grupo com essas desagradáveis características. Passa em seguida a perguntar se seria melhor reduzir o G8 a um G4, abrigando as superpotências econômicas (EUA, União Européia, China e Japão). Outra hipótese, inversa, seria ampliá-lo para 12, com a incorporação da indefectível China mais Índia, Brasil e Espanha.

Nada contra a constatação de que todos os sete donos do mundo se tornaram impotentes (a Rússia está no G8 menos por sua força real e mais como prêmio por ter trocado o comunismo por um desvairado capitalismo). Mas falta dizer que impotentes estão quase todos os governos do planeta, sobrepujados pela avassaladora força dos mercados, em especial os financeiros.

As evidências são muitas, mas fico apenas no âmbito do G8: na cúpula anterior, na Alemanha, a chanceler Angela Merkel queria extrair de seus pares algum tipo de regulação dos mercados financeiros para tentar controlar o cassino. Não conseguiu. Foi antes da crise das hipotecas "subprime", que revelou um formidável déficit de regulação. E antes da disparada mais aguda dos preços do petróleo e dos alimentos, para a qual contribui uma boa dose de especulação nos mercados futuros.

Nem assim a proposta alemã de 2007 voltou à mesa em 2008. Do que se conclui que os países do G8 são impotentes não em relação a outros países, mas em relação a um ente interno a cada um deles, mas de atuação global, os tais mercados.

crossi@uol.com.br

Lula quer falar aos ricos com a força dos Brics – Denise Chrispim Marin - Estado de São Paulo – Economia e Negócios - 06/07/2008

O governo brasileiro vai se apresentar na cúpula do grupo dos países ricos mais a Rússia (G-8), na terça e quarta-feira, em Hokkaido, Japão, como ator central na solução dos atuais dilemas da economia mundial e também como aliado de uma nova corrente diplomática do mundo emergente: a união desenhada pelo grupo dos Brics, letras iniciais de Brasil, Rússia, Índia e China.

A aposta num mecanismo político por meio do qual os Brics possam expressar suas posições sobre temas em debate nos foros mundiais assemelha-se à criação do G-20, grupo de países emergentes criado para ter mais força nas negociações agrícolas da Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC). O primeiro encontro de chanceleres dos Brics ocorreu na Rússia, em maio.

Os sinais da posição mais cômoda do Brasil na reunião do G-8 surgiram em junho, no encontro de ministros de Economia dos sete países mais ricos e a Rússia, para a qual foram convidados Brasil, China, Coréia do Sul, África do Sul e Tailândia. Segundo o embaixador Marcos Galvão, secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, houve clara percepção de que o Brasil "faz parte da solução dos problemas da oferta (mundial) de alimentos", dada a sua competitividade e seu potencial de expansão da produção.

Galvão afirmou que também houve consenso de que as receitas adotadas no País para combater a inflação são "mais fundamentadas" que as de outros países emergentes, que optaram por soluções heterodoxas, como Argentina e México.

Mesmo com maior peso diplomático e cobranças legítimas a fazer em Hokkaido, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva corre o risco de desperdiçar tempo. Na semana passada, na Argentina, Lula comentou com colegas do Mercosul que não pretendia participar da reunião do G-8 deste ano, mas reconsiderou porque tinha o que dizer aos países mais ricos.

Em 2007, Lula igualmente apostou no diálogo com os líderes do G-8 e do G-5 (África do Sul, Brasil, China, Índia e México), em Heilingedamm, Alemanha. Mas saiu de lá irritado porque o G-8 ignorou o documento que continha as posições sobre temas delicados ao mundo em desenvolvimento: liberação dos investimentos diretos, reabertura das discussões sobre a quebra de patentes em casos de risco à saúde pública e compromisso de redução de emissão de gases poluentes.

Os líderes do G-8 foram além dessa omissão ao divulgar uma declaração final sobre Crescimento e Responsabilidade na Economia Mundial, que trazia o suposto apoio do G-5. O documento do G-5, entretanto, dizia o oposto. Contrariado, Lula propôs que, em Hokkaido, o G-8 e o G-5 se reunissem antes da discussão reservada apenas aos oito grandes.

O governo japonês, anfitrião do encontro desta semana, parece não ter escutado Lula. O G-5 somente se juntará ao G-8 no final da reunião.

G-8 discute alta do petróleo e crise dos alimentos – Denise Chrispim Marin – Estado de São Paulo – Economia e Negócios - 07/07/2008

A alta dos preços internacionais do petróleo e dos alimentos consumirá, entre hoje e quarta-feira, boa parte da agenda dos líderes do grupo dos sete países mais ricos do mundo e a Rússia, o G-8. A reunião de cúpula anual do G-8, desta vez realizado em um resort na ilha de Hokkaido, no Norte do Japão, oficialmente será dedicada às questões climáticas - aquecimento global e definição de metas de redução de emissão de gases do efeito estufa até o fim do ano que vem (tarefa deixada pelos membros das Nações Unidas em dezembro passado, em Bali), para que possam ser aplicadas a partir de 2012.

Especial explica a crise dos alimentos

A fome, entretanto, falará mais alto. A resposta do G-8 para as conseqüências imediatas e visíveis do aumento dos preços internacionais dos alimentos deverá mais uma vez ser paliativa - a ajuda alimentar dos países ricos aos pobres. Não há expectativas de que sejam adotadas medidas efetivas para reduzir a especulação nos mercados futuros agrícolas e de petróleo, como regras de controle sobre os capitais voláteis ou eliminar os subsídios distorcivos concedidos pelas maiores economias do mundo a seus produtores rurais. A pressão dos países mais vulneráveis e dos organismos financeiros igualmente está posta na solução de curto prazo da ajuda alimentar.

O Banco de Desenvolvimento Asiático (ADB, na sigla em inglês) alertou na semana passada que 1 bilhão de asiáticos gastam pelo menos 60% de seus salários com comida, e serão alvo de desnutrição por causa do aumento dos preços dos alimentos. A instituição planeja abrir uma linha de US$ 1 bilhão para financiar programas de reforma no setor agrícola este ano, dos quais US$ 500 milhões seriam desembolsados imediatamente para socorrer produtores mais pobres. A cifra deve dobrar em 2009. O Banco Mundial (Bird) deve destinar US$ 10 bilhões para programas para reduzir a fome e os custos de sementes e fertilizantes para produtores dos países mais pobres. Além do plano emergencial, a alta dos preços internacionais do petróleo e dos alimentos tende a emergir nas discussões do G-8 pelo seu aspecto mais devastador para a economia e o bem-estar das sociedades - a inflação. Segundo o jornal britânico Financial Times, o presidente do ADB, Haruhiko Kuroda, advertiu que vários países asiáticos enfrentam o dilema de dosar a política monetária, de forma a controlar a inflação sem provocar excessiva redução da atividade econômica. Os índices de inflação em um ano, completou Kuroda, atingiram 7,7% na China, 7,8% na Índia, 8,9% na Tailândia e 27% no Vietnã.

O primeiro clamor contra a alta dos preços dos alimentos e do risco de fome nos países mais pobres virá da África. O Japão, que preside o G-8 neste ano, convidou sete países africanos - África do Sul, Argélia, Senegal, Gana, Tanzânia, Nigéria e Etiópia - e a União Africana para uma reunião logo após a abertura do encontro anual, hoje. As conversas serão acompanhadas pelo presidente do Bird, Robert Zoellick, pelo secretário-geral das Nações Unidas, Ban Ki-Moon, e pelo presidente da Comissão Européia, José Manuel Durão Barroso.

A discussão sobre o receituário mais adequado de combate à inflação deverá alcançar temperaturas altas na quarta-feira, o último dia da cúpula de Hokkaido. Para esse momento, serão convidados os líderes do G-5 (África do Sul, Brasil, China, Índia e

México) e as chamadas grandes economias da Ásia e Oceania, que igualmente são vizinhos estratégicos para o Japão - a Austrália, a Coréia do Sul e a Indonésia. Todos esses países vivem, nos últimos meses, a escalada inflacionária e o combatem com diferentes instrumentos de política econômica. O México optou pelo controle de preços, enquanto o Brasil manteve o ajuste por meio da taxa básica de juros.

Como ocorreu nas últimas cúpulas do G-8, o Brasil e seus sócios do G-5 deverão realizar amanhã, em Sapporo, uma reunião para fechar posições comuns sobre os temas em debate. O G-5 e as três grandes economias da Ásia apresentarão suas conclusões somente depois de o G-8 ter chegado a seus próprios consensos, no mesmo dia. Com isso, as opiniões dos países convidados podem vir a ser novamente ignoradas. Em Heilingedamm, na Alemanha, no ano passado, os pontos de vista do G-5 sobre a mudança climática surgiram de forma distorcida no documento final do G-8, fato que gerou protestos.

Para esta cúpula do G-8, o Japão ofereceu um exemplo politicamente correto de preservação ambiental e convocou cerca de 20 mil policiais para realizar a segurança da pequena cidade de Toyako. O prédio reservado para a imprensa foi construído com conceitos ambientais e de uso eficiente da energia solar.

Banco Mundial cobra do G8 ação para evitar "desastre" – Clovis Rossi – Folha de São Paulo – Dinheiro - 08/07/2008

Para instituição, crise dos alimentos pode levar à fome mais 100 milhões de pessoas - Robert Zoellick, presidente do Bird, defende socorro emergencial a nações mais pobres e fim de restrições às exportações de alimentos

O presidente do Banco Mundial, Robert Zoellick, cobrou ontem que os líderes do G8 (os sete países mais ricos do mundo e a Rússia) evitem o que chamou de "desastre", ou seja, "a crise alimentícia global" que cálculos do banco, com base em verificações de campo, demonstram que pode levar à fome um contingente adicional de 100 milhões de pessoas.

"É um teste para o sistema internacional. Não temos o direito de falhar", disse Zoellick, em entrevista coletiva à margem do encontro de cúpula do G8, ontem iniciado. Segundo os dados mais recentes da FAO (órgão da ONU para a agricultura e a alimentação), existem 854 milhões de pessoas subnutridas no mundo.

O presidente do Bird listou três providências imediatas que deveriam ser tomadas -e que, ao que tudo indica, constarão do documento final do encontro do G8:

1) Atender as necessidades mais urgentes dos países muito pobres, em especial na merenda escolar e no aleitamento materno;

2) Ajudar pequenos produtores com sementes e fertilizantes para que possam aumentar a produção;

3) Eliminar as restrições à exportação de alimentos impostas por 26 países e que "provocam uma ruptura no sistema internacional de alimentação". Aqui, entra em ponto sensível para o governo argentino, que impôs taxa adicional às exportações de soja, o que

deu origem a um conflito prolongado com os produtores rurais, do qual resultou uma forte queda na popularidade da presidente Cristina Kirchner.

Retirar as restrições tem o apoio do presidente francês, Nicolas Sarkozy. "Notei, com interesse, que vários países, entre eles a Rússia, fizeram recentemente anúncios de que eliminariam limites às exportações de alimentos", disse Sarkozy.

O presidente francês também deixou implícito que o pacote delineado por Zoellick está na agenda do G8, ao afirmar que, após "a resposta urgente [às necessidades mais imediatas], o G8 deve também oferecer respostas a médio e longo prazo".

Mas, ao entrar no detalhe de uma das respostas, Sarkorzy demonstrou que os governantes não estão seguros sobre as causas que levaram à disparada de preços de alimentos. Propôs a criação de um grupo internacional de especialistas para "oferecer um diagnóstico preciso sobre as dificuldades alimentares e agrícolas e para emitir alertas sobre riscos de crises".

Seguiria o modelo do IPCC (sigla em inglês para Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática), um vasto condomínio de especialistas que identificou os riscos do aquecimento global. Enquanto não há clareza sobre a crise, o alerta é dado pelo secretário-geral da ONU, o coreano Ban Ki-moon, para quem os altos preços de alimentos "fizeram retroceder o relógio do desenvolvimento".

Ban Ki-moon afirmou também que não está havendo progresso para que sejam atingidas as "Metas do Milênio", conjunto de indicadores que o mundo deveria alcançar até 2015.
A falta de progresso é mais evidente na África, diz o dirigente da ONU, por ser a região mais atingida pela crise alimentar. Não por acaso, os líderes do G8 começaram sua cúpula deste ano com uma reunião com governantes de sete países africanos mais o presidente da Comissão Africana.

Todos reclamaram de que o G8 não cumpre as promessas que repetidamente faz à África. Há três anos, em cúpula na Escócia, os países ricos prometeram US$ 25 bilhões adicionais, dos quais apenas um quarto foi efetivamente desembolsado, conforme denúncia de organizações não-governamentais que trabalham no continente africano.

Emergentes vão continuar na "2ª divisão" – Clovis Rossi – Folha de São Paulo – Dinheiro - 08/07/2008

Na cúpula do G8 do ano que vem, o Brasil e seus pares do G5 (México, China, Índia e África do Sul) continuarão jogando na segunda divisão entre os grandes do mundo, participando apenas do último dia, quando o documento da reunião já está aprovado e divulgado.

É o que ficou claro ontem pelas declarações do primeiro-ministro italiano, Silvio Berlusconi, exatamente o anfitrião da cúpula de 2009: "A maioria quer manter a fórmula atual, embora depois o G8 possa ter um encontro com China, Brasil, Índia, México e África do Sul".

Berlusconi disse que nem sequer chegou à mesa de discussões do clubão do mundo rico a hipótese de ampliá-lo, proposta feita em entrevista pelo presidente francês, Nicolas Sarkozy. O comentário do premiê italiano foi feito pouco depois de a Casa Branca rejeitar a proposta de Sarkozy. "Neste momento, não estamos dando atenção à questão do aumento de países que participam anualmente da cúpula", disse Gordon Johndroe, porta-voz do governo Bush. **(CR)**

Brasil quer derrubar exigência da UE para etanol – Denise Chrispim Marin – Estado de São Paulo – Economia e Negócios - 09/07/2008

Nos debates de hoje com o G-8, o presidente Lula deverá repudiar a tentativa da União Européia (UE) de condicionar a abertura do mercado ao etanol brasileiro ao compromisso de que Brasília dê garantias de que a produção é ambientalmente sustentável e não usa trabalho escravo. Nos últimos dias, o presidente da Comissão Européia, José Manuel Durão Barroso, voltou a insistir nessa condição, que vai além da implementação do selo ambiental pelo governo brasileiro. “Não vejo por que a União Européia precisa de garantias”, rebateu Amorim. “O selo já é uma garantia. Não há necessidade de nenhum acordo.”

No rápido debate dos líderes do G-5, a discussão sobre a ampliação da produção dos biocombustíveis acabou tangenciada até mesmo pelo seu maior patrocinador, o presidente Lula. Até o início da madrugada de hoje, horário do Japão, o documento final do encontro não havia sido divulgado pelo governo mexicano. Segundo Amorim, o texto reforça a argumentação brasileira de que o álcool derivado da cana-de-açúcar, ao contrário dos biocombustíveis produzidos com milho e oleaginosas, não figura entre as causas do aumento dos preços dos alimentos. A mesma posição tem sido apoiada pelo Banco Mundial.

O debate sobre o etanol ficou reservado às conversas bilaterais de Lula, que se reuniu ontem com Calderón e com os presidentes sul-coreano, Lee Myung-Bak, e chinês, Hu Jintao.

Lula vai fazer último pedido a Bush para liberar Doha – Denise Chrispim Marin – Estado de São Paulo – Economia e Negócios - 09/07/2008

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva fará hoje um último pedido para que George W. Bush, presidente dos Estados Unidos, termine seu mandato com a conclusão da Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC) como legado de sua administração. Bush deverá entregar a Casa Branca ao vencedor das eleições de novembro - o republicano John McCain ou o democrata Barack Obama - no início de 2009. O destino da Rodada Doha, em princípio, depende do gesto de Bush nas próximas duas semanas, quando as novas versões dos acordos sobre os capítulos agrícola e de abertura dos setores industrial e de serviços estarão sendo digeridas pelos membros da OMC.

O processo deverá ser decidido no dia 21, em Genebra, durante reunião de cerca de 30 dos países mais influentes nas negociações da OMC, entre os quais o Brasil. Se houver consenso ainda em julho, o acordo final poderia ser assinado ainda neste ano, antes de Bush passar a presidência americana a seu sucessor. Caso contrário, a Rodada terá de ser suspensa, com expectativa de retomada apenas a partir de 2010, ou ter seu fracasso declarado pela OMC. Apesar da aposta numa reversão da posição americana, o governo brasileiro não pretende fazer nenhum gesto adicional nessa etapa conclusiva.

"O Brasil avançou em tudo o que pôde. Nós já avançamos em um modelo de negociação, que é o possível", disse ontem o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, ao comentar o encontro bilateral de hoje.

O encontro entre Lula e Bush se dará em um hotel na ilha de Hokkaido, no Japão, após o café-da-manhã oferecido pelo governo japonês aos chefes de Estado do G-8 - os países mais ricos do mundo e a Rússia - e do G-5 - os emergentes Brasil, África do Sul, Índia, China e México. Esse foi o último encontro bilateral agendado para Lula.

Durante o dia, Lula também vai conversar reservadamente com os primeiros-ministros do Japão, Yasuo Fukuda, do Canadá, Stephen Harper, e da Itália, Silvio Berlusconi.

O andador do biodiesel- Celso Ming – Estado de São Paulo – Economia e Negócios - 09/07/2008

Na reunião de cúpula que o G-5 terá hoje com os chefes de Estado do G-8, no Japão, o presidente Lula vai repelir o jogo protecionista de líderes da União Européia para os quais o etanol brasileiro, além de nocivo ao meio ambiente, é produzido com o concurso de mão-de-obra semi-escrava.

Por aí se vê que, entre os biocombustíveis, o etanol daqui continua na condição de alvo preferencial. É o produto que mais ameaça tanto a indústria do petróleo como a do etanol de cereais nos Estados Unidos e na Europa. E, enquanto o etanol brasileiro permanecer na berlinda, o biodiesel ficará meio esquecido, sem necessidade de que o governo saia em sua defesa.

O problema do biodiesel não são os predadores externos. São os fundamentos do mercado num ambiente em que os preços da matéria-prima disparam no mercado internacional. Se tivesse de competir com o óleo diesel, cujos preços internos estão subsidiados, estaria na pior. No entanto, hoje tem de entrar na mistura com ele à proporção de 3 litros para cada 97 (até junho eram 2%), o que garante uma demanda interna de 1,2 bilhão de litros em 12 meses. Para suprir essa procura, a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) faz leilões periódicos de compra. Entrega o produto quem oferece o menor preço.

Tecnicamente, basta contar com gordura (vegetal ou animal) para que dela se possa obter biodiesel. No entanto, até agora, apenas o óleo de soja mostrou volume suficiente para garantir escala de produção. Alguns produtores ainda obtêm biodiesel de sebo animal, óleo de dendê, de girassol ou de canola. Mas enfrentam falta de competitividade.

O biodiesel de soja está às voltas com problema de custo da matéria-prima (veja o gráfico). “Em 2005, a tonelada de óleo de soja saía por R$ 1 mil. Hoje, vale, na média, R$ 2,5 mil”, relata Miguel Biegai, analista de mercado de bioenergia da Safras & Mercado.

Essa situação inverteu a equação de custos. Em 2005, o fabricante podia contentar-se com R$ 1 mil por tonelada. Hoje, tem de pedir R$ 2,5 mil. Há três anos, o litro de óleo diesel alcançava na refinaria R$ 1,22, e o do biodiesel saía por R$ 1,00. Hoje, o diesel está a R$ 1,33, enquanto o biodiesel está a R$ 2,69.

Nos leilões do ano passado, cujas entregas estavam previstas para até julho deste ano, o preço médio pago pelo litro de biodiesel chegou a R$ 1,86, o que fez com que os produtores trabalhassem com margens negativas. Esse cenário levou ao não-cumprimento de muitos contratos, sem que houvesse qualquer tipo de punição. “Esses mesmos produtores entraram novamente nos leilões e ganharam novos contratos”, observa José Carlos Hausknecht, da MB Agro.

O pior momento, para os analistas do setor, foi em março deste ano, quando a tonelada do óleo de soja tocou os R$ 3 mil. “Alguns produtores, que já tinham experiência no esmagamento de grãos, recorreram ao mercado futuro para compras antecipadas (hedge). Mas a maioria não o fez”, afirma o analista da Safras.

“Sem suporte oficial, o biodiesel não anda sozinho, e isso é assim aqui e no resto do mundo”, adverte Hausknecht. A esperança é que chegue logo o dia em que o biodiesel dispense esse andador.

Confira - Nada além - O comunicado do Grupo dos Oito (G-8) não adiantou nenhuma providência prática destinada a derrubar os preços do petróleo, dos alimentos e das commodities metálicas.

Revelou “forte preocupação” com a escalada, porque sabota o crescimento econômico e, no caso dos alimentos, pode atirar milhões de pessoas à fome.

O resto foram sugestões para que sejam incentivados investimentos que garantam aumento da produção e do refino de petróleo. Por enquanto, foi o suficiente para derrubar os preços do petróleo, que ontem caíram 3,8%. Falta saber até onde vai a força das palavras.

Cinismo alimentar – Folha de São Paulo – Opinião – Editorial - 09/07/2008

"CONTINUAMOS a promover o desenvolvimento de mercados abertos e eficientes para a agricultura e os alimentos." Sem um pouco de cinismo não se faz política, muito menos diplomacia, mas os líderes do G8 (as sete nações mais ricas e a Rússia) exageraram a dose no comunicado do grupo acerca de segurança alimentar, a propósito de sua reunião de cúpula, encerrada ontem no Japão.

O que as nações ricas continuam a promover, por meio de subsídios e barreiras a importações, é uma distorção brutal no mercado mundial de alimentos. O mundo desenvolvido -União Européia, Estados Unidos, Japão- despeja US$ 1 bilhão por dia para proteger sua agricultura, em geral ineficiente, da concorrência internacional.

Esse mecanismo inibe o investimento na produção agrícola no mundo em desenvolvimento, onde as terras e a mão-de-obra são mais baratas. Ceifa, portanto, oportunidades de incrementar a produção global de alimentos e, ao mesmo tempo, a renda nas regiões pobres do planeta.

Os subsídios e as barreiras a importações permitiram que EUA e países europeus insistissem em produzir biocombustíveis ineficientes como o feito do milho. Essa política acabou por diminuir a oferta de alguns alimentos, o que ajudou a empurrar o preço da comida para cima.

A resposta mais racional para a atual crise alimentar, embora só renda frutos em médio prazo, seria uma redução generalizada e substancial da ajuda dos países ricos a seus agricultores.

Esse passo, associado ao compromisso de investir em produtividade agrícola no mundo em desenvolvimento, daria mais segurança à oferta global de comida e proporcionaria uma fonte de emprego permanente a nações miseráveis, que hoje dependem de esmola internacional.
O comunicado do G8 também fala em concluir com "urgência" a chamada Rodada Doha de liberalização do comércio agrícola. Que esta não seja apenas mais uma manifestação de cinismo.

As baleias se movem. Devagar – Clovis Rossi – Folha de São Paulo – Opinião - 09/07/2008

HOKKAIDO - O G5, um informal clube das grandes economias ditas emergentes (Brasil, China, Índia, África do Sul e México, que somam 42% da população e 12% da economia mundial), está ensaiando deixar de ser o convidado de pedra do mundo rico nas cúpulas do G8, que reúne os sete países mais ricos do planeta e a Rússia, agregada por ter deixado de ser comunista. Ontem, o time do G5 reuniu-se no Grand Hotel de Sapporo, a uns 200 quilômetros do Windsor Spa Hotel, no qual terminava a cúpula do G8. Hoje, os emergentes saem de Sapporo para o luxuoso Windsor, para dialogar com os ricos, mas sem poder influir nas decisões destes, na medida em que o comunicado final do G8 já foi divulgado.

De todo modo, o G5 começou a estudar a hipótese de se reunir meses antes das cúpulas do G8, exatamente para dar tempo de preparar posições conjuntas e fazê-las chegar aos ricos na esperança de influenciar suas tomadas de posição. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva ofereceu o Brasil como sede desse encontro.

Na prática, o que se está vendo é uma coreografia de poder na governança global. Líderes como o presidente francês Nicolas Sarkozy já perceberam o óbvio: não adianta tomar decisões que não comprometam pelo menos China e Índia, com suas populações superiores a 1 bilhão de pessoas, as únicas que superam essa marca. Mas a engrenagem mundial move-se lentamente, muito mais lentamente do que as crises. Por isso, o G5 vai continuar jogando numa, digamos, segunda divisão pelo menos até o próximo encontro dos dois Gs, já marcado para a Sardenha, na Itália.

Pior: fica adiada indefinidamente a hipótese de uma ação coordenada entre esses 13 países para enfrentar o desafio do presente (a disparada de preços do petróleo e dos alimentos) e do futuro (o aquecimento global).

Ricos e emergentes colidem sobre o clima e a inflação – Clovis Rossi – Folha de São Paulo – Dinheiro - 09/07/2008

G8 promete cortar em 50% emissões de gases que causam aquecimento até 2050 - Meta é criticada por não ser "vinculante" e pela falta de objetivo no médio prazo; blocos divergem sobre ação contra alta global de preços

O G8, o clube dos sete países mais ricos do mundo e a Rússia, e o G5 (Brasil, China, Índia, África do Sul e México) chegam para a cúpula conjunta de hoje com posições bastante divergentes, quando não diretamente em confronto, como fica explícito nos comunicados finais que cada grupo emitiu separadamente ontem.

No capítulo "mudança climática", que deveria ser o principal tema dos encontros de Hokkaido (Japão), o G8 terminou sua própria cúpula com a decisão de "compartilhar" com todos os países a meta de reduzir pelo menos em 50%, até 2050, as emissões dos gases que causam o aquecimento global. Mas a meta "não é vinculante para o G8", conforme a Folha ouviu no Ministério de Relações Exteriores japonês.

Já o G5 (Brasil, China, Índia, México e África do Sul) preferiu dizer que "não se deve responsabilizar os países em desenvolvimento pelo que é clara responsabilidade dos países desenvolvidos".

Decodificando a embolada linguagem diplomática: ambas as partes reiteram as posições que trouxeram para Hokkaido.

O Japão e a União Européia, favoráveis à meta de reduzir as emissões em 50% até 2050, tentaram convencer os Estados Unidos a endossá-la. Mas o presidente George Walker Bush insistiu em que a China e a Índia também deveriam assumir compromissos fortes.

Resultado: o G8 terminou por jogar para o restante do planeta a responsabilidade de, "juntos", alcançar a meta, sem o que os Estados Unidos não se comprometem com ela. Como China e Índia, membros do G5, devolvem a bola para o campo dos países ricos, fica tudo como estava. Ainda mais que não houve, conforme já se previa, a fixação de metas para o médio prazo (2020), por mais que o comunicado do G8 diga que fazer progressos rumo à meta de 2050 "exigirá objetivos de médio prazo e planos nacionais para alcançá-los".

Com isso, o debate se transfere para as negociações no âmbito das Nações Unidas, que já tem reunião marcada para 2009 em Copenhague, em tese o novo marco zero da negociação sobre mudança climática.

Preços - No segundo tema relevante das cúpulas de Hokkaido (a situação econômica global, com destaque para a disparada de preços de alimentos e petróleo), as

ênfases são igualmente diferentes. Os países ricos não anunciaram nenhuma medida realmente de impacto para enfrentar o duplo desafio. No caso do petróleo, cobraram dos países produtores que aumentem a curto prazo a produção e a capacidade de refino, para aumentar a oferta. Para reduzir a demanda, "é importante fazer esforços adicionais para aperfeiçoar a eficiência energética assim como promover diversificação da energia".

Platitudes, portanto.

Já o G5 prefere, de novo, devolver a bola ao mundo rico, ao afirmar que "não é justo culpar as economias em desenvolvimento por esses problemas" [altos preços do petróleo e da comida]. Mais: a cúpula do G5 pôs ênfase na especulação, como um dos principais fatores a provocar a disparada dos preços tanto de alimentos como do petróleo. A do G8 minimiza esse aspecto. O chanceler Celso Amorim chegou a lembrar que "o que se vende de petróleo nos mercados futuros equivale à demanda de toda a China". Ou, posto de outra forma, "há clara contaminação entre os preços futuros e os atuais", diz o chanceler.

O único ponto de concordância entre os dois grupos é na necessidade de que se estude o problema dos preços, em especial o de alimentos e commodities. O G8 encomendou a um grupo de peritos o monitoramento e o apoio à Força Tarefa sobre a Crise Alimentar Global, já criada no âmbito das Nações Unidas. Caberá a ela estabelecer um "quadro abrangente de ação". Já o G5 limitou-se a dizer que é "urgente diagnosticar o problema e apontar soluções". As duas teses respondem, direta ou indiretamente, à constatação de que ninguém tem certeza sobre as causas da chamada "agflação", a disparada de preços de alimentos. Há vários fatores, que vão desde o aumento da demanda em grandes países emergentes, como China e Índia, até quebras de safras por desastres naturais, passando pela especulação que tanto preocupa o G5.

Qual o peso de cada fator, no entanto, ainda é matéria em aberto.

Os dois grupos ficarão frente a frente hoje, em dois momentos. Primeiro, na reunião entre G5 e G8. Depois, no MME (Meeting of Major Economies ou Encontro das Maiores Economias, do qual participam os países do G8 e do G5 mais Austrália, Indonésia e Coréia do Sul). Em tese, deveriam discutir mudança climática, até porque esses 16 países respondem por 80% das emissões de gases que causam o aquecimento global. Mas, se depender do G5, será dada "ênfase particular aos incrementos de preços de alimentos e energia", afirma o presidente do México, Felipe Calderón.

Rodada Doha volta a ser tema entre Lula e Bush – Folha de São Paulo – Dinheiro - 09/07/2008

Reunião de hoje, no Japão, pode ser o último encontro deles como governantes - O chanceler Celso Amorim espera de Bush "uma exortação para que o Brasil ajude, com outros países, a fazer avançar a negociação"

Os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e George Walker Bush, originalmente adversários ideológicos que se tornaram amigos, fazem hoje, na remota ilha de Hokkaido, no Japão, o que pode ser o último encontro deles como governantes.

O tema será o que mais ocupou os dois nesses quase seis anos em que coincidiram nos governos do Brasil e dos Estados Unidos: a Rodada Doha, o mais abrangente ciclo de negociações para liberalização do comércio, lançada em 2001 e ainda empacada.

Pelo menos é esse o palpite do chanceler Celso Amorim para o principal tema da reunião de hoje entre o o G8 e o G5.

Amorim espera de Bush "uma exortação para que o Brasil ajude, com outros países, a fazer avançar a negociação". É difícil que tenha êxito em seu propósito. "O Brasil já avançou tudo o que tinha para avançar", antecipa Amorim.

É uma alusão ao fato de que o país sinalizou com abertura para bens industriais, como demandam os países ricos, sem ter obtido tudo o que pretendia na área agrícola. Esse impasse vem desde o lançamento da Rodada Doha, faz sete anos, na capital do Qatar.

O que dá mais urgência ao eventual diálogo entre Lula e Bush sobre Doha é o fato de que, a partir do dia 21, haverá em Genebra uma reunião ministerial entre os 30 principais atores do processo, no que parece ser uma tentativa desesperada de alcançar um princípio de acordo antes das férias de verão na Europa.

Depois delas, os Estados Unidos entram na reta final das eleições presidenciais e não há hipótese de acordo nessas circunstâncias.

G8 aponta riscos na economia global e critica câmbio na China – Folha de São Paulo – Dinheiro - 09/07/2008

O grupo dos países mais industrializados (G8) expressou ontem forte preocupação sobre os altos preços dos alimentos e do petróleo, que colocam em risco a economia global -que já passa por sérios apertos financeiros.

Em comunicado divulgado no segundo dia da cúpula anual do grupo, o G8 pediu que a China aprecie o yuan -a moeda do país- e ajude a reduzir os desequilíbrios financeiros globais. "Em algumas economias emergentes com grandes e crescentes superávits em conta corrente, é crucial que a taxa efetiva de câmbio se mova para que ajustes necessários possam ocorrer", afirmou o G8. No comunicado, não houve menção a nome de nenhum país.

A inclusão da palavra "alguns" marca uma sutil diferença em relação às palavras utilizadas no comunicado do G8 no ano passado, que dizia que as economias em geral precisavam elevar o valor efetivo de suas moedas.

O G8 não fez outras menções de moedas em seu comunicado, mas uma autoridade sênior dos Estados Unidos afirmou que o presidente norte-americano, George W. Bush, reforçou o apoio a um dólar forte durante as conversas.

"O presidente obviamente reafirmou que é de seu interesse um dólar forte, e é seu compromisso um dólar forte", disse Dan Price, assistente de Bush para assuntos econômicos internacionais. "Houve uma conversa geral sobre taxas de câmbios", afirmou.

Riscos persistentes - Os líderes de Japão, Inglaterra, Canadá, Alemanha, França,

Itália, Rússia e Estados Unidos afirmaram que estão otimistas sobre a resistência de longo prazo de suas economias e sobre a perspectiva de crescimento global. Mercados emergentes em particular ainda estão crescendo fortemente e sustentam essa confiança.

"Mas a economia global está enfrentando agora incertezas e riscos persistentes. Entre outros pontos, nós demonstramos nossas fortes preocupações com os elevados preços das commodities, especialmente do petróleo e dos alimentos, uma vez que eles impõem um desafio sério para o crescimento estável do mundo todo", afirmou o comunicado do G8.

Ministros tentam mais uma vez salvar Doha – Valor econômico – Opinião – Editorial - 09/07/2008

A Rodada Doha vive de reuniões supostamente decisivas que apenas confirmam impasses e a próxima cúpula ministerial de 30 países, marcada para o dia 21 de julho, pode ser outra delas, embora haja chances remotas de um desenlace positivo. Os maiores incentivos para que as negociações sejam destravadas são a proximidade das eleições americanas e, em 2009, a troca dos comissários da União Européia que praticamente conduziram a maior parte do processo até aqui. As possibilidades de que sete anos de articulações se percam, porém, continuam muito grandes.

Algumas boas novas parecem estar saindo dos encontros múlti e bilaterais ocorridos nos últimos meses. Segundo Peter Power, o porta-voz do comissário para o Comércio da UE, Peter Mandelson, os europeus já não têm querelas com o G-20 sobre as espinhosas questões agrícolas. Para ele, a bola está agora com os Estados Unidos, que apresentam números para a redução dos subsídios agrícolas domésticos informalmente e não se comprometeram publicamente com nenhum até agora. Os americanos têm dotação para gastar até US$ 22 bilhões em subsídios e utilizaram menos que isso, algo em torno dos US$ 17 bilhões. Para que haja de fato uma redução dos incentivos, o G-20 exige que os EUA os cortem para a casa dos US$ 12 bilhões. O número que os representantes americanos andaram ventilando recentemente estaria em torno de US$ 13,5 a US$ 14 bilhões, bastante mais palatável para o Brasil e seus aliados.

As pressões para um acordo cresceram muito nos últimos dias, com a mudança da presidência da União Européia para as mãos de Nicolas Sarkozy. A França é a ponta-de-lança do protecionismo europeu e Sarkozy anda criticando publicamente as posições do negociador Peter Mandelson, considerando nocivas as concessões já apresentadas - corte de 54% nas tarifas agrícolas, redução de 70% nos subsídios domésticos e fim dos subsídios à exportação em 2013. Para Sarkozy, as propostas causarão uma redução de 20% na produção agrícola do bloco até 2015, se houver acordo, e um aumento significativo do desemprego no campo. Para os comissários de Comércio e Agricultura, no entanto, os números a que se refere o presidente francês foram baseados na hipótese de que todas as reivindicações do G-20 fossem atendidas, o que não ocorrerá nunca, segundo seus porta-vozes. Para eles, a queda da produção agrícola no período, com as propostas apresentadas, não ultrapassará em muito 1%.

Divergências públicas acentuaram a necessidade, por parte dos representantes europeus, de arrancarem concessões significativas e importantes o suficiente para acalmar seus críticos e mostrar que o sacrifício pode valer a pena - em suma, concessões

significativas dos países em desenvolvimento na abertura de mercado para produtos industriais e serviços. Neste ponto ainda não houve sinais claros de avanços. A UE, de acordo com Power, quer ver um corte genuíno nas tarifas reais e não apenas nas consolidadas. Da mesma forma, para ele, é um "dealbreaker" que a distribuição de linhas tarifárias nos produtos considerados sensíveis, que terão proteção especial, não se concentre em setores específicos.

Não há definição sobre a quantidade das linhas tarifárias de produtos sensíveis. Os documentos dos negociadores datados de maio apontavam dois números, 4% e 6%, para os países desenvolvidos e um terço a mais para os em desenvolvimento. O interesse específico dos europeus é evitar que o Brasil, por exemplo, concentre sua defesa no setor automobilístico, hoje protegido com tarifa de 35%. Apesar de boa parte das montadoras européias já estarem no país, elas querem ter as portas abertas para importar os carros de luxo, os mais rentáveis. Também não avançou muito a negociação para o corte das tarifas industriais. O documento dos negociadores menciona três possibilidades. A maior, com coeficiente 19 a 21, significaria corte tarifário médio de 58% a 60%. O mínimo seria o coeficiente 23 a 26, com cortes de 53% a 56%.

As pressões para que o G-20 faça importantes concessões serão acentuadas. O próprio bloco tem dissensões internas que o têm levado a oferecer o mínimo denominador comum, o que, a esta altura das negociações, será claramente insatisfatório. Parece impossível sair do impasse.

Lula e Brown apóiam Doha e pedem urgência – Denise Chrispim Marin – Estado de São Paulo – Economia e Negócios - 10/07/2008

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o primeiro-ministro britânico, Gordon Brown, defenderam ontem a conclusão das negociações da Rodada Doha da Organização Mundial de Comércio (OMC), mas alertaram que o tempo para o fechamento de um acordo é cada vez mais curto.

Em comunicado divulgado após encontro que mantiveram à margem da reunião do G-8, Lula e Brown afirmaram que “um sistema global de comércio aberto trará prosperidade para todos os países do mundo e ajudará a tirar milhões de pessoas da pobreza”. “Nós acreditamos firmemente que, em uma época de incerteza econômica em escala global e altos precos de alimentos, o que precisamos fazer é abrir mercados e expandir o comércio, e não recorrer ao protecionismo”, diz o comunicado.

Reiterando avaliações feitas habitualmente pelo presidente Lula, a nota afirma que as negociações técnicas praticamente se esgotaram e que o fechamento de um acordo depende de decisões políticas. “Precisamos agir com firmeza imediatamente. Se não o fizermos, falharemos em relação às pessoas mais pobres do mundo. O preço do fracasso seria grande demais.”

Depois do G-8, é cada um por si – Rolf Kuntz – Estado de São Paulo – Economia e Negócios - 10/07/2008

Os preços do petróleo só deverão cair gradualmente nos próximos cinco anos, segundo avaliação do Fundo Monetário Internacional (FMI), baseada na evolução dos mercados de futuros. Os preços dos alimentos poderão recuar, também gradualmente, em prazo mais curto. Algumas cotações cederam recentemente e previsões de melhores safras já influenciaram os negócios com trigo. Mas o custo dos insumos, em grande parte determinado pelos preços do óleo e de seus derivados, continuará a pesar. Nenhuma dessas projeções foi alterada pela inútil conferência de cúpula do Grupo dos 8 (G-8), formado pelas sete principais economias capitalistas e pela Rússia.

Sobrou apenas uma clara mensagem, e nada animadora, de todo o falatório da reunião encerrada ontem na ilha de Hokkaido, no Japão: as grandes potências não têm nenhuma ação conjunta para enfrentar os grandes problemas da economia global. Cada país terá de cuidar de si, se for capaz - este é o caso do Brasil - , e os mais pobres e mais afetados pela crise dos alimentos e pelo alto preço do petróleo só poderão contar com uma ajuda modesta para não afundar na miséria e na desordem social e política.

Por enquanto, essa ajuda está sendo proporcionada principalmente, e quase exclusivamente, pelo Banco Mundial (Bird) e pelo FMI. O Fundo já está empenhado em programas de auxílio financeiro a Benin, Burkina Fasso, Quirguízia, República Centro-Africana, Haiti, Mali e Níger e poderá estender o socorro a outras economias atingidas pelo choque externo.

Sem perspectiva de ação articulada, cada governo e cada banco central terão de traçar estratégias próprias para deter a disparada de preços e evitar a escalada inflacionária, devastadora principalmente para os assalariados e, de modo geral, para os pobres. O recado mais sensato foi transmitido em Hokkaido pelo diretor-gerente do FMI, Dominique Strauss-Kahn, convidado para o evento do G-8. “Quando vocês se inquietam com os preços altos do petróleo e da comida, devem pensar no crescimento, mas deveriam preocupar-se ainda mais com a inflação”, recomendou. A expansão da economia mundial já está prejudicada pelo aumento dos preços do petróleo - cerca de 70% desde o começo do ano. Esse encarecimento deve cortar entre 0,75 e 1 ponto de porcentagem do crescimento econômico em 2008. Mas a pressão inflacionária não está restrita aos mercados de petróleo e de alimentos, lembrou o diretor-gerente do FMI.

O desafio, agora, é limitar os efeitos de segunda ordem, a generalização dos aumentos de preços, observou Strauss-Kahn. Se o contágio continuar, o ajuste dos mercados será retardado, a expectativa inflacionária dificultará o crescimento e os pobres serão prejudicados, por serem menos capazes de se defender da inflação, argumentou o diretor-gerente do FMI.

No Brasil, o contágio é cada vez mais evidente. Já não se trata apenas de inflação importada, nem de pressões localizadas setorialmente.

Na economia brasileira, a permanência de contratos indexados eleva o risco de transmissão da alta de preços. Esse risco é cada vez mais claro na evolução dos Índices Gerais de Preços (IGPs) calculados pela Fundação Getúlio Vargas. O IGP-DI de junho, divulgado ontem, subiu 1,89% em junho. A elevação em 12 meses chegou a 13,96%. O

Índice de Preços por Atacado (IPA), item mais importante do índice geral, aumentou 2,29% no mês passado e 17,90% em 12 meses.

O aumento dos preços por atacado não se transfere necessariamente ao varejo, mas o repasse é tanto mais fácil quanto mais forte a demanda final e menor, portanto, a resistência em cada elo da transformação e da circulação de mercadorias.

A grande tarefa das autoridades monetárias, nesta altura, é criar barreiras ao repasse e à contaminação dos preços e dos salários. O aumento da inflação foi classificado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) como “o principal destaque econômico do primeiro semestre”. Em seu novo boletim de conjuntura, divulgado ontem, a projeção de crescimento em 2008 caiu de 5% para 4,7%. A inflação prevista subiu de 4,7% para 6,4%, quase no teto da meta (6,5%). A CNI já não condena a política de juros. Ao contrário: saúda como positiva a “possibilidade de maior consonância entre as políticas fiscal e monetária”, dada a promessa do governo de elevar para 4,3% do PIB o superávit primário. Há quem julgue essa “consonância” insuficiente, mas o ministro da Fazenda prefere chamar de alarmista quem pede mais ação contra a alta de preços.

Clima, preços e realismo – Clovis Rossi - Folha de São Paulo – Opinião - 10/07/2008

HOKKAIDO - Coube ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva injetar uma certa dose de realismo na reunião de cúpula entre o G5 (Brasil, China, Índia, África do Sul e México) e o G8, o exclusivo clubão dos sete países mais ricos do mundo e a Rússia.

Começou lendo tabela sobre quanto cada país relevante emite de CO2 (gás carbônico), um dos gases que causam o efeito estufa e, por extensão, o aquecimento global, o grande fantasma para o futuro do planeta.

E terminou pondo na sala de debates a palavra "especulação" para se referir a uma das causas da disparada de preços do petróleo e dos alimentos, o grande fantasma no presente do planeta. Não que a tabela que Lula leu seja novidade. Os dados são de 2005. Foram coletados por um instituto norte-americano de energia, o que retira da iniciativa do presidente uma eventual suspeita de que estivesse querendo proteger o Brasil.

Os EUA são, sabidamente, o maior emissor de gases, o que o levantamento confirma. Até agora, no entanto, países ricos e pobres ficavam discutindo o fantasma na base de "se você fizer, eu faço. Se não, nada feito". E nada se fazia mesmo. Agora, diz Lula, deve-se armar uma "base numérica real" a partir da qual formular cursos de ação.

Quanto à especulação, é uma palavra quase tabu na mesa dos grandes. Tanto que, na cúpula do G8 de 2007, Angela Merkel, a chanceler alemã, queria que o G8 adotasse uma regulação mais rígida e um código de conduta (voluntário) para os agentes dos mercados financeiros. Foi derrotada e o assunto sumiu da agenda. Lula (e também o presidente mexicano Felipe Calderón) o recolocou ontem. Como seus discursos serão (ou não) aceitos dirá muito sobre a perspectiva de uma efetiva mudança (ou não) na diretoria econômica do planeta. crossi@uol.com.br

"Não venderei o Mercosul", diz presidente – Folha de São Paulo – Dinheiro - 10/07/2008

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse a seu colega George W. Bush que não vai "vender o Mercosul" para que seja possível fechar o acordo que desbloqueará a Rodada Doha de liberalização comercial.

É uma alusão ao fato de que um dos principais pontos em discussão se refere ao tratamento a ser dado ao Mercosul na redução de tarifas para a importação de bens industriais.
Se for tratado como um bloco, aumenta a margem de proteção que pode oferecer a setores industriais. Se for cada país isoladamente, cai a proteção. O Brasil se diz confortável com o nível de abertura que está em discussão em Genebra, mas a Argentina exige mais. É por isso que Lula diz que não "venderá" o bloco dos países sul-americanos. Na verdade, não "venderá" a Argentina.

Bush, de seu lado, mostrou-se tão disposto a levar os Estados Unidos a fechar o acordo que comentou com Lula que vai vetar a "Farm Bill", a legislação que regula os subsídios aos agricultores norte-americanos, fortemente protecionista.

A disposição dos dois presidentes não é nova. Desde que tomaram posse, manifestam empenho em fechar a Rodada Doha, lançada em 2001.

Mas a boa vontade retórica esbarra sempre em dificuldades práticas.
A nova manifestação dos dois ganha relevo por ter se dado a 12 dias de uma reunião entre ministros dos principais atores do comércio global, que tende a ser a última chance de encaminhar um entendimento antes de que as férias de verão no hemisfério Norte, seguidas pela reta final das eleições norte-americanas, coloquem Doha em hibernação.

Um segundo empurrão político veio do encontro entre Lula e o primeiro-ministro britânico Gordon Brown.

Em nota conjunta, dizem que se "está mais perto do que nunca de um acordo", mas que "a janela de oportunidade para alcançar esse acordo é pequena e está se fechando".

Termina com um tom grave: "O preço do fracasso seria grande demais".

"Puxadinho" realça diferença entre G8 e G5 – Clovis rossi – Folha de São Paulo – Dinheiro - 10/07/2008

O galpão que o governo japonês armou para os jornalistas, ao lado do gigantesco Windsor Hotel Toya, na ilha de Hokkaido, a mais ao norte do país, era ontem a explicitação do diferente status de que gozam o G8, o clube dos ricos, e o G5, o grupo dos emergentes, que estavam reunidos nos 16.782 m2 do complexo.

O galpão -ou "puxadinho", como preferiu chamá-lo uma repórter do sistema oficial de informação do governo brasileiro- tinha uma área reservada para o que um cartaz em japonês e inglês avisava ser "USA protected pool", sendo "pool" o jargão para designar um grupo de jornalistas que se reúne para acompanhar determinado acontecimento.

Havia cadeiras estofadas e confortáveis, havia garrafas térmicas com café e havia, principalmente, a sacola do elegante hotel e spa com lanche, sobremesa e refrigerante -tudo organizado pela Casa Branca.

Quando os jornalistas brasileiros desembarcaram no "puxadinho", às 6h de ontem (18h de terça em Brasília), para acompanhar o encontro Lula/ Bush, mal haviam dormido (o ônibus os recolhera às 5h), não haviam comido nada nem tomado algo quente na manhã surpreendentemente gelada para o verão do hemisfério Norte.

Ainda por cima, suas cadeiras (como a de todos os demais jornalistas que não pertencessem ao "White House Press Corps", a turma que cobre a Casa Branca) eram comparativamente bem mais pobres.

Diferente status, diferente criatividade: Marcos Uchôa, enviado especial da Rede Globo, deixou de lado por instantes o livro "The Red Dust" (sobre a China, na qual Uchôa estará logo mais, cobrindo a Olimpíada) para improvisar outro cercadinho. Juntou cadeiras (as mais pobres), sobre elas pôs caixas abertas de papelão, "bem favela", e um cartaz rústico feito à mão: "Unprotected Brazilian pool".

Virou atração turística: os jornalistas norte-americanos fotografavam o cartaz com a avidez de turista japonês. E, a cada vez que o "puxadinho" recebia um novo grupo, à espera de um evento qualquer no hotel vizinho, repetia-se a sessão de fotos. O cartaz ganhou até espaço na filmagem de um cameraman sul-africano.

Diferenças de status - Diferenças de status dissolviam-se diante do formidável aparato de segurança que o governo japonês preparou para as cúpulas de Hokkaido. Os jornalistas passavam por uma checagem de segurança ao chegar ao Centro Internacional de Mídia, a 30 quilômetros, entravam nos ônibus, chegavam a um segundo "check-point" e tomavam outro ônibus para finalmente chegar ao "puxadinho".

Nem os mais próximos auxiliares do presidente Lula escaparam do rigor. Paulo de Oliveira Campos, chefe do Cerimonial, e Marco Aurélio Garcia, assessor diplomático, quiseram sair do hotel depois do almoço, para fumar um charuto, mas foram impedidos.

"Tivemos que engrossar", contaram depois, enquanto saboreavam seus puros.

Promessa italiana - É certo que, no ano que vem, na Itália, a segurança será tão rígida como no Japão. Mas o primeiro-ministro italiano, Silvio Berlusconi, anfitrião em 2009, anunciou que o G5 ganhará um "upgrade". No Japão, houve uma reunião do G8 com países africanos no primeiro dia, a cúpula do G8 propriamente dita na terça-feira, e finalmente o encontro G8/G5 ontem, no encerramento.

Em 2009, na Sardenha, a reunião com os africanos incluirá o G5.

Não chega a colocar o G5 no andar de cima, mas "é uma evolução extremamente importante", diz o presidente Lula.

Linguagem da bola - O que unifica os dois grupos é a linguagem universal do futebol. Ao chegar à suíte em que se reuniria com Lula, Berlusconi cumprimentou os jornalistas e foi logo dizendo: "Gosto muito do Kaká e do [Alexandre] Pato", jogadores do Milan, o clube do qual o primeiro-ministro italiano é dono.

Depois, comentou que não é o Milan que não quer liberar Kaká para disputar os

Jogos Olímpicos, mas o próprio jogador que prefere não ir a Pequim. "Está cansado", diz Berlusconi. O premiê cai depois na demagogia, ao dizer por que não vai contratar Ronaldinho Gaúcho: "Pediram muito por ele e eu, como presidente do Conselho de Ministros, não posso gastar dinheiro porque tenho que usá-lo com os pobres. Aliás, sou o maior doador para os pobres, porque pago US$ 1 milhão por mês de impostos".

Lula entra na sala e também fala de Kaká: "Vai para o Corinthians", seu time do coração, brinca.

Mais tarde, em entrevista aos jornalistas, Lula puxa a bola de cristal para avisar que, "até 2016, o Brasil já virou uma grande potência" e, por isso mesmo, será escolhido para sediar a Olimpíada daquele ano (o Rio é candidato).

Pelas dúvidas, Lula irá a Pequim para a cerimônia de abertura dos Jogos Olímpicos deste ano, mas também para "cabalar votos" para o Rio. "Vou fazer boca-de-urna porque o sistema de votos favorece os europeus, que têm 50% dos delegados" que escolhem a cidade-sede. **(CLÓVIS ROSSI)**

Descontraídos, Lula e Bush apóiam Doha – Valor Econômico – Internacional - 10/07/2008

Os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e George W. Bush se reuniram ontem pela manhã no Japão sob um clima de descontração para expressar apoio ao avanço da Rodada Doha. Em fim de mandato, o presidente Bush mostrou-se à vontade com Lula e recebeu-o com um beijo no rosto. Depois, repetiu o afago com o ministro das Relações Exteriores Celso Amorim.

Bush sinalizou a Lula que está "muito decidido" a alcançar um acordo agrícola e industrial na Rodada Doha em duas semanas. Por sua vez, Lula deixou claro seu engajamento na negociação global, mas alertou que "não vai vender o Mercosul", ou seja, qualquer acordo precisa levar em conta flexibilidades para o bloco e não tentar dividir seus quatro sócios.

Lula assinou também uma nota com o premiê britânico, Gordon Brown, na qual exortam os países a agirem com "firmeza" imediatamente para fechar um acordo que "está mais perto do que nunca".

Bush recebeu Lula num rápido encontro marcado pela descontração, na ilha de Hokkaido. Este pode não ter sido a última reunião entre os dois. A Casa Branca sondou Brasília para eventual participação de Bush na grande conferência sobre o etanol que o Brasil vai organizar em novembro. Na conversa, o presidente americano perguntou sobre dificuldades na rodada. Mas quando a representante comercial dos EUA, Susan Schwab, e Amorim passaram a detalhar pontos da negociação, Bush cortou dizendo que não queria entrar em tecnicalidades. "Vocês resolvem isso", teria dito aos dois.

Ao comentar o encontro, o presidente da Comissão Européia, José Manuel Barroso disse: "Penso que as mensagens emitidas pelos presidentes Bush e Lula foram muito mais claras do que as de antes sobre a urgência de um acordo e sobre a ânsia por um acordo". Para Brown, "o que é novo é que o Brasil deixou claro hoje (ontem) que quer um acordo". A França também teria mostrado maior disposição. Analistas crêem que a última chance

para a assinatura de Doha antes de Bush deixar o cargo em janeiro será a reunião em Genebra no dia 21 entre EUA, União Européia, Índia, Brasil e outros.

No encontro, Lula falou ainda da alimentos e disse que o Brasil ajuda Cuba e Venezuela a aumentarem a produção de soja. Bush teria reagido com um "muito bem". O clima estava tão leve que além dos beijos em Lula e em Amorim, Bush se dirigiu pelo nome ao assessor especial Marco Aurélio Garcia e ao tradutor Sérgio Ferreira. **(AM)**

Presidente diz apostar em agricultura familiar – Valor Econômico – Internacional - 10/07/2008

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse ontem aos dirigentes do G-8 e de outras grandes economias emergentes que pode em pouco tempo dobrar produção agrícola do país, quando levar mais tecnologia para a agricultura familiar.

Ao contrário de outros dirigentes, Lula reiterou que o país não vê a alta dos preços dos alimentos como um problema, mas como uma grande oportunidade, e que o desafio agora é produzir mais. "Há cinco anos que o mundo está comendo estoques. E, se não os repõem, um dia vai faltar", disse.

Para indicar como o Brasil pode aproveitar as oportunidades em meio à crise, ele explicou que o governo vai colocar R$ 25 bilhões até 2010 à disposição para a agricultura familiar, que vai financiar 60 mil tratores.

Para o presidente brasileiro, quando a tecnologia chegar ao setor de agricultura familiar, o país poderá em pouco tempo dobrar a produção agrícola brasileira, já que esse segmento é responsável por quase 70% de todo o alimento consumido atualmente no Brasil.

Enquanto o presidente americano, George W. Bush, reconhecia que a alta do preço do petróleo vem sendo o grande impulsionador da explosão do preço dos alimentos e da inflação global, Lula defendeu o etanol e voltou a atacar especulação financeira.

Exemplificou que a especulação chegou a tal ponto no mercado futuro de petróleo ele já tem comercializado hoje a mesma quantidade de barris que a China consome. Ou seja, existe o dobro de petróleo virtual, o que pode explicar em parte o barril a quase US$ 150.

"Os mais precipitados consideram que o biocombustível é o responsável (pela crise alimentar), quando isso poderia ser no caso do milho nos Estados Unidos", afirmou o presidente brasileiro. Lula reclamou que ninguém quer discutir o efeito do petróleo sobre os alimentos.

No Brasil, o custo da energia representa hoje 30% no preço dos alimentos.

Nesse cenário, o presidente cobrou do diretor-gerente do FMI, Dominique Strauss-Kahn, que a entidade explique a especulação, para ajudar a definir medidas a serem tomadas.

No encontro, o presidente atacou também a nova lei de imigração européia, que pode ser bastante dura para brasileiros vivendo no velho continente. "Migrantes não têm que ser tratados como problema policial, e sim social e econômico. O Parlamento Europeu tratou isso com muita dureza", reclamou. **(AM)**

Brasil ataca novo texto da OMC para Doha – Renata Veríssimo – Estado de São Paulo – Economia e Negócios - 11/07/2008

As negociações ministeriais na Rodada Doha, marcadas para o dia 21, não serão destravadas se prevalecer o texto divulgado ontem pela Organização Mundial do Comércio (OMC), a partir do qual terá início o debate em Genebra com representantes de 30 grandes potências comerciais. Os negociadores brasileiros não ficaram satisfeitos com a versão que trata da redução dos subsídios agrícolas dos países industrializados - principal reivindicação dos países em desenvolvimento, como o Brasil.

"A postura dos países desenvolvidos vai determinar a possibilidade de êxito da Rodada. Se chegarem com uma postura protecionista, vão contaminar o resultado da reunião", afirmou o subsecretário-geral de Assuntos Econômicos e Tecnológicos do Itamaraty, embaixador Roberto Azevedo.

Para ele, o Brasil deu sinais de que está disposto a fazer aberturas importantes de seu mercado para produtos manufaturados. "Mas não vamos fazer essa abertura sozinhos. Não vamos pagar a fatura da Rodada Doha sozinhos", afirmou.

Na avaliação do Itamaraty, o texto deixou uma margem para que os países industrializados não façam a abertura do mercado agrícola em áreas consideradas sensíveis. O embaixador disse que o documento deixa "hiatos importantes".

Azevedo acredita que o texto deixa alternativas que podem levar a resultados bons ou ruins tanto na redução dos subsídios quanto na expansão de cotas para importação de produtos agrícolas. "É difícil dizer o que vai sair da reunião."

Por outro lado, foi considerado uma vitória o reconhecimento por parte dos países da OMC da condição especial do Mercosul. O texto que trata da abertura dos setores industrial e de serviços propõe que o limite de volume de comércio que terá regras mais flexíveis na aplicação da fórmula de degravação tarifária (ou seja, que poderá continuar com proteção maior) será determinado pelo Brasil.

Esse mecanismo possibilitará que mais produtos fiquem fora da abertura total de comércio. Como os sócios do Mercosul têm comércio restrito, eles chegariam rapidamente ao limite de linhas tarifárias estabelecido pela OMC, o que reduziria os benefícios para o Brasil, que tem o compromisso de aplicar a Tarifa Externa Comum (TEC) do bloco.

A reunião em Genebra foi convocada com o objetivo de concluir as negociações de liberalização do comércio mundial da Rodada Doha, que começou em 2001 e deveria ter sido concluída em 2004. Os emergentes pedem mais acesso aos mercados agrícolas dos países desenvolvidos, que querem uma entrada maior para seus bens industriais no resto do mundo. Nesta semana, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva pediu ao presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, que ajude a destravar as negociações.

MOMENTO DECISIVO - Para o diretor-geral da OMC, Pascal Lamy, "os textos revisados preparam o cenário para um momento decisivo da Rodada Doha". "Um acordo para a abertura do comércio agrícola e de bens implica mais crescimento, melhores perspectivas de desenvolvimento e um sistema comercial mais estável e previsível. Não devemos deixar escapar essa oportunidade", afirmou.

A Comissão Européia, órgão executivo da União Européia, considerou positivas as

mudanças nas propostas, mas acredita que ainda há “importantes diferenças” a serem resolvidas. “Estamos comprometidos com essas negociações, mas necessitamos de esforços sérios de nossos sócios para alcançar um acordo equilibrado”, disse o porta-voz do comissário de Comércio da UE, Peter Mandelson.

Don Stephenson, embaixador do Canadá e mediador para temas industriais, disse que espera diminuir as divergências entre os países antes do dia 21. “Esse texto não está concluído, existem ainda muitos pontos por resolver.” **COM AGÊNCIAS INTERNACIONAIS**

Sarkozy critica País e diz que 'contas não fecham' – Estado de São Paulo – Economia e Negócios - *Dow Jones Newswires* - 11/07/2008

O presidente da França, Nicolas Sarkozy, também atual presidente da União Européia (UE), disse ontem que “as contas não fecham” para um eventual acordo na OMC. Ele criticou países em desenvolvimento, entre eles o Brasil. “Estamos unânimes, na Europa, ao dizer que no estado atual das coisas as condições não estão certas”, afirmou Sarkozy, no Parlamento Europeu.

“O Brasil não fez esforços para baixar as barreiras tarifárias de produtos industriais. Também não houve esforço no caso dos serviços, e o que se pode dizer do fechamento total do mercado chinês?', disse. Para ele, 'um acordo é preferível a nenhum acordo”. “Mas não digam que sem acordo não haverá crescimento econômico. Por sete anos não houve acordo e o mundo teve um crescimento sem precedentes.”

Com Mercosul dividido, OMC refaz propostas para Doha – Marcelo Ninio – Folha de São Paulo – Dinheiro - 11/07/2008

O Mercosul irá dividido à reunião ministerial do próximo dia 21 em Genebra (Suíça), que pode ser a última chance de destravar ainda neste ano a Rodada Doha, de liberalização comercial. Ontem, a OMC (Organização Mundial do Comércio) apresentou uma revisão das propostas que servirão de base para o encontro.

O mediador da negociação industrial, Don Stephenson, reconheceu que restam divergências entre os países do bloco sul-americano. Ele frisou que o parágrafo que trata do Mercosul no texto apresentado ontem está sem colchetes, o que na linguagem diplomática significa que foi aprovado. "Mas não diria que há consenso", admitiu o diplomata canadense.

A origem do desacordo está em Buenos Aires. A Argentina não concorda com a fórmula proposta pela OMC -e aceita pelo Brasil- para calcular flexibilidades para as indústrias de uniões aduaneiras. Exige mais.

A fórmula, que usa como base o valor do comércio exterior do Brasil, permitiria ao Mercosul proteger até 14% de suas linhas tarifárias dos cortes de tarifas de importação

aplicados a outros produtos. Embora o Itamaraty considere a proposta boa para todos os países do bloco, a relutância argentina poderá criar um impasse na negociação. Anteontem, no Japão, o presidente Lula deixou claro que, entre Doha e o Mercosul, o Brasil escolherá o segundo.

O Mercosul será só um dos pontos de atrito que os negociadores tentarão eliminar. Tanto na proposta de Stephenson como na do mediador de agricultura, Crawford Falconer, há vários itens sem acordo.

A aproximação do encontro dos ministros aumentou a polarização entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. Ontem, ao discursar no Parlamento Europeu, o presidente da França, Nicolas Sarkozy, culpou Brasil e China pelas dificuldades de um acordo.

"A Europa não pode continuar fazendo esforços se as outras grandes regiões do mundo não estiverem decididas a avançar", afirmou Sarkozy, que no início do mês assumiu a presidência rotativa da UE. "O Brasil não fez nenhum esforço para baixar as tarifas alfandegárias na indústria, não há qualquer esforço nos serviços. E o que se pode dizer do fechamento do mercado chinês?"
O governo brasileiro e outros países emergentes dizem o contrário: as negociações não avançam devido à resistência de países ricos, como a França, em eliminar os subsídios bilionários que concedem a seus agricultores. Os EUA, por sua vez, jogaram ontem a responsabilidade nos emergentes. "É hora de os grandes países emergentes darem uma contribuição para a abertura de mercados", disse Gretchen Hamel, porta-voz da representante de Comércio dos EUA.

No Brasil, a equipe de negociadores do Itamaraty passou a tarde de ontem analisando os papéis da OMC e avaliam que os documentos permitem "avanços concretos", mas isso ainda depende da atuação dos países desenvolvidos nas próximas reuniões.

"O texto em si não garante que os países desenvolvidos vão avançar. Se chegarem à reunião com uma postura protecionista, muito rígida, vamos ter grandes dificuldades", disse o embaixador Roberto Azevedo, principal negociador brasileiro no Itamaraty.

Novos textos para a Rodada Doha desagradam setor agrícola brasileiro -Raquel Landim – Valor Econômico – Brasil - 11/07/2008

Está mais difícil o setor agrícola brasileiro aceitar um acordo na Rodada Doha, da Organização Mundial de Comércio (OMC), após os textos divulgados ontem pelos mediadores da negociação. Os documentos deixaram em aberto duas possibilidades que desagradaram muito os produtores rurais: a criação de novas cotas, que pode atingir o etanol, e o aumento das tarifas de importação, caso sejam acionadas salvaguardas especiais.

"O Brasil vai dar a sua contribuição, mas não vai pagar pela Rodada", disse ao Valor o principal negociador brasileiro, embaixador Roberto Azevedo. Segundo ele, não está claro qual será a contribuição dos ricos para a negociação. "Eles têm a

responsabilidade de liderar o processo, porque quem distorce mais tem que contribuir mais".

Ontem, os mediadores das negociações agrícola, Crawford Falconer, e industrial, Don Stephenson, divulgaram em Genebra a terceira revisão dos documentos de modalidades, produzidos pela primeira vez em julho de 2007. O objetivo é simplificar as negociações e viabilizar a reunião de ministros da OMC, convocada para o próximo dia 27.

"Os textos revisados preparam o palco para um momento decisivo da Rodada Doha", disse o diretor-geral da OMC, Pascal Lamy. Segundo ele, os ministros precisam de textos "claros e precisos", porque as questões são complexas. "Não podemos deixar a oportunidade escapar por entre os dedos", reforçou. Se essa reunião fracassar, a Rodada pode entrar num longo período de hibernação à espera da troca de governo nos Estados Unidos.

Azevedo reconheceu que o movimento é positivo na medida em que pode viabilizar a reunião, mas ressaltou que "se os textos simplificarem na direção errada, não adianta". Ele evitou comentar o texto agrícola, que considerou "complexo" e deve ser examinado "com cuidado", mas afirmou que o texto industrial traz avanços ao admitir tratamento especial para o Mercosul.

Uma análise preliminar do Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (Icone), think-tank financiado por entidades agrícolas, apontou problemas graves, que não estavam presentes antes. Um novo parágrafo do texto abre duas possibilidades: declarar qualquer produto como sensível e criar cotas como compensação, ou escolher como sensíveis apenas produtos que já tinham cotas no período pré-Doha.

A situação é séria, porque os europeus já demonstrou interesse em criar cotas para a importação de etanol. Os EUA também podem seguir esse caminho, se forem obrigados a mexer na tarifa. "Entrou na discussão a criação de novas cotas. No texto anterior, o pressuposto é que não podia", avaliou André Nassar, diretor-geral do Icone. Conforme Azevedo, essa possibilidade já existia nas conversas dos negociadores, embora ainda não estivesse formalizada. "Prefiro assim do que um texto ambíguo, mas é evidente que preocupa", disse.

Outro ponto importante é a possibilidade de os países aumentarem as tarifas cobradas hoje para produtos agrícolas. O texto agora prevê que, ao utilizar a salvaguarda especial, os países em desenvolvimento podem ultrapassar em 15% ou 15 pontos percentuais as tarifas estabelecidas na Rodada Uruguai.

Um exemplo hipotético: a China poderia elevar a tarifa de importação de soja em grão dos atuais 3% para até 18%. Essa exceção poderá ser aplicada por apenas um ano para dois a seis produtos por país. "Não tem nenhuma racionalidade a OMC promover aumento de tarifa, mesmo que seja por 12 meses", reclamou Nassar.

Na negociação industrial, o Brasil conseguiu uma vitória. Está fora dos colchetes - o que não linguagem diplomática significa que foi aceito - um tratamento diferenciado para o Mercosul. Ao estabelecer a lista de sensíveis, os países devem garantir que não ultrapassará 12% a 19% do comércio (o percentual ainda será definido). No caso do Mercosul, será medido pelo volume de comércio do Brasil. Isso alivia a pressão sobre os outros membros, cujo comércio é concentrado em alguns produtos. A lista de sensíveis da Argentina chega a representar quase 30% do volume de comércio. "É um reconhecimento de o Mercosul merece tratamento diferenciado como união aduaneira", disse Azevedo.

G8 ou "talk show"? - Clovis Rossi – Folha de São Paulo – Opinião - 12/07/2008

PARIS - Na quarta-feira, no interminável plantão a que os jornalistas fomos submetidos durante as cúpulas do G8 e do G5, à espera de fragmentos de informação, eis que surge na tenda armada ao lado do Windsor Toya Hotel a leva de fotógrafos franceses que haviam sido levados para a sua "photo opportunity" (texto "opportunity" é mais rara ainda).

Abrem seus computadores e exibem fotos de Nicolas Sarkozy de calção e camiseta fazendo seu jogging na mata que circunda o hotel-bunker dos presidentes. Estivesse menos bêbado de sono, teria até ficado indignado. Se a noção de "photo opportunity" do governo francês e dos organizadores é essa, os brasileiros somos incrivelmente sérios e austeros.

Dois dias depois, vejo no "International Herald Tribune", a muito bem feita edição global do "New York Times", que fazer jogging não foi nem mesmo figuradamente a atividade principal a que se dedicaram os governantes.

Michael Schlesinger, climatologista da Universidade de Illinois, ao comentar os resultados das cúpulas, disse que o que os governantes fizeram foi "talk the talk", não "walk the walk". Em inglês fica melhor porque rima. Traduzido literalmente daria "falaram a fala", mas não "caminharam o caminho" (menos Sarkozy, claro). Em português: um colossal blablablá.

Nenhuma surpresa, aliás. Salvo nos anos 70, quando uma ou outra cúpula do G8 resultou em ações para reequilibrar o câmbio entre o dólar e as moedas de seus sócios no clubão (então de apenas sete países), não há outro resultado palpável do "talk show".

Aliás, "talk shows" são mais produtivos porque exibidos ao público. O dos governantes fica em circuito fechado. No máximo, alguns deles contam a jornalistas de seus países o que disseram. Mas não contam a reação dos outros. Fica tudo muito pobre. crossi@uol.com.br

Para Pinheiro Guimarães, AL precisa de um Plano Marshall - Sergio Leo – Valor Econômico – Especial – 14/07/2008

Logo à entrada do gabinete do secretário-geral do Ministério de Relações Exteriores, Samuel Pinheiro Guimarães, o desajeitado troféu Juca Pato - Intelectual do Ano, conferido em 2006 pela União Brasileira dos Escritores, lembra que o polêmico diplomata é, também, referência para uma parte importante da intelectualidade brasileira. No Itamaraty, despertou críticas com seus métodos de gestão, que incluíam a exigência de leitura de livros apontados por ele, para diplomatas em vias de promoção, mas firmou reputação de bom administrador, garantindo melhoria de infra-estrutura e de salários para o ministério.

Mestre em Economia pela Universidade de Boston, Pinheiro Guimarães é visto, hoje, como a face mais à esquerda da diplomacia brasileira, pelos críticos e pelos admiradores da política externa do governo Lula. É influente, e um dos principais emissários do governo em missões delicadas, embora, quando indagado, minimize sua atuação.

Sabedor da forte repercussão que costumam ter suas idéias, Pinheiro Guimarães evita entrevistas, embora publique regularmente livros sobre política externa, como o último deles, "Desafios Brasileiros em Terra de Gigantes", que alinha ameaças e estratégias para a atuação do Brasil, no continente e em outras instâncias internacionais e faz comentários cortantes, como a afirmação de que os Estados Unidos são um país de "povo democrático e elite autoritária".

Para o Valor, Pinheiro Guimarães fala das Farc, Argentina, Itaipu, Estados Unidos, e defende uma "espécie de Plano Marshall" para a América do Sul, mencionando o apoio americano para a reconstrução da Europa devastada do pós-guerra. "Não há concessões excessivas quando as diferenças são tão extraordinárias e quando nossos interesses as exigem", comenta. Mas pede que leiam o contexto de suas afirmações.

Valor: *O que diferencia a União das Nações Sul-Americanas (Unasul) de outras instituições no continente que não saíram da retórica?*

Samuel Pinheiro Guimarães: Tudo. A Unasul é o primeiro organismo sul-americano que reúne países subdesenvolvidos, com características comuns, para articular sua ação para dentro e para fora do continente. A Unasul já está sendo um extraordinário mecanismo de articulação e coordenação dos dirigentes da América do Sul. A defesa de nossos interesses comuns é vital em um mundo marcado pelo arbítrio, pela assimetria de poder entre Estados e pelas crises financeira, ambiental, energética e de alimentos. A redução do arbítrio e da assimetria e a solução dessas crises, que são fenômenos globais, dependerá de negociações que decidirão nosso futuro. As reuniões da Unasul geram oportunidades para encontros de presidentes e ministros, permitindo compreender os desafios de cada sociedade, definir esquemas de cooperação e articular posições comuns nas negociações com outros países e blocos.

Valor: *O Brasil deve pagar para reduzir as chamadas assimetrias e garantir a integração continental?*

Pinheiro Guimarães: As assimetrias são a característica principal da América do Sul e elas distorcem e dificultam a realização do nosso potencial. É indispensável que todos os países possam contribuir para o desenvolvimento econômico e para a estabilidade política da região e isso depende da redução das disparidades internas e das assimetrias entre eles. O livre jogo das forças de mercado e o livre comércio não serão suficientes para promover o desenvolvimento sempre que existirem gravíssimas deficiências estruturais e assimetrias enormes. Por esta razão, e até com menos razão, os países mais desenvolvidos europeus, em seu processo de integração, criaram fundos para o desenvolvimento dos países mais atrasados, em que os mais ricos contribuem com recursos importantes para o desenvolvimento dos mais pobres.

Valor: *E qual será o custo para o Brasil?*

Pinheiro Guimarães: Não há um custo em estabelecer melhores condições de financiamento de obras, de acesso a mercados, de investimentos. Há um custo enorme em não fazer ou em fazer como se os países fossem iguais em dimensão e potencial.

Valor: *O que está sendo planejado concretamente pelo governo?*

Pinheiro Guimarães: Um esforço maior de remoção dos obstáculos que dificultam a entrada de produtos dos vizinhos no mercado brasileiro, um maior esforço para melhorar as condições e volume de crédito para obras de infra-estrutura, um esforço maior para facilitar as transações comerciais aperfeiçoando os sistemas de pagamento em moeda local, um maior esforço para ampliar em muito os fundos de redução de assimetrias, tais como o Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul, o Focem. Acima de tudo, é preciso

imaginar um programa mais amplo, mais enérgico, mais generoso e mais ágil dos países mais ricos da região em favor daqueles mais pobres. Este programa é urgente, como foi o Plano Marshall para reconstruir a Europa, devastada após a guerra. Precisamos superar a devastação diária causada pelo subdesenvolvimento.

Valor: *O Brasil não tem feito concessões excessivas aos vizinhos, à custa dos interesses do país?*

Pinheiro Guimarães: Os interesses do Brasil, o seu desenvolvimento econômico e político, estão vinculados ao progresso econômico e à estabilidade política de cada vizinho e isto cada vez mais, devido aos laços que nos unem a eles e que tanto vêm se aprofundando e fortalecendo. Não há concessões excessivas quando as diferenças de dimensão são tão extraordinárias e quando nossos interesses as exigem para a construção de um bloco que nos fortaleça a todos.

Valor: *A ajuda aos vizinhos deve se dar mesmo que isso aumente os custos, para os brasileiros, de energia, por exemplo?*

Pinheiro Guimarães: A ajuda aos vizinhos reverte em benefício do Brasil. A construção da infra-estrutura, o desenvolvimento industrial, o aumento de demanda cria oportunidades não só para as empresas brasileiras mas para nossos trabalhadores pois aumenta a demanda por produtos e serviços brasileiros. O extraordinário aumento das exportações brasileiras, assim como os investimentos de empresas brasileiras nos últimos seis anos prova isto. Os custos serão sempre menores que os benefícios.

Valor: *O presidente do Paraguai transformou Itaipu em medida de sucesso de sua gestão. O Brasil deve atendê-lo e reajustar a tarifa da hidrelétrica, como ele pede?*

Pinheiro Guimarães: O cálculo da tarifa de energia leva em conta o custo de produção das diferentes empresas que operam no Brasil. A tarifa de energia elétrica de Itaipu é um dos componentes para o cálculo da tarifa geral. A tarifa de Itaipu obedece a método de cálculo definido pelo tratado, que tem sofrido ajustes ao longo do tempo, desde 1973. Preservado o elemento central do tratado, há sempre espaço para entendimentos técnicos. Há enormes possibilidades de cooperação entre Brasil e Paraguai para em benefício mútuo promover o seu desenvolvimento. O presidente Lugo e o presidente Lula sabem da importância deste esforço de compreensão e de cooperação.

Valor: *As medidas protecionistas na Argentina e as restrições às exportações não comprometem a integração do Mercosul?*

Os interesses do Brasil estão vinculados ao progresso econômico e à estabilidade política de cada vizinho "

Pinheiro Guimarães: O Brasil é o principal fornecedor da Argentina no mundo. As exportações brasileiras cresceram 39% no primeiro quadrimestre, em comparação com 2007, e as exportações argentinas para o Brasil cresceram 41% mais do que haviam crescido em igual período de 2007. As empresas brasileiras participam da construção de duas grandes obras na Argentina e aguardam a contratação para sete outras e os investimentos empresariais se multiplicam nos mais diferentes setores da economia argentina.

Valor: *A crise Argentina afeta em quê o Brasil? Como o país deve lidar com isso?*

Pinheiro Guimarães: As crises nas economias da região são o reflexo de crises no centro da economia mundial. Essas são movimentos cíclicos do sistema capitalista, às vezes resultado de grandes manobras especulativas nos diferentes mercados de bens, como o

petróleo, e no sistema financeiro desregulamentado pelo neo-liberalismo, hoje arrependido na prática. Cada país da América do Sul tem características próprias e procura lidar com suas crises que têm origem no exterior a partir de sua visão dos interesses de sua sociedade. Se há crise na Argentina, como os arautos do pessimismo apregoam sem cessar, ela tem por hora afetado marginalmente o Brasil, como revela a expansão vigorosa de nosso comércio e dos investimentos. Nada temos a ensinar a quem quer que seja, em termos de política econômica, ou de qualquer outra.

Valor: *Mas nem todos os países da região estão enfrentando problemas como os da Argentina. Não é exagero atribuí-los à crise nos centros da economia mundial?*

Pinheiro Guimarães: Nem todos os países souberam vencer a gravíssima crise que a Argentina venceu e nem todos crescem à taxa que a Argentina tem crescido. Como a solução foi heterodoxa, as críticas não cessam nem a previsão de colapso iminente, sempre adiado.

Valor: *As Farc não são uma ameaça ao Brasil? O governo brasileiro não deveria tomar alguma atitude com os outros países do continente para condenar a guerrilha?*

Pinheiro Guimarães: As Farc são uma questão interna da sociedade colombiana. O Brasil anseia para que o povo colombiano encontre uma solução negociada para suas divergências. O Brasil está sempre disposto a atender qualquer solicitação do governo colombiano para colaborar neste sentido e já manifestou várias vezes essa posição. Não há queixa da Colômbia com relação à posição brasileira e, pelo contrário, há apreço e reconhecimento. Nem há pressa de nossa parte.

Valor: *O senhor acredita que a mudança de atitude do presidente Hugo Chávez em relação às Farc possa ter sido provocada pelas denúncias de seu envolvimento com a guerrilha e a má repercussão que isso teve na Venezuela?*

Pinheiro Guimarães: As mudanças de atitude de presidentes decorrem de sua avaliação da situação mundial e regional. Sei que Colômbia e Venezuela são países irmãos, unidos pela sua história comum e por fortes vínculos econômicos. Seu comércio bilateral atinge US$ 6 bilhões, sendo a Venezuela o principal mercado para as indústrias colombianas e muito importante para a sua agricultura. Há 4 milhões de refugiados colombianos na Venezuela e recentemente foi inaugurado um gasoduto entre os dois países. O interesse verdadeiro dos dois países é o entendimento e a cooperação.

Valor: *A recusa da Colômbia em participar de um Conselho Sul-Americano de Defesa muda os planos do governo brasileiro em relação a esse órgão?*

Pinheiro Guimarães: O Brasil continua convencido de que um Conselho de Defesa na América do Sul contribuirá para a construção de confiança, para melhor conhecimento entre dirigentes militares das questões que os preocupam, das oportunidades para executar programas de reequipamento e desenvolvimento da indústria de defesa no continente, o que além de gerar empregos e tecnologia economizará recursos e surpresas a todos nós. Com o tempo, haverá crescente compreensão da importância da coordenação política e de defesa na América do Sul, direito inalienável dos Estados soberanos.

Valor: *As ONGs estrangeiras na Amazônia são ameaça à soberania nacional na região?*

Pinheiro Guimarães: A ameaça à soberania da Amazônia é o seu subdesenvolvimento insustentável. As ONGs no mundo e no Brasil procuram influir sobre as políticas desenvolvidas pelos governos nos mais diversos campos. Sua atuação deve se pautar pelo respeito à lei e à soberania nacional. Cabe ao Brasil executar políticas de desenvolvimento sustentável que atendam à realidade dos 25 milhões de brasileiros que

vivem na Amazônia, que permitam a exploração racional de seus recursos, que defendam seus recursos de uma apropriação indébita, como a biopirataria. De forma sempre soberana.

Valor: *As Forças Armadas devem sofrer mudanças para cumprir seu papel de defender a soberania brasileira?*

Pinheiro Guimarães: As Forças Armadas necessitam de um esforço ainda maior de reequipamento para poder enfrentar a tarefa de defesa do território, do mar territorial, da zona econômica exclusiva, do espaço aéreo contra ameaças tradicionais, reais ou potenciais, e "novas" ameaças. Esse esforço sistemático de modernização tecnológica e de reconstrução da indústria de defesa brasileira é imprescindível pois não há defesa eficaz quando se depende de equipamento importado.

Valor: *A aproximação entre os países do continente e a eleição de governos de esquerda não contraria sua avaliação, em um de seus livros mais recentes, de que os EUA não abririam mão de ditar a agenda política na região?*

Pinheiro Guimarães: Os Estados Unidos são e continuarão a ser o país com maior influência na região. Há mais influência americana em cada país da região do que influência de qualquer país da região em qualquer outro. É claro que a influência econômica, social, cultural, tecnológica, política, militar dos Estados Unidos no Brasil é muito maior do que a influência de qualquer país andino, caribenho ou platino no Brasil. Essa crescente aproximação entre os países sul-americanos e a eleição de governos, de diferentes matizes, de esquerda permitem um diálogo mais proveitoso e respeitoso entre os países da região e de cada um deles com os Estados Unidos, e uma articulação serena e digna em defesa de nossos interesses.

Valor: *O senhor ainda crê que os EUA são um país com povo democrático e elite autoritária?*

Pinheiro Guimarães: O povo americano é democrático, como comprovam seus 232 anos de democracia e seus renovados esforços para aperfeiçoá-la, como foram a Guerra Civil para abolir a escravidão, a legislação dos direitos sociais, hoje ameaçada, a oposição popular à Guerra do Vietnã, a necessária reforma do sistema eleitoral, às vezes falho, e o aumento da participação popular na escolha dos candidatos com a indicação de um afro-descendente para presidente. As elites tendem a se comportar de forma imperial em suas relações com os demais Estados, devido à sua crença na perfeição suprema dos sistemas político, econômico e social americano. Isto por vezes lhes causa grandes decepções e surpresas. É preciso reformar, democratizar o sistema político internacional, defender e lutar pelos princípios das Nações Unidas, fundada pelos Estados Unidos, onde quer e por quem quer que estejam sendo violados: não intervenção, autodeterminação, respeito à integridade territorial, solução pacífica de controvérsias, igualdade soberana dos Estados.

Setor privado agrícola organiza defesa da agropecuária brasileira para reunião decisiva da Rodada Doha – Sítio Eletrônico da CNA - 15/07/2008

Após anos de intensas negociações e diversos reveses, a reunião ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), no próximo dia 21 de julho, em Genebra, poderá finalmente resolver pontos-chaves das negociações e permitir uma conclusão da Rodada Doha ainda este ano. Os termos técnicos das modalidades já foram aprofundados nos últimos meses e restam as decisões políticas sobre os níveis de ambição do acordo. "Resta saber se o acordo será satisfatório ou não para os interesses do Brasil e do setor agropecuário brasileiro", afirma o presidente da Comissão Nacional de Comércio Exterior da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Gilman Viana Rodrigues. Na quarta-feira, ele preside reunião do Fórum de Negociações Agrícolas Internacionais, na sede da CNA, que aprovará declaração do setor privado agrícola sobre posicionamento a ser levado à reunião ministerial de Genebra. Segundo análise técnica da CNA, apesar das decisões da OMC serem por consenso entre os países membros, poucos estão em posição de dizer não a um acordo e assumir a responsabilidade de eventual fracasso das negociações. As ambições de China e Índia foram satisfeitas nos últimos rascunhos de modalidades e não teriam justificativas suficientes para inibir as negociações. O final do governo Bush indica que os Estados Unidos têm poucas pretensões de se responsabilizar por mais um fracasso de uma iniciativa multilateral, a exemplo do Protocolo de Kyoto. No caso norte-americano, a dúvida permanece se a nova administração de 2009 resolverá respeitar e incorporar o negociado.

Após conseguir a última das grandes ambições em NAMA (bens industriais) – o tratamento especial para o Mercosul na definição dos produtos sensíveis – o Brasil também não possui justificativa de negar um possível acordo em Genebra. "O espaço de manobra do Brasil é justamente tentar ampliar a ambição em pontos em aberto em agricultura, como o nível de apoio doméstico dos Estados Unidos e as flexibilidades como Mecanismo de Salvaguarda Especial para países em Desenvolvimento (SSM), Salvaguarda Agrícola da Rodada Uruguai (SSG), Produtos Especiais (SPs), entre outros", explica Gilman Viana. Os únicos países que têm se mostrado bastante descontentes com o andamento de Rodada e que podem bloquear as negociações são Argentina e França. Assim, a reunião de Genebra apresenta três cenários possíveis: o mais provável é a conclusão de um pré-acordo ou *framework* que serviria de base para a conclusão da Rodada até o final de 2008; mas não pode ser afastada a probabilidade de nova paralisação das negociações por tempo indeterminado, em virtude de descontentamentos múltiplos; além de um pouco provável conflito por aprofundamento das posições divergentes, o que travaria as negociações e causaria seqüelas na OMC e no multilateralismo.

Nas últimas semanas, houve avanços nas discussões. Os Presidentes dos Comitês de Agricultura e NAMA apresentaram nova revisão de seus rascunhos de modalidades no dia 10 de julho. Se acordado pelos membros, ambos os textos deverão servir como base para as chamadas "negociações horizontais", quando são realizadas negociações cruzadas entre temas de agricultura e NAMA, NAMA e serviços, entre outros. Essas negociações cruzadas deverão ocorrer nas reuniões dos ministros em Genebra, a portas fechadas, a partir de 21 de julho. Como acontece há sete anos, desde o início das negociações de Doha, representantes da Comissão Nacional de Comércio Exterior da CNA estarão acompanhando a reunião ministerial em Genebra na próxima semana.

Agropecuária brasileira será a mais prejudicada com a falta de um desfecho da Rodada Doha – Sítio Eletrônico da CNA - 16/07/2008

O setor agropecuário brasileiro será um dos mais prejudicados com eventual falta de consenso na próxima reunião ministerial da Rodada Doha da Organização Mundial de Comércio (OMC), que começa no dia 21, em Genebra. A previsão é do presidente da Comissão Nacional de Comércio Exterior da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e do Fórum Permanente de Negociações Agrícolas Internacionais, Gilman Viana Rodrigues, ao divulgar documento com o posicionamento do setor privado, entregue ao ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, intermediador brasileiro na reunião ministerial que reunirá ministros de 31 países na próxima semana. Gilman defendeu medidas que contemplem maiores cortes tarifários para o acesso dos produtos agrícolas aos mercados dos países desenvolvidos. “Com esta demanda mundial por alimentos, quem protege seus alimentos deveria facilitar a entrada dos nossos produtos, com menos tarifas e menos exceções. Nossa agricultura é competitiva porque é aberta”, enfatizou Gilman Viana.

Segundo Viana, o Fórum é favorável à eliminação de linhas tarifárias isentas de corte para produtos especiais e discorda da criação de novas cotas para produtos sensíveis. No entanto, ponderou que, caso estas cotas sejam criadas, deverá haver definições claras para gerar ganhos aos exportadores brasileiros. Viana argumentou que, mesmo com as tarifas impostas por outros países, o agronegócio tem sustentado a balança comercial brasileira, principalmente pelo desempenho do setor agropecuário. “O déficit de segmentos não agrícolas tem sido coberto por pelo nosso setor”. Entretanto, ressaltou que as tarifas, além de prejudicar os produtores, causam desconfiança aos consumidores dos mercados que importam os produtos agrícolas brasileiros.

Para o presidente do Fórum, que reuniu dez entidades do agronegócio brasileiro, o Mecanismo de Salvaguarda Especial “não pode acarretar retrocesso em relação aos compromissos já consolidados na Rodada Uruguai”. Gilman Viana defendeu, ainda, que o teto de subsídios concedidos pelos países desenvolvidos a seus produtores seja adotado por produto, de forma a evitar que os recursos não destinados na sua totalidade a uma cultura sejam deslocados para outra atividade.

Em relação ao Mercosul, Gilman Viana, admitiu que não há convergência de posição com a Argentina. “Há um desencontro e precisamos de uma posição do bloco, caso contrário acabará contribuindo para inviabilizar um acordo na OMC”, reconheceu. Segundo ele, um destes pontos é relativo ao Acesso a Mercados para Produtos Não-Agrícolas (NAMA, em inglês), que propõe a eliminação de barreiras ao comércio de produtos industriais. “Há a dificuldade em cedermos, mas não impedimento. Mas quanto a Argentina é impeditivo”, completou.

Setor privado agrícola encaminha documento para negociações da Rodada Doha - Sítio Eletrônico da CNA - 16/07/2008

O presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Fábio de Salles Meirelles, encaminhou hoje (16/7) ao ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, ofício com o posicionamento do setor agrícola privado brasileiro para a próxima reunião ministerial da Rodada Doha da Organização Mundial de Comércio (OMC), que contará com a participação de ministros de 31 países, na próxima semana, em Genebra, na Suíça.

Assinado por dez entidades representativas do agronegócio, o documento defende pontos como a eliminação do mecanismo de salvaguardas e de percentuais de linhas tarifárias de produtos especiais isentas de cortes. Discorda, também, da criação de novas cotas para produtos sensíveis e defende teto de subsídios por produto. Quanto ao apoio doméstico, as entidades cobram um esforço adicional do Governo na busca por níveis de ambição superiores aos que constam no documento Modalidades Agrícolas, que deverá servir de base nas negociações da próxima semana.

O setor privado considera o encontro da próxima semana como a última oportunidade para o fechamento de um acordo na Rodada de Doha em 2008. Afirma que as negociações precisam de um desfecho "sob a pena de reduzir a importância da OMC e dos esforços multilaterais de liberalização comercial".

As entidades que assinaram o documento são: CNA, Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), Associação Brasileira de Agribusiness (ABAG), Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (ABIEC), Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frango (ABEF), Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE), Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína (ABIPECS), Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (ABRAPA), União da Agroindústria Canavieira de São Paulo (UNICA) e Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (ICONE).

Doha 'é possível, mas não será fácil', diz Amorim – Adriana Chiarini – Estado de São Paulo – Economia e Negócios - 15/07/2008

As perspectivas de um acordo próximo na Rodada de Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC), em Genebra, na semana que vem, parecem mais distantes após a reunião de ontem, no Rio, de negociadores do Mercosul. "Estou realista, achando que é possível, mas sabendo que não é fácil", disse o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, após o encontro preparatório para a reunião ministerial da OMC. Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai mantiveram a posição comum de que faltam "avanços substanciais na agricultura".

A rodada, iniciada em 2001, foi criada para isso. Mas, com o tempo, países desenvolvidos passaram a defender que os países em desenvolvimento cedam mais na abertura do setor industrial. A Argentina é que mais resiste. Na coletiva de imprensa, ao ser indagado sobre as chances de os países do Mercosul cederem na proteção à indústria,

Amorim passou a palavra ao chanceler argentino, Jorge Taiana. “Insistimos que a possibilidade de resultado positivo, equilibrado e balanceado depende de maior esforço de países desenvolvidos”, afirmou Taiana.

Para Amorim, a grande dificuldade são os subsídios agrícolas dos países desenvolvidos, que, por “imprecisões no texto” proposto pela OMC, estão estimados entre US$ 13 bilhões e US$ 16,5 bilhões. “Houve mesmo retrocessos”, disse Amorim, sobre o texto.

O chanceler entende que a crise mundial de alimentos deveria facilitar um acordo, “se os políticos fossem racionais”. Ele afirmou que “os subsídios impedem a produção de países mais pobres”. Segundo ele, no longo prazo isso diminui a produção.

O chanceler citou que “o Haiti foi convencido pelo FMI a parar de produzir arroz”. Segundo ele, o País passou a comprar arroz subsidiado porque era mais barato. Agora, os preços subiram e o Haiti não produz mais. Ele apontou a possibilidade de novos itens entrarem na relação dos chamados “produtos sensíveis”, os que podem ser objeto de cotas limitadoras de importações.

Para o chanceler brasileiro, a inclusão de novos produtos pode criar “graves prejuízos” e uma “caixa-preta” na OMC. “O motor da rodada é a agricultura”, disse o ministro. De acordo com ele, é difícil avançar em outros assuntos sem que isso ocorra na agricultura.

O vice-ministro da Relações Exteriores do Uruguai, Pedro Vaz, afirmou, porém, que “a rodada está avançando”, o que não significa que esteja fechada. De acordo com ele, é importante “ver os ganhos nesse pacote (de agricultura e indústria)”. Ele afirmou ainda avaliar que é “possível chegar a um acordo geral, não com todos os detalhes, até o fim do ano”.

Lula diz que acordo não está nas mãos do Brasil – Estado de São Paulo – Economia e Negócios - 15/07/2008

Existe a possibilidade de um fim satisfatório para a Rodada Doha, mas não está nas mãos do Brasil, disse o presidente Lula, ontem, no programa de rádio “Café com o Presidente”. Para ele, as negociações dependem da redução do protecionismo agrícola dos países ricos. 'Se nos colocarmos de acordo na questão industrial e eles cederem na questão agrícola, eu penso que teremos um acordo extraordinário. Nós apenas estamos tomando cuidado para não permitir que a flexibilização que eles querem no setor industrial possa significar o impedimento do desenvolvimento industrial das economias mais frágeis', ponderou.

Disputa doméstica também ameaça – Jamil Chade – Folha de São Paulo – Economia e Negócios - 15/07/2008

Nos próximos dias, ministros de todo o mundo desembarcam em Genebra para a última tentativa de acordo na Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC), sete anos após seu lançamento. Mas, além das diferenças entre os números e fórmulas de abertura, Europa, Estados Unidos, Mercosul e Índia enfrentam processos internos que podem impedir a conclusão da Rodada.

Ontem, o governo francês deixou claro aos demais europeus que deveria haver um "repensar" do mandato negociador de Bruxelas. Os franceses, que presidem a UE pelos próximos seis meses, sediam hoje a primeira reunião de ministros de Agricultura e vão apresentar suas prioridades. Paris alerta que a abertura indiscriminada do mercado agrícola não está entre elas, já que não há ganhos em Doha.

"A bola agora está nas mãos dos países emergentes, que precisam nos dizer claramente o que vão nos dar em termos de acesso a produtos industriais", disse um negociador francês.

O presidente Nicolas Sarkozy não esconde a rivalidade com o comissário de Comércio da Europa, Peter Mandelson. Mas Sarkozy não tem o apoio de todos. Ontem, os governos do Reino Unido, Suécia, República Checa, Estônia, Letônia e Eslovênia publicaram uma carta aberta pedindo a conclusão da Rodada e garantindo que a OMC pode trazer lucros à UE.

Esses governos são considerados mais abertos e insistiram que não está mais na hora de rever mandatos negociadores.

Nos Estados Unidos, a eleição presidencial e falta de autorização do Congresso para um acordo comercial também é visto como um problema para um acerto entre os governos nos próximos dias em Genebra.

Na Argentina, o conflito entre governo e ruralistas também não ajuda a situação do governo em estabelecer uma posição conjunta para enfrentar as negociações. O próprio Mercosul ainda pena em chegar à reunião com uma voz única. Ontem, os ministros do bloco estiveram juntos para tentar afinar o discurso.

Já o Executivo na Índia enfrenta um voto de confiança no Parlamento. Isso exigirá que o ministro de Comércio, Kamal Nath, abandone Genebra em meio às negociações da próxima semana.

Doha e a globalização – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 16/07/2008

Os governos darão um sinal ominoso a todo o mundo, se a Rodada Doha de negociações comerciais atolar em novo impasse na conferência ministerial da próxima semana, advertiu o diretor-geral da OMC, Pascal Lamy, ao apresentar, ontem, o relatório anual da entidade. "Como será preenchido o vazio deixado pela ruptura de uma negociação multilateral das dimensões e da importância da Rodada Doha?", perguntou Lamy. A globalização, segundo ele, não vai parar. O processo continuará, movido por fatores como a inovação tecnológica, mudanças políticas e práticas empresariais em evolução. O resultado será provavelmente bem melhor, se a integração comercial prosseguir de maneira ordenada, sugeriu o diretor da OMC.

O novo relatório mostra a evolução do intercâmbio de bens e serviços no ano passado e contém um amplo estudo sobre o comércio num período de globalização. "O relatório não poderia vir em momento melhor", disse Lamy, referindo-se ao estágio decisivo das negociações da Rodada Doha. O estudo confirma os efeitos benéficos da globalização, em termos de expansão do comércio e da produção, de modernização e difusão do avanço tecnológico, de racionalização do uso de recursos e de criação de oportunidades para milhões de trabalhadores.

Os autores do relatório, no entanto, não mostram somente os benefícios produzidos pela crescente integração econômica da maior parte dos países. Esses benefícios, admitem, foram distribuídos de forma desigual. A abertura dos mercados, a mudança tecnológica e a redistribuição geográfica da produção, para citar só alguns fatores, produziram desequilíbrios, deixando alguns grupos de trabalhadores em desvantagem. O desajuste foi enfrentado com políticas apropriadas em vários países, mas não em todos. O relatório explora esses problemas e as soluções adotadas, mas o balanço geral é bastante positivo.

Economias emergentes, incluída a brasileira, estão na lista das grandes beneficiárias da integração econômica internacional. Estarão também, segundo outro estudo da OMC, entre as principais ganhadoras de um acordo razoável na conclusão da Rodada Doha.

O governo brasileiro sabe disso, e por esse emotivo apostou tantas fichas no sucesso da negociação multilateral. As novas cartas postas sobre a mesa, com os novos esboços de acordos sobre agricultura e indústria, são mais satisfatórias que as anteriores em vários aspectos. Mas ainda contêm armadilhas, como a possibilidade de ampliação da lista de produtos agrícolas "sensíveis" e sujeitos ao protecionismo. Os negociadores brasileiros deverão dedicar boa parte de seus esforços, na reunião da próxima semana, em Genebra, à tentativa de eliminar essas armadilhas. Se tiverem sucesso, haverá boas possibilidades de um acordo sobre acesso a mercados agrícolas e industriais.

Mesmo com as distorções ainda em vigor e com os efeitos da crise financeira internacional, o comércio continuou a crescer em 2007, como indica o relatório da OMC. Calculada em dólares correntes, a exportação mundial de bens cresceu 15% no ano passado. Entre 2000 e 2007, a expansão média anual foi de 12%.

As vendas brasileiras ao exterior avançaram em média 17% ao ano nesse período e mantiveram esse desempenho em 2007, alcançando US$ 161 bilhões, 1,19% do total mundial. O desempenho brasileiro foi superado pelo de uns poucos países, como a China (26%), a Índia, a África do Sul e a Alemanha (todas com 20%).

O bom resultado brasileiro foi favorecido em 2007 e continua sendo em 2008 pelos preços dos produtos agrícolas e, de modo geral, dos produtos básicos. Mas a importação cresceu ainda mais no ano passado (32%, uma das maiores taxas indicadas no relatório da OMC) e a tendência se repete em 2008. Mas a expansão das importações não deve ser motivo de preocupação, segundo Lamy, porque está sendo financiada com segurança e decorre basicamente do aumento de consumo dos pobres e das compras de máquinas e equipamentos. Os técnicos da OMC mostram maior inquietação diante da crise internacional, capaz, segundo seus cálculos, de reduzir sensivelmente o crescimento do comércio. Mais uma boa razão, segundo eles, para concluir a Rodada Doha e criar as bases para uma nova etapa de prosperidade global.

Agronegócio critica proposta para Doha – Folha de São Paulo – Dinheiro - 16/07/2008

O setor agrícola criticou ontem as concessões feitas pelo Brasil em prol da indústria nacional e de outros países em desenvolvimento que atuam em conjunto nas negociações da Rodada Doha, da OMC (Organização Mundial de Comércio). Em ofício ao chanceler Celso Amorim, a CNA (Confederação Nacional de Agricultura) aponta seis itens que podem prejudicar as exportações de alimentos do país. Amorim discutirá o texto final da rodada no dia 21 com outros países.

Itamaraty teme que crise argentina prejudique Doha – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 17/07/2008

O Itamaraty teme que a crise na Argentina contamine as negociações da Organização Mundial do Comércio (OMC). A partir de amanhã, ministros de todo o mundo desembarcam em Genebra para a fase final das negociações da Rodada Doha. Para muitos, será a última chance de acordo. Mas, ontem, os discursos eram de intransigência e demonstrações de que não há espaço para concessões. Os indianos chegaram a ameaçar abandonar o encontro.

A OMC precisa fechar um entendimento sobre como será feito o corte de tarifas de produtos industriais. Os países ricos alegam que apenas com isso é que poderão oferecer uma liberalização dos setores agrícolas.

Mas um dos alertas mais críticos foi dado ontem pelo ministro do Comércio da Índia, Kamal Nath, ainda de Nova Délhi. Segundo ele, a Índia tem o direito de abandonar a reunião se seus interesses não forem atendidos. Nath garantiu que os pedidos do país no setor agrícola "não são negociáveis". Ele se recusou a eliminar impostos de importação em setores como têxteis, químicos e automotivos, como querem americanos e europeus. O Brasil também hesita em aceitar a proposta.

Para o embaixador americano Peter Allgieier, as declarações dos países emergentes são "preocupantes". Já o Itamaraty está preocupado com a situação da Argentina. O negociador-chefe de Buenos Aires, Ernesto Stancanelli, deixou claro que "a OMC ainda está distante de um acordo e de convergência nas posições". "O que está sobre a mesa não está de acordo com interesses dos países em desenvolvimento."

Para o Itamaraty, as flexibilidades que a OMC apresenta no setor industrial já são suficientes para que todos os países no Mercosul escolham setores que seriam poupados de abertura. Mas, diante da crise na Argentina, o Itamaraty prevê que os negociadores de Buenos Aires terão uma margem de manobra pequena para concessões.

O grupo de 11 emergentes, que inclui o Brasil, criticou ontem a falta de equilíbrio entre o que é pedido das economias em desenvolvimento e o que é exigido dos ricos. " A ambição é onerosa aos emergentes", afirmou a África do Sul, em nome do grupo. "Não há legitimidade para o pedido de mais abertura." Ontem, o embaixador Roberto Azevedo disse que uma maior ambição é "injustificada".

Segundo ele, a atual proposta exigiria que o setor têxtil cortasse as tarifas em 33%, e o Mercosul cortaria 35% no geral. Ele não nega que os argentinos continuam com uma posição difícil nas negociações, mesmo depois das conversas entre os países do Mercosul no início da semana no Brasil. "Falta muita coisa ainda para um acordo."

Vários outros países também demonstraram preocupação. O Japão alertou que há muitos pontos ainda sem solução. A Turquia usou a palavra "inaceitável" para descrever a proposta. A China também está insatisfeita. Quer um corte maior das tarifas dos países ricos para poder exportar seus produtos e pede um número maior de anos para se adequar às novas regras. Para Pequim, americanos e europeus conseguirão evitar a importação de US$ 100 bilhões se a atual proposta for mantida.

BANANA - Para tentar evitar o colapso de um acordo, o diretor da OMC, Pascal Lamy, propôs ontem um entendimento sobre o comércio de bananas. Os europeus reduziriam suas tarifas de 176 para 150 por tonelada em 2009. Para 2015, reduziriam para 116. Os europeus já afirmaram que aceitarão o corte. Mas Equador, Costa Rica, Panamá e outros latino-americanos já recusaram a proposta.

Agronegócio defende acordo – Denise Chrispim Marin – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 17/07/2008

O setor agropecuário contrariou ontem a posição defendida pelo governo na Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC). Em carta ao ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, o Fórum Permanente de Negociações Agrícolas Internacionais defendeu a retomada das ambições originais da Rodada, atacou a aliança do Brasil com países defensivos na área agrícola, entre os quais a Índia e a China, e criticou a resistência do País em apresentar concessões mais amplas nos setores industrial e de serviços.

A carta teve como foco a reunião de ministros dos 31 países mais influentes da OMC, entre os quais o Brasil, marcada para o dia 21 em Genebra. Agendado depois de uma tentativa de aproximar as posições dos principais sócios da organização, o encontro é decisivo para a Rodada.

Se ele não possibilitar os esperados acordos sobre os capítulos agrícola e de indústria/serviços até o fim de julho, na prática, a Rodada será enterrada pelo processo eleitoral e mudança de governo nos Estados Unidos. O próprio Amorim acredita que, nesse caso, as negociações poderiam ressurgir somente a partir de 2010.

"O setor mais competitivo da economia brasileira não pode ser prejudicado pela resistência à maior abertura comercial de setores de menor competitividade", afirma o texto, elaborado ontem, durante reunião na Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). "Os maiores perdedores, se a Rodada não sair, serão os países mais competitivos na área agrícola, como o Brasil, e os consumidores dos países mais pobres do mundo", disse o presidente do Fórum e da Comissão Nacional de Comércio Exterior da CNA, Gilman Viana Rodrigues.

No texto, o Fórum enfatizou que o agronegócio é responsável por 24% do Produto Interno Bruto (PIB), por 37% dos empregos, por 36% das exportações e pela "totalidade" do saldo comercial. No primeiro semestre, o superávit total atingiu US$ 11,4 bilhões, enquanto o setor agropecuário registrou resultado positivo de US$ 22,3 bilhões. Ou seja, cobriu o déficit do setor industrial.

Nos últimos meses, os países desenvolvidos aumentaram as pressões para que o Brasil e outros emergentes aprofundassem suas propostas de abertura nas áreas industrial e de serviços. Mas, escudado no Mercosul, o País manteve-se irredutível na defesa de uma margem maior de proteção a países em desenvolvimento que compõem uniões aduaneiras.

Entidades do setor agrícola apóiam acordo na Rodada Doha - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Brasil - 17/07/2008

As dez principais entidades representativas do agronegócio nacional manifestaram ontem, em carta ao governo, apoio formal à "conclusão exitosa" de um acordo comercial global no âmbito da Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Os dirigentes do Fórum Permanente de Negociações Agrícolas Internacionais afirmaram esperar do governo uma atuação "consistente e coerente" com as demandas do setor na reunião ministerial prevista para segunda-feira, em Genebra. Embora classifique a proposta como "perda de ambição", o setor admite ser "a base disponível" e "a última oportunidade" para fechar um acordo em 2008. "Passados mais de sete anos de discussões, as negociações precisam encontrar o seu desfecho, sob pena de reduzir a importância da OMC e dos esforços multilaterais de liberalização comercial".

O especialista Pedro de Camargo Neto, presidente da associação dos exportadores de carne suína (Abipecs), critica a proposta, mas espera um acordo. "Trabalhamos com a hipótese de ter um acordo. Se tiver a chance, devemos fazer mesmo", diz. "Mas é modesto demais. Falava-se de aumento substancial de acesso e redução de subsídios. Estamos longe do prometido em Doha."

Na avaliação do agronegócio, a versão apresentada pelo Comitê de Negociações Agrícola da OMC conflita com interesses do Brasil. O fórum apontou "grande preocupação" com o retrocesso no mecanismo de salvaguarda especial e em produtos sensíveis com a criação de novas cotas. Nesse caso, deveriam ser definidas "com clareza" volume, tarifas e regras de administração. As tarifas intracota deveriam, segundo o setor, ser eliminadas e o tratamento para produtos especiais "permanece incerto", já que países em desenvolvimento podem selecionar até 6% das linhas tarifárias como "isentas de corte".

A salvaguarda especial é considerada "anacrônica" pelo agronegócio, porque foi criada para proteger setores de "surto de importação" causado pelo processo de abertura resultante do Acordo Agrícola da OMC. No caso do apoio doméstico, o setor acredita que os novos níveis elevados de preços agrícolas exigem "esforço adicional" do governo brasileiro por níveis de "ambição superiores". Na chamada "Caixa Verde", o setor considera que a proposta de mecanismos para aquisição de alimentos de agricultores de baixa renda em países em desenvolvimento "podem criar distorções". E pede limites de volume, valor e destinação dos estoques. O setor quer, ainda, tetos específicos por produto para garantir "redução substancial" dos subsídios aplicados, especialmente do algodão.

Camargo informa que haverá um "aumentinho de cotas". No caso dos suínos, a cota para a União Européia aumentaria 1%, o que daria 200 mil toneladas. "É melhor do que nada, mas não são os 4% a 6% prometidos", diz. Para a soja, a Rodada Uruguai, de 1993, previa zero de subsídios, mas a proposta de Doha fixa em US$ 1,5 bilhão de subsídios. No algodão, os subsídios devem cair de até US$ 4 bilhões para US$ 500 milhões. "Sonhava com um acordo melhor. Agora é pôr no bolso o que puder e virar a página", diz Camargo. "Vamos lutar por avanços em temas ainda abertos. Mas é fundamental sair de lá com um acordo", diz Ricardo Cotta, da Confederação da Agricultura e Pecuária (CNA).

Cobranças cercam 'última chance' de acordo em Doha – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 18/07/2008

Estados Unidos e Europa cobram concessões de Brasil, China e Índia às vésperas do que está sendo chamado de "última chance" para fechar um acordo que irá definir as regras comerciais pelos próximos dez anos. Bruxelas, porém, reconhece que, pela primeira vez, um acordo precisa ser negociado levando em conta que esses países emergentes já contam com um novo status na economia mundial. Já o Brasil alertou ontem que qualquer concessão que faça dependerá do que vai ganhar na agricultura.

Hoje o chanceler Celso Amorim e outros ministros de todo o mundo desembarcam em Genebra e não sabem quando retornarão a seus países. Mais de 30 diplomatas e representantes de ONGs e do setor privado brasileiro estarão em Genebra para acompanhar o processo.

"Estamos sendo testemunhas de um reordenamento da economia e da política mundiais com o surgimento dessas novas economias, e a Rodada Doha é a primeira tentativa de se fechar um pacto internacional nessas condições ainda desconhecidas", disse o comissário de Comércio da União Européia, Peter Mandelson.

Ontem, tanto os americanos como os europeus alertaram que a economia mundial precisa da conclusão da Rodada Doha, lançada em 2001, como forma de dar um novo incentivo e uma mensagem política positiva. Estudos da Organização Mundial do Comércio (OMC) indicam que a economia mundial ganharia US$ 50 bilhões extras por ano com o acordo.

Mandelson foi ainda mais alarmista e deixou claro que um fracasso colocaria em risco qualquer possibilidade de a comunidade internacional fechar um acordo em áreas como mudanças climáticas, energia ou segurança alimentar. "Se fracassarmos, nossa habilidade de fechar outros acordos será reduzida", afirmou. "Um acordo comercial daria nova confiança à economia mundial."

O Brasil, ontem, alertou que precisa de um acordo que crie reais acessos a mercados para os bens agrícolas e reduções de subsídios. Os americanos garantiram que estão prontos para fazer "cortes substanciais" em seu apoio doméstico. Mas a realidade é que há anos que não dão uma sinalização concreta de um corte perto do que querem os países emergentes.

"Vai ser muito difícil", afirmou o embaixador do Brasil na OMC, Clodoaldo Hugueney. "Chegamos ao momento da verdade. Os países ricos precisam ser claros sobre o que estão de fato prontos para fazer." Para o Brasil, sem cortes de tarifas agrícolas e subsídios não há acordo. Hugueney ainda garantiu que todos os emergentes estarão unidos, o que na prática ele mesmo admite não ser verdade. Mas diz que serão as concessões na agricultura que determinarão ate que ponto o Brasil poderá abrir seu mercado.

CONCESSÕES - Susan Schwab, representante de Comércio da Casa Branca, também anunciou ontem que acredita que a Rodada pode ser fechada. Mas alertou que não

dependerá dos Estados Unidos, país que esta pressionado por todos a aceitar um corte de subsídios para que os valores distribuídos não passem de US$ 13 bilhões por ano.

Para ela, está na hora de os emergentes abrirem de forma substancial seus mercados para os produtos industriais. Países como Argentina, África do Sul e Índia hesitam em aceitar a pressão. Já um grupo de países importadores de alimentos da Ásia afirmou ontem que a proposta agrícola continua "inaceitável" diante do corte de tarifas que terão de promover.

Para complicar a situação, um grupo de países latino-americanos insiste que somente haverá um acordo se a UE abrir seu mercado as bananas exportadas pela região.

Oficialmente, o encontro começa na segunda-feira. Mas a partir de hoje reuniões bilaterais vão ocorrer em toda a cidade. No fim de semana, Amorim convocará os países emergentes para montar uma estratégia para enfrentar o processo final. Mas seus assessores garantem que não sabem quando voltarão ao Brasil. Uma das perspectivas levantadas por Mandelson seria de que o encontro duraria dez dias, o mais longo já realizado.

Venezuela, Cuba e Bolívia ameaçam a Rodada – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 18/07/2008

Venezuela, Cuba e Bolívia deixam claro que podem dificultar um acordo comercial na Rodada Doha se seus interesses não forem atendidos. Ontem, Caracas, Havana e La Paz alertaram que não aceitariam um acordo que os obrigasse a abrir seus mercados de serviços de telecomunicações, financeiros, energia e outros. "Reiteramos a total rejeição na adoção de um texto de negociação em serviços", afirmou a delegação venezuelana diante dos demais governos.

Um dia antes, o mesmo grupo atacou a pressão que está sendo feita para que abram seus mercados para bens industriais. Venezuela e Bolívia querem um tratamento especial que os permita não cortar tarifas de importação.

Caracas alega que sua economia hoje só apresenta as atuais taxas de crescimento graças ao petróleo e uma liberalização afetaria a capacidade do país de se industrializar. Já a Bolívia quer ficar de fora de qualquer obrigação por abrir seu mercado. Roberto Azevedo, embaixador do Brasil, afirmou ontem que o País está disposto a trabalhar para achar uma solução para o problema enfrentado por La Paz e Caracas.

Em 2005, Venezuela e Cuba já haviam dado os primeiros sinais de que poderiam causar problemas. Desde então, o gabinete do diretor da Organização Mundial do Comércio (OMC), Pascal Lamy, se manteve atento à tendência na região. Os bolivianos, por exemplo, chegaram a propor uma abertura de seu mercado para serviços. Nos últimos anos, retirou a oferta da mesa de negociações.

Doha: Agricultura espera concluir negociações na reunião de Genebra – Sítio Eletrônico do MAPA – 18/07/2008

Brasília (18.7.2008) - "As recentes concessões feitas no terceiro rascunho do documento base sobre agricultura nas negociações da Rodada de Doha diminuíram nossa ambição inicial dos avanços, mas ainda assim, constituem uma base realista para entendimento, desde que haja esclarecimento de cotas, critérios razoáveis de cálculo de consumo sobre produtos sensíveis e se os Estados Unidos (EUA) aceitarem os cortes nos limites de gastos por produto". A frase, do secretário de Relações Internacionais do Agronegócio, Célio Porto, reflete a posição do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) na próxima reunião da rodada, que começa na segunda-feira (21), em Genebra (Suíça). Porto representará o Mapa naquele evento.

O secretário afirmou, ainda, que na opinião geral dos negociadores é melhor que a Rodada de Doha - ou Rodada do Desenvolvimento, como é conhecida - seja encerrada com um acordo menos ambicioso, por parte da indústria e da agricultura, "do que entrar em compasso de espera que pode durar até três anos".

Os subsídios à exportação e o acesso a mercados são dois pontos que o Brasil considera "sensíveis". Os subsídios clássicos à exportação, utilizados principalmente pelos EUA, terão seus valores reduzidos à metade até 2010 e o restante terá redução, em três parcelas, até a completa eliminação, em 2013. "O corte dos subsídios significa, para o Brasil, a eliminação de riscos futuros. Em uma eventual elevação de preços dos alimentos, os países em desenvolvimento seriam beneficiados com o ganho de novos mercados", destacou Célio Porto.

No quesito "acesso a mercados", a proposta em discussão promoverá um corte médio das tarifas nesta rodada, maior que o da Rodada Uruguai, fórum anterior a Doha. Isso atende aos números esperados pelo G-20, grupo dos maiores países em desenvolvimento, coordenado pelo Brasil. Na proposta, o corte nas tarifas para países desenvolvidos varia entre 48% e 73%, enquanto que para as nações em desenvolvimento, vai de 32% para 49%. O secretário do Mapa considera esses cortes nas tarifas um ganho imediato para o País. "Nossas exportações ficariam mais competitivas", afirmou.

Rodada Doha - A Agenda Doha tem como principal função diminuir as barreiras comerciais em todo o mundo, com enfoque no livre comércio. A rodada começou em Doha (Qatar), em 2001, e as reuniões de cúpula seguintes aconteceram em Cancun (México), Genebra (Suíça), Paris (França), Hong Kong (China) e Postdam (Alemanha). *(Da Redação)*

Ministros tentam salvar Doha do fiasco - Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 18/07/2008

Todas as últimas articulações ministeriais para fazer avançar a negociação global de comércio, conhecida como Rodada Doha, fracassaram. A explicação dos ministros foi sempre a mesma: os parceiros exigiam concessões politicamente sensíveis em agricultura, indústria e serviços que eles não podiam assumir. Alegavam que isso dependia diretamente dos chefes de Estado e de governo.

Agora, para tentar salvar Doha do fiasco total, entre 35 e 40 ministros são aguardados a partir de hoje em Genebra para uma maratona que exigirá justamente decisões

politicamente duras. Negociadores dizem que na parte técnica não há mais muito o que fazer. Agora é definir o nível de ambição da liberalização agrícola e industrial, o que precisa de decisão política - e persiste a sombra de fiasco.

As reuniões estão previstas formalmente entre segunda-feira e sábado. Mas negociadores experimentados consideram que tudo vai depender das primeiras 48 horas, onde ficará claro se há vontade de negociar ou mais tentativa de jogar no outro a culpa pela quebra da rodada. Também vai depender muito do diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), Pascal Lamy, se ele vai mesmo atuar para intermediar nos temas mais espinhosos.

"No que depender do Brasil, estamos aqui para negociar e não para buscar desculpas", avisou ontem o principal negociador do país, embaixador Roberto Azevedo. Os textos agrícola e industrial que os ministros terão pela frente têm dezenas de páginas, cada. Contêm fórmulas para cortar tarifas e subsídios, com numerosas exceções para país ou grupo de países. Cada país tem uma objeção para algum produto, refletindo os mais diferentes interesses comerciais.

Como nota o Institute for Agriculture and Trade Policy (IATP), praticamente cada país negociou uma exceção para a redução de tarifas de produtos agrícolas, usando categorias de produtos "sensíveis", no caso dos industrializados, ou "especiais" no caso dos países em desenvolvimento. Açúcar, carne bovina e frango, de especial interesse do Brasil, além de arroz, trigo e lácteos, estão na lista de produtos que terão corte tarifário menor - a questão é o percentual.

Como sempre ocorre antes do começo da barganha, as posições endurecem. Com a alta de preços das commodities agrícolas, Argentina, Índia e outros países exigem agora que Washington corte as subvenções domésticas sobre o volume que concedem atualmente a seus agricultores, estimado em US$ 7 bilhões - comparado ao limite entre US$ 13 bilhões a US$ 16 bilhões que está no texto do mediador da negociação.

Na negociação industrial, a fórmula de corte tarifário é impopular entre quase todo mundo e as exceções também se acumulam. O Mercosul obteve uma exceção, mas a Argentina não concorda, achando que é pouco para proteger sua indústria. Por sua vez, os EUA e União Européia condicionam um acordo a que Brasil, Argentina, Índia e outros emergentes cortem nas tarifas aplicadas e não nas alíquotas consolidadas (o máximo que o país pode cobrar). Washington pressiona também pela completa eliminação de alíquotas em algumas áreas, na chamada negociação setorial, na qual gostaria de incluir automóveis, têxteis, produtos eletrônicos, químicos, florestais etc - e que o Brasil recusa.

Os principais negociadores chegam carregando mais problemas do que apoio político. A americana Susan Schwab não tem a menor garantia de que um pacote aprovado em Genebra possa sobreviver no Congresso cada vez mais protecionista. Peter Mandelson, comissário europeu de Comércio, é combatido pela França, na presidência da União Européia neste semestre, por ter supostamente já feito concessões demais para o gosto dos agricultores franceses.

Kamal Nath, o ministro de Comércio da Índia, tem pouca margem de manobra, pressionado internamente a não abrir o mercado quando a agricultura precisa fazer mais investimentos para aumentar a produção. O brasileiro Celso Amorim terá de levar em conta a resistência da Argentina à abertura industrial se quiser manter a integração do Mercosul.

Pascal Lamy, o diretor-geral da OMC, diz que convocou o encontro de ministros porque vê chance acima de 50% de um acordo de base nas áreas agrícola e industrial. De fato, ele espera que a pressão aumente com os ministros em Genebra.

Lamy chegou a publicar carta aberta aos ministros. Argumentou que o que está na mesa agora já reduz os subsídios agrícolas que mais distorcem o comércio entre duas a três vezes mais que a rodada de negociação anterior, elimina as subvenções à exportação e faz uma abertura importante para produtos industriais. Também pela primeira vez, os países deverão frear subvenções para a pesca e evitar a superexploração dos oceanos.

Na véspera da maratona de negociações ministeriais, previstas para durar até sábado da semana que vem, contudo, as atenções estão concentradas na verdade numa briga entre países em desenvolvimento sobre erosão de preferências. Vários países latino-americanos querem que as tarifas e as cotas para produtos tropicais - como açúcar, banana, tabaco, melão etc - sejam completamente removidas. Já países da África, Caribe e do Pacífico (ACP), que se têm beneficiado do acesso preferencial ao mercado dos países desenvolvidos para esses produtos, reagem e alegam que assim perderão suas vantagens. Lamy quer desmontar essa briga entre os países em desenvolvimento ainda nesta sexta-feira.

A questão da erosão de preferências é só um dos pontos que podem fazer a negociação "escorregar", na expressão de um negociador. Para o Brasil, é improvável um acordo pelo qual o etanol seja o único produto excluído de liberalização, como querem os americanos.

As advertências sobre as conseqüências de fiasco se multiplicam. Para Mandelson, da UE, isso pode levar também ao fracasso de um acordo sobre combate a mudanças climáticas ou segurança alimentar, no ano que vem.

Lamy alerta para as ameaças ao sistema multilateral, com uma virada na prioridade de mais países por acordos bilaterais ou regionais, com regras diferenciadas e mais custos para os exportadores e importadores. Também podem aumentar as disputas comerciais sobre temas que não puderam ser resolvidos na negociação - a começar pelos subsídios agrícolas. Para certos negociadores, não será surpresa se os países acabarem a semana congelando o que já foi alcançado na negociação, e continuar dentro de um ou dois anos.

Corte de subsídios reduziria imigração, afirma Amorim – Valor Econômico – Brasil – 18/07/2008

O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, voltou a defender ontem a redução dos subsídios agrícolas praticados por países ricos. Segundo ele, essa é a melhor forma de contribuir para a diminuição dos fluxos migratórios de cidadãos de países pobres que buscam melhores condições de vida nos países desenvolvidos.

"Isso é que os países ricos têm que entender. A melhor maneira de diminuir a imigração é um bom resultado que favoreça os países em desenvolvimento na Rodada Doha. Quanto mais eles baixarem os subsídios agrícolas e menos fizerem reivindicações que impliquem sacrifício de empregos nos países pobres, menor vai ser o problema da imigração", disse Amorim, que participou da abertura da 1ª Conferência das Comunidades Brasileiras do Exterior, no Rio de Janeiro.

O ministro citou o subsídio ao etanol como um dos que precisam ser reduzidos para evitar efeitos distorcidos no comércio internacional. "Tem até candidato americano que é contra os subsídios", acrescentou.

Ainda sobre a questão da imigração, Celso Amorim disse que os países ricos precisam ter uma visão lúcida e de longo prazo. Afinal, segundo o ministro, a grande

maioria dos imigrantes trabalha para o desenvolvimento das nações para onde vão, muitas vezes realizando atividades que as comunidades locais não querem fazer.

O ministro brasileiro disse estar esperançoso em relação ao resultado da nova rodada de negociações , que será realizada em Genebra (Suíça), na próxima semana, durante reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC). Neste fim de semana, Amorim irá participar de encontros preparatórios para o evento, que pretende chegar a um acordo final na Rodada Doha.

Amorim teme adiamento da Rodada até 2012 – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 19/07/2008

O chanceler Celso Amorim alerta que um fracasso nas negociações da Rodada Doha poderia adiar um acordo comercial para pelo menos até 2012. Ontem, a França ameaçou implodir qualquer liberalização no setor agrícola, às vésperas do encontro da Organização Mundial do Comércio (OMC) que está sendo considerado a última chance de acordo na Rodada Doha.

"Os países precisam ter discernimento político. Se não houver um acordo nesta semana, certamente o processo todo será adiado por mais uns três anos, no mínimo", alertou Amorim, que ontem chegou a Genebra. Para ele, o segredo será a capacidade dos países de avaliar a situação como impasse político, e não apenas comercial.

Na avaliação do chanceler, um dos pontos mais críticos do processo será a pressão dos países ricos sobre os emergentes. Nos últimos dias, americanos e europeus têm insistido que economias como a do Brasil, Índia e China abram seus mercados para os produtos industriais.

Ontem, em Bruxelas, os franceses convocaram os ministros de Agricultura e Comércio da UE para alertar que, com o comando do bloco nos próximos seis meses, vão insistir que Bruxelas não faça nova concessão (ler abaixo). A OMC começava ontem a montar um esquema de guerra para garantir a segurança dos ministros e até para vender camisetas com mensagens a favor de um acordo.

Mas o alerta francês é feito ao mesmo tempo que países emergentes apontam que precisam de um maior acesso aos mercados agrícolas mundiais. Os europeus estão divididos, já que um grupo de países do bloco estima que está na hora de concluir um acordo comercial.

A França insiste que não há nada sobre a mesa que compense os esforços no setor agrícola. O presidente Nicolas Sarkozy alertou que o bloco perderia 100 mil empregos se o acordo fosse assinado. Para o francês, que teria o poder de vetar um acordo, Brasil, China e Índia precisam abrir de forma mais profunda seus mercados para bens industriais e serviços.

Ontem, a França tentou mostrar a unidade da UE. “Temos objetivos comuns, que é reequilibrar as concessões que a UE já fez”, disse a secretária de comércio, Anne-Marie Idrac. “Queremos um reequilíbrio efetivo, não apenas cosmético. Já acabamos com todas nossas margens de manobra no setor agrícola. Não podemos ir além do que já foi oferecido.” Segundo ela, os exportadores europeus precisam de melhor acesso a certos mercados. Outro país que defende a manutenção das barreiras é a Irlanda. “Vamos defender nossa posição e ela será forte”, disse o ministro irlandês, Dick Roche.

A Alemanha, porém, quer um acordo. “Vamos defender nossos interesses industriais”, disse o secretário de Comércio alemão, Bernd Pfaffenbach.

Já Amorim destaca o novo papel dos países emergentes nas negociações. “Esse é um fator novo que pode transformar a forma de medir o peso dos países no cenário internacional.” Para ele, a formação dos Brics (Brasil, Rússia, Índia e China) é uma clara tentativa de conter hegemonias. “O fortalecimento dos Brics seria uma das melhores formas de garantir um sistema realmente multipolar e evitar que uma hegemonia seja substituída por outra.”

'**Brasil está por trás da crise em Doha**' – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 19/07/2008

O comissário de Comércio da União Européia, Peter Mandelson, atribuiu ontem ao Brasil as dificuldades nas negociações para a Rodada Doha, da Organização Mundial do Comércio (OMC): “O Brasil sempre está por trás”. Para Mandelson, o Brasil precisa assumir novas responsabilidades no comércio internacional diante do seu status de potência emergente, e não apenas pressionar pelas concessões dos países ricos.

O recado do comissário foi dado às vésperas do início da negociação final da Rodada Doha. Ontem, ministros de todo o mundo desembarcaram em Genebra para as reuniões que marcarão a conclusão das negociações. Mas, à noite, já surgiu a primeira crise, com os países latino-americanos recusando-se a aceitar um acordo sobre o comércio de bananas.

“Os países desenvolvidos estão se adaptando à nova realidade criada pelo surgimento das economias emergentes. Mas essas economias precisam também entender que devem assumir responsabilidades que antes não tinham”, disse Mandelson ao Estado.

Em outras palavras, o comissário europeu insiste que está na hora de Brasil, Índia e China também pagarem por terem benefícios no comércio internacional. Por anos, a diplomacia brasileira alegou que a atual Rodada foi convocada na realidade para corrigir distorções no mercado internacional, principalmente na agricultura.

O comissário europeu, criticado pelo presidente francês, Nicolas Sarkozy, por ter feito concessões aos emergentes sem contrapartida, insinua ainda que a UE não está distante da posição americana em relação aos subsídios agrícolas.

Mandelson deixa claro que não haverá concessão no setor agrícola sem pagamento. A exigência dos países ricos é de que os cortes de tarifas para bens industriais sejam de cerca de 63% e o número de produtos sensíveis seja mantido limitado. O Brasil já alertou que, na atual proposta, setores como têxteis teriam corte de mais de 30% nas tarifas de importação.

BANANA - Mandelson deixou claro ainda que está preocupado com o fato de os países latino-americanos e a UE não chegarem a um acordo sobre a abertura do mercado europeu para bananas. Na noite de ontem, Equador e um grupo de exportadores de bananas recusaram um acordo sobre tarifas de importação na Europa, que previa uma queda nas barreiras nos próximos sete anos. Para os latino-americanos, não é suficiente.

Depois de horas de debates, o representante da UE abandonou a sala dizendo que a proposta feita pela própria OMC era a palavra final. "Os países latino-americanos estão dificultando a situação", disse Mandelson. Entre os países da região, a Colômbia foi a única a aceitar um acordo. Os demais, liderados pelo Equador, insistiram em continuar negociando.

Para Evo, pobres serão os maiores perdedores – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 19/07/2008

O presidente da Bolívia, Evo Morales, ataca a Rodada Doha, alerta que não aceitará um acordo na Organização Mundial do Comércio (OMC) e acusa a entidade de estar deixando La Paz e outros países pobres de fora das decisões. "Os países pobres serão os maiores perdedores de um acordo na OMC."

Em carta enviada ontem à entidade, Morales criticou o fato de que parte das negociações está ocorrendo apenas entre um grupo reduzido de países, e não com todos os 150 membros da OMC. Além disso, alerta que uma maior liberalização agravaria a crise internacional, tese contrária à que defende o Itamaraty. A carta é uma ilustração de como o risco de fracasso nas reuniões de Genebra é grande. "Depois de sete anos, a Rodada da OMC está ancorada no passado e não considera os novos fenômenos: a crise de alimentos, de energia e as mudanças climáticas. O mundo está sendo convencido de que precisa de um acordo para solucionar a agenda global. Mas esse acordo não está baseado na realidade." Ele ainda defende o consumo de produtos locais e que o comércio internacional seja apenas para "complementar". "Nós, os povos do mundo, precisamos deixar de ser vítimas passivas dessas negociações e nos tornarmos atores centrais. Acordos como esse precisam ser debatidos pelos cidadãos, e não apenas por ministros, empresários e especialistas", disse Evo.

'Não aceitaremos acordo a qualquer preço' – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 19/07/2008

Concessões da UE na área agrícola dependem da abertura dos mercados industriais e de serviços dos emergentes, diz ela

A União Européia (UE) acena que está disposta a reduzir a tarifa de importação do etanol. Mas avisa que qualquer acordo no setor agrícola terá um preço: a abertura dos mercados industrial e de serviços do País. Às vésperas do início da negociação da Organização Mundial do Comércio (OMC), a comissária de Agricultura da UE, Marianne Fischer Boel, falou ao Estado sobre o que significa a Rodada Doha. "É a nossa última chance; se não houver acordo, o processo ficará congelado por um bom tempo." Segundo ela, "não haverá acordo" se os emergentes não abrirem seus mercados. A seguir, a entrevista.

Sete anos após o lançamento, a Rodada Doha ainda pode ter alguma repercussão positiva para a economia mundial?

Sempre dissemos que um acordo equilibrado e justo será muito bom para a economia mundial e será especialmente importante para os países em desenvolvimento. Isso continua sendo verdade, mesmo sete anos após o seu lançamento. Vamos a Genebra para o que eu acredito ser a última chance de acordo. Todos precisamos fazer esforços agora para que haja um acordo. A UE fará isso.

De que forma um acordo pode ajudar a resolver a crise alimentar que o mundo enfrenta?

Um acordo pode contribuir para mitigar a crise alimentar que está afetando muitos países. Novas oportunidade de mercado gerariam nova renda para exportadores e estimularia a produção agrícola. Um maior comércio ainda facilitaria um acesso a alimentos, aliviando a alta nos preços. No século 21, não é possível garantir segurança alimentar limitando o comércio agrícola. Temos de tentar abrir os mercados de uma forma justa.

Mas muitos negociadores alertam que o processo não vai bem. O que significaria um fracasso?

Significaria a Rodada Doha no congelador por alguns anos, pelo menos dois. Seria uma grande oportunidade perdida. Claro que, se não houver acordo, haverá a tentação de muitos governos a buscarem acordos bilaterais. Para nós, essa foi sempre a segunda opção.

Isso significaria a volta das negociações entre Mercosul e UE?

Essa tem sido nossa avaliação. Sempre dissemos que a conclusão da Rodada Doha seria uma prioridade antes de focar no Mercosul. Mantemos nossa estratégia. Ou seja, nossos parceiros no Mercosul não podem esperar que façamos dois pagamentos ou concessões. Qualquer coisa que o Mercosul ganhe em uma negociação será faturada na outra.

O Mercosul espera que o resultado dessa rodada seja a abertura dos mercados agrícolas. Qual sua avaliação sobre essa expectativa?

A rodada precisa ser equilibrada entre todos os setores. Claro, aceitamos que haja uma abertura comercial no setor agrícola. Mas o processo não pode ter apenas uma mão. Se não houver um equilíbrio no que será oferecido pelos emergentes no setor de produtos industriais e de serviços, não haverá acordo. Temos de ganhar uma contrapartida; isso será crucial. Muito dependerá de quanto outros países estarão dispostos a mostrar flexibilidade. Não aceitaremos um acordo a qualquer preço. Esse será um acordo histórico para a agricultura, mas apenas se outros fizerem o mesmo em outras áreas.

As tarifas de importação ao etanol poderão ser reduzidas, facilitando as exportações brasileiras?

Uma coisa é certa: o etanol claramente se beneficiará de um corte de tarifas como resultado da rodada, assim como outros produtos. Mas prefiro não especular por enquanto qual será o resultado final no setor do etanol.

Quem ganhará mais com a rodada?

Se for equilibrada, todos ganharemos. A economia mundial ganhará e produtores do setor industrial e de agricultura ganharão. Mas precisamos garantir que haja benefícios para os países mais pobres, especialmente diante da crise de alimentos e de energia.

A OMC negociou um acordo por sete anos, com milhões de reuniões em todos os cantos do mundo. Haverá novas rodadas no futuro?

Vamos terminar esta primeiro, antes de pensar nas próximas. A globalização vai continuar e precisaremos continuar adequando as regras do comércio no futuro. Claro, todos viram que a Rodada Doha não foi fácil.

Internamente, a UE parece dividida, com a França alegando que não aceitará novos cortes de tarifas. Com qual posição vocês negociarão?

Teremos reuniões todos os dias com os 27 membros. Já sabemos que, se não houver um acordo equilibrado, não teremos uma conclusão do processo. Queremos um acordo justo, com aberturas em todos os setores. Se o acordo for equilibrado, não teremos problemas em convencer nossos membros a aceitar o tratado.

Agricultura segue confiante – Celso Ming – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 19/07/2008

Enquanto espera pelas primeiras chuvas, o agricultor se prepara, com otimismo, para o início do plantio da próxima safra, que promete bater recordes.

As projeções do Plano de Safra do governo, divulgado no início deste mês, e das consultorias do setor apontam para uma produção de grãos de cerca de 150 milhões de toneladas no País, volume 5% maior do que o da produção anterior (veja o gráfico).

A liberação de R$ 78 bilhões em financiamentos para a próxima safra, 12% a mais do que no ano passado, é bom lubrificante, mas é insuficiente para contrabalançar o enorme aumento de custos que o especialista André Pessoa, sócio-diretor da Agroconsult, calcula em 50%.

Além disso - explica ele - a volatilidade do mercado de commodities afugentou as traders agrícolas, que na safra anterior de soja financiaram nada menos que 31% dos custos de produção (cerca de R$ 7 bilhões). Ou seja: o produtor terá de arranjar mais recursos próprios para tocar a lavoura.

Uma das conseqüências desse descompasso será uma concentração ainda maior do setor. “Grandes produtores devem ocupar os espaços daqueles que não conseguirem crédito suficiente”, lamenta Pessoa.

José Carlos Hausknecht, da MB Agro, é menos pessimista. Entende que, apesar do câmbio adverso e da escalada dos custos, o agricultor está bem mais capitalizado e vai responder com entusiasmo.

Mas o bom mercado lá fora não é tudo. Para produtos não exportáveis, como feijão, arroz e amendoim, também pesa na tomada de decisão de plantio a perda de poder aquisitivo do consumidor interno, em conseqüência da inflação bem mais alta, adverte Chau Kuo Hue, analista da LCA Consultores.

Sinal inquestionável de que o setor segue confiante vai apontado nas estatísticas da Anfavea, a associação que cuida dos interesses do setor de veículos e também dos de máquinas agrícolas. Elas mostraram em junho uma expansão de 50,5% nas vendas internas de máquinas agrícolas em comparação com os números de junho de 2007. Apenas no primeiro semestre deste ano foram vendidas 25,4 mil unidades, quase o mesmo que nos 12 meses de 2006 e 52,4% a mais do que em igual período de 2007.

“Dá para dizer que, se 2008 foi um ano muito melhor que 2007, o próximo deverá ser ainda melhor.” É a opinião de Paulo Kowalski, gerente de vendas da John Deere, uma das maiores fabricantes nacionais de tratores, colheitadeiras e plantadeiras.

O excesso de chuvas e inundações em junho prejudicaram o início do plantio de soja e de milho no centro dos Estados Unidos. Enquanto isso, os produtores australianos de trigo temem pelas conseqüências da seca. São fatores que devem manter os preços em alta no mercado internacional.

"As incertezas próprias do setor continuam as mesmas. Mas o sentimento geral é de confiança. O produtor está preparado para mais uma excelente safra e ótimos preços", diz Hausknecht. Se essa situação se confirmar, mais dinheiro circulará no interior. Bom para a produção e bom para o emprego.

Ambição e resultado – Roberto Rodrigues – Folha de São Paulo – Dinheiro - 19/07/2008

MAIS DE 30 países estarão representados no grande esforço que o diretor-geral da Organização Mundial do Comércio, Pascal Lamy, está propondo para fechar com algum êxito a Rodada Doha.

Analistas asseguram que uma abertura significativa pode levar a um aumento de US$ 50 bilhões por ano no comércio mundial. É um número muito expressivo e pode contribuir de forma decisiva para o desenvolvimento de países emergentes, inclusive no combate à inflação de alimentos, uma vez que a produção agrícola cresceria nesses países, aumentando a oferta de comida.

Por outro lado, um fracasso nessa tentativa pode piorar ainda mais a imagem das grandes instituições multilaterais, já um tanto desgastadas. Os apelos da FAO pela redução dos subnutridos não são respeitados, e poucos países criam políticas adequadas nessa direção; a recente reunião do G8 ampliada pelo Bric foi muito mais um encontro de colegas que uma tomada de posição sobre as grandes questões globais; e a polêmica em torno das mudanças climáticas e da segurança alimentar, que acontecerá no ano que vem, pode ser prejudicada se não houver sucesso em Doha.

Portanto, não é pouca coisa que estará em jogo em Genebra na semana que vem. Os discursos são sempre positivos, mostrando boa vontade no encaminhamento das questões, mas também sempre há ressalvas.

O Brasil flexibilizou suas ofertas em Nama (produtos industriais). Mas deixa claro que, sem avanços importantes na agricultura, nada avançará. E outros países do G20, como Argentina e Índia, não são assim tão flexíveis para abrirem seus mercados a bens industriais. Os Estados Unidos e a União Européia exigem redução do protecionismo industrial desses países para diminuírem os subsídios agrícolas. Portanto, os discursos são todos na direção do "vamos resolver", mas, na prática, os "porém" podem prevalecer.

É importante conhecer bem os atores principais desse grande teatro das negociações. O diretor-geral da OMC, Pascal Lamy, é francês, foi o negociador europeu por muitos anos, e sua atitude foi sempre muito defensiva quanto a abrir o mercado agrícola europeu. Conhece profundamente a temática toda e tem autoridade para fazer avançar a

rodada. Mais que isso: precisa avançar, porque, se não o fizer, seu currículo jamais será enfeitado de vitórias.

Já a representante americana, Susan Schwab, que substituiu o duro Bob Zoellick, tem dois problemas contra suas boas intenções: as eleições deste ano nos EUA criam certa dificuldade negocial, porque um novo presidente pode pensar diferente do atual. Além disso, não tem garantia nenhuma de que o Congresso americano aprove um acordo menos protecionista em Doha. Está um tanto enredada!

O negociador europeu, o inglês Peter Mandelson, com tendência mais liberal, tem sido criticado na França por esse viés e, naturalmente, precisa dançar conforme a música européia, e não inglesa. E, por fim, o competente negociador brasileiro Celso Amorim tem dentro do G20, que o Brasil lidera, posições muito díspares e de difícil harmonização.

Em resumo, a ambição que aterrissa na semana que vem em Genebra é muito grande. Mas a OMC não é uma abstração: é feita de negociadores que são pessoas, com paixões, demandas, idiossincrasias, pressões e ambições que qualquer um tem. E isso também influi nas decisões finais.

***ROBERTO RODRIGUES**, 65, coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior do Agronegócio da Fiesp e professor do Departamento de Economia Rural da Unesp - Jaboticabal, foi ministro da Agricultura (governo Lula). Escreve aos sábados, a cada 15 dias, nesta coluna.

"Contencioso das bananas" aumenta dúvidas sobre Doha – Marcela Campos - Folha de São Paulo – Dinheiro - 19/07/2008

Falhou o último canal de negociação na Organização Mundial do Comércio para resolver a arrastada disputa sobre a importação européia de bananas da América Latina. A questão pontual pode até ameaçar o êxito da reunião ministerial, que se inicia na segunda-feira, para destravar a Rodada Doha.

Representantes da União Européia argumentam que os latino-americanos rejeitaram a solução de compromisso do diretor-geral da OMC, Pascal Lamy. Segundo um diplomata do Equador -maior exportador mundial de bananas-, os produtores ainda querem negociar e um acordo pode ser delineado antes da reunião ministerial.

A UE dá acesso livre de impostos a bananas produzidas em ex-colônias européias da África e do Pacífico. Europeus ofereceram corte da tarifa para os demais fornecedores de até 176 por tonelada, mas os latino-americanos ainda consideram a cobrança alta demais. A solução de Lamy previa queda gradativa na tarifa até 116, em 2015, com corte inicial de 26, em troca de uma "cláusula de paz" -latino-americanos deveriam retirar os processos na OMC e não questionar mais o tema. A Colômbia aceitou, mas, para outros produtores, os números são injustos.

O Brasil consta como terceira parte no contencioso, não atuando como demandante direto. Segundo o Itamaraty, o país "tenta contribuir para o consenso, com posição favorável aos latino-americanos" e tem interesse de que se chegue "a bom termo, de forma

que a questão não dificulte acordos em outras áreas". **(MARCELA CAMPOS)**

Jogo duro – O Globo – Opinião – Editorial – 19/07/2008

O encontro que se inicia segunda-feira em Genebra, dentro da Rodada de Doha, persegue um propósito definido no final de 2001, no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), numa reunião histórica na capital do Qatar: a liberalização do comércio mundial, motor poderoso do crescimento e da criação de riqueza no planeta.

Os nobres propósitos, porém, esbarram em obstáculos até hoje intransponíveis.

Um, os fartos subsídios e barreiras que países do Primeiro Mundo manipulam para estimular sua agricultura e protegê-la da competição de países menos desenvolvidos mas com um setor agrícola que produz a custos mais baixos. Outra barreira, a erguida por emergentes e subdesenvolvidos para proteger indústria e serviços da concorrência das economias desenvolvidas.

O modelo do acordo é simples: o bloco de Estados Unidos, Europa e Japão precisa cortar alguma parcela dos cerca de US$ 350 bilhões anuais que dão a seus agricultores para que consigam produzir, e ainda reduzir barreiras protecionistas contra o álcool brasileiro, o algodão africano e assim por diante; e Brasil, Argentina, países africanos, China, Índia etc. têm de ceder parte dos respectivos mercados internos a bens industrializados importados e a empresas de serviços americanas, européias, japonesas, e assim por diante.

Mas se o figurino de um acordo na Rodada de Doha é simples, há enormes dificuldades para que ambas as partes façam concessões.

Pascal Lamy, diretor-geral da OMC, que, pelo cargo que ocupa, precisa ser otimista, considera que há agora chances um pouco mais concretas de um desfecho feliz, depois que os dois lados trocaram alguns acenos em reuniões preliminares. Se houver sensatez, a própria conjuntura mundial, tornada nebulosa pela grave crise financeira nos Estados Unidos, trabalhará a favor de algum entendimento. Pois, se ocorrer mesmo uma recessão nos EUA, a economia mundial reduzirá ainda mais o passo. E se esses esquemas protecionistas e de distorção da concorrência persistirem, maior será o desaquecimento geral. Nesse sentido, caso alguma liberalização do comércio seja alcançada, ela funcionará como um fator antiretração do crescimento mundial.

Bush está fraco politicamente e convive com um Congresso democrata — como reza a tradição americana, protecionista. Algum êxito na Rodada de Doha, no entanto, é um trunfo diplomático que aumentará o poder de barganha da Casa Branca nas negociações para aprovar o acordo junto a bancadas ligadas ao agronegócio, importantes financiadoras de campanhas eleitorais.

Mas não será fácil, como se percebe.

Alta das commodities abala Doha – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 20/07/2008

A alta nos preços de commodities estremece a Rodada Doha e faz os países, incluindo o Brasil, repensarem o que estão dispostos a pagar por um tratado internacional de comércio. Entidades internacionais e representantes do setor privado alertaram ontem, em Genebra, que o Brasil teria ganhos mínimos e, em alguns setores, até prejuízo com a

Rodada. Os custos apontam que não valeria a pena sequer tentar fechar um acordo na Organização Mundial do Comércio (OMC). Estudo do Banco Mundial mostra que a Rodada geraria ganho de US$ 96 bilhões por ano à economia mundial, menos de 1% do Produto Interno Bruto (PIB) do planeta. Desse total, só US$ 16 bilhões iriam para os países emergentes, sendo US$ 1,4 bilhão para o Brasil. O setor industrial nacional ganharia US$ 300 milhões. Ainda assim, o setor privado brasileiro ficaria com quase um sexto dos ganhos de todos os emergentes. Só a Índia teria ganhos superiores.

Em 2001, quando a Rodada foi lançada, o próprio Banco Mundial estimava ganhos de US$ 832 bilhões, dos quais quase US$ 300 bilhões aos emergentes, 20 vezes mais do que os números atuais.

Roberto Azevedo, principal negociador do Brasil na OMC, admite que hoje a Rodada não tem o mesmo valor que tinha há um ano. Naquele período, com os preços baixos no setor agrícola, os subsídios americanos e europeus impediam a competitividade dos países emergentes e geravam prejuízos. Hoje, com a alta de preços, os subsídios caíram a níveis bem abaixo do que a própria OMC vai oferecer. Na prática, um eventual acordo não teria impacto no volume de subsídios distribuídos. Os americanos hoje dão cerca de US$ 7 bilhões em subsídios. Na melhor das hipóteses, um acordo vai limitar esse valor em US$ 13 bilhões. Significa que a Casa Branca poderia aumentar seus subsídios, e não reduzi-los.

Estudos da Boston University e da Tufts Univeristy nos EUA mostra que o valor seria menor que a expansão das exportações hoje no Brasil. Estima também que cada pessoa no mundo ganharia apenas um centavo de dólar por dia com o acordo.

Segundo a projeção, o Brasil ainda perderia US$ 3,1 bilhões ao ano por não poder arrecadar impostos de importação. No cálculo final, a Rodada traria prejuízos. Os países em desenvolvimento ainda perderiam US$ 63 bilhões com o corte na arrecadação de impostos de importação. O Oriente Médio e a África seriam os mais prejudicados.

Mesmo assim, o governo brasileiro não acredita que haja motivos para que a Rodada não seja fechada. “O que mudou é o preço que vamos pagar”, disse o chanceler Celso Amorim.

O Brasil avalia que o acordo seria como um seguro, evitando que, no futuro, os subsídios possam subir aos níveis das últimas décadas. Pela lei, os americanos têm o direito de dar US$ 41 bilhões em subsídios por ano. O teto seria uma forma de garantir que as distorções não cheguem a níveis anteriores. Mas diplomatas apontam que Doha foi superada pela realidade internacional e não dá mais resposta aos problemas atuais.

CRÍTICAS PONTUAIS - O governo brasileiro afirma estar ciente do que vai ganhar e alerta que as críticas do setor privado são “pontuais” e limitadas a alguns atores e entidades. Nos bastidores, o Itamaraty estima que as cotas existentes sobre carne para a exportação para a União Européia são suficientes. “Já fizemos nossos cálculos”, afirmou Azevedo.

Já para Pedro Camargo Netto, presidente da Associação de Produtores de Carne Suína, não há nenhum ganho no acordo que está sobre a mesa. Ele alertou o Itamaraty sobre isso em uma reunião há poucos dias.

O Itamaraty reconhece que o valor da Rodada Doha caiu nos últimos meses diante da alta nos preços internacionais de alimentos e de commodities, fator que gerou maiores ganhos ao Brasil que qualquer redução tarifária nos países ricos.

Hoje, a alta nos preços é o fator responsável por garantir o superávit na balança comercial brasileira e mesmo na expansão das metas de exportação. Em volumes, as exportações brasileiras tiveram queda de 2% entre janeiro e maio, ao contrário da tendência mundial.

Em valores, o Brasil tem sido favorecido pela alta nos preços de alimentos, minerais e outras commodities. Graças a isso, as exportações em dólares aumentaram 20%, mesmo com as tarifas e barreiras nos países ricos mantidas no mesmo nível.

'**Se fracassarmos, todos serão responsabilizados**' – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 20/07/2008

Quando os ministros de todos os continentes tomarem seus lugares na sala da assembléia da Organização Mundial do Comércio (OMC) a partir de amanhã, não estarão apenas tentando fechar um acordo sobre quilos de carne ou cotas de algodão e têxteis. Os governos vão pôr à prova a capacidade da comunidade internacional de chegar a um pacto político diante de uma nova geografia econômica e com o surgimento de novos pólos de crescimento, principalmente na Ásia e na América Latina. “Estamos passando por um teste político e, se fracassarmos, todos serão responsabilizados por não saber administrar essa nova fase da globalização”, afirmou o embaixador Sun Zhenyu, da China.

A Rodada Doha foi lançada em 2001 com o objetivo de corrigir as regras internacionais do comércio para garantir que os países em desenvolvimento também possam tirar proveito dos lucros do mercado internacional. Com o fim do governo Bush, uma nova administração americana reavaliaria a posição da potência, exigindo mais três ou quatro anos de negociações. Um fracasso este ano pode fazer com que o interesse pela Rodada desapareça.

Diante de impasses, o processo sofreu duros golpes nos últimos sete anos e parte da ambição de abrir mercados ficou pelo caminho. Hoje, o acesso que países como Brasil e Argentina ganharão será bem menor do que se esperava em 2001. Para os países ricos, um dos problemas é que o papel das economias emergentes mudou e as equações precisam ser revistas. Nos últimos 50 anos, os acordos eram fechados entre os grandes países, sem espaço para que o interesse dos emergentes fosse considerado. “Esse tempo acabou”, disse o chanceler Celso Amorim.

Não chegar a um acordo é melhor que um acordo ruim, diz ActionAid – Carta Maior – 21/07/2008

Um novo acordo de comércio global pode aumentar a pobreza e fome ao invés de resolver a atual crise de alimentos, advertiu em nota a organização *Action Aid*, que alerta para as cruciais negociações de comércio que se darão a partir desta segunda-feira (21), em Genebra, quando estarão reunidos representantes de mais de 40 países.

"O número de pessoas com fome subiu para 950 milhões esse ano e o acordo da OMC, da forma como está estabelecido, irá somente colocar mais lenha nessa fogueira", diz Aftab Khan coordenador da Campanha Comércio com Justiça da ActionAid.

Os ministros de 40 países estarão em Genebra, na Suíça, entre os dias 21 e 23 de julho para o "ou vai ou racha" na finalização dos acordos na Rodada de Doha sobre o comércio global. Pascal Lamy, diretor-geral da Organização Mundial do Comércio, definiu o momento como a "hora da verdade" e as negociações estão sendo vistas como a última chance para finalizar o acordo antes das eleições norte-americanas no próximo ano.

Riscos de desemprego no Brasil - "Na ânsia de fechar o acordo, o governo brasileiro pode estar comprometendo o futuro de setores produtivos importantes do Brasil. Arrisca abrir seu mercado para produtos industrializados de fora, sem estar claro o que vai ganhar em troca, avalia Celso Marcatto da *ActionAid*.

No caso brasileiro, os setores de produtos não-agrícolas seriam os mais atingidos, o que iria provocar desemprego urbano e maior agravando problemas sociais e ambientais no campo ao aumentar a produção de grãos para a exportação.

"O acordo implica em dois riscos: pode haver desindustrialização e intensificação das atividades do agronegócio. Os impactos sociais e ambientais seriam tremendos em plena crise mundial de alimentos: nas cidades representaria o aumento do desemprego e no campo aumentaria a pressão pela expansão das monoculturas", completa.

As conversas na OMC, que começaram em 2001, envolvem acordos de liberalização de comércio global na agricultura, serviços e produtos manufaturados.

Como parte de sua campanha mundial *HungerFree* (no Brasil chamada AlimentAÇÃO – Direito de todos), a *ActionAid* pede aos governos que honrem o compromisso de diminuir a fome pela metade até 2015 e realça as razões pela qual um acordo na OMC falharia em resolver a crise de alimentos.

1 – Sistema de produção de alimentos desmantelado enquanto as contas de importação de comida duplicaram.

Duas décadas de liberalização de comércio minaram e ajudaram a desmantelar os sistemas de produção local de alimentos nos países pobres. Nos anos 60, os países pobres tinham um excedente agrícola de US$7 bilhões. Em 2001, tinham um déficit de US$11 bilhões, que seguiu crescendo.

Agora, os países pobres são extremamente vulneráveis a volatilidade do mercado global. As contas de importação de alimentos aumentaram mais que o dobro desde 2000. A FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação) afirmou que esse ano, essas contas devem ficar 25% mais altas do que no ano anterior, consumindo recursos que poderiam estar sendo usados no combate à fome.

Os países pobres precisam de políticas de comércio flexíveis que garantam aos seus agricultores a integração e mercados locais, regionais e globais, promovendo a produção agrícola a longo prazo. O acordo de Doha falha ao não fornecer mecanismos de salvaguarda suficientes para proteger os sistemas nacionais de produção de alimentos dos países em desenvolvimento.

2 – Os países pobres vão piorar sua situação - A atual proposta de Doha distorce o mercado a favor dos países desenvolvidos. De acordo com o rascunho do texto de julho, o mais recente, a maioria dos países em desenvolvimento teriam que cortar em média 60% em tarifas de produtos do setor industrial enquanto que os países desenvolvidos teriam que reduzir suas tarifas em menos de 30% em média.

Na agricultura, apesar dos países desenvolvidos desfrutarem de salvaguardas em mais de 4.000 produtos, o último texto de julho propõe um número muito limitado de produtos para os países em desenvolvimento (somente 10-18% de linhas de tarifas) com uma proteção extremamente fraca.

Os cortes dramáticos nas tarifas industriais também resultariam em enormes perdas de emprego. Estimativas falam que China, Brasil e Índia juntos perderiam mais de 100.000 empregos só na indústria automobilística. A UNCTAD prevê que os países pobres perderão 63 bilhões de dólares em receita governamental vindas de encargos de importação mais baixos sobre bens manufaturados por causa do acordo da OMC.

Tais resultados não só agravam a pobreza, mas também impactam de forma adversa na crise de alimentos uma vez que os governos terão que controlar as despesas em áreas chave como saúde, educação, ajuda alimentar, proteção social e redes de segurança alimentar.

3 – Não há avaliação sobre o impacto dos biocombustíveis na crise de alimentos

A longo prazo, o acordo de Doha irá falhar ao resolver a crise mundial de alimentos porque a liberalização falha ao ajudar aos países em desenvolvimento construir sua agricultura. Em curto prazo, vai criar novos problemas como a perda de receita tarifária e

aumento de desemprego. Não irá, entretanto, abordar os reais motivos por trás da crise de alimentos:a a especulação e a política de biocombustíveis.

Relatórios estimam que os biocombustíveis podem ser responsáveis por 30 a 75% do aumento do preço dos alimentos. Mas o acordo da OMC não deve abordar os subsídios e impostos nos Estados Unidos e não irá tocar nas metas da União Européia que encorajam a expansão dos agrocombustíveis.

Da mesma forma, tem sido de amplo consenso que os mercados de futuros e a especulação tem um papel fundamental na escalada dos preços dos alimentos. Mas o acordo de Doha não poderá regular os mercados nem a especulação.

Assim, defende a ActionAid, a afirmação do diretor-geral da OMC, Pascal Lamy de que a Rodada de Doha irá resolver a crise de alimentos é conversa para boi dormir.

Sobre a rodada de negociações da OMC – Evo Morales – Carta Maior – 21/07/2008

As negociações na OMC converteram-se num combate dos países desenvolvidos para abrir o mercado dos países em desenvolvimento a favor das suas grandes empresas. No século XXI, uma "Rodada para o Desenvolvimento" já não pode ser de "livre comércio", mas sim tem que promover um comércio que contribua para o equilíbrio entre os países, as regiões e com a natureza. A análise é do presidente da Bolívia, Evo Morales.

Evo Morales

"O comércio internacional pode desempenhar uma função importante na promoção do desenvolvimento econômico e no combate à pobreza. Reconhecemos a necessidade de que todos os povos se beneficiem do aumento das oportunidades e dos avanços do bem-estar que o sistema multilateral de comércio gera. Os membros da OMC são majoritariamente países em desenvolvimento. Pretendemos pôr as suas necessidades e interesses no centro do Programa de Trabalho adoptado na presente declaração".

Declaração Ministerial de Doha da Organização Mundial do Comércio, 14 de Novembro de 2001

A rodada de negociações de Doha da OMC começou há sete anos com estas palavras. O desenvolvimento econômico, o combate à pobreza, as necessidades de todos os nossos povos, o aumento de oportunidades para os países em desenvolvimento estão realmente no centro das atuais negociações da OMC?

A primeira coisa que devo dizer é que se fosse assim os 153 países membros, e sobretudo a ampla maioria de países em desenvolvimento, deveriam ser os atores principais

das negociações da OMC. Mas o que estamos vendo é que um punhado de 35 países é convidado pelo Diretor Geral para reuniões informais para avançarem substancialmente na negociação e prepararem os acordos desta "Rodada do Desenvolvimento" da OMC.

As negociações na OMC converteram-se num combate dos países desenvolvidos para abrir o mercado dos países em desenvolvimento a favor das suas grandes empresas.

Os subsídios agrícolas do Norte, que vão principal para as companhias agro-alimentares dos Estados Unidos e da Europa, não só continuarão como aumentarão como demonstra a "*Farm Bill 2008*" **[1]** dos Estados Unidos. Os países em desenvolvimento baixarão as taxas aduaneiras dos seus produtos agrícolas, enquanto os subsídios reais **[2]** aplicados pelos Estados Unidos ou pela União Européia aos seus produtos agrícolas não diminuirão.

A nível dos produtos industriais procura-se nas negociações da OMC que os países em desenvolvimento façam cortes nas taxas aduaneiras de 40% a 60% enquanto os países desenvolvidos diminuirão as suas taxas aduaneiras entre 25% e 33% em média.

Para países como a Bolívia a erosão das preferências aduaneiras pela diminuição generalizada das taxas terá efeitos negativos na competitividade das nossas exportações.

O reconhecimento das assimetrias e o tratamento especial e diferenciado, real e efetivo, a favor dos países em desenvolvimento é limitado e obstaculizado na sua implementação pelos países desenvolvidos.

Nas negociações faz-se pressão para que novos setores de serviços sejam liberalizados pelos países, quando o que deveria ser feito era excluir definitivamente os serviços básicos de educação, saúde, água, energia e telecomunicações do texto do Acordo Geral de Comércio de Serviços da OMC. Estes serviços são direitos humanos que não devem ser objeto de negócio privado e de regras de liberalização que levam à privatização.

A desregulamentação e a privatização dos serviços financeiros, entre outros, são a causa da atual crise financeira mundial. Maior liberalização dos serviços não trará maior desenvolvimento, mas sim maiores possibilidades de crise e especulação em questões vitais como os alimentos.

O regime de propriedade intelectual estabelecido pela OMC beneficiou sobretudo as transnacionais que monopolizam as patentes, encarecendo o preço dos medicamentos e de outros produtos essenciais, incentivando a privatização e a mercantilização da própria vida, como provam várias patentes sobre plantas, animais e até genes humanos.

Os países mais pobres serão os principais perdedores. As projeções econômicas de um potencial acordo da OMC, mesmo as do Banco Mundial**[3]**, indicam que os custos acumulados pela perda de empregos, pelas restrições à definição de políticas nacionais e pela perda de receitas aduaneiras serão maiores que os "benefícios" da "Rodada para o Desenvolvimento".

Passados sete anos, a rodada da OMC está ancorada no passado e desatualizada dos fenômenos mais importantes que estamos vivendo: a crise alimentar, a crise energética, as alterações climáticas e a eliminação da diversidade cultural. Os países ricos estão vendendo a idéia de que é necessário um acordo para resolver uma agenda mundial e este acordo não representa essa realidade. As suas bases não são as adequadas para assentar essa nova agenda mundial.

Estudos da FAO assinalam que com as atuais forças de produção agrícola é possível alimentar 12 bilhões de seres humanos, isto é, quase o dobro da atual população mundial. No entanto, há uma crise alimentar porque não se produz para o bem-estar humano, mas sim em função do mercado, da especulação e rentabilidade das grandes produtoras e comercializadoras de alimentos. Para enfrentar a crise alimentar é necessário fortalecer a agricultura familiar, camponesa e comunitária. Os nossos países em desenvolvimento têm de recuperar o direito de regular **[4]** as nossas importações e exportações para garantir a alimentação da nossa população.

Temos que acabar com o consumismo, o esbanjamento e o luxo. Na parte mais pobre do planeta morrem milhões de seres humanos de fome em cada ano. Na parte mais rica do planeta gastam-se milhões de dólares para combater a obesidade. Consumimos em excesso, esbanjamos os recursos naturais e produzimos lixo que contamina a Mãe Terra.

Os países devem dar prioridade ao consumo do que produzimos localmente. Um produto que percorre metade do mundo para chegar ao seu destino pode ser mais barato do que outro, que se produz nacionalmente, mas se tomarmos em conta os custos ambientais do transporte dessa mercadoria, o consumo de energia e a quantidade emissões de carbono que gera, então podemos chegar à conclusão de que é mais são para o planeta e para a humanidade dar prioridade ao consumo do que se produz localmente.

O comércio externo deve ser um complemento da produção local. De forma nenhuma podemos privilegiar o mercado externo à custa da produção nacional. O capitalismo quer uniformizar-nos a todos para nos transformarmos em simples consumidores. Para o Norte há um só modelo de desenvolvimento, o deles. Os modelos únicos a nível econômico vêm acompanhados de processos de aculturação generalizada para nos impor uma só cultura, uma só moda, uma só forma de pensar e ver as coisas. Destruir uma cultura, atentar contra a identidade de um povo, é o mais grave dano que se pode fazer à humanidade.

O respeito e a complementaridade pacífica e harmônica das diversas culturas e economias é essencial para salvar o planeta, a humanidade e a vida.

Para que esta seja uma rodada de negociações efetivamente do desenvolvimento e ancorada no presente e no futuro da humanidade e do planeta deveria:

- Garantir a participação dos países em desenvolvimento em todas as reuniões da OMC pondo fim às reuniões exclusivistas da "sala verde" **[5]**.

- Implementar verdadeiras negociações assimétricas a favor dos países em desenvolvimento nas quais os países desenvolvidos outorguem efetivas concessões.

- Respeitar os interesses dos países em desenvolvimento, não limitando a sua capacidade de definição e implementação de políticas nacionais a nível agrícola, industrial e de serviços.

- Reduzir efetivamente as medidas protecionistas e os subsídios dos países desenvolvidos. **[6]**

- Assegurar o direito dos países em desenvolvimento protegerem, pelo tempo que for necessário, as suas indústrias nascentes, da mesma forma que o fizeram no passado os países industrializados.

- Garantir o direito dos países em desenvolvimento regularem e definirem as suas políticas em matéria de serviços, excluindo expressamente os serviços básicos do Acordo Geral de Comércio de Serviços da OMC.

- Limitar os monopólios das grandes empresas sobre a propriedade intelectual, promover a transferência de tecnologia e proibir o patenteamento de qualquer forma de vida.

- Garantir a soberania alimentar dos países, eliminando qualquer limitação à capacidade dos Estados para regular as exportações e importações de alimentos.

- Assumir medidas que contribuam para limitar o consumismo, o esbanjamento de recursos naturais, a eliminação de gases de efeito de estufa e a produção de lixo que prejudica a Mãe Terra.

No século XXI, uma "Rodada para o desenvolvimento" já não pode ser de "livre comércio", mas sim tem que promover um comércio que contribua para o equilíbrio entre os países, as regiões e com natureza, estabelecendo indicadores que permitam avaliar e corrigir as regras de comércio em função do desenvolvimento sustentável.

Os governos têm uma enorme responsabilidade para com os seus povos. Acordos como os da OMC têm que ser amplamente conhecidos e debatidos por todos os cidadãos e não somente por ministros, empresários e "peritos". Os povos do mundo têm que deixar de ser vítimas passivas destas negociações e converter-se em protagonistas do nosso presente e futuro.

Evo Morales Ayma - Presidente da Bolívia

[1] A "*Farm Bill 2008*" foi aprovada em 22 de Maio pelo Congresso dos Estados Unidos. Autoriza que se realizem gastos que incluem subsídios à agricultura até 307 bilhões de dólares em 5 anos.

[2] O texto atual sobre agricultura propõe a diminuição dos subsídios dos Estados Unidos para um valor entre 13 e 16,4 bilhões de dólares por ano. No entanto, os subsídios reais que os Estados Unidos atualmente aplicam são de cerca de 7 bilhões de dólares por ano. Por outro lado, a União Européia está oferecendo nas negociações da OMC a reforma que realizou na Política Agrícola Comum (PAC) em 2003, sem propor maiores aberturas.

[3] Os países em desenvolvimento têm pouco a ganhar na Rodada de Doha: os ganhos projetados serão de 0,2% para esses países, a redução da pobreza mundial será de 2,5 milhões (menos de 1% dos pobres do mundo) e as perdas por taxas aduaneiras não cobradas serão pelo menos de 63 bilhões milhões de dólares (Anderson, Martin, and van der Mensbrugghe, "*Market and Welfare Implications of Doha Reform Scenarios*," in *Agricultural Trade Reform and the Doha Development Agenda*, Anderson and Martin, World Bank/ / *Back to the Drawing Board: No Basis for Concluding the Doha Round of Negotiations*" by Kevin P. Gallagher and Timothy A. Wise, RIS Policy Brief #36)

[4] Esta regulação deve incluir o direito a implementar impostos às exportações, baixar taxas aduaneiras para favorecer importações, proibir exportações, subsidiar produções locais, fixar margens de preços, enfim todas as medidas que segundo a realidade de cada país melhor sirva o propósito de garantir a alimentação da população.

[5] "*Green room meeting*" ou "reuniões na sala verde" é o nome das reuniões informais de negociação na OMC nas quais participa um grupo de 35 países escolhidos pelo Diretor-Geral.

[6] Um corte real dos subsídios dos Estados Unidos: deveriam ser menores que 7 bilhões milhões de dólares por ano.

Negociadores tentam fechar Doha – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 21/07/2008

A Europa oferece a mínima abertura de seu mercado aos produtos agrícolas brasileiros e exige total acesso ao mercado nacional para seus bens industriais. O governo americano impõe condições para apresentar proposta de corte de subsídios agrícolas e quer livre acesso para seus veículos, máquinas e têxteis. Já o Brasil deixou claro que o preço da Rodada Doha mudou e não vai mais pagar o mesmo que estava disposto há um ano.

Foi nessa total falta de sintonia que ministros de todo o mundo começaram ontem as reuniões para tentar fechar a Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC), sete anos após seu lançamento. “Se essas posições continuarem, não teremos acordo”, alertou o embaixador Roberto Azevedo, principal negociador do Brasil. O Itamaraty já acenou que tem margem de flexibilidade para aceitar maior abertura no setor industrial, mas não pode garantir que os demais emergentes e o Mercosul sigam o caminho.

Para negociadores, americanos e europeus se uniram mais uma vez para pressionar os emergentes a abrirem seus mercados. Ontem, numa reunião entre o comissário de Comércio da União Européia (UE), Peter Mandelson, e o chanceler Celso Amorim, os europeus pressionaram para que o Brasil reduza ao máximo suas barreiras no setor industrial.

O objetivo é garantir proteção para setores mais vulneráveis dos países emergentes, mas evitar que toda uma área da economia seja declarada sensível e fora da liberalização.

Amorim indicou que o Brasil tem como adotar posição mais flexível, mas não pode garantir que outros emergentes, nem o Mercosul, aceitem o acordo. “A reunião mostrou que ainda não estamos no ponto de chegar a um acordo”, disse o chanceler.

A principal queixa do Brasil é de que os europeus pedem uma abertura máxima do País, enquanto oferecem cotas relativamente pequenas para carnes e produtos agrícolas. Pelos cálculos do governo, o acesso oferecido pelos europeus está bem abaixo do que a Rodada Doha deveria gerar como comércio.

A UE saiu insatisfeita do encontro e insistiu que os emergentes terão de oferecer mais flexibilidades para que haja um acordo. “O Brasil precisa contribuir o suficiente para equiparar ao que já oferecemos”, afirmou Mandelson.

SUBSÍDIOS - Enquanto os europeus pressionam o Brasil, o governo americano deu indicações de que conta com nova proposta de corte de subsídios agrícolas, ponto central de todo o debate. Mas impõem condições para apresentá-la e alertam que apenas vão revelar seu conteúdo no momento certo. Entre essas condições está a exigência de que setores industriais como automotivo, têxtil, máquinas e químicos sejam liberalizados pelos emergentes, como o Brasil.

Para os americanos, uma condição para o corte de subsídios é a aceitação dos emergentes de que alguns setores estratégicos tenham amplos cortes de tarifas. O Mercosul rejeita a maioria dos setores, mas admite falar de áreas como pesca, jóias e produtos florestais. Para os americanos, essa seria a moeda de troca para que haja acordo na agricultura.

Em uma reunião no fim de semana entre a representante do Comércio dos EUA, Susan Schwab, e Mandelson, os americanos garantem que contam com nova proposta de cortes de subsídios. “Disseram-nos que não vão apresentar até que obtivessem sinais de que vão ganhar em outras áreas”, disse um diplomata europeu.

Mandelson indicou que aceita um teto nos subsídios de cerca de US$ 15 bilhões. O número de Schwab não fica longe disso. O problema é que os emergentes alertam que não vão aceitar nada acima de US$ 13 bilhões.

“Os americanos precisam apresentar logo algo plausível. Caso contrário, tudo se desmoronará”, disse Gopal Pillai, negociador chefe da Índia. Em um encontro entre

Schwab e o ministro indiano do comércio, Kamal Nath, a Casa Branca evitou dar sinais de que poderia cortar seus subsídios agrícolas. “Foi puro blá-blá-blã”, disse Pillai.

Para vários diplomatas, concessões em todos os demais setores dependerão de quanto os americanos estão dispostos a cortar em seus subsídios e do acesso que os europeus darão em termos de cortes tarifários. Numa declaração emitida ontem, o G-20 (grupo de emergentes) deixou claro que esse ponto é um imperativo político.

Para tentar desqualificar a pressão americana, Amorim apontou que mesmo o corte previsto de subsídios agrícolas nos EUA não terá efeito imediato, pois o teto proposto está acima do que a Casa Branca distribui hoje a seus produtores. O Brasil não está disposto a pagar por algo que sequer seria uma concessão americana. Pelos cálculos do Ministério da Agricultura, os subsídios americanos ficarão abaixo de US$ 13 bilhões. “Os subsídios dados são metade do teto que queremos ver aprovado”, disse Amorim. Hoje, os subsídios americanos não passam de US$ 7 bilhões, diante da alta nos preços das commodities. Pela proposta da OMC, o teto ficaria entre US$ 13 bilhões e US$ 16 bilhões.

Os americanos apontam que, para cortar subsídios, terão de ganhar em outros setores. Para Amorim, com a mudança no cenário internacional, o esforço americano em aceitar a proposta não tem o mesmo valor que no passado. Ele acha que os EUA não podem cobrar dos emergentes o mesmo preço por aceitar o teto. Segundo ele, o Brasil cortará em mais de 30% suas tarifas industriais, que ficarão no máximo em 23%.

Para completar o cenário pouco positivo, Pequim alertou que não aceitará a conclusão da Rodada sem receber compensações pelos problemas que terá para fazer com que seus produtos entrem no mercado americano. A Casa Branca se recusou a fazer a concessão.

'**Agora ou nunca', diz Zoellick** – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 21/07/2008

O Banco Mundial alerta que essa é a última oportunidade de se fechar um acordo na Organização Mundial do Comércio (OMC). “É agora ou nunca”, declarou o presidente da entidade, Robert Zoellick, que foi um dos principais negociadores americanos na Rodada Doha entre 2002 e 2004. Na condição de presidente do Banco Mundial e responsável pelo desenvolvimento dos países mais pobres, Zoellick ressalta que: “Nunca foi tão importante fazer avançar um acordo. Um entendimento daria confiança à economia mundial afetada pela alta nos preços de alimentos e energia”. Para ele, é essencial resistir à crise do protecionismo. “Uma volta ao isolamento econômico geraria prejuízos, e não benefícios, com a globalização', disse. Um sistema agrícola aberto criaria oportunidades para todos, na sua avaliação. Para Zoellick, tanto os países ricos como pobres ganhariam com a queda de tarifas e maior abertura no setor de serviços.

'Usam deslize para afetar credibilidade',diz Amorim – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 21/07/2008

O governo brasileiro alerta que os Estados Unidos estão usando as declarações do chanceler Celso Amorim sobre o nazismo para tentar enfraquecer a posição do Itamaraty nas negociações da Organização Mundial do Comércio (OMC). No sábado, Amorim acusou os países ricos de estarem usando técnicas de desinformação dos nazistas nas negociações. O governo americano reagiu irritado, principalmente diante do fato de que a representante de Comércio dos Estados Unidos, Susan Schwab, é filha de sobreviventes do Holocausto. O caso quase gerou um incidente diplomático.

Ontem, Amorim afirmou que não teve intenção de ofender. Hoje, se reúne com Schwab. Mas não retirou o comentário de que os países estariam repetindo mentiras sobre o Brasil até que esses "mitos" se transformem em realidade. "No Brasil sempre se fala isso sem qualquer problema", disse. Para Amorim, os americanos usam o deslize para afetar sua credibilidade em uma semana crucial na OMC.

Ontem, a União Européia qualificou as declarações de Amorim como de "mau gosto, além de lamentáveis". Mais tarde, o comissário de Comércio da UE, Peter Mandelson, pediu para que o tema fosse esquecido.

Nos últimos dias, Europa e EUA têm pressionado os países emergentes a fazerem concessões para poderem abrir seus mercados agrícolas. Amorim rejeitou a pressão. "Goebbels sempre dizia que quando se repete uma mentira muitas vezes, ela se torna verdade", afirmou o chanceler. Joseph Goebbels foi artífice da propaganda nazista na Segunda Guerra Mundial e conhecido por introduzir técnicas de desinformação.

'Usam deslize para afetar credibilidade',diz Amorim – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 21/07/2008

O governo brasileiro alerta que os Estados Unidos estão usando as declarações do chanceler Celso Amorim sobre o nazismo para tentar enfraquecer a posição do Itamaraty nas negociações da Organização Mundial do Comércio (OMC). No sábado, Amorim acusou os países ricos de estarem usando técnicas de desinformação dos nazistas nas negociações. O governo americano reagiu irritado, principalmente diante do fato de que a representante de Comércio dos Estados Unidos, Susan Schwab, é filha de sobreviventes do Holocausto. O caso quase gerou um incidente diplomático.

Ontem, Amorim afirmou que não teve intenção de ofender. Hoje, se reúne com Schwab. Mas não retirou o comentário de que os países estariam repetindo mentiras sobre o Brasil até que esses "mitos" se transformem em realidade. "No Brasil sempre se fala isso sem qualquer problema", disse. Para Amorim, os americanos usam o deslize para afetar sua credibilidade em uma semana crucial na OMC.

Ontem, a União Européia qualificou as declarações de Amorim como de “mau gosto, além de lamentáveis”. Mais tarde, o comissário de Comércio da UE, Peter Mandelson, pediu para que o tema fosse esquecido.

Nos últimos dias, Europa e EUA têm pressionado os países emergentes a fazerem concessões para poderem abrir seus mercados agrícolas. Amorim rejeitou a pressão. “Goebbels sempre dizia que quando se repete uma mentira muitas vezes, ela se torna verdade”, afirmou o chanceler. Joseph Goebbels foi artífice da propaganda nazista na Segunda Guerra Mundial e conhecido por introduzir técnicas de desinformação.

Venezuela vetará acordo entre EUA e Mercosul – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 21/07/2008

O governo da Venezuela alerta que vai bloquear qualquer tentativa de acordo comercial entre o Mercosul e os Estados Unidos. Nos bastidores, o governo brasileiro vem trabalhando com a possibilidade de se aproximar dos Estados Unidos. Mas com a adesão da Venezuela ao Mercosul, Caracas deixa claro que não vai apoiar a iniciativa.

“Não temos porque ter um acordo (com os americanos) ou a idéia de um projeto como a Alca (Área de Livre Comércio das Américas)', afirmou ontem em Genebra o ministro de Comércio da Venezuela, Willian Contreras.

Segundo ele, os trabalhos técnicos para adesão da Venezuela ao Mercosul estão “praticamente concluídos”. “Estamos apenas esperando a ratificação por parte do Congresso brasileiro. Espero que isso ocorra logo”, disse. O ministro acredita que a adesão da Venezuela ao Mercosul dará um “novo perfil ao bloco”. “Vemos unir o potencial energético da Venezuela ao potencial agrícola do Brasil”, afirmou.

A Venezuela ainda ataca o acordo que está sendo proposto na Organização Mundial do Comércio (OMC) e insinua que está disposta a bloquear um tratado nas bases. “A OMC está defasada e não dá uma resposta aos problemas do mundo real, como a crise alimentar. Alguns na organização parecem surdos diante de nossos apelos”, disse Contreras, que tem o pomposo título de Ministro do Poder Popular para Indústrias Leves e Comércio.

Questionado se Caracas estaria disposta a vetar sozinha um acordo, respondeu apenas que “o tratado não poderá ser imposto a ninguém”. “Não vamos aceitar chantagem política. Vamos manter nossa soberania.”

Em um encontro que manteve com o diretor-geral da OMC, Pascal Lamy, Contreras ainda deixou claro que não aceitaria que outros países tomassem decisões em seu nome. “Não delegamos a terceiros decisões soberanas”, afirmou o ministro. Para ele, os objetivos originais da Rodada Doha foram “esquecidos”.

Acusações de Amorim enfraquecem Brasil na OMC – O Globo – Capa – 21/07/2008

Menção a nazismo atrapalha negociação crucial de comércio A declaração do chanceler Celso Amorim comparando a tática dos países ricos à dos nazistas gerou mais que mal-estar.

Para o próprio ministro e negociadores brasileiros, os EUA usam agora o deslize para desqualificar a posição do Brasil na Rodada de Doha, da OMC, sobre comércio global. Hoje começa uma negociação crucial para a rodada, que se arrasta há sete anos. O porta-voz da representante dos EUA, Susan Schwab — filha de sobreviventes do Holocausto —, cobrou sensibilidade de Amorim. Uma autoridade européia classificou o episódio de lamentável.

Página 17

Propaganda negativa – Deborah Berlinck – O Globo – Economia – 21/07/2008

Ao reagirem às declarações do ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, sobre nazismo, os Estados Unidos estão adotando uma estratégia para desqualificar a posição do Brasil às vésperas de uma reunião crucial hoje, com 35 ministros, na Organização Mundial de Comércio (OMC), sobre a Rodada de Doha, que se arrasta há quase sete anos. Essa é a avaliação de negociadores brasileiros próximos a Amorim. Ao ser perguntado por jornalistas se compartilhava dessa visão, o chanceler respondeu: — Eu concordo.

Ontem, houve novas reações às citações de Amorim. No sábado, o chanceler acusou os países ricos de orquestrarem uma campanha de desinformação nas negociações da OMC, ao acusarem os emergentes, e o G-20 em particular, de estarem dificultando um acordo para concluir a Rodada de Doha. O problema é que, para ilustrar, Amorim citou o chefe de propaganda da Alemanha nazista, Joseph Goebbels, que dizia que uma mentira contada muitas vezes acaba sendo aceita como verdade.

Funcionário da UE: 'lamentável'

Citar o nazista Goebbels chocou a principal negociadora de comércio dos EUA, Susan Schwab, que é filha de sobreviventes do Holocausto. Seu porta-voz, Sean Spicer, disse ao jornal francês "Lê Monde" que "no momento em que tentamos encontrar um resultado favorável para as negociações, esse tipo de comentário é muito mal recebido". Spicer evocou a "história pessoal" de Susan e disse que um chanceler "deveria ter consciência de certas sensibilidades".

Um alto funcionário da União Européia (UE) classificou o episódio de "altamente lamentável". Já o representante de Comércio da UE, Peter Mandelson, cujo pai é judeu, não deu importância:

—Vamos deixar Goebbels de lado.

Ontem, diante da repercussão de seus comentários nos jornais brasileiros e em algumas agências de notícia estrangeiras, Amorim tentou minimizar o episódio, que causou um mal-estar diplomático.

— Eu sinto muito. Quem cobriu política no Brasil sabe que isso é dito milhões de vezes sem ofensa a ninguém.

No dia da declaração de Amorim, o Itamaraty já divulgara nota dizendo que ele fora "suficientemente cuidadoso para desqualificar o autor da frase".

Ministro mantém sua posição

Ontem, Amorim reafirmou que lamentava ter ferido sentimentos e insistiu que não fora sua intenção: — Eu sinto muito. Comecei meus comentários desqualificando o autor.

Talvez se eu tivesse dito o mesmo, sem mencionar o autor, o que seria uma espécie de plágio, não haveria reação.

Mas o chanceler insistiu que os países ricos estão contando mentiras sobre as negociações da OMC: — O que mantenho é o seguinte: repetir uma distorção faz as pessoas acreditarem que a distorção é uma verdade.

(*) Com agências internacionais

Emergentes unidos contra ricos – O Globo – Economia – 21/07/2008

GENEBRA e WASHINGTON. Os países em desenvolvimento, incluindo os líderes do G-20, como Brasil, China e Índia, anunciaram ontem que estão unidos contra tentativas das nações ricas de forçar, a qualquer custo, um acordo para conclusão da Rodada de Doha, como são chamadas as negociações para abertura do comércio global no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC). Em comunicado, depois de uma reunião ontem, em Genebra, de grupos representando 110 países em desenvolvimento, eles enfatizaram que é mesmo a agricultura — e não os produtos industriais, como afirmam os ricos — o ponto central da negociação na OMC. Eles lembraram que a maioria dos agricultores no mundo encontra-se nos países em desenvolvimento e denunciaram os "subsídios gigantescos" que distorcem o comércio mundial.

Hoje, começa na OMC um confronto crucial. Se esta semana não sair um acordo sobre comércio agrícola e redução de barreiras a produtos industriais, a Rodada de Doha, lançada em 2001 no Qatar com promessas de criar uma nova era no comércio mundial, vai entrar num limbo de pelo menos três anos, segundo o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim. Ele espera que saia um acordo até sexta-feira.

O presidente do Banco Mundial (Bird), Robert Zoellick, fez um apelo ontem em Washington para que os ministros reunidos em Genebra fechem um acordo. Segundo Zoellick — que era o representante comercial dos EUA quando a Rodada de Doha foi lançada —, este é o momento de concluir as negociações: — É agora ou nunca. Tanto as economias em desenvolvimento como as desenvolvidas têm a ganhar.

Brasil quer concentrar baterias em subsídios agrícolas americanos Mas, ontem, Amorim alertou que os países em desenvolvimento não estão dispostos a pagar qualquer preço para concluir a rodada.

— É muito importante mantermos a unidade. Sabemos, de experiências passadas, que há tentações das nações desenvolvidas de criar divisões entre os países em desenvolvimento — afirmou.

As declarações de unidade, porém, escondem divisões entre os próprios países em desenvolvimento.

Uruguai e Paraguai denunciaram ontem um mecanismo defendido por China, Índia, Indonésia e outros emergentes, que permite frear o aumento súbito de importações agrícolas.

Para Uruguai e Paraguai, exportadores agrícolas, isso é retrocesso no comércio internacional. Já Brasil e Argentina, os maiores exportadores agrícolas do Mercosul, acham que o momento é de se concentrar nas distorções dos subsídios europeus e americanos. Depois, resolve-se a questão entre os países em desenvolvimento.

Persiste um clima de pessimismo, porque as divergências se acumulam.

A negociação agrícola, a partir de hoje, será centrada em subsídios e tarifas. O foco principal é o combate aos subsídios dos Estados Unidos a seus agricultores. O mediador da negociação, Crawford Falconer, propõe que os EUA reduzam os subsídios para entre US$ 13 bilhões e US$ 16,4 bilhões por ano. Mas vários países em desenvolvimento consideram que os EUA precisam reduzir os subsídios para o volume que Washington concede atualmente a seus agricultores, que é de US$ 7 bilhões. Os EUA rejeitam isso.

Com relação à União Européia (UE), o problema principal é corte de tarifas agrícolas. O G-20 insistiu ontem que essa redução precisa ser de, em média, 54%. Já a UE quer limitar a abertura de seu mercado impondo cotas às importações, especialmente para produtos de interesse do Brasil, como carne, açúcar e tabaco. Na área industrial, a pressão dos ricos aumenta para que emergentes como Brasil e Índia abram mais seus mercados, especialmente para automóveis, máquinas e químicos. Na área de serviços, o que está em jogo é a abertura para bancos, corretoras e seguradoras, além do acesso de profissionais de países em desenvolvimento a trabalho temporário nas nações ricas. (Deborah Berlinck, enviada especial, com agências internacionais)

G-20 rejeita tentativa de países ricos de criar cotas agrícolas - Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 21/07/2008

Confrontos entre países desenvolvidos e emergentes, e agora também entre os próprios países em desenvolvimento, anteciparam as negociações de 35 ministros a partir de hoje em Genebra para tentar salvar a Rodada Doha do fiasco total.

O G-20, o grupo liderado pelo Brasil, pela primeira vez rejeitou publicamente a tentativa da União Européia (UE), Japão, Suíça e outros protecionistas de criar novas cotas para produtos agrícolas, consideradas um retrocesso no objetivo de liberalização agrícola global.

O Valor apurou que a UE quer criar cota inclusive para o etanol, o que limitaria a entrada do produto com tarifa menor a cerca de 142 milhões de litros por ano, ou seja, 5% da média do consumo europeu entre 2003-2005. Basta comparar com a cota que a própria UE acenava para o Mercosul na negociação birregional, de 1 bilhão de litros por ano.

O comissário europeu de Comércio, Peter Mandelson, apareceu em reuniões bilaterais, inclusive com o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, com uma posição considerada insustentável para os emergentes.

Mandelson oferece o mínimo que o texto agrícola na mesa prevê e exige o máximo do que o documento na área industrial propõe, o que é considerado o caminho mais direto para o fracasso se continuar assim nas próximas 48 horas.



O representante europeu insistiu que a UE já fez demais na agricultura e só aceita aumentar as cotas agrícolas atuais em 4% do consumo doméstico, quando o mediador da negociação sugere que esse volume chegue a até 6% para dar uma compensação mais equilibrada aos exportadores que terão suas vendas limitadas no mercado europeu.

Com os 4% para a expansão das cotas, a UE empurra também os Estados Unidos a persistir num limite elevado de subsídios domésticos agrícolas. O mediador da negociação agrícola sugeriu que os EUA baixem esses subsídios para algo entre US$ 13 bilhões a US$ 16,4 bilhões. A representante americana, Susan Schwab, já avisou que não chegará ao montante mais baixo. Vários negociadores suspeitam que americanos e europeu fizeram um acordo em torno de US$ 15 bilhões para os subsídios dos EUA.

O Brasil reuniu ontem o G-110, aliança dos países em desenvolvimento, para sinalizar unidade na negociação e reiterar que o fim das distorções provocadas pelos subsídios gigantescos permanece como a principal tarefa da negociação da Rodada Doha.

A unidade demonstrada pelos países em desenvolvimento mascara, porém, as divergências entre exportadores e importadores do grupo, quando se chegam aos detalhes. Foi o que ficou claro ontem quando o Paraguai e o Uruguai divulgaram um documento, manifestando a preocupação com o mecanismo de salvaguarda especial que a China, Índia,

Indonésia e outros países em desenvolvimento querem ter para frear aumentos súbitos de importações agrícolas.

Paraguai e Uruguai exemplificaram que a China poderá, com o mecanismo, colocar sobretaxas para algo entre 70% e 80% de suas importações agrícolas. No caso da soja, as importações subiram 48%, e Pequim poderá elevar de 3% para até 18% a tarifa de importação, considerando as propostas na mesa para deflagrar o mecanismo.

O mais curioso é que o Brasil e a Argentina, os dois maiores exportadores agrícolas do Mercosul, não se juntaram ao Paraguai e Uruguai, quando seu agronegócio também coloca como prioritário evitar que a salvaguarda especial dos pobres aumente as barreiras.

Negociadores do Brasil e da Argentina argumentaram, porém, que no momento a briga é mesmo contra os subsídios domésticos americanos, principalmente, onde se encontram as maiores distorções. Depois, no decorrer da semana, é que se pode discutir com "os sócios" uma solução para o mecanismo de salvaguarda especial.

A China mostra-se tão preocupada em garantir o direito de frear importações agrícolas que desta vez enviou dois ministros para a rodada de negociações na OMC, quando normalmente só costuma mandar um vice-ministro ou altos funcionários.

Os países insistiram que não há racha no G-20, ao mesmo tempo em que a evidência mesmo é de que as posições nacionais vão se manifestar fortemente nas reuniões desta semana entre os ministros.

"Tenho de tomar cuidado com que falo", diz Amorim – Valor econômico – Brasil - 21/07/2008

"I'm sorry (sinto muito)", disse o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, ontem, diante da polêmica provocada quando citou o ministro da Propaganda de Adolf Hitler, Joseph Goebbels ao denunciar campanha de "desinformação" dos países ricos sobre o estado da negociação agrícola na Rodada Doha. Os Estados Unidos e a União Européia bombardearam a declaração de Amorim à véspera das negociações cruciais de Doha. O ministro concordou com diplomatas brasileiros que viram, na reação à sua citação, uma manipulação para enfraquecê-lo, "como se isso fosse possível".

Amorim está habituado a ser centro das atenções nas negociações comerciais, mas desta vez provavelmente gostaria de estar longe das luzes. Ele fez a citação numa coletiva na Organização Mundial do Comércio (OMC), quando procurava "acabar" com o "mito" de que a negociação agrícola avançou e o problema agora é a negociação industrial.

A menção a Goebbels passou a ter impacto quando a representante americana, Susan Schwab, filha de judeus sobreviventes do Holocausto, reagiu, ao ser indagada por uma agência noticiosa. Ela disse, por meio de seu porta-voz, que "tem um tremendo respeito pelo Brasil e pelo papel de liderança que pode ter e por isso os comentários foram tão infelizes". Ontem, a União Européia entrou na polêmica, com um funcionário qualificando a citação de "altamente lamentável". Já o comissário de Comércio, Peter Mandelson, comentou: "Deixemos Goebbels de lado."

Em círculos comerciais, a reação dominante foi de que desta vez Amorim, talentoso nas frases de efeito, pode ter contribuído para um clima pesado nas discussões entre os ministros. Schwab, que se crispa com facilidade, nesse tipo de ambiente acaba reagindo sempre dizendo "não" na negociação. No fim da tarde, Amorim fez várias indiretas sobre

sua própria situação. "Tenho que tomar cuidado com minhas palavras", disse, ao explicar uma questão levantada pelo diretor-geral da OMC.

Indagado por uma jornalista se pediu perdão pela referência a Goebbels e à tática dos países ricos, ele retrucou: "Eu disse 'I'm sorry' (sinto muito) se feri sentimentos. Não foi minha intenção. Mas tenho que dizer que comecei meus comentários desqualificando o autor. Talvez se eu tivesse dito o mesmo, sem mencionar o autor, o que seria uma espécie de plágio, não haveria reação. O fato é que há distorção depois de distorção (dos países ricos)..."

Perguntado se mantinha a frase, Amorim disse, tentando minimizar o impacto: "Seja lá qual a frase, dei como um exemplo. O que mantenho é o seguinte: repetir uma distorção faz as pessoas acreditarem que ela é uma verdade." Foi nesse ambiente que o diretor-geral da OMC, Pascal Lamy, aproveitou o jantar oferecido aos ministros, nos arredores de Genebra, para passar duas mensagens. Pediu uma trégua no jogo de acusações e que realmente negociem entre si, para salvar Doha. **(AM)**

Biopirataria e bananas também emperram discussões – Assis Moreira – Valor econômico – Brasil - 21/07/2008

Proposta contra biopirataria, expansão de produtos protegidos por indicação geográfica e o contencioso da banana também alimentam o pessimismo sobre as negociações na Rodada Doha. Com apoio de 100 países, Brasil e Índia querem que os ministros se comprometam a incluir no pacote de Doha a demanda de negociação de nova regra no Acordo de Trips (propriedade intelectual ligada ao comércio) contra biopirataria.

A proposta visa forçar as companhias farmacêuticas a provarem, quando pedirem registro de patentes, que não roubaram o material de plantas ou da medicina tradicional. Países ricos se opõem.

A polêmica mais difícil envolve uma emenda da União Européia (UE) para estender a proteção de indicações geográficas, hoje para vinhos e outras bebidas, a produtos como presunto de Parma, queijo feta da Grécia, óleo de oliva da Toscana e outros ligados a uma área geográfica particular.

Os europeus alegam que o abuso de nomes para esses produtos, que são protegidos na UE, custam milhões de dólares aos seus produtores. O Brasil admite discutir a questão. Mas a Argentina, Estados Unidos, Austrália e Nova Zelândia rejeitaram firmemente a proposta no âmbito formal de Doha.

Quanto ao contencioso da banana, tem sido um problema quase desde a criação da OMC em 1995. Uma solução desta vez é considerada precondição para um acordo na negociação agrícola. Pelo mandato da negociação, os produtos tropicais devem ter corte tarifário de até 85%, portanto maior e mais rápido que de outros produtos agrícolas. Ocorre que isso significa reduzir a preferência que os países ACP (ex-colônias européias na África, Caribe e Pacífico) têm nos mercados ricos. Assim, existe uma negociação para retirar alguns produtos da lista dos tropicais, a começar pela banana. Fruta mais vendida no planeta, fará parte de um acordo a parte entre os produtores latino-americanos e a União Européia. A proposta na mesa é de reduzir gradualmente a atual taxa de US$ 278 por tonelada para US$ 183 em 2015, enquanto a banana dos países ACP continuará entrando

livre de tarifa. Mas os produtores latinos reclamam que a redução tarifária oferecida pela UE é insuficiente. A UE retruca que é "pegar ou largar". Os latinos resolveram negociar diretamente com os países ACP.

Argentina e Venezuela resistem a concessões – Assis Moreira – Valor econômico – Brasil - 21/07/2008

As tarifas de importação de automóveis, calçados e têxteis no Brasil podem cair de 35% para 23,6% no cenário de liberalização mais ambiciosa na negociação industrial da Rodada Doha esta semana, de acordo com cálculos de negociadores. No entanto, os países industrializados consideram o percentual insuficiente, enquanto a Argentina acha que é alto demais e que o Mercosul não tem como aceitar esse tipo de concessão.

Mais uma vez a Argentina e a Venezuela deixaram claro a resistência a se mover na área industrial, enquanto o Brasil, África do Sul e outros emergentes mostram-se mais moderados na tentativa de acordo em Doha. A posição da Argentina e da Venezuela não prevaleceu ontem quando o chamado grupo Nama-11, de 11 países em desenvolvimento, procurou delinear a estratégia para a negociação que começa hoje. Os dois ficaram isolados, segundo negociadores.

O ministro argentino, Jorge Taiana, foi o primeiro a se manifestar ontem, exigindo posição dura do Nama 11, apontando enorme desequilíbrio entre o que os desenvolvidos querem dos emergentes e oferecem, por sua vez.

O ministro de Comércio da Venezuela, William Contreras, reforçou a posição argentina. Brasil, África do Sul e outros moderaram o tom e o comunicado que deveria ser divulgado foi "aguado". A Índia ficou calada, em meio a suspeitas de que realmente não tem interesse em fechar a rodada.

Os representantes argentinos negam oficialmente divergências com o Brasil. Argumentam que foi Brasília que apresentou formalmente proposta na Rodada Doha para que o Mercosul tenha flexibilidade adicional para proteger 16% das linhas tarifárias. "O que vale é o que está escrito", disse o subsecretário de Comércio Internacional, Nestor Stancanelli. Negociadores de países industrializados acham que essa demanda é exagerada. Outros acham que a Argentina sobe o tom para obter concessões do Brasil na lista dos setores industriais sensíveis que terão proteção.

Para analistas, a questão é até que ponto Buenos Aires manterá a firmeza em Genebra. Em certo momento, dependendo do rumo das negociações, a presidente Cristina Kirchner será acionada para tomar uma decisão de flexibilizar ou quebrar a rodada. Por sua vez, o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, disse que a proposta do Mercosul corta em 35% as tarifas aplicadas nos produtos industriais mais sensíveis. **(AM)**

Estados Unidos podem melhorar oferta sobre trabalho temporário – Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 21/07/2008

Os Estados Unidos sinalizaram pela primeira vez na Rodada Doha que poderão melhorar sua oferta sobre a entrada de profissionais de países em desenvolvimento para trabalharem temporariamente em seu mercado. À véspera da grande barganha para se tentar

um acordo que salve Doha do fiasco, a delegação americana indicou que a melhora nessa questão do setor de serviços dependerá dos ganhos que obtiver nas áreas agrícola e industrial.

Até recentemente, Washington recusava discutir fazer concessões, alegando que a questão envolvia mais de questão de imigração do que de comércio. Brasil, Índia e outros emergentes têm cobrado de Washington melhor acesso de seus profissionais no mercado americano como uma das poucas vantagens que poderão obter na negociação do setor de serviços.

Para o Brasil, isso é especialmente importante para duas categorias, os profissionais independentes, como os de informática ou arquitetos, sem vínculos com uma empresa e que vão aos EUA para cumprir um contrato. E para os prestadores de serviços, por exemplo, um funcionário da Embraer que vai dar assistência técnica a uma empresa de aviação americana.

A oferta atual dos EUA se limita a facilitar o visto para o trabalho temporário de executivos, administradores ou empregados de empresas estrangeiras com subsidiária no país, o que beneficia bem mais as nações desenvolvidas.

Mas as pressões aumentaram, e a Índia, sobretudo, chegou a condicionar um avanço em Doha à autorização por Washington para a entrada de mais profissionais de informática indianos no mercado americano para tarefas temporárias.

Agora, a delegação americana não detalhou de que forma pode melhorar sua oferta no que no jargão da OMC é chamado de "Modo 4". Mas tenta dar um ímpeto para a reunião de ministros sobre serviços, marcada para esta quinta-feira na OMC. A questão é se as reuniões ministeriais vão prosseguir até lá, diante do acúmulo de outras questões que podem fazer a rodada deslizar para o fiasco.

Países desenvolvidos se dizem desapontados com o que consideram falta de movimento no setor de serviços financeiros, com emergentes relutantes em assumir compromissos de abertura para bancos, seguradoras e corretoras.

O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, disse de seu lado que não tem recebido pressões e o Brasil fará nova oferta em serviços em algum momento. Por outro lado, há sinais positivos em setores de serviços ambientais, serviços profissionais, distribuição e construção.

Os EUA mantêm, porém, restrições a navios estrangeiros nas suas águas territoriais e não quer liberalizar os serviços de transporte marítimo. **(AM)**

Day 1: Ministers begin final effort to agree blueprints of deal – WTO - 21/07/2008

On the opening day of about a week of negotiations in Geneva, ministers said a Doha Round deal is badly needed because of economic uncertainties. They promised to strive to settle their differences on blueprint agreements — "modalities" — in agriculture and industrial products, provided the outcome is balanced.

About 30 ministers spoke in a morning meeting of the WTO's full membership of 152. More delegations will speak tomorrow when this informal session of the Trade Negotiations Committee continues.
Scheduled for the rest of the day were consultations in a wide range of different forms, including "Green Room" meetings of a representative group of about 40 ministers.
Several speakers picked up a number of themes introduced by Director-General Pascal Lamy at the start of the meeting. He spoke of the difficult task ahead of them, the need to conclude the Doha Round in order to stimulate and stabilize the world economy, the need for WTO members to make an effort as a team to reach agreement.
Pascal Lamy's statement
The central task before WTO members during the coming week is to try to agree on "modalities", which will include formulas for cutting agricultural and non-agricultural tariffs and farm subsidies.
"Establishing modalities in agriculture and NAMA [non-agricultural market access] does not mean that the negotiations on these two issues are over," Mr Lamy reminded members when he opened the meeting. " Let me again stress that the establishment of modalities is, instead, a necessary stage to allow us to proceed to the preparation of schedules [ie, each country's tables showing cuts in tariffs and subsidies and other details], and to accelerate the negotiations in the other areas."
The "uphill journey" requires "patience and determination" but agreement on this major step in the negotiations is within reach, he said.
"I can think of no stronger spur for our action than the threats which are facing the world economy across several fronts, including rises in food prices and energy prices and financial market turbulences. There is widespread recognition that a balanced outcome of the Doha Round could in these circumstances provide a strong push to stimulate economic growth, providing better prospects for development and ensuring a stable and more predictable trading system."
Mr Lamy also described the planned process: "no surprises, intensive informal consultations in a variety of configurations — bilateral, plurilateral and multilateral", with decisions only taken by the full membership in a process that is "transparent" (information shared fully) and "inclusive" (all members represented).
He compared the task to climbing a mountain. "The only way to reach the top is understanding each others' interests and limitations."
The starting point will be the 10 July draft agriculture and non-agricultural (industrial products) market access texts. Mr Lamy reported that some further progress has already been made in market access for industrial products and that details would be circulated later in the day.
The formal meeting of the Trade Negotiations Committee, which would end the present phase of the talks, is scheduled for Saturday 26 July, but it could be postponed to allow all delegations to study "the final product", he said.

Members' comments
All the speakers in this morning's meeting were ministers. They expressed strong support for concluding the "modalities" texts in agriculture and non-agricultural products.
Several said they also want to move forward on some issues that interest them such as services, rules (including fisheries subsidies) and in some cases intellectual property — the multilateral register for wines' and spirits' geographical indicators, extending to other goods the enhanced protection currently given to wines' and spirits' geographical indications, and requiring patent applicants to disclose the origin of genetic materials and traditional knowledge used in their inventions.
Several echoed Mr Lamy's comment that concluding the Doha Round is needed in the present economic climate of uncertainty, high food and fuel prices and financial problems.
Many said agreement is within reach because of the tremendous amount of work that has been achieved by senior officials and the chairs of the agriculture and industrial products talks.
And several reminded fellow-members of the issues that concern them.
Developing countries focused on development needs, but with different interpretations of what that means. Some said they need flexibilities to shield their vulnerable farmers or their economies as a whole. Others said too much flexibility for developing countries would prevent development through South-South trade.
Countries facing large adjustment in agriculture called for more access to developed and advanced developing country markets in industrial goods and services. Others said it is up to the richest countries who distort agricultural markets the most to make the largest contributions — and the largest economies accepted this responsibility provided others also contribute.
But no new positions were indicated. This is normal practice in an opening meeting of this kind, spokesperson Keith Rockwell told a press conference afterwards.
The informal Trade Negotiations Committee meeting continues on Tuesday morning 22 July.

A franqueza de Amorim – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 22/07/2008

O Brasil não aceitará a responsabilidade por mais um fracasso das negociações globais de comércio, disse o chanceler Celso Amorim, nivelando os termos da conversa logo nas preliminares da reunião ministerial aberta em Genebra nessa segunda-feira. Nivelar é uma boa palavra. Na sexta-feira, o comissário de Comércio da União Européia, Peter Mandelson, havia acusado o Brasil de estar sempre por trás dos vários impasses da Rodada Doha. Comentários semelhantes foram feitos mais de uma vez por autoridades americanas, igualmente empenhadas em culpar os emergentes, principalmente os maiores e mais ativos nas discussões, pela demora em se chegar a um acordo.

O chanceler brasileiro, segundo alguns, passou da conta ao descrever a insistência nessas acusações como aplicação prática do ensinamento de Josef Goebbels, o chefe da propaganda nazista: a mentira repetida torna-se aceita como verdade. O ministro Amorim talvez não tenha calculado o efeito de sua comparação - a negociadora chefe dos Estados Unidos, Susan Schwab, mostrou-se ofendida, por ser filha de sobreviventes do holocausto.

Muito bem, exclua-se o nome de Goebbels, até porque ele não foi o primeiro a perceber o vínculo entre repetição e persuasão. Com ou sem a citação, o ministro brasileiro está certo. Este é o dado essencial.

Em 2003, em Cancún, a conferência ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC) fracassou em conseqüência de um impasse entre europeus, africanos e asiáticos. No mesmo dia, a delegação americana jogou a culpa no Brasil e noutros membros do Grupo dos 20. Essa versão, repetida muitas vezes, acabou sendo aceita como verdadeira e citada em muitos artigos.

A declaração de Amorim, ao contrário da avaliação de alguns analistas, não deve ter enfraquecido o Brasil nesta fase crucial das negociações. Mais provavelmente, deve ter servido para tornar mais claras as condições da conversa e para mostrar o peso da responsabilidade de cada um. Se americanos e europeus querem de fato um acordo razoável, devem cumprir sua parte e oferecer concessões significativas no comércio agrícola, reduzindo de fato os subsídios e diminuindo ou eliminando barreiras. O esboço de acordo sobre agricultura, no entanto, apresenta o risco de retrocesso nas discussões. Abre espaço para os países desenvolvidos listarem um grande número de produtos “sensíveis” e ampliarem o seu protecionismo. O Brasil rejeita essa possibilidade e, ao mesmo tempo, cobra maior acesso a mercados e um corte real de subvenções. O momento é propício para essa redução, porque os preços devem continuar elevados no mercado internacional por alguns anos.

O chanceler brasileiro também reafirmou a disposição de negociar com maior flexibilidade a abertura do mercado para produtos industriais. Ele já anunciou essa disposição mais de uma vez. Mas, para avançar nas ofertas, precisa estar seguro das intenções do outro lado e da extensão real das concessões na área agrícola.

A negociação é particularmente complicada, para o Brasil, porque o país é membro de uma união aduaneira, o Mercosul, e todos os sócios devem concordar quanto ao grau de abertura de seus mercados para produtos industriais. Quanto menores as concessões do mundo rico para o comércio do agronegócio, maior será a resistência da Argentina, mais protecionista que o Brasil na área industrial.

O esboço de acordo para o setor agrícola também amplia as possibilidades de protecionismo em várias economias emergentes, como Índia, Indonésia e China, menos competitivas na produção rural.

Esses países também têm interesses diferentes dos brasileiros em alguns aspectos do comércio de bens industriais. Qualquer deles pode criar obstáculos decisivos a um acordo global de comércio - sem falar em alguns sul-americanos, como Bolívia e Venezuela.

As possibilidades de um final feliz para a reunião de ministros em Genebra parecem muito limitadas, neste momento. Se o encontro for um sucesso, ainda restará o trabalho de conseguir o apoio da maioria dos membros da OMC, porque só os principais pesos pesados e médios participam das negociações desta semana. Se, no entanto, estes alcançarem um entendimento, a parte mais difícil do trabalho terá sido provavelmente concluída.

Primeiro dia foi inútil, diz Amorim – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 22/07/2008

A Casa Branca exige concessões do Brasil no setor automotivo, manobra para rachar o Mercosul, e a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) adverte o governo brasileiro que rejeita a abertura ampla do mercado. Ontem, o governo americano se reuniu com o Itamaraty e avisou que, hoje, apresentaria sua proposta de cortes de subsídios, esperada por todos como o elemento que vai destravar a Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Irritado e sem conseguir fazer avançar os temas, o chanceler Celso Amorim criticou o encontro. Para ele, as reuniões de ontem foram "inúteis". "Sem surpresas, mas também sem idéias. Estamos no mesmo ponto de antes da reunião", afirmou Amorim ao finalizar o primeiro encontro de ministros de cerca de 40 países.

"Talvez tenha sido uma reunião necessária, mas totalmente inútil do meu ponto de vista, porque não houve nenhuma idéia nova, nenhuma sugestão. Esperemos até amanhã, as pessoas precisam expressar suas posições", acrescentou. O corte de subsídios é considerado o objetivo central dos países emergentes, o que acabaria com distorções nos mercados.

Mas, para que os americanos revelem o quanto estão dispostos a cortar em subsídios, Washington quer concessões e manobra para rachar o Mercosul. Amorim garante que, se não houver uma proposta de corte de subsídios pelos americanos, terá de pensar no que fará. "Vamos ter de refletir se vale. Por enquanto, temos apenas promessas. Eu disse aos americanos que um corte significativo vai gerar muitas outras propostas. Mas eu, por enquanto, não vi nada da parte deles."

A representante de Comércio dos Estados Unidos, Susan Schwab, foi mais positiva ao comentar o primeiro dia de debates. "Alguns países começaram realmente a falar sobre o que podemos fazer, focalizando no que podem e não podem fazer." Só não disse o que irá propor.

"Estamos preparados para fazer a nossa parte e sabemos que teremos de fazer uma contribuição. Mas não vamos agir sozinhos. Precisamos que outros mostrem concessões. Somos um alvo conveniente para outros países que não querem tratar de outros temas", disse Schwab. "Precisamos de acesso a mercados em todos os setores, principalmente nos emergentes que mais crescem."

A idéia da Casa Branca é de que o Brasil teria maior manobra para flexibilizar sua posição no setor industrial. Mas estaria preso à Argentina, que não dá sinais de conceder um só milímetro em acesso aos produtos industriais. Fontes de Washington confirmaram ao Estado que a estratégia americana nos próximos dias é a tentar isolar a Argentina e outros países considerados "problemáticos", entre eles a Venezuela.

MERCOSUL - Em vários, momentos, os americanos questionaram se o Brasil, isoladamente, não poderia fazer uma concessão. Mas, ontem, Amorim reiterou a Susan Schwab que "nada na Rodada Doha colocará a sobrevivência do Mercosul em risco".

Durante a reunião, os dois países ainda falaram sobre a situação na Argentina, e o governo americano questionou o Brasil sobre a possibilidade de uma queda grande nas tarifas para o setor automotivo, hoje de 35%. Ao saber da cobrança, os representantes da Anfavea que foram a Genebra responderam: “Nem pensar”.

Amorim ficou irritado com a reunião de ontem, que não tratou de substância e apenas falou de aspectos políticos e da importância da Rodada. O chanceler optou então por falar até de imigração e disse que o protecionismo agrícola está relacionado ao fluxo de ilegais nos países ricos. “Essas coisas estão muito ligadas. Os subsídios que distorcem os mercados roubam empregos e exigem que as pessoas saiam de seus países.”

Ontem, o diretor da OMC, Pascal Lamy, alertou que os países teriam de escalar o Mont Blanc nos próximos dias. Amorim retrucou, alertando que não subiria o Mont Blanc pelo preço de um Everest.

O encontro de ontem teve cenas inusitadas, como a cesta que o comissário de Comércio da UE, Peter Mandelson, recebeu da delegação francesa, repleta de produtos da Europa. Os franceses, porém, alertaram: vieram a Genebra para garantir que Mandelson não faria concessões exageradas. “Vou precisar de um psicólogo depois de tudo isso”, admitiu o mediador das negociações de produtos industriais, Don Stephanson.

Schwab: 'Chega de retórica e vamos trabalhar' – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 22/07/2008

Washington pede que os ministros parem de fazer declarações retóricas e passem a mostrar onde podem fazer concessões. Foi assim que a representante de Comércio dos EUA, Susan Schwab, respondeu a uma pergunta do ‘Estado’, ontem, sobre as declarações do chanceler Celso Amorim, no sábado.

Amorim havia comparado americanos e europeus aos nazistas em termos de técnicas de propaganda e desinformação na Rodada Doha. Schwab é filha de sobreviventes do Holocausto e Amorim foi obrigado a pedir desculpas. 'Eu vim aqui trabalhar', retrucou Schwab.

O chanceler brasileiro acusou os americanos de estarem usando seu deslize para tentar enfraquecer a posição do Brasil. Ontem, em um encontro reservado entre Amorim e Schwab, o tema nem sequer foi tratado. 'Foi um encontro cordial', afirmou o Itamaraty. Os dois chegaram a trocar beijos.

'Não é momento nem a semana para voltar à retórica que perpetua velhas divisões ou criar novas', disse a americana. Em seguida, Schwab afirmou que os EUA estão 'preparados para fazer mais contribuições' ao processo de negociação, mas espera 'que a

contribuição dos emergentes também seja significativa'. O problema é que ontem os americanos continuaram sem dar sinal do que estão dispostos a fazer em termos de cortes de subsídios.

Schwab ainda disse que seu país foi “bode expiatório” de alguns países nas negociações “quando se fala de subvenções e se evita falar de abertura de mercados agrícolas e industriais”. Já Amorim pediu que se pare de tentar passar a imagem de que já há praticamente um acordo no setor agrícola, o que tiraria a pressão dos países ricos em fazer concessões.

'**Aqui todo mundo aceitou reduzir a ambição**' – Marcelo Rehder – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 22/07/2008

O empresário Pedro de Camargo Neto, presidente da Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína (Abipecs), considera melhor fechar as negociações da Rodada Doha com um avanço modesto agora do que ficar num impasse que não chega a lugar nenhum. “Acho que existe um relativo consenso sobre isso dentro do Brasil”, diz Camargo Neto, que participou da abertura da Rodada, em dezembro de 2001, quando era secretário de Produção do Ministério da Agricultura. “Aqui, todo mundo já aceitou reduzir a ambição”.

Qual é a sua expectativa em relação à atual tentativa de fechar a Rodada Doha? O governo sinalizava um certo otimismo de que fechava. Portanto, nós estávamos nessa linha de que fechava com um avanço modesto. Existe uma avaliação de que é melhor encerrar com um avanço modesto agora e virar a página do que ficar nesse impasse que não leva a lugar nenhum. Eu vejo sinais de dificuldades para todos os lados e acho que não se chega a um acordo nesta semana.

Mesmo assim, há condições para se fechar esse acordo que o sr. chama de modesto? Existem pontos que precisam ser definidos, relativos ao acessos a mercados na União Européia e a redução dos subsídios nos EUA. Tem a contrapartida da redução das tarifas industriais dos países em desenvolvimento, que eles (os desenvolvido) querem tudo e mais um pouco . E alguns países, como a Índia e a Argentina, falam: nós não baixamos nada.

Na sua avaliação, qual é a posição do Brasil? Eu não acho que o decisivo esteja com o Brasil. O País está pronto a aceitar esse avanço modesto. O ministro (das Relações Exteriores, Celso) Amorim, que gosta de frases, e às vezes quebra a cara com elas, disse o seguinte: ‘carro usado por preço de carro usado eu topo’. Então, acho que o que o País não topa é pagar muito em tarifas industriais e receber pouco no acesso a mercados e redução dos subsídios agrícolas. Pouco com pouco, ele topa. Acho que existe um relativo consenso dentro do Brasil, no setor industrial e agrícola, de que é melhor pegar uma conclusão modesta a ficar com grande erudição. Todo mundo já aceitou reduzir a ambição.

O sr. acredita que a conclusão da rodada será positiva para o País? Acho que uma rodada que tem um avanço modesto em acesso, um avanço modesto em subsídio, não tenha retrocesso, e uma contrapartida no acesso industrial que o setor industrial brasileiro esteja satisfeito, é uma rodada modesta. Não quero falar medíocre, que é uma conotação negativa. Quando isso começou, em 2001, em Doha, eu era secretário da Agricultura e estava lá, existia expectativa de avanços substanciais. Hoje, sete anos depois, não tem nada substancial, só modesto.

Delegação do Brasil fica fora dos debates – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 22/07/2008

Enquanto o Itamaraty comanda as negociações brasileiras na Organização Mundial do Comércio (OMC), os representantes do setor agrícola do País ficam de fora das negociações. Ontem, os delegados da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e o próprio Ministério da Agricultura nem sequer eram informados sobre os horários das reuniões, locais ou com quem o Itamaraty se reunia. Tanto a CNA como o Ministério da Agricultura já deixaram claro ao Itamaraty que querem que um acordo seja fechado ainda nesta semana.

"Não podemos mais esperar. Achamos que é melhor um acordo agora, mesmo limitado, a esperar por uma nova administração americana. Se o Partido Democrata vencer as eleições nos Estados Unidos, não teremos de esperar dois ou três anos para a conclusão de Rodada Doha, mas cinco ou até oito anos. Eles vão querer incluir temas ambientais nas negociações e isso vai complicar tudo", afirmou Célio Porto, secretário de Relações Internacionais do Ministério da Agricultura.

Porto, assim como os representantes da CNA, nem sequer sabiam de um encontro entre o chanceler Celso Amorim e a representante do Comércio da Casa Branca, Susan Schwab, para tratar de subsídios e acesso do etanol ao mercado americano.

Tanto a CNA como o secretário de Relações Internacionais foram obrigados a entrar na sala de imprensa da OMC para ouvir as conferências aos jornalistas. Para tentar mostrar transparência, o Itamaraty organizou reuniões ontem na missão do Brasil entre os membros da delegação do País. Mas distante da OMC e no mesmo momento em que Amorim entrada para a principal reunião do dia, com apenas 30 países e onde cada governo anunciaria seus principais pontos.

Já a União Européia, defensiva nas negociações do setor agrícola, fazia questão de entrar em todas as reuniões com toda a sua equipe agrícola, inclusive a comissária de agricultura, Marianne Fischer Boel.

Mandelson tenta blefar e leva pito até dos franceses – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 22/07/2008

A União Européia (UE) tenta vender a idéia de que está oferecendo uma nova abertura de seu mercado agrícola, mas nem governos europeus e muito menos o Brasileiro compram a versão apresentada ontem por Bruxelas. O comissário de Comércio da UE, Peter Mandelson, abriu ontem as negociações anunciando à imprensa que aumentaria os cortes de tarifas de 54% para 60%, na média. A França garantiu: não haverá nova concessão. "É pura propaganda", afirmou o embaixador brasileiro Roberto Azevedo.

- Entenda o que está em jogo na Rodada Doha

"Eu também posso fabricar números; isso não é concessão. Os europeus apenas estão incluindo no cálculo das tarifas cortadas produtos que ninguém exporta. Mas o que eu quero ver é onde está o açúcar, o etanol ou frango", atacou o chanceler Celso Amorim. "Isso é o que importa. O que foi dito (pela UE) não tem sentido."

No sábado, Amorim acusou os países ricos de usar técnicas de desinformação nas negociações e chegou a citar Joseph Goebbels, ministro de propaganda de Hitler. Mandelson é conhecido por suas manobras com a imprensa.

Para o Brasil, a declaração não passou de mais uma manobra midiática e abriu mais uma rixa entre Mandelson e o governo francês, que preside a UE. Paris havia criticado o comissário por estar entregando demais. O único a comemorar foi o governo americano, que demonstram cada vez mais estar aliados com Bruxelas.

"Estamos oferecendo uma melhoria em nossa oferta e espero que os demais países respondam com uma melhoria em suas ofertas também", afirmou Mandelson. "O problema é que eu não vi, por enquanto, nenhum país emergentes fazendo qualquer esforço para melhorar as suas ofertas em outros setores. Nós já oferecemos tudo, espremos todo o limão."

Uma das contrapartidas esperadas pela UE é no setor automotivo. Bruxelas quer que barreiras tarifárias nos países emergentes sejam removidas para o setor. "O Brasil pede demais e dá pouco", afirmou Michel Barnier, ministro da Agricultura da França. Indagado se não haveria acordo na OMC, ele hesitou: "o Brasil pode sempre renunciar à sua posição".

Para o Itamaraty, a manobra da UE é outra tentativa de criar pressão sobre os países emergentes, dando a impressão de que há novas concessões no setor agrícola. Para o ministro agrícola da França, Michel Barnier, não existe nova oferta. "O que houve foi uma um novo cálculo que estávamos dispostos a oferecer. Não vamos oferecer nada novo, pois nenhum país aceitaria. Agora vamos esperar contrapartidas. Não haverá nada além de 60%", afirmou.

Vários ministros europeus pediram explicações à Mandelson e até o novo cálculo será avaliado. Bruxelas explicou mais tarde que a proposta não passava da inclusão de produtos tropicais na lista, que tinham a previsão de serem cortados. “Já somos os mais generosos. Agora é o momento de contrapartida”, afirmou a secretária de Indústria da França, Anne Marie Idrac.

Brasil espera pouco de nova oferta dos EUA – Folha de São Paulo – Dinheiro – 22/07/2008

A expectativa de que a negociação na OMC produza avanços reais a partir de hoje aumentou com o anúncio de que os Estados Unidos farão nova proposta de redução de seus subsídios agrícolas. Mas a diplomacia brasileira espera pouco da nova oferta. No documento em discussão em Genebra, o teto máximo permitido para a ajuda da Casa Branca a seus fazendeiros está entre US$ 13 bilhões e US$ 16,4 bilhões por ano. Os países em desenvolvimento, porém, dizem que o corte é ilusório, já que mesmo o número menor seria quase duas vezes o valor dos subsídios concedidos nos EUA em 2007, de cerca de US$ 7 bilhões. Permitiria, portanto, um aumento, em vez de uma redução. "Queremos desempenhar uma liderança nesta Rodada e faremos a melhor proposta possível", disse a representante do Comércio dos EUA, Susan Schwab, que cobrou uma contrapartida dos países emergentes na forma de cortes mais substanciais em suas tarifas industriais.

Roberto Azevedo, principal negociador do Brasil na OMC, não quis arriscar um palpite sobre a proposta que Schwab fará hoje, mas não escondeu seu ceticismo. "Certamente não será a que nós queremos", disse.

A relutância dos países ricos em reduzir seu protecionismo agrícola é apontada pelo Brasil e outras nações emergentes como o principal obstáculo para um acordo em Doha. Com a disparada dos preços das matérias-primas, esperava-se que o argumento em favor dos subsídios perderia força nos EUA.

Não foi o que ocorreu. Recente aprovação da Lei Agrícola pelo Congresso americano prevê concessão de cerca de US$ 300 bilhões pelos próximos cinco anos. **(MN)**

Amorim ataca europeus e vê dia "inútil" de negociações – Marcelo Ninio - Folha de São Paulo – Dinheiro – 22/07/2008

Na 1ª fase do encontro da Rodada Doha, brasileiro classifica proposta da UE de "encenação" - Ministro diz que nova oferta não traz nenhum avanço; expectativa é que os temas principais comecem a ser discutidos hoje na OMC

O primeiro dia da reunião considerada decisiva para quebrar um impasse de sete anos nas negociações comerciais da Rodada Doha serviu como um prenúncio pessimista do que virá no resto da semana. O encontro começou com a União Européia prometendo mais acesso a seus mercados agrícolas, e terminou com o Brasil chamando a proposta de "encenação". O chanceler Celso Amorim chegou a dizer que a primeira reunião foi "inútil".

A suposta oferta européia foi feita logo pela manhã pelo comissário de Comércio do bloco, Peter Mandelson. Ele sugeriu que o bloco estaria disposto a aceitar cortes de 60% em suas tarifas de importação sobre produtos agrícolas, o que seria um avanço em relação ao número atualmente na proposta em discussão, de 54%.

Já era noite em Genebra quando os ministros deixaram a sede da OMC (Organização Mundial do Comércio), após cinco horas de reunião. Indagado sobre a proposta européia, Amorim negou que ela represente uma nova concessão.

"Ora, 60%!", ironizou. "É muito fácil produzir números como 60% ou 90% quando eu escolho os produtos em que ninguém está interessado ou que poucos países exportam. Eu quero saber o que eles vão fazer com frango, etanol, açúcar. É isso que me interessa." Completou o comentário classificando a oferta européia de "encenação estatística".

Sobre o primeiro dia de reuniões, o chanceler brasileiro não escondeu sua impaciência com a ausência de discussões substanciais. "Talvez tenha sido uma reunião necessária e nós precisemos passar por isso", disse Amorim. "Mas do meu ponto de vista foi totalmente inútil, porque não ouvi idéias ou sugestões novas. Vamos ver amanhã [hoje]."

A manipulação de Mandelson ao sugerir que estava oferecendo nova concessão foi logo desqualificada dentro da própria UE. Mariann Fischer-Boel, comissária européia de Agricultura, reconheceu que a proposta não tinha "nada de novo". O mesmo tom foi usado pela ministra de Comércio da França, país que atualmente ocupa a Presidência da UE. Segundo Anne-Marie Idrac, a diferença entre o número na proposta e o oferecido por Mandelson era uma questão de como calcular os cortes, com ou sem a inclusão de produtos tropicais.

"Houve progresso ou novas porcentagens? A resposta é não. Peter Mandelson esclareceu o que as discussões técnicas mostraram: nada a mais e nada a menos", disse Idrac, que reiterou a protecionista posição francesa, de que nenhuma concessão adicional deve ser feita em acesso a seu mercado agrícola. "Nossa proposta já é a mais generosa sobre a mesa."

No fim do dia, Mandelson negou-se a detalhar sua oferta e jogou a pressão para os países em desenvolvimento, dos quais espera cortes maiores em suas tarifas industriais que os aceitos até agora. "Esses cortes precisam dar acesso a mercados na prática, essa é a questão. Nada além disso funcionará. Nada além disso permitirá um acordo", disse Mandelson.

Ninguém esperava um avanço logo no primeiro dia, mas diplomatas presentes à reunião disseram que o chanceler brasileiro e outros ministros estavam visivelmente impacientes com o tempo excessivo gasto com a apresentação de propostas que todos já conhecem. A expectativa é que os temas principais comecem a ser discutidos hoje, quando será possível avaliar quais as chances de sucesso do encontro. "O jogo começa amanhã", disse o chanceler de Barbados, Christopher Sincker, um dos 35 ministros que participaram da reunião.

Para Amorim, reunião foi 'totalmente inútil' – Deborah Berlinck – O Globo – 22/07/2008

GENEBRA e BRASÍLIA. O primeiro dia de negociações sobre a liberalização do comércio mundial foi “totalmente inútil”, afirmou ontem o ministro brasileiro das Relações Exteriores, Celso Amorim. Mais de 30 ministros estão reunidos na sede da Organização Mundial do Comércio (OMC), em Genebra, para tentar salvar a Rodada de Doha, como são chamadas as negociações para liberalização do comércio global.

Se não houver acordo agora, a Rodada cairá num limbo de pelo menos três anos.

— Sem surpresas, mas também sem idéias. Estamos no mesmo ponto anterior da reunião — afirmou Amorim à agência de notícias AFP. — Talvez tenha sido uma reunião necessária, era preciso fazê-la, mas foi, na verdade, totalmente inútil do meu ponto de vista, porque não ouvi nenhuma idéia nova, nenhuma sugestão.

Esperemos amanhã (hoje).

Pela manhã, o comissário de Comércio da União Européia (UE), Peter Mandelson, havia criado a expectativa de que os europeus iriam avançar na sua proposta agrícola: em vez de reduzir suas tarifas agrícolas em 54%, como na atual proposta, a UE estaria pronta a ir até 60%.

Mas, horas depois, os próprios europeus desqualificaram as declarações de Mandelson, assegurando que “nada mudou” e que os 60% se devem, na verdade, à inclusão de produtos tropicais, cuja redução de tarifas já estava prevista.

Amorim: proposta da UE foi ‘pura encenação estatística’ Amorim classificou a oferta de Mandelson de “pura encenação estatística” e se queixou de que europeus e americanos não tocaram em nenhum dos produtos de interesse do Brasil: frango, etanol ou açúcar. O governo brasileiro teme que os europeus estejam fazendo uma manobra para incluir o etanol numa lista de produtos sensíveis — o que, na prática, significa menos espaço para a ambição brasileira de exportar mais álcool combustível para a UE.

— Ora, os 60%! É muito fácil produzir 60%, 90%, quando escolho os produtos em que ninguém está interessado ou que poucos exportam. Eu quero saber o que eles vão fazer com frango, etanol, açúcar. É isso que me interessa — disse Amorim.

Mas a a presidente do Conselho de Ministros da UE, AnneMarie Idrac, deixou clara a posição européia: — Chegamos ao limite das nossas ofertas. Nem mais, nem menos.

Michel Barnier, ministro de Agricultura da França — o país da UE que mais resiste à abertura — foi taxativo: — Se eles (os brasileiros) pedem mais do que já demos, é muito. Francamente, já oferecemos muito.

A Oxfam classificou ontem de hipocrisia o fato de EUA e UE pedirem mais concessões das economias emergentes. Para o diretor da ONG, Jeremy Hobbs — que chamou a proposta de Mandelson de ultrajante —, há poucas chances de alcançar um acordo de comércio global esta semana. Já a ActionAid afirmou em nota que é melhor não chegar a qualquer acordo do que fazer um acordo ruim.

Saldo da balança cai 62% na terceira semana de julho O saldo da balança comercial brasileira caiu de US$ 1,225 bilhão na segunda semana para US$ 459 milhões na terceira semana deste mês, em queda de 62,5%. Em relação ao mesmo período do ano passado, as exportações aumentaram 4,9%, bem abaixo do aumento de 18% das importações. No mês, o superávit é de US$ 1,989 bilhão, resultado de US$ 11,844 bilhões em vendas e US$ 9,855 bilhões em compras. O saldo acumulado no ano é de US$ 13,339 bilhões, contra US$ 22,934 bilhões em 2007.

No acumulado do mês, em comparação a julho de 2007, as exportações cresceram 31,8%, sendo 48,3% de produtos básicos e 41,2% de semimanufaturados.

Já as importações aumentaram 43,7%

Reuniões foram inúteis, diz Amorim - Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 22/07/2008

O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, qualificou de "totalmente inútil" o primeiro dia da reunião ministerial por um acordo na Rodada Doha, incluindo uma suposta nova oferta agrícola da União Européia (UE). Amorim alertou os outros ministros a não tentarem alimentar na opinião publica a idéia de que um acordo está próximo, diante do acúmulo de problemas e condicionalidades.

"Essa reunião era necessária, mas está difícil e (o primeiro dia) foi totalmente inútil, não teve nenhuma nova idéia, nenhuma nova sugestão, vamos ver o que acontece amanhã (hoje)", comentou o ministro. No total, estão presentes em Genebra quase 60 ministros, incluindo os da União Européia.

Os países repetiram suas posições. A África do Sul, que já conseguiu uma exceção para proteger sua indústria, foi o mais duro na reação à demanda dos países ricos, levando os europeus a indagarem a outros emergentes o que fazer com o sócio sul-africano.

Pela manhã, o comissário europeu de Comércio, Peter Mandelson, ocupou o terreno ao anunciar que estava preparado a aceitar corte tarifário médio de 60% nas tarifas agrícolas, comparado a 54% atualmente na mesa de negociações, no esforço por um acordo. "Decidimos ajudar a negociação esta semana com um forte começo, aumentando os cortes médios", disse. "Isso é uma melhora importante de nossa parte", acrescentou, pegando muitos de surpresa, considerando a tensão entre a França, Irlanda e outros protecionistas com o que a UE já apresentou em Doha.

Logo depois Amorim confirmou que já tinha ouvido o mesmo número de Mandelson, mas que nem ia "perder tempo" examinando a suposta nova oferta. "Ora, os

60%! É muito fácil produzir 60%, 90% quando eu escolho produtos em que ninguém está interessado ou que poucos países exportam. Eu quero saber o que eles vão fazer com frango, etanol, açúcar. É isso que me interessa", retrucou.

O golpe mais forte, contudo, veio três horas depois, quando a França, na presidência da UE, convocou jornalistas e avisou que não havia nenhuma concessão nova na agricultura. O que havia era apenas um novo cálculo do que a Comissão Européia poderia aceitar e que nem os ministros de agricultura tinham entendido direito.

Para chegar aos 60%, Bruxelas incluiu os cortes de tarifas sobre produtos tropicais, que estavam até então em outra lista de negociação na OMC. "Não há nova oferta, nem concessão suplementar", afirmou Michel Barbier, ministro da Agricultura da França. "Já temos a oferta agrícola mais generosa entre todos", argumentou.

Os ministros de Agricultura dos 27 países da UE, reunidos em Genebra com a comissária agrícola, Mariann Fischer-Boel, e com Mandelson, pediram explicações de como eles chegaram à cifra de 60% com a inclusão de produtos tropicais. Mandelson é reputado desde os tempos de ministro do governo Tony Blair, na Grã-Bretanha, como um exímio manipulador de informações. No começo da noite, saindo da OMC, insistiu que sua proposta era "nova".

Representantes do setor agrícola do Brasil presentes em Genebra indicaram que o texto agrícola em negociação já é bom, e o que esperam é que não haja retrocesso. Chama a atenção a ausência do ministro brasileiro da Agricultura numa negociação central para o setor. A Irlanda, país que ataca o Brasil o tempo todo por sua produção de bovinos, mandou quatro ministros a Genebra. Ontem, os representantes do Ministério da Agricultura não foram informados pelo Itamaraty nem de reuniões bilaterais. Ficaram do lado de fora enquanto Celso Amorim se encontrava com a americana Susan Schwab e onde os temas principais incluíam subsídios agrícolas e etanol.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) veio com sua lista de produtos especiais agrícolas que, pelas discussões na OMC, podem ficar livres de liberalização. Grande exportador agrícola, com superávit previsto de US$ 58 bilhões este ano no setor, o Brasil tem ao mesmo tempo uma agricultura familiar forte e o direito de também frear importações. O MDA tem uma lista que engloba 15% das linhas tarifárias agrícolas, para proteger a produção interna de leite, mandioca, arroz, feijão, trigo, alho, cebola, tomate e milho - ou seja, a cesta básica.

Indústria está preocupada com demandas americanas - Raquel Landim – Valor Econômico – Brasil - 23/07/2008

A indústria brasileira está preocupada com o tamanho da fatura que os Estados Unidos vão cobrar para reduzir os subsídios agrícolas na Rodada Doha, da Organização Mundial de Comércio (OMC). A representante comercial americana, Susan Schwab, ofereceu ontem limitar os subsídios agrícolas a US$ 15 bilhões.

"O que vão querer da indústria para entregar um subsídio menor do que isso?", disse Mário Marconini, diretor de negociações internacionais da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Ele alertou que a margem de manobra da indústria brasileira é muito pequena.

O limite proposto pelos americanos desagradou os países em desenvolvimento porque significa mais que o dobro do que os EUA concedem hoje aos seus agricultores

depois da forte alta dos preços das commodities. "Schwab sabia que seria muito criticada. Ela provavelmente tem alguma margem para negociar. O problema é o tamanho da contrapartida", disse Marconini, que também é presidente do conselho de relações internacionais da Federação do Comércio do Estado de São Paulo (Fecomercio).

O executivo - que está em Genebra acompanhando as negociações e conversou com o Valor por telefone - voltou a descartar os acordos setoriais, uma das principais exigências dos Estados Unidos. "Esse tema nem deveria estar na negociação. Colocaram um bode na sala e agora vamos ter que tirar", disse.

Segundo ele, a proposta de setoriais incluída no texto industrial é muito ruim. Ele criticou a inclusão de 100% dos itens em cada setor, sem qualquer flexibilidade, e a exigência de zerar as tarifas. "Com esse nível de ambição, é proibitivo", frisou.

Proposta dos EUA detona nova crise – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 23/07/2008

Com exigências sobre os mercados emergentes e sem nenhum efeito prático para reduzir as distorções no comércio agrícola, o governo americano apresentou ontem uma oferta de corte de subsídios para tentar salvar a Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC). Mas, diante da insatisfação de países emergentes, acabou detonando uma verdadeira guerra na reunião de mais de sete horas, colocou a entidade à beira de uma crise e obrigou uma reformulação de todo o processo da semana crucial da Rodada Doha.

Os países ricos pediram a abertura dos mercados emergentes para bens industriais, o que foi recusado. Os emergentes pediram a liberalização agrícola e o corte dos subsídios. Aí então, foi a vez de os países ricos recusarem.

A Casa Branca diz que aceitaria um teto de US$ 15 bilhões por ano na distribuição de recursos a seus fazendeiros, com a condição de que as tarifas de importação nos países emergentes fossem retiradas para bens industriais. Mas Washington foi atacado pelo Brasil e outros países emergentes, que acusam os americanos de estarem “reciclando” uma oferta antiga e de manipular o impacto da medida nos próximos anos.

A reunião se transformou em um palco de acusações e colocou o processo em risco. O encontro acabou num caos e a solução foi cancelar as reuniões de hoje. O diretor da OMC, Pascal Lamy, alertou que as negociações poderiam durar 15 dias. Os países optaram por fazer consultas bilaterais para tentar solucionar a crise. Para quinta-feira, a conferência sobre serviços também foi adiada.

Por enquanto, o Itamaraty não decretou o fracasso do processo e espera que os americanos façam novas concessões nos próximos dias. Antes do encontro, o chanceler Celso Amorim tentava manter otimismo. “Estamos decepcionados com a oferta. Mas é um começo.”

Ao final, o clima era bem diferente. “Estamos nos movendo em câmera lenta. É melhor que uma paralisia. Mas a proposta americana ainda não foi suficiente para iniciar negociações sérias. Continuamos em desacordo”, disse Amorim.

“É uma oferta decepcionante”, afirmou Jorge Taiana, ministro das Relações Exteriores da Argentina, país que está pressionado a fazer concessões no setor industrial. “As pessoas riram ao ouvir a proposta”, disse o embaixador da Índia, Vjal Singh Bhatia.

Quem gostou foi o senador Tom Harkin, presidente da comissão de agricultura do Senado americano. “A proposta representa cortes reais.” Harkin é senador por Iowa, Estado conhecido pela produção de milho e bilionários subsídios.

CONDIÇÕES - O corte proposto pelos americanos vem repleto de condicionalidades. A principal é a abertura dos mercados dos países emergentes para bens industriais exportados pelos países ricos.

Países emergentes deixaram claro que não pagariam com aberturas comerciais pela suposta concessão dos americanos. O governo argentino foi um dos mais duros e disse que uma liberalização não estava em seus planos. O Brasil também evitou falar em aberturas. “Não fizemos concessões', disse

Amorim insistiu não haver motivo para abrir mais o mercado brasileiro diante do que estava ganhando na agricultura. Mas diplomatas que estavam na sala interpretaram algumas falas do chanceler como “mensagens codificadas” de que o País está disposto a negociar.

“Os governos terão de tomar decisões difíceis. Essa oferta não vem sem condições. Precisamos agora de acesso a mercados e queremos reciprocidades”, disse Susan Schwab, representante de Comércio da Casa Branca. Segundo ela, qualquer pressão para que os americanos cortem subsídios além da proposta seria inaceitável.

Para Amorim, a proposta definirá o que o Brasil vai oferecer em outros setores. “Os subsídios definem o nível de ambição de liberalização da Rodada. Portanto, espero que não seja a proposta final, pois o nível de ambição que vemos é muito baixo.”

Para Célio Porto, secretário de Relações Internacionais do Ministério da Agricultura, as declarações de Schwab ainda são um recado à Argentina de que não adianta insistir em cortes abaixo de US$ 13 bilhões nem em manter sua indústria protegida.

LIMITES - O que mais preocupa o setor privado brasileiro, porém, é o fato de que a Casa Branca não deu nenhuma indicação de quanto será o limite de subsídios por produto agrícola. O Brasil teme que um volume grande de subsídios seja jogado para poucos produtos, como milho, soja, algodão, açúcar e trigo. “Sem um limite por produtos, não há como ter um acordo”, diz André Nassar, do Icone. Para o Ministério da Agricultura, a falta de um limite para produtos específicos pode anular qualquer ganho no processo.

Schwab insistiu que a oferta representa cortes reais nos subsídios. Mas, se ontem Amorim resistia a aceitar a oferta, parte da razão é o fato de que a Rodada Doha mudou de preço para o Brasil. Há um ano, a diplomacia brasileira deu sinais de que estaria disposta a aceitar um teto de US$ 15 bilhões. Publicamente, Amorim insistiu ontem em US$ 13 bilhões como teto. Mas, nos bastidores, a percepção é de que a posição não passa de uma tática negociadora para obter mais.

FRASES

Celso Amorim - Ministro das Relações Exteriores
"Estamos nos movendo em câmera lenta. É melhor que uma paralisia. Mas a proposta americana ainda não foi suficiente para iniciar negociações sérias. Continuamos em desacordo"

Jorge Taiana - Ministro das Relações Exteriores da Argentina
"É uma oferta decepcionante"

Vjal Singh Bhatia - Embaixador da Índia
"As pessoas riram ao ouvir a proposta"

Tom Harkin - Presidente da comissão de agricultura do Senado americano
"A proposta representa cortes reais"

Susan Schwab - Representante do Comércio dos EUA
"Os governos terão de tomar decisões difíceis. Essa oferta não vem sem condições. Precisamos agora de acesso a mercados e queremos reciprocidades"

Schwab a Amorim: 'Celso, pare de nos dar aula' – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 23/07/2008

A reunião de mais de sete horas, ontem, na Organização Mundial do Comércio (OMC), em Genebra, foi tensa, marcada por troca de farpas entre ministros. Os países ricos se uniram para pressionar os emergentes a fazer mais concessões no setor industrial e insinuando que já havia um acordo agrícola. O resultado foi a subida na temperatura. O Estado teve acesso a partes da reunião que quase abriu uma crise na OMC.

Um dos momentos mais tensos foi quando a representante de Comércio da Casa Branca, Susan Schwab, pediu ao chanceler Celso Amorim que parasse de falar. "Celso, pare de nos dar uma aula", disse. Amorim respondeu energicamente, alegando que falava de conteúdo. "Quem tem a palavra agora, Pascal (Lamy)?", perguntou Amorim ao diretor da OMC.

No fim de semana, o chanceler criou polêmica ao afirmar que os países ricos usavam técnicas nazistas de desinformação. A Casa Branca deu por encerrada a polêmica,

mas a tensão continuou. Para um embaixador latino-americano, Amorim tentou ser “Madre Teresa de Calcutá” ao defender os interesses dos países pobres.

Amorim também entrou em conflito com o comissário de Comércio da União Européia (UE), Peter Mandelson. Mandelson disse não entender porque, quando ouvia o presidente Lula, tinha a impressão de que o Brasil faria concessões na área industrial, mas, quando ouvia Amorim, tinha a impressão de que não haveria espaço para negociar. “Então, vamos telefonar agora para o presidente Lula”, retrucou o chanceler.

Amorim, que chamou a reunião de segunda-feira de inútil, disse que a de ontem foi “útil, mas sem progressos”. “Foi um longo dia”, disse Schwab. Para Mandelson, o dia foi “intenso”, com “debates acalorados”. “Tivemos altos e baixos, mas há países que precisam entender que esta não é só uma rodada de agricultura”, disse. Ele criticou o fato de alguns países colocarem em dúvida o mandato para abrir mercados industriais. Para Amorim, Mandelson está tentando tirar o foco do processo, que é a agricultura.

Para o europeu, está na hora de passar a discutir só a liberalização industrial, insinuando que já havia um acordo sobre a agricultura. “Já estamos deixando a agricultura para trás”, afirmou. O Brasil negou que o acordo esteja próximo.

COMEÇO - Fora da sala, o representante da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), Ricardo Cotta, pedia que o governo não rejeitasse a proposta. “Os americanos chamaram para o jogo. Claro que podem fazer mais. Mas não vamos jogar a proposta no lixo”, disse. “É um bom começo”,comentou o secretário de Relações Internacionais do Ministério da Agricultura, Célio Porto.

Casa Branca impõe condição. Quer imunidade na OMC – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 23/07/2008

O governo americano quer um armistício para assinar um acordo de corte de subsídios que impediria até mesmo que o Brasil questionasse nos tribunais internacionais a ajuda que os produtores de etanol recebem nos Estados Unidos e que distorcem os mercados.

A Casa Branca afirmou ontem que apenas aceitaria reduzir seus subsídios se recebesse uma imunidade total em termos de disputas comerciais. Mas deixou o setor privado brasileiro preocupado diante da falta de limites específicos de subsídios por produtos.

Há menos de um mês, o Brasil venceu uma das disputas mais polêmicas da Organização Mundial do Comércio (OMC). A entidade, a pedido do Itamaraty, condenou os subsídios ao algodão e agora poderá dar o direito ao Brasil de retaliar os americanos.

Agora, Washington quer um compromisso dos governos que impeça países de abrirem novas disputas comerciais contra seus produtos agrícolas.

Essa é uma das condições impostas pelos americanos para que aceite limitar seus subsídios. “Se essa proposta de US$ 15 bilhões for de fato aceita, queremos que não haja mais disputas comerciais”, disse Susan Schwab, representante de Comércio dos Estados Unidos. “Seria impossível retornar aos Estados Unidos e chegar com um acordo que possibilite que disputas sejam abertas e acabem reduzindo ainda mais os subsídios.”

Na prática, a proposta americana criaria uma moratória de disputas comerciais e o Brasil seria impedido de questionar os programas. O Itamaraty tem, na gaveta, uma das maiores disputas já preparadas contra os americanos, questionando mais de 80 programas de subsídios agrícolas.

Com a moratória nas disputas, os americanos estariam ainda confortáveis para não serem monitorados em seus programas de ajuda nem na manobra de fundos de um setor para outro. Para André Nassar, diretor do Icone, a proposta de uma moratória seria “inaceitável”.

Já parte do governo acredita que poderia até aceitar, com a condição de que uma “bela compensação” fosse dada.

Para especialistas, a insistência numa moratória demonstraria que os americanos não garantem que vão respeitar os novos limites. Na avaliação do Ministério da Agricultura, uma questão central será o teto que será colocado para cada um dos principais produtos que recebem subsídios.

Hoje, grande parte vai para açúcar, algodão, milho, soja, leite e trigo. O temor do governo é de que um volume excessivo vá para apenas um produto em um ano específico. Para a Oxfam, organização de combate à pobreza mundial, o pedido de imunidade “é um reconhecimento de que vão quebrar regras no futuro”.

MST e Contag prometem reagir a acordo na OMC – Jamil Chade – Estado de São Paulo – economia e Negócios – 23/07/2008

O Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e demais movimentos sociais alertam ao governo que vão “ocupar estradas, prédios públicos e fazendas” se o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinar o acordo da Organização Mundial do Comércio (OMC).

O Itamaraty garante que vai manter altas as tarifas para nove produtos agrícolas como forma de acalmar os produtores familiares, entre eles trigo, milho, arroz e feijão. Mas os representantes dos movimentos sociais garantem não aceitar nenhum acordo. “Por

enquanto, estamos dialogando. Mas vamos passar à briga se o governo insistir no acordo", disse o coordenador nacional de Política Agrícola da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf), Gilmar Pastorio.

O agricultor foi um dos seis representantes de entidades sociais do setor rural que foram a Genebra acompanhar as negociações da Rodada Doha. "Estamos aqui para atrapalhar e evitar a qualquer custo que haja um acordo", afirmou Pastorio.

Nesta semana, o representante viajará a Dourados (MS) para falar a 5 mil colonos sobre os impactos da Rodada Doha. "Se o governo não nos ouvir, vamos usar nossas táticas, que todos conhecem. Temos de ter o direito de nos proteger e garantir a segurança alimentar do Brasil." A Fetraf representa 4 milhões de pequenos produtores. "Mas o governo Lula prefere sair em defesa do agronegócio e de meia dúzia de milionários da soja."

Segundo ele, o Brasil destruiu a produção de trigo e outros produtos nos anos 90 com a criação do Mercosul. "Éramos auto-suficientes em trigo nos anos 80 e isso foi trocado por benefícios na indústria", disse Pastorio.

Ele diz que o governo agora precisa fazer manobras para conseguir pagar as dívidas dos pequenos agricultores. Ele alerta que 50% das exportações agrícolas brasileiras vêm da produção familiar. "De onde Perdigão e Sadia compram seus produtos? Quem é que acorda às 5 da manhã para dar alimentos aos porcos?", questiona.

TRIGO - O Brasil vai propor na OMC a manutenção de barreiras à produção do trigo, milho e leite para tentar conter as importações e defender os interesses de pequenos produtores. Hoje, o País produz apenas 37% do trigo consumido. O restante é importado, principalmente da Argentina. Cebola, tomate, mandioca, arroz e alho também serão mantidos com tarifas altas.

MST e Contag prometem reagir a acordo na OMC - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 23/07/2008

O Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e demais movimentos sociais alertam ao governo que vão "ocupar estradas, prédios públicos e fazendas" se o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinar o acordo da Organização Mundial do Comércio (OMC).

O Itamaraty garante que vai manter altas as tarifas para nove produtos agrícolas como forma de acalmar os produtores familiares, entre eles trigo, milho, arroz e feijão. Mas os representantes dos movimentos sociais garantem não aceitar nenhum acordo. "Por enquanto, estamos dialogando. Mas vamos passar à briga se o governo insistir no acordo", disse o coordenador nacional de Política Agrícola da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf), Gilmar Pastorio.

O agricultor foi um dos seis representantes de entidades sociais do setor rural que foram a Genebra acompanhar as negociações da Rodada Doha. “Estamos aqui para atrapalhar e evitar a qualquer custo que haja um acordo”, afirmou Pastorio.

Nesta semana, o representante viajará a Dourados (MS) para falar a 5 mil colonos sobre os impactos da Rodada Doha. “Se o governo não nos ouvir, vamos usar nossas táticas, que todos conhecem. Temos de ter o direito de nos proteger e garantir a segurança alimentar do Brasil.” A Fetraf representa 4 milhões de pequenos produtores. “Mas o governo Lula prefere sair em defesa do agronegócio e de meia dúzia de milionários da soja.”

Segundo ele, o Brasil destruiu a produção de trigo e outros produtos nos anos 90 com a criação do Mercosul. “Éramos auto-suficientes em trigo nos anos 80 e isso foi trocado por benefícios na indústria”, disse Pastorio.

Ele diz que o governo agora precisa fazer manobras para conseguir pagar as dívidas dos pequenos agricultores. Ele alerta que 50% das exportações agrícolas brasileiras vêm da produção familiar. “De onde Perdigão e Sadia compram seus produtos? Quem é que acorda às 5 da manhã para dar alimentos aos porcos?”, questiona.

TRIGO - O Brasil vai propor na OMC a manutenção de barreiras à produção do trigo, milho e leite para tentar conter as importações e defender os interesses de pequenos produtores. Hoje, o País produz apenas 37% do trigo consumido. O restante é importado, principalmente da Argentina. Cebola, tomate, mandioca, arroz e alho também serão mantidos com tarifas altas.

Brasil é preocupação para China – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 23/07/2008

A China quer proteções contra o aumento das exportações brasileiras de produtos agrícolas para seu mercado. Ontem, o governo chinês se reuniu com o chanceler Celso Amorim em Genebra e deixou claro que barreiras serão necessárias para impedir uma invasão repentina da produção brasileira.

A proposta faz parte dos debates na Organização Mundial do Comércio (OMC), e os chineses alertam que precisam de um mecanismo de salvaguardas quando o volume de importação atingir um nível preocupante. Pequim fez o mesmo alerta ao governo americano.

Amorim garantiu que seria difícil para o Brasil aceitar esse mecanismo. O Itamaraty insiste que será necessária uma maior abertura do mercado chinês para impedir que o déficit comercial do País com Pequim se amplie ainda mais nos próximos meses. O chanceler brasileiro Celso Amorim alertou ao governo chinês que, caso o déficit comercial

do País com Pequim não seja reequilibrado, as “pressões protecionistas” podem surgir no Brasil.

Somente em janeiro deste ano, o déficit brasileiro atingiu US$ 882 milhões, quase metade de todo o déficit ao longo do ano passado, de US$ 1,8 bilhão. Hoje, a China já disputa com a Alemanha o título de maior exportador do planeta e poderá fechar o ano na nova posição.

Em janeiro, as vendas da China ao Brasil aumentaram 94%, somando US$ 1,5 bilhão. Enquanto isso, as vendas brasileiras não chegaram a US$ 700 milhões. A solução seria que a China se abra mais a nossos produtos, como carnes, e volte a comprar aviões.

O chanceler também insistiu na necessidade de mais investimentos chineses no País e os dois países trataram de eventuais visitas dos chefes de Estado em dezembro. Na avaliação de Amorim, investimentos maiores da China no Brasil também poderiam contrabalançar o déficit comercial entre os dois países.

O Brasil, que por anos manteve superávit com a China, hoje se encontra na mesma posição de americanos e europeus, que não sabem mais o que fazer para impedir que o buraco nas contas com Pequim aumente. No ano passado, a China teve superávit recorde de US$ 262 bilhões com o resto do mundo, o maior já acumulado por um só país. Nos EUA, o déficit já chega a US$ 250 bilhões.

Brasil critica proposta dos EUA em Doha – Marcelo Ninio - Folha de São Paulo – Dinheiro – 23/07/2008

Amorim diz que teto de US$ 15 bi a subsídios agrícolas é "insuficiente", mas Ministério da Agricultura brasileiro vê avanço - Com as negociações para avançar comércio mundial travadas, diretor da OMC muda formato da reunião ministerial em Genebra

Representante do Comércio dos EUA, Susan Schwab, defende proposta americana de corte de subsídios na reunião em Genebra

Uma guerra de números tomou conta ontem do segundo dia da reunião considerada vital para destravar a Rodada Doha, da OMC (Organização Mundial do Comércio). Depois que os EUA anunciaram sua esperada proposta de redução dos subsídios agrícolas, o Brasil e outros países reagiram com frieza, apresentando seus próprios números para mostrar que o corte ainda representa avanço modesto.

Diante da falta de avanços, o diretor-geral da OMC, Pascal Lamy, decidiu mudar o formato da reunião por um dia. Hoje, os países se reunirão em grupos menores. "O encontro está em câmara lenta", disse o chanceler brasileiro, Celso Amorim.

Pela oferta feita pela representante do Comércio dos EUA, Susan Schwab, o país está disposto a fixar em US$ 15 bilhões o teto da ajuda aos fazendeiros. É quase o dobro do volume de subsídios pago pela Casa Branca em 2007, que o Itamaraty estima em US$ 8 bilhões. Além disso, fica do lado de cima do espectro previsto na proposta em discussão, entre US$ 13 bilhões e US$ 16,4 bilhões.

Apesar disso, Schwab anunciou a proposta como "um gesto significativo" e "de boa-fé". A delegação americana distribuiu gráfico mostrando que os subsídios dos EUA ultrapassaram o teto de US$ 15 bilhões em sete dos últimos dez anos. "É quase US$ 2 bilhões abaixo da média de subsídios concedidos nos últimos dez anos, de U$16,8 bilhões", disse Schwab.

Logo após o anúncio dos EUA, o G20, grupo de países em desenvolvimento liderado por Brasil e Índia, divulgou seu próprio gráfico, para mostrar a tendência de queda da ajuda concedida pelos EUA. Para o Itamaraty, não faz sentido estabelecer um teto baseado em médias antigas, quando a previsão é que os preços dos produtos agrícolas continuarão altos por anos, reduzindo assim a necessidade de subsídios.

Inicialmente, Amorim manifestou satisfação com o fato de os EUA terem dado o primeiro passo. Mas disse que a proposta é "insuficiente", não serve para desencadear uma "negociação séria" e sugere pouca ambição: "Os subsídios agrícolas determinam o nível de ambição da rodada. Ainda estamos em negociação, então pode ser que essa cifra não seja a final. Mas ela é duas vezes o que eles gastam hoje. Além disso, é US$ 2,5 bilhões mais alta do que a média de 2002 até 2008", disse.

Mesmo sem agradar aos países em desenvolvimento, Schwab deixou claro que exigirá contrapartida. "Essas reduções não estão sendo oferecidas isoladamente", disse a americana, que exigiu cortes maiores nas tarifas industriais dos emergentes. Ela também condicionou sua proposta a uma "cláusula da paz", em que os demais países se comprometam a não contestar os subsídios dos EUA nos tribunais da OMC.

Taciturno, o chanceler da Argentina, Jorge Taiana, demorou a reagir à proposta americana ao ser indagado pelos jornalistas quando chegou à OMC. "É decepcionante", disse o ministro. Após a reunião, Taiana disse não estar sozinho em sua avaliação: "Muitos países expressaram que a proposta é decepcionante."

Embora Amorim insista em que a posição do Brasil continua sendo a de buscar o teto mínimo incluído na proposta, de US$ 13 bilhões, o setor agrícola deu as boas-vindas à proposta dos EUA. Para o diretor de Relações Internacionais do Agronegócio do Ministério da Agricultura, Célio Porto, ela ao menos representa um limite para frear picos de subsídios no futuro e permite que um acordo seja fechado. "É melhor do que esperávamos", disse Porto, que está em Genebra acompanhando as negociações.

Para técnicos do ministério, mais importante que o teto de subsídios dos EUA é o máximo permitido aos quatro produtos que mais interessam ao Brasil, arroz, milho, soja e algodão. Na entrevista de ontem, Schwab não detalhou como sua proposta afetará produtos específicos.

Após 7 h sem avanços, OMC muda esquema – Marcelo NInio – Folha de São Paulo – Dinheiro – 23/07/2008

Diante do impasse que dominou a reunião de ontem, que durou sete horas e não produziu nenhum sinal de avanço, o diretor-geral da OMC, Pascal Lamy, decidiu mudar o formato das negociações. Lamy suspendeu o encontro no "salão verde", onde pouco mais de 30 ministros se reuniram na segunda e na terça, e anunciou que hoje as discussões serão em grupos menores.

A intenção é reunir os países que realmente podem destravar o processo, disse à **Folha** uma fonte da OMC. Entre eles, estarão Brasil, Índia, China, EUA, União Européia, África do Sul e Japão. Ao sair do encontro, o principal negociador brasileiro, Roberto Azevedo, confirmou a impressão geral. "Estamos no mesmo ponto."

Ponto baixo - Segundo diplomatas presentes, houve "discussões acaloradas" durante a longa reunião, que foi aberta com o anúncio da nova proposta americana. Um dos sinais preocupantes apontados por alguns negociadores em relação às chances da reunião foi a resistência de alguns emergentes à proposta de cortes de tarifas industriais.

"Um dos pontos baixos da reunião foram as intervenções que puseram em dúvida o texto sobre bens industriais", disse o comissário europeu de Comércio, Peter Mandelson. Horas antes, Néstor Stancanelli, um dos principais negociadores da Argentina na OMC, confirmou à **Folha** que seu país não aceitava a proposta de cortes tarifários para a indústria dos emergentes.

Mandelson, que no dia anterior fez uma proposta de corte nas tarifas de importação agrícola da UE que o Brasil classificou de mera "propaganda", disse que é hora de deixar a agricultura para trás e avançar na negociação industrial. Ao saber disso, o chanceler Amorim reagiu com ironia. "Estamos acostumados com as tentativas de mudar o foco", disse o chanceler. "Mas o motor da Rodada Doha sempre foi e será a agricultura."

Além da mudança de formato, outra novidade será a chegada do ministro de Comércio e Indústria da Índia, Kamal Nath. Representante de um país-chave nas negociações, ele esteve ausente nos dois primeiros dias de discussões porque foi obrigado a acompanhar a votação de uma moção de desconfiança contra o seu governo.

Como a moção foi derrubada ontem no Parlamento indiano, Nath chega hoje a Genebra. "Com a renovação do mandato do governo, o ministro terá mais liberdade para negociar", disse Ujal Singh Bhatia, embaixador da Índia na OMC. **(MN)**

Após 7 h sem avanços, OMC muda esquema – Folha de São Paulo – Dinheiro – 23/07/2008

Diante do impasse que dominou a reunião de ontem, que durou sete horas e não produziu nenhum sinal de avanço, o diretor-geral da OMC, Pascal Lamy, decidiu mudar o formato das negociações. Lamy suspendeu o encontro no "salão verde", onde pouco mais de 30 ministros se reuniram na segunda e na terça, e anunciou que hoje as discussões serão em grupos menores.

A intenção é reunir os países que realmente podem destravar o processo, disse à **Folha** uma fonte da OMC. Entre eles, estarão Brasil, Índia, China, EUA, União Européia, África do Sul e Japão. Ao sair do encontro, o principal negociador brasileiro, Roberto Azevedo, confirmou a impressão geral. "Estamos no mesmo ponto."

Ponto baixo - Segundo diplomatas presentes, houve "discussões acaloradas" durante a longa reunião, que foi aberta com o anúncio da nova proposta americana. Um dos sinais preocupantes apontados por alguns negociadores em relação às chances da reunião foi a resistência de alguns emergentes à proposta de cortes de tarifas industriais.

"Um dos pontos baixos da reunião foram as intervenções que puseram em dúvida o texto sobre bens industriais", disse o comissário europeu de Comércio, Peter Mandelson. Horas antes, Néstor Stancanelli, um dos principais negociadores da Argentina na OMC, confirmou à **Folha** que seu país não aceitava a proposta de cortes tarifários para a indústria dos emergentes.

Mandelson, que no dia anterior fez uma proposta de corte nas tarifas de importação agrícola da UE que o Brasil classificou de mera "propaganda", disse que é hora de deixar a agricultura para trás e avançar na negociação industrial. Ao saber disso, o chanceler Amorim reagiu com ironia. "Estamos acostumados com as tentativas de mudar o foco", disse o chanceler. "Mas o motor da Rodada Doha sempre foi e será a agricultura."

Além da mudança de formato, outra novidade será a chegada do ministro de Comércio e Indústria da Índia, Kamal Nath. Representante de um país-chave nas negociações, ele esteve ausente nos dois primeiros dias de discussões porque foi obrigado a acompanhar a votação de uma moção de desconfiança contra o seu governo.

Como a moção foi derrubada ontem no Parlamento indiano, Nath chega hoje a Genebra. "Com a renovação do mandato do governo, o ministro terá mais liberdade para negociar", disse Ujal Singh Bhatia, embaixador da Índia na OMC. **(MN)**

Acordo deverá ser tímido, mas balanceado – Marcela Campos – Folha de São Paulo – Dinheiro – 23/07/2008

Ambições reduzidas, ofertas modestas e poucos avanços. Segundo analistas de comércio internacional, essas são as expectativas para a reunião ministerial em Genebra. Rubens Barbosa, ex-embaixador do Brasil em Washington, diz que, considerando os documentos à mesa, a ambição inicial foi muito reduzida.

Segundo ele, também presidente do Conselho de Relações Internacionais da Fiesp, é "inaceitável" para o Brasil a atual proposta dos acordos setoriais -automobilístico, químico, de brinquedos e informática. Para Barbosa, deveriam ser negociados setor a setor, não com uma lista fechada, só com áreas de interesse de EUA e UE.

Marcos Jank, presidente da Unica (União da Indústria de Cana-de-Açúcar), avalia que está em jogo um acordo tímido, mas balanceado, que tende a ser positivo para o Brasil. Para ele, é "absolutamente fundamental" reduzir a lista dos produtos sensíveis de países ricos -classificação para bens menos competitivos e que sofrem menor redução tarifária.

"Há sinais de que vão tratar o álcool como produto sensível. Se for assim, vamos querer uma megacota, baseada no que o mercado irá consumir nos próximos dez anos." Se a cota não for generosa, Jank cogita meios contenciosos -via OMC- ou acordos regionais.

Para André Nassar, presidente do Icone (Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais), é necessário terminar as negociações neste momento. "Jogar para a frente não significa que vamos conseguir resultados melhores. Pode até acontecer o contrário."

Nassar avalia que houve redução dos níveis de ambição, com a acomodação dos problemas de cada país negociador. Na análise dele, os principais ganhos serão: disciplinamento dos subsídios dos EUA, melhor acesso a mercados europeus (cotas mais generosas) e redução de tarifas de países como Japão. Mas deixa a desejar a pequena abertura de países em desenvolvimento que possuem muitos "interesses defensivos", como Índia e China -diferentemente do Brasil.

A mesma avaliação tem Pedro de Camargo Neto, da Abipecs (da indústria da carne suína). Para ele, o impasse está centrado em EUA, Índia e Argentina. "A proposta do governo brasileiro, que sinalizou avanço modesto para a agricultura com contrapartida modesta em tarifas industriais, foi bem aceita pelo setor privado. A decisão não está com o Brasil."

EUA propõem limitar subsídios a US$ 15 bi – Deborah Berlinck – O Globo – Economia – 23/07/2008

GENEBRA. Os Estados Unidos anunciaram ontem que estão preparados para limitar a US$ 15 bilhões por ano os subsídios à agricultura doméstica que distorcem os mercados, um valor US$ 2 bilhões menor que a proposta anterior. Mas, em 2007, os subsídios concedidos ficaram bem abaixo desse teto: US$ 8 bilhões. A nova oferta, apresentada pelos americanos como grande "concessão" para salvar a Rodada de Doha — como são chamadas as negociações para abertura do comércio mundial —, foi considerada insuficiente pela maioria dos países em desenvolvimento, sobretudo Brasil, China e Índia.

O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, ironizou a iniciativa: — Boa tentativa. Os US$ 15 bilhões são duas vezes o que é gasto hoje na prática. E são US$ 2 bilhões e pouco a mais do que o que foi gasto, em média, entre 2002 e 2008.

Americanos querem que Brasil abra mais seu mercado

Hoje, o teto para concessão de subsídios nos EUA é de US$ 48 bilhões. No ano passado, os subsídios ficaram em aproximadamente US$ 8 bilhões porque os preços dos produtos agrícolas no mercado internacional estavam elevados, dispensando apoio governamental.

Para Amorim, os EUA fizeram uma manobra estatística para impressionar. Calcularam uma média de gastos com base nos anos em que mais deram ajuda a seus agricultores, entre 1995 e 2007, para mostrar que gastarão bem menos agora. Para aumentar a média, incluíram anos como 1999 e 2000, quando deram quase US$ 25 bilhões por ano de subsídios para compensar o baixo preço das commodities.

Amorim se queixou ainda de que a proposta americana revelava o "baixo nível de ambição" dos EUA na área agrícola.

Seu colega argentino, o ministro Jorge Taiana, foi mais longe: — Decepcionante. Muitos acharam insuficiente.

A negociação agrícola envolve três pilares: apoio interno, acesso a mercado (tarifas) e subsídios às exportações. A grande discussão agora são subsídios internos. A batalha do Brasil é em relação aos que mais distorcem o mercado, ou seja, os subsídios ligados a preço e produção.

O Brasil e os países em desenvolvimento do G-20 querem que os americanos limitem esses subsídios a US$ 13 bilhões por ano. O documento que está servindo de base para a negociação agrícola estabelece o limite entre US$ 13 bilhões e US$ 16,4 bilhões para os EUA. Perguntado se houve avanço, Amorim disse que "ninguém quis ir embora" da reunião, quer dizer, há espaço para negociação.

A oferta americana veio com uma condição: que países emergentes como o Brasil abram mais seus mercados.

— Essas reduções não são oferecidas isoladamente — afirmou Susan Schwab, representante de Comércio dos EUA.

Brasil quer evitar que etanol seja produto sensível

Ela admitiu que a oferta americana vai implicar mudanças na Lei Agrícola, recémaprovada pelo Congresso dos EUA, de US$ 289 bilhões.

Peter Power, porta-voz da União Européia (UE), classificou a oferta americana de razoável disse que os EUA podem avançar na proposta se obtiverem concessões em outros setores.

Americanos e europeus exigem abertura nos setores em que eles são particularmente fortes: produtos industriais e serviços. A Casa Branca pressiona, por exemplo, por concessões nos setores automotivo, de máquinas e eletrônicos.

Peter Mandelson, o comissário europeu para o Comércio, voltou a pressionar emergentes como o Brasil a abrirem mais seus mercados, dizendo que Rodada de Doha "não é só sobre agricultura". A discussão sobre produtos industriais acabou com o Brasil fincando o pé na sua velha posição: nenhuma concessão na área industrial, disse Amorim, até que haja um avanço significativo em agricultura.

Para Luiz Claudio Carmona, do Ministério da Agricultura, tão importante quanto o montante total de subsídios vai ser a batalha para colocar um teto nos subsídios de cada produto.

O Brasil exige cortes importantes dos subsídios a soja, algodão, milho e arroz. O governo também luta para evitar que o etanol seja classificado de produto sensível, o que, na prática, significa uma barreira à ambição brasileira de o país ser o grande exportador mundial do produto. **(*) Com agências internacionais**

Qual é o nosso lado? – Carlos Alberto Sardenberg – O Globo – Opinião – 24/07/2008

A Rodada Doha foi lançada em novembro de 2001, na capital do Catar, apenas dois meses depois do ataque terrorista que havia derrubado as torres de Nova York. A reunião ministerial da Organização Mundial do Comércio estava marcada antes do atentado — mas parecia que nem ia se iniciar. Não havia clima para negociações cujo objetivo seria facilitar o comércio internacional e, pois, a globalização.

O ataque acabou influenciando na outra direção. Tornou-se amplamente aceita a tese segundo a qual quanto mais crescimento, emprego e renda houvesse nos países emergentes e pobres, menor seria o espaço para o terrorismo. E ainda: quanto mais integrados os países estivessem no comércio global, também menor seria a tentação terrorista, vista como uma espécie de desespero diante da exclusão. Acrescente-se que o mundo sofria as conseqüências da crise financeira gerada pelo estouro das bolhas da internet e das telecomunicações, outro problema que poderia ser combatido com mais negócios.

Resumindo, o clima internacional virou para o outro lado. Combater a pobreza no mundo tem de ser prioridade na agenda; o Talibã e a al-Qaeda merecem bombas, o Afeganistão precisa de ajuda; e todos precisam de mercados e, pois, de comércio externo.

Por isso a Rodada Doha ganhou o apelido de Rodada do Desenvolvimento. A conseqüência direta era a abertura do comércio agrícola mundial, pois mais de 70% das exportações dos países não-ricos eram compostas de produtos agrícolas e industrializados com uso intensivo de mão-de-obra. Ora, naquele momento, Estados Unidos, União Européia e Japão estavam gastando mais de US$ 200 bilhões anuais com subsídios agrícolas.

A rodada iniciou-se ambiciosa. A conclusão do acordo foi marcada para janeiro de 2005. Já estamos, portanto, com quatro anos de atraso. Os objetivos falavam de redução "substancial" dos subsídios e tarifas de importação de produtos agrícolas. Hoje, está claro que se perdeu muito do espírito inicial.

Isso foi conseqüência de uma combinação de fatores, a começar pela emergência econômica e política de países como China, Índia, Brasil e Rússia, cujos interesses nacionais parecem complementares, mas aparecem freqüentemente contraditórios. Não cabe mais aí a divisão entre pobres e ricos, Sul e Norte.

A Índia, por exemplo, está mais alinhada com a União Européia quando se opõe à redução de tarifas de importação agrícola, medida de total interesse do Brasil. Outro fator: o terrorismo quase se dissipou, não era a ameaça global que parecia ser.

Finalmente, o mundo entrou em um processo de forte crescimento econômico global (2002/2007), com expansão dos emergentes, passando a idéia de que o comércio global já estava bem arrumado assim mesmo. Com isso, a rodada sofreu sucessivos fracassos. Chega a seu momento decisivo quando a prosperidade global deu lugar a uma série de crises nacionais e regionais, situações que tendem a exacerbar o protecionismo.

Ou seja, a atual rodada, se terminar com acordo, será um acordo bem limitado.

Uma pena, pois o fundamento é totalmente correto: mais comércio mundial é igual a mais prosperidade.

Em Genebra, os EUA propuseram um teto anual de US$ 15 bilhões para os subsídios que pagam aos seus agricultores, para compensar preços baixos. Ora, neste ano, por exemplo, quase todos os preços agrícolas estiveram muito altos, de modo que o governo americano não precisou subsidiar diversos agricultores.

Resultado, seus gastos estão em torno dos US$ 7,5 bilhões — metade do que propuseram nas negociações.

Por outro lado, a lei agrícola aprovada pelo Congresso americano estipula um teto anual de US$ 48 bilhões para subsídios. Esse é o valor que o governo poderia gastar em um momento de preços internacionais baixos. Ora, US$ 48 bilhões é três vezes o teto proposto pelo governo Bush em Genebra. Problema: a lei agrícola atual foi aprovada pelo Congresso, com a maioria democrata.

O presidente Bush vetou, propondo limitar os subsídios a agricultores com renda anual de até US$ 200 mil.

Os deputados e senadores derrubaram o veto e mantiveram inclusive o subsídio a agricultores com renda de até US$ 1,2 milhão e aumentaram o apoio a plantadores de milho para etanol.

Sabem quem foi um dos mais entusiastas defensores da lei? Barack Obama.

Já McCain votou contra a lei agrícola e os subsídios ao etanol de milho, assim como pediu a eliminação do imposto de importação sobre o etanol brasileiro.

Agronegócio do Brasil insiste em negociar teto de subsídio por produto – Assis Moreira – Valor econômico – Agronegócio - 23/07/2008

O limite de subsídio por produto, que o Brasil considera como um dos maiores ganhos na negociação agrícola, ficou fora da oferta feita ontem por Washington, provocando decepção no agronegócio brasileiro. '"O teto de subsídio por produto é mais importante para nós do que esses US$ 15 bilhões de subsídios globais e sem ele não tem jogo", reagiu André Nassar, diretor-geral do Icone, o instituto de estudos do agronegócio, dizendo que o governo estava avisado da posição do setor. "Já sofremos na pele com subsídio americano quase todo concentrado em apenas um produto, como algodão, que restringiu muito nosso acesso ao mercado internacional. "

Susan Schwab, a representante comercial americana, confirmou que a oferta não contemplava o teto especifico, mas, ao acabar a entrevista coletiva, insistiu que a oferta era muito boa para o agronegócio brasileiro. Os EUA podem gastar atualmente até US$ 19,1 bilhões em ajuda a um só produto agrícola. Agora, aceitam baixar esse montante para US$ 7,6 bilhões. Mas, sem teto especifico por produto, a possibilidade de concentração continua.

Negociadores brasileiros reiteraram, em todo caso, que o teto especifico está bem encaminhado e mais firme do que outros pontos. Mateus Zanella, da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), disse que a maior diferença é que os americanos querem um período-base onde os gastos foram mais altos. Já o Brasil defende anos que mostram altas e baixas da ajuda, para refletir uma média. Pela proposta do mediador agrícola, os EUA deveriam limitar os subsídios ao algodão, por exemplo, de quase US$ 4 bilhões, pagos em 2005/06, para menos de US$ 550 milhões.

Para a agricultura brasileira, é especialmente importante que sejam freadas a ajuda americana ao algodão, soja, arroz e milho, por causa do impacto da produção americana na cotação internacional e de sua fatia no mercado.

O secretário de Relações Internacionais do Agronegócio do Ministério da Agricultura, Célio Porto, também considerou que a oferta foi um bom começo, mas precisa ser completada, inclusive com o teto especifico. **(AM)**

Amorim pede moderação à China para manter G-20 unido – Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 23/07/2008

O Brasil, na liderança do G-20, pediu ontem para a China mostrar flexibilidade na negociação agrícola na Rodada Doha. Isso significa moderar suas demandas para frear importações agrícolas, o que causa reações fortes de alguns membros do grupo. A discussão sobre mecanismos para manter a unidade do G-20 fez parte de reunião entre o ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, e o ministro de Comércio chinês, Chen Deming, à margem das negociações na Organização Mundial do Comércio (OMC).

Amorim disse ao representante chinês que tem de haver moderação na designação de "produtos especiais" (que terão corte tarifário menor) e, sobretudo, para o uso do mecanismo de salvaguarda especial, pelo qual a China e outros querem bloquear um súbito aumento de importações ou uma queda de preços agrícolas.

Ele pediu a Pequim "atitudes construtivas" para encontrar soluções para o problema. E observou que o Brasil, na coordenação do G-20, não se associou a nenhuma proposta sobre os dois temas, para manter a unidade do grupo. Metade das exportações agrícolas do Brasil, estimadas em mais de US$ 60 bilhões este ano, vai para países em desenvolvimento e o setor privado pediu para o Itamaraty ser especialmente atento sobre o gatilho que deflagrará a salvaguarda.

Um porta-voz chinês disse que o ministro Chen Deming concordou com Amorim em trabalhar juntos "para preservar a unidade do G-20". E acrescentou que Pequim "aprecia o papel de liderança do Brasil na negociação de Doha", e que os dois países vão colaborar nas discussões desta semana em vista de um acordo. Para negociadores, sem o G-20 os países em desenvolvimento estariam desarticulados e mais expostos às pressões dos Estados Unidos e da União Européia.

As diferenças dentro do G-20 são persistentes quando se trata de acesso ao mercado. Parte dos membros também participa do G-33, como China, Índia e Indonésia. Esse grupo quer designar 8% das linhas tarifárias agrícolas como "produtos especiais", que não teriam corte nenhum, para manter proteção de setores destinados à segurança alimentar, sustento da população e desenvolvimento rural.

O elemento mais controverso é a ampla flexibilidade para utilizar o mecanismo de salvaguarda especial, desejada pela China, Índia, Indonésia e outros emergentes. O mediador da negociação agrícola, Crawford Falconer, alertou mais de uma vez que essa salvaguarda tem todo o potencial para se transformar no elemento que pode implodir a Rodada.

Esta semana, o Paraguai e o Uruguai, membros do G-20, denunciaram como "totalmente inaceitável" para as pequenas economias a maneira como o G-33 quer deflagrar o mecanismo de salvaguarda especial. Exemplificaram que a China poderá acionar a salvaguarda e impor sobretaxa sobre 70% a 80% de suas importações agrícolas, já que elas vêm aumentando rapidamente no rastro do crescimento econômico chinês. O maior exemplo é a soja, com expansão de 48% ao ano. Nesse caso, a tarifa atual de 3% poderia chegar a até 18% se as negociações de Doha levarem em conta o que China, Índia, Indonésia e outros desejam, e se Pequim quiser restringir suas compras.

As discussões sobre a negociação global só tomaram 10% da conversa entre Amorim e Deming. A maior parte do tempo foi mesmo sobre as relações bilaterais. Amorim conclamou o colega chinês a abrir seu mercado para mais produtos agrícolas brasileiros, incluindo as carnes. Ele argumentou que o Brasil passou a acumular déficit considerável no comércio bilateral, depois de anos de superávit. E que para equilibrar a situação, vale aumentar os esforços para conciliar a necessidade chinesa de combater a inflação provocada pela alta dos preços dos alimentos, com o potencial brasileiro de exportações agrícolas.

Amorim pediu para Pequim estimular investimentos que agregam valor. O interesse pelo etanol foi destacado. **(AM)**

Países desenvolvidos querem limitar flexibilidade solicitada pelo Mercosul – Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 23/07/2008

Os países desenvolvidos aumentaram ontem a pressão para limitar a flexibilidade para o Mercosul proteger suas indústrias num acordo na Rodada Doha. Eles insistiram em só aceitar que o bloco proteja 12% de suas linhas tarifárias industriais, comparados aos 16% pedidos pela Argentina para poder acomodar as sensibilidades de cada país.

Os Estados Unidos apresentaram proposta por acordos setoriais, oferecendo uma espécie de "bonus" como estímulo para quem aceitar eliminar ou reduzir substancialmente as alíquotas dos setores negociados. Pelo bônus, teriam 1a 2 pontos nos coeficientes para reduzir menos as tarifas no resto. Os emergentes são contra.

Os países continuaram fortemente divididos após sete horas de negociações agrícola e industrial no "green room" (reunião ministerial restrita), com cobranças recíprocas e manutenção de posições. O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, reclamou que a negociação está lenta demais, mas logo acrescentou ser "melhor um começo em câmara lenta do que paralisia total, assim podemos continuar a discordar".

Pascal Lamy, diretor da OMC, mudou o formato das negociacões a partir de hoje, agora em pequenos grupos ou bilaterais. A negociação de serviços foi empurrada para sexta-feira.

Peter Mandelson, o comissário europeu de comércio, disse que um dos momentos ruins foi quando "um ou dois países", Argentina e Índia, pareceram rejeitar o texto de base da negociação industrial, mas que as coisas teriam entrado nos eixos mais tarde.

Pela manhã, quando Lamy mencionou aceitação dos parâmetros fixados pelos textos dos mediadores agrícola e industrial, o ministro das Relações Exteriores da Argentina, Jorge Taiana, contestou: "Isso não é verdade dentro de Nama [o texto para a liberalização industrial]".

As cobranças dos países desenvolvidos continuaram fortes por uma cláusula "anti-concentração" na área industrial, para os emergentes não protegerem todo um setor, como automotivo. "No geral, o tabuleiro não se mexeu", resumiu um negociador já a meia-noite em Genebra. **(AM)**

Compensando pela conservação da Amazônica - Daniel Nepstad – Valor Econômico – Opinião - 23/07/2008

A demanda global para carne, grãos e biocombustíveis está crescendo, aumentando os preços dessas commodities a um ritmo vertiginoso. Caso esta tendência se consolide, o resultado será mais desmatamento na Amazônia. Mas esse quadro poderá ser evitado se um novo princípio passar a nortear as estratégias de conservação para a região: o da compensação aos protetores da floresta. Antes de tudo, será necessário premiar quem está defendendo a floresta e cumprindo a lei - seja índio, seringueiro, agricultor ou pecuarista. E o mercado está pronto para pagar a conta dessa premiação.

O Brasil deve se orgulhar das conquistas históricas em prol da conservação da Amazônia. O país tem o maior sistema de áreas protegidas, de terras indígenas e de monitoramento de florestas (este último criado e mantido pelo INPE) do mundo.

No entanto, o desmatamento segue a taxa ainda elevadas, gerado especialmente pela conversão de florestas em pastagens extensivas. Em parte, este cenário persiste pela falta de um mecanismo que diferencie os produtores rurais "do bem" - que querem cumprir a lei e cuidar da terra - e daqueles "do mal". Enquanto tiver uma criminalização generalizada da agropecuária, o êxito da luta contra desmatamento será limitado.

O primeiro passo para um novo paradigma de conservação que resulte na permanência de grandes áreas de floresta "em pé" é tornar a legalidade mais acessível e fácil de se atingir. Ser legal hoje na Amazônia é quase impossível. Quando a "reserva legal" florestal de propriedades rurais passou de 50% para 80% de cada propriedade, faltou um mecanismo que facilitasse o cumprimento desta nova exigência pelos proprietários. Quem tenta legalizar a sua propriedade enfrenta custos altíssimos, burocracia lenta e, às vezes, corrupção. Hoje, existe a possibilidade de reduzir a reserva legal para 50% no contexto de um Zoneamento Ecológico/Econômico aprovado pelo Estado, que deve ser uma prioridade do governo. O processo de titulação de terras também é um grande obstáculo à legalização. Há, contudo, iniciativas promissoras no Estado do Pará, que está dando passos históricos na legalização fundiária de propriedades.

É necessário premiar quem busca a legalidade e defende a floresta, seja índio, seringueiro, agricultor ou pecuarista

---

O segundo passo é ter um sistema eficaz de identificação de produtores rurais "do bem". O Sistema de Licenciamento Ambiental da Propriedade Rural (SLAPR) do Estado de Mato Grosso é um exemplo importante - embora ainda com deficiências - de licenciamento de terras. Este sistema poderia se tornar uma ferramenta valiosa na identificação de propriedades cujos donos estão buscando a legalidade. Tal sistema, que já conta com o registro de um terço das terras privadas no Estado, precisa, contudo, ser ampliado urgentemente. Isto significa, em primeiro lugar, ter instituições estaduais fortes, especialmente uma Secretaria de Meio Ambiente (Sema) que possa ser ágil, sem perder o rigor.

O terceiro passo deve ser a premiação dos produtores que estão buscando a legalidade e a responsabilidade sócio-ambiental. Os pecuaristas e agricultores membros do Cadastro de Compromisso Sócio-Ambiental já começam a ter o devido reconhecimento pela opção que fizeram na luta contra a erosão e o incêndio florestais, no tratamento digno dos seus funcionários e na proteção dos seus córregos e rios. Alguns proprietários listados neste cadastro, que é uma iniciativa da Aliança da Terra e do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, já estão recebendo pagamentos do Rabobank para a recuperação das suas matas ciliares. O banco holandês, que atua na Amazônia, vai traduzir estes investimentos em créditos de carbono. Além disto, em breve, o Frigorífico Independência começará a pagar um preço maior pelos bovinos criados em fazendas listadas no Cadastro. O Cadastro deve se estender, em breve, para assentamentos agrícolas rurais e para populações indígenas.

Uma vez criadas as condições básicas para se cumprir a lei, premiando os produtores que entram na legalidade e investem na responsabilidade sócio-ambiental, a Amazônia estará pronta para implementar medidas punitivas contra os proprietários ilegais. Os pecuaristas e agricultores legais e responsáveis que estarão sendo premiados irão se tornar aliados chaves na identificação e denúncia de pecuaristas e agricultores que não seguem a lei. Um movimento como este já teve início no nordeste mato-grossense no ano

passado, quando pecuaristas listados no cadastro denunciaram grileiros para as autoridades estaduais e federais. Quem desmata ilegalmente, maltrata os seus funcionários e faz uso irresponsável do fogo acaba prejudicando a "imagem" da região, espantando potenciais compradores que estão à procura de uma produção mais sustentável.

Aliado ao novo paradigma de conservação, exposto acima, o Brasil poderia em breve começar a ser compensado pelo "mercado de carbono" para reduzir as suas emissões de carbono para a atmosfera oriundas do desmatamento. O mecanismo "Redd" (Redução de Emissões de Desmatamento e Degradação florestal) está sendo negociado no âmbito da Conferência sobre Mudança Climática da ONU, e até dezembro de 2009 as negociações devem definir as regras de compensações. Estudo liderado pelo Ipam (www.climaedesmatamento.org.br), estima que o Redd poderia dobrar ou triplicar a renda média dos povos da floresta e pagar proprietários rurais pela manutenção das suas reservas legais. Os pagamentos do Redd poderiam equipar o governo federal e estadual para implementar os planos de zoneamento, para montar sistemas de licenciamento ambiental, avançar com o ordenamento fundiário e punir as atividades criminosas. A Noruega já doou centenas de milhões de reais para o Brasil para tocar esta idéia de compensação por redução de desmatamento para frente.

Talvez o caminho de curto prazo para um novo paradigma de conservação para a Amazônia deva passar pelo estabelecimento de uma moratória de desmatamento na Amazônia para os próximos dois anos. Neste período, poderia se dar início a uma negociação entre os povos da floresta, agricultores e os pecuaristas "do bem", junto com a sociedade civil e o governo, a definição das regras de um programa Redd e os mecanismos de distribuição dos benefícios gerados pelo mercado de carbono.

Daniel Nepstad é cientista sênior do Woods Hole Research Center, professor e doutor em ecologia florestal pela Universidade de Yale.

OMC: Estados Unidos antecipam uma dura estratégia – Gustavo Cpdevila – Carta Maior – 24/07/2008

Negociadora de Washington propõe reduzir a um teto de US$ 15 bilhões a quantia de subsídios internos praticados pelo país. Organizações não-governamentais dizem que proposta não significa redução alguma, em função da alta mundial do preço dos alimentos, e representa um insulto aos agricultores dos países pobres.

GENEBRA - Susan Schwab, representante de Comércio dos Estados Unidos, iniciou a negociação na Organização Mundial do Comércio antecipando uma estratégia dura. A negociadora anunciou no início da semana que seu país oferece reduzir a um teto de US$ 15 bilhões a quantia anual da ajuda interna global causadora de distorções no comércio (AGDC). A AGDC reúne diferentes formas de apoio econômico aos agricultores, que contrariam o princípio do livre comércio. Essas formas cruas de protecionismo recebem na OMC as denominações de caixas âmbar e azul e de “minimis”.

A caixa âmbar compreende as ajudas que alteram os preços internacionais e também os volumes produzidos. A caixa azul se ocupa dos pagamentos diretos em casos de

limitações de produção ou de superfícies e rendimentos. A categoria “minimis” se refere a apoios internos em quantidades insignificantes. Os Estados Unidos estão autorizados atualmente a destinar US$ 48 bilhões por ano para custear essas três formas de protecionismo agrícola AGDC. Em 2005, se declararam dispostos a reduzir essa quantia para US$ 22,5 bilhões e há um ano, em junho de 2007, baixou a oferta até US$ 17 bilhões.

O rascunho de um acordo para a liberalização do comércio agrícola, dentro da negociação da Rodada de Doha, fala de reduções da AGDEC entre 66% e 73%. Assim, as subvenções dos Estados Unidos nesse âmbito variariam entre US$ 13 bilhões e US$ 16,4 bilhões. Mas, devido ao aumento pronunciado dos preços dos produtos básicos, incluídos os agrícolas, o fisco norte-americano precisou empregar apenas US$ 11 bilhões em 2006 e US$ 7 bilhões no ano passado para pagar essas subvenções.

A diferença entre a quantia autorizada pelos acordos multilaterais de comércio e as pagas recebe o nome de “água” no jargão da OMC. Assim, entre os US$ 7 bilhões do ano passado e os US$ 15 bilhões oferecidos por Schwab, há US$ 8 bilhões ou de “água”. Com essas cifras e devido ao recente aumento mundial nos preços dos alimentos, a quantia de US$ 15 bilhões não representa nenhuma redução, deduziu o especialista paquistanês Aftab Alam Khan, que representa a organização não-governamental ActionAid.

De fato, a oferta é “um insulto” aos agricultores pobres de todo o mundo que por anos sofrem as conseqüências das importações de alimentos a baixo preço procedentes dos Estados Unidos, disse Khan à IPS. Essa oferta significa que os Estados Unidos não terão de reduzir “nem um centavo” as subvenções que concede, disse Jeremy Hobbs, diretor-executivo da organização Oxfam Internacional.

Mas a proposta de Schwab contém ainda uma condição, pois exige que a oferta seja correspondida por propostas mais ambiciosas de outros países quanto ao acesso a mercados, se referindo basicamente às tarifas alfandegárias que pesam sobre as exportações agrícolas e industriais dos Estados Unidos. “Isso é absurdo”, reagiu Carin Smaller, que em Genebra representa o Instituto de Políticas de Agricultura e Comércio (IATP). Para Khan, com essa exigência Washington pretende isentar suas subvenções agrícolas de qualquer ação legal futura na OMC. “Reclamar essa espécie de imunidade equivale a admitir as intenções de violar as normas no futuro. Isso soma o insulto à injúria”, disse Hobbs.

Por outro lado, um porta-voz da União Européia, Peter Power, considerou razoável a oferta norte-americana, mas disse que os Estados Unidos podem ir mais longe e insinuou que uma oferta mais ambiciosa pode depender da evolução das negociações. A representante dos Estados Unidos transmitiu sua proposta aos ministros de aproximadamente 35 países que chegaram à Genebra com a intenção de reanimar as negociações de Doha, iniciadas há quase sete anos e atrasadas pelas diferenças que separam países ricos e pobres.

As sessões, que começaram segunda-feira e terminam neste sábado, podem entrar na zona mais densa das negociações, quando começarem a embaralhar os números. Uma das possibilidades de apressar a convergência entre os 153 Estados membros da OMC seria a redação, possivelmente pelo diretor-geral da instituição, Pascal Lamy, de um rascunho de

acordo. Esse documento seria distribuído na sexta-feira aos delegados. Lamy disse que esse rascunho pode se banirá nos dois textos, várias vezes reformados, de projetos de acordos para agricultura e bens industriais ou acesso a mercados de produtos não-agrícolas (Nama).

Entretanto, o diretor de comércio internacional da chancelaria argentina, Nestor Stancanelli, refutou Lamy por entender que o texto de Nama não é apropriado porque ignora as posições negociadoras dos países em desenvolvimento. Agricultura e Nama são os temas-chave da Rodada de Doha. Assim, suas modalidades, ou os parâmetros dessas negociações, deverão estar aprovadas antes do final deste mês se a idéia pe encerrar a rodada quanto 2008 terminar, incluindo os acordos para assuntos como serviços, propriedade intelectual e normas da OMC, entre outros. A partida, que nos fatos Schwab iniciou com sua proposta, deve progredir aceleradamente esta semana, uma vez conhecida a defesa escolhida pelos países em desenvolvimento.

CNA: Falta de ofertas dificulta acordo na Rodada Doha - Sítio Eletrônico da CNA - 24/07/2008

A falta de ofertas consistentes na área agrícola dificulta cada vez mais a consolidação de um acordo na Rodada Doha da Organização Mundial de Comércio (OMC). Para o presidente da Comissão Nacional de Comércio Exterior da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Gilman Viana Rodrigues, o cenário observado nas negociações aponta para mais um adiamento de uma decisão que resulte na abertura do comércio mundial. Para ele, uma análise técnica do assunto mostra que é difícil sair um acordo. “Gostaria que houvesse um acordo justo, mas o que tem sido oferecido é modesto”, afirma Viana. Segundo ele, apenas quem aplica subsídios e altas tarifas agrícolas continuará ganhando se os encontros entre os ministros, reunidos desde segunda-feira em Genebra, na Suíça, não tiverem um desfecho. No caso dos produtos agrícolas, ele avalia que um novo fracasso nas discussões sobre maior flexibilidade de acesso a mercados “servirá como combustível para uma alta no preço dos alimentos”.

Segundo Viana Rodrigues, a liberalização do comércio seria uma oportunidade para abastecer o mercado mundial de produtos agrícolas em um momento de alta de demanda e queda de oferta. “Esta restrição ao comércio será revertida apenas quando realmente houver um desequilíbrio no abastecimento. Quem tiver, receberá mais”, afirma. No caso brasileiro, Viana enfatizou que País é um dos que mais perdem, pois o acesso a novos mercados é fundamental para o Brasil aumentar a quantidade de parceiros comerciais. No entanto, pondera que as contrapartidas oferecidas por países desenvolvidos para abertura do setor industrial brasileiro, em troca da redução de subsídios, “é o mesmo que não querer fazer acordo”. O presidente da Comissão de Comércio Exterior da CNA justifica que o agronegócio tem obtido saldos positivos superiores aos demais setores da balança comercial total do País. “Se tirarmos o agronegócio da balança, haverá déficit. A liberação do setor agravaria este déficit”, argumenta Gilman.

Viana diz, ainda, que a abertura de novos mercados disciplinaria o uso de subsídios. Ele explica que, em um período de preços baixos, um provável acordo agrícola, ainda que longe do ideal, seria extremamente necessário para pressionar países ricos a não utilizar

subsídios e continuar distorcendo o mercado. Em momento de quedas de preços, os países tendem a aumentar os gastos com subsídios e subir proteções tarifárias, para proteger a renda de seus agricultores. Segundo o representante da CNA, um acordo agrícola funcionaria como um seguro contra um futuro período de preços baixos. Para ele, apenas a adoção de tetos de subsídios por produto, oferecida pelos Estados Unidos, foi um ponto elogiado pelo setor agrícola, pois evitaria que os recursos não destinados integralmente a uma atividade fossem destinados a outra cultura, evitando a concorrência desleal. Os produtos brasileiros que poderiam ser favorecidos com a medida seriam algodão, milho e soja.

'Não acredito em Doha', diz Stephanes – Denise Chrispim Marin – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 24/07/2008

Autoridade máxima da área agrícola do governo Luiz Inácio Lula da Silva, o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, declarou ao Estado que não acredita na Rodada Doha. Na contracorrente dos esforços em Genebra de seu colega Celso Amorim, chanceler da República, Stephanes argumenta que a Rodada "não servirá para nada" e a demanda por alimentos em expansão provocará inevitavelmente a liberalização dos mercados agrícolas e a redução dos subsídios dos países mais ricos ao setor.

"As negociações podem até chegar a uma saída honrosa. Mas esse acordo não significará nada", disse o ministro. "A Rodada Doha joga com números, e não com a realidade. Em termos práticos, não há razão objetiva para trazer impacto positivo à agricultura mundial."

Stephanes trabalha com um cenário de expansão da demanda mundial por alimentos na próxima década, com novos choques nos preços internacionais. O mais próximo, previsto para 2010 e 2011. O "mundo de demanda", em seu ponto de vista, necessariamente forçará os países ricos a reduzir seus desembolsos com os subsídios. Igualmente elevará as pressões internas por mais abertura nos países com estruturas mais protecionistas.

"A liberalização de mercados agrícolas e a redução dos subsídios vão acontecer, inevitavelmente. Não em função de rodadas da OMC, mas por razões de mercado." Stephanes deixou claro que não expôs seu ponto de vista ao presidente Lula - que se tornou entusiasta da Rodada por influência de Amorim - porque nunca foi solicitado a fazê-lo. Mas, em várias oportunidades, apresentou sua opinião ao chanceler.

Para ele, as negociações desta semana podem até chegar a uma saída honrosa, sem impacto efetivo sobre o comércio agrícola mundial. Mas esse acordo não será aceito sem resistência pelos setores industriais do Brasil e do resto do Mercosul, que pagará com redução do atual nível de proteção. "Diplomata nem sempre representa as realidades e nem mesmo usa uma linguagem direta para se expressar", lamentou.

Embora cético quanto ao impacto de um acordo multilateral sobre o comércio agrícola, Stephanes vem acompanhando a Rodada. Em outubro, em visita à Comissão Européia, conversou com parlamentares europeus, que se mostraram pouco cordiais quando abordados sobre os subsídios da Política Agrícola Comum (PAC). Também ouviu de Peter Mandelson, comissário europeu para a Agricultura, a avaliação de que a Rodada não chegaria a um acordo.

Para acompanhar a delegação chefiada por Amorim, Stephanes indicou o secretário de Relações Internacionais do Agronegócio, Célio Porto. No início da semana, Porto e os representantes do setor agrícola brasileiro foram mantidos à distância da reunião de Amorim com a representante de Comércio dos EUA, Susan Schwab.

'Não acredito em Doha', diz Stephanes - Denise Chrispim Marin – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 24/07/2008

Autoridade máxima da área agrícola do governo Luiz Inácio Lula da Silva, o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, declarou ao Estado que não acredita na Rodada Doha. Na contracorrente dos esforços em Genebra de seu colega Celso Amorim, chanceler da República, Stephanes argumenta que a Rodada "não servirá para nada" e a demanda por alimentos em expansão provocará inevitavelmente a liberalização dos mercados agrícolas e a redução dos subsídios dos países mais ricos ao setor.

"As negociações podem até chegar a uma saída honrosa. Mas esse acordo não significará nada", disse o ministro. "A Rodada Doha joga com números, e não com a realidade. Em termos práticos, não há razão objetiva para trazer impacto positivo à agricultura mundial."

Stephanes trabalha com um cenário de expansão da demanda mundial por alimentos na próxima década, com novos choques nos preços internacionais. O mais próximo, previsto para 2010 e 2011. O "mundo de demanda", em seu ponto de vista, necessariamente forçará os países ricos a reduzir seus desembolsos com os subsídios. Igualmente elevará as pressões internas por mais abertura nos países com estruturas mais protecionistas.

"A liberalização de mercados agrícolas e a redução dos subsídios vão acontecer, inevitavelmente. Não em função de rodadas da OMC, mas por razões de mercado." Stephanes deixou claro que não expôs seu ponto de vista ao presidente Lula - que se tornou entusiasta da Rodada por influência de Amorim - porque nunca foi solicitado a fazê-lo. Mas, em várias oportunidades, apresentou sua opinião ao chanceler.

Para ele, as negociações desta semana podem até chegar a uma saída honrosa, sem impacto efetivo sobre o comércio agrícola mundial. Mas esse acordo não será aceito sem resistência pelos setores industriais do Brasil e do resto do Mercosul, que pagará com redução do atual nível de proteção. "Diplomata nem sempre representa as realidades e nem mesmo usa uma linguagem direta para se expressar", lamentou.

Embora cético quanto ao impacto de um acordo multilateral sobre o comércio agrícola, Stephanes vem acompanhando a Rodada. Em outubro, em visita à Comissão Européia, conversou com parlamentares europeus, que se mostraram pouco cordiais quando abordados sobre os subsídios da Política Agrícola Comum (PAC). Também ouviu de Peter Mandelson, comissário europeu para a Agricultura, a avaliação de que a Rodada não chegaria a um acordo.

Para acompanhar a delegação chefiada por Amorim, Stephanes indicou o secretário de Relações Internacionais do Agronegócio, Célio Porto. No início da semana, Porto e os representantes do setor agrícola brasileiro foram mantidos à distância da reunião de Amorim com a representante de Comércio dos EUA, Susan Schwab.

'**Redução de subsídios virá pelo mercado**' – Denise Chrispim Marin – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 24/07/2008

Em entrevista ao Estado, o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, afirmou que a liberalização do setor e a redução dos subsídios concedidos pelos países ricos ocorrerá por força do mercado. A Rodada Doha, no seu ponto de vista, em nada contribuirá com essas decisões, tão desejadas pelo agronegócio brasileiro.

Diferentemente de seus antecessores, o senhor não acompanhou o ministro Celso Amorim nas negociações da Rodada Doha desta semana em Genebra. Por quê?

Eu não acredito na Rodada Doha. Digo isso desde o primeiro dia das negociações. Várias vezes fui convidado para participar de encontros ministeriais, como o de Potsdam (na Alemanha, em junho de 2007), mas sempre os recusei porque essa Rodada não servirá para nada. Não tem nenhuma condição de trazer resultados. Primeiro, porque é muito difícil, senão impossível, fazer com que os países que têm a proteção comercial e os subsídios no centro de sua estrutura produtiva venham a ceder isso a troco de nada. Talvez só em um processo de longo prazo seja possível quebrar essa dependência à proteção e às subvenções. Segundo, porque a troca de concessões dos países desenvolvidos na área agrícola pela abertura dos mercados industriais de países em desenvolvimento não tem a mínima chance de dar certo. Terceiro, porque a liberalização de mercados agrícolas e a redução dos subsídios vão acontecer, inevitavelmente. Não em função de rodadas da OMC, mas por razões de mercado.

O acordo tornou-se desnecessário ou impossível de ser alcançado?

As negociações podem até chegar a uma saída honrosa. Mas esse acordo não significará nada. Mesmo que os Estados Unidos venham a concordar com o teto de US$ 12 bilhões ao ano para o total de subsídios domésticos, não haverá nenhum impacto efetivo no comércio agrícola porque esse país desembolsa, na prática, entre US$ 7 bilhões e US$ 8 bilhões. Com a alta dos preços internacionais dos alimentos, os dispêndios com subsídios tornam-se cada vez menores e aumentam as pressões internas para a redução das barreiras

comerciais. A Rodada Doha joga com números e não com a realidade. Em termos práticos, não há razão objetiva para que venha a trazer impacto positivo sobre a agricultura mundial.

Nesse caso, como explicar aos setores produtivos brasileiros um possível acordo pífio?

Amorim vai enfrentar a resistência do setor industrial, não só do Brasil como da Argentina e do restante do Mercosul. Não terá como justificar qualquer redução de tarifa na área industrial porque os ganhos em agricultura serão nulos. Ele realmente acreditava que era possível chegar a um bom acordo. Diplomatas nem sempre representam realidades e não usam uma linguagem direta e clara.

O senhor expôs seu ponto de vista ao presidente Lula?

Não expus porque o presidente Lula nunca me perguntou. Falei, sim, ao Amorim. Ele notou que a minha posição era de incredulidade. Deixei clara a minha opinião de que dificilmente haveria um acordo razoável. No ano passado, por exemplo, enquanto o Amorim se esforçava para levar adiante a Rodada Doha, o projeto da Farm Bill (a política de subvenções agrícolas para o período 2007-2012) que tramitava no Congresso americano previa o aumento das concessões de subsídios agrícolas.

Podemos esperar que o mercado efetivamente seja capaz de conduzir a liberalização comercial nas próximas décadas?

Há um fenômeno inegável. Depois de um século de expressiva oferta agrícola, que levou alguns países a subsidiarem produtores para que eles não cultivassem, o mundo passou a ser de demanda. E assim continuará, a menos que haja uma revolução tecnológica. Um recente estudo da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) mostrou que, até 2025, o mundo terá de aumentar em 50% a produção de alimentos para que a demanda possa ser atendida. Nunca a economia mundial cresceu a taxas tão elevadas por um período tão longo e contínuo de tempo e, mesmo que esse ritmo não seja tão expressivo nos próximos anos, a demanda continuará em expansão. Além disso, houve aumento de renda em países considerados, no passado, periféricos. A China colocou entre 50 milhões e 100 milhões de pessoas no mercado consumidor nos últimos 15 anos. Na Malásia, na Indonésia, na Rússia houve aumento expressivo do consumo de carne, o que significa aumento de demanda por proteína vegetal.

Qual o papel do Brasil nesse cenário?

Dentre os países exportadores agropecuários, o Brasil é o único capaz de satisfazer a todos os cinco requisitos de aumento da capacidade de produção, que são a terra, o clima, a disponibilidade de água, a detenção de tecnologia e a estrutura de produção. Mesmo na América do Sul, é difícil encontrar países que respondam à maioria desses requisitos. Só Argentina e Chile. Por enquanto, os Estados Unidos lideram a produção de excedentes, seguidos pelo Brasil. Mas o Brasil é o país que mais tem capacidade de aumentá-la. Dentro de 15 a 20 anos, vai liderar essa lista.

Podemos, então, esperar novos choques de preços dos alimentos nos próximos anos?

Um novo choque deve ocorrer entre 2010 e 2011. Para o ano que vem, os preços se manterão estabilizados no atual nível, que é alto, porque a safra agrícola já está dada. Só alguns produtos, como o trigo e o arroz, tiveram recuos nos preços.

Que fatores podem alterar sua confiança no cenário de alta demanda e, portanto, de inevitável liberalização do comércio agrícola?

O principal fator seria uma revolução tecnológica. Todos os grandes exportadores de produtos agropecuários estão investindo nas pesquisas em biotecnologia e nos produtos geneticamente modificados. Mas, mesmo com esse salto, os países da África e de outras regiões vão demorar muito tempo para se tornar produtivos. Há ainda outros fatores. Primeiro, se o mundo vai continuar crescendo em níveis elevados. Segundo, se o mundo vai entrar realmente na era do etanol - e, nesse caso, com que velocidade - ou se vai recuar. Terceiro, até que ponto as mudanças climáticas vão se intensificar. A Austrália, por exemplo, já sofre com escassez de água.

Quem é: Reinhold Stephanes

Assumiu o Ministério da Agricultura em março do ano passado.

É deputado federal pelo PMDB do Paraná. Foi eleito pela sexta vez nas eleições de 2006. Ocupou por duas vezes o Ministério da Previdência.

'**Redução de subsídios virá pelo mercado**' – Denise Chrispim Marin – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 24/07/2008

Em entrevista ao Estado, o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, afirmou que a liberalização do setor e a redução dos subsídios concedidos pelos países ricos ocorrerá por força do mercado. A Rodada Doha, no seu ponto de vista, em nada contribuirá com essas decisões, tão desejadas pelo agronegócio brasileiro.

Diferentemente de seus antecessores, o senhor não acompanhou o ministro Celso Amorim nas negociações da Rodada Doha desta semana em Genebra. Por quê?

Eu não acredito na Rodada Doha. Digo isso desde o primeiro dia das negociações. Várias vezes fui convidado para participar de encontros ministeriais, como o de Potsdam (na Alemanha, em junho de 2007), mas sempre os recusei porque essa Rodada não servirá para nada. Não tem nenhuma condição de trazer resultados. Primeiro, porque é muito difícil, senão impossível, fazer com que os países que têm a proteção comercial e os subsídios no centro de sua estrutura produtiva venham a ceder isso a troco de nada. Talvez

só em um processo de longo prazo seja possível quebrar essa dependência à proteção e às subvenções. Segundo, porque a troca de concessões dos países desenvolvidos na área agrícola pela abertura dos mercados industriais de países em desenvolvimento não tem a mínima chance de dar certo. Terceiro, porque a liberalização de mercados agrícolas e a redução dos subsídios vão acontecer, inevitavelmente. Não em função de rodadas da OMC, mas por razões de mercado.

O acordo tornou-se desnecessário ou impossível de ser alcançado?

As negociações podem até chegar a uma saída honrosa. Mas esse acordo não significará nada. Mesmo que os Estados Unidos venham a concordar com o teto de US$ 12 bilhões ao ano para o total de subsídios domésticos, não haverá nenhum impacto efetivo no comércio agrícola porque esse país desembolsa, na prática, entre US$ 7 bilhões e US$ 8 bilhões. Com a alta dos preços internacionais dos alimentos, os dispêndios com subsídios tornam-se cada vez menores e aumentam as pressões internas para a redução das barreiras comerciais. A Rodada Doha joga com números e não com a realidade. Em termos práticos, não há razão objetiva para que venha a trazer impacto positivo sobre a agricultura mundial.

Nesse caso, como explicar aos setores produtivos brasileiros um possível acordo pífio?

Amorim vai enfrentar a resistência do setor industrial, não só do Brasil como da Argentina e do restante do Mercosul. Não terá como justificar qualquer redução de tarifa na área industrial porque os ganhos em agricultura serão nulos. Ele realmente acreditava que era possível chegar a um bom acordo. Diplomatas nem sempre representam realidades e não usam uma linguagem direta e clara.

O senhor expôs seu ponto de vista ao presidente Lula?

Não expus porque o presidente Lula nunca me perguntou. Falei, sim, ao Amorim. Ele notou que a minha posição era de incredulidade. Deixei clara a minha opinião de que dificilmente haveria um acordo razoável. No ano passado, por exemplo, enquanto o Amorim se esforçava para levar adiante a Rodada Doha, o projeto da Farm Bill (a política de subvenções agrícolas para o período 2007-2012) que tramitava no Congresso americano previa o aumento das concessões de subsídios agrícolas.

Podemos esperar que o mercado efetivamente seja capaz de conduzir a liberalização comercial nas próximas décadas?

Há um fenômeno inegável. Depois de um século de expressiva oferta agrícola, que levou alguns países a subsidiarem produtores para que eles não cultivassem, o mundo passou a ser de demanda. E assim continuará, a menos que haja uma revolução tecnológica. Um recente estudo da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) mostrou que, até 2025, o mundo terá de aumentar em 50% a produção de alimentos para que a demanda possa ser atendida. Nunca a economia mundial cresceu a taxas tão elevadas por um período tão longo e contínuo de tempo e, mesmo que esse ritmo não seja tão expressivo nos próximos anos, a demanda continuará em expansão. Além disso, houve

aumento de renda em países considerados, no passado, periféricos. A China colocou entre 50 milhões e 100 milhões de pessoas no mercado consumidor nos últimos 15 anos. Na Malásia, na Indonésia, na Rússia houve aumento expressivo do consumo de carne, o que significa aumento de demanda por proteína vegetal.

Qual o papel do Brasil nesse cenário?

Dentre os países exportadores agropecuários, o Brasil é o único capaz de satisfazer a todos os cinco requisitos de aumento da capacidade de produção, que são a terra, o clima, a disponibilidade de água, a detenção de tecnologia e a estrutura de produção. Mesmo na América do Sul, é difícil encontrar países que respondam à maioria desses requisitos. Só Argentina e Chile. Por enquanto, os Estados Unidos lideram a produção de excedentes, seguidos pelo Brasil. Mas o Brasil é o país que mais tem capacidade de aumentá-la. Dentro de 15 a 20 anos, vai liderar essa lista.

Podemos, então, esperar novos choques de preços dos alimentos nos próximos anos?

Um novo choque deve ocorrer entre 2010 e 2011. Para o ano que vem, os preços se manterão estabilizados no atual nível, que é alto, porque a safra agrícola já está dada. Só alguns produtos, como o trigo e o arroz, tiveram recuos nos preços.

Que fatores podem alterar sua confiança no cenário de alta demanda e, portanto, de inevitável liberalização do comércio agrícola?

O principal fator seria uma revolução tecnológica. Todos os grandes exportadores de produtos agropecuários estão investindo nas pesquisas em biotecnologia e nos produtos geneticamente modificados. Mas, mesmo com esse salto, os países da África e de outras regiões vão demorar muito tempo para se tornar produtivos. Há ainda outros fatores. Primeiro, se o mundo vai continuar crescendo em níveis elevados. Segundo, se o mundo vai entrar realmente na era do etanol - e, nesse caso, com que velocidade - ou se vai recuar. Terceiro, até que ponto as mudanças climáticas vão se intensificar. A Austrália, por exemplo, já sofre com escassez de água.

Quem é: Reinhold Stephanes

Assumiu o Ministério da Agricultura em março do ano passado.

É deputado federal pelo PMDB do Paraná. Foi eleito pela sexta vez nas eleições de 2006. Ocupou por duas vezes o Ministério da Previdência.

Para Lula, EUA e UE não estão acostumados a negociar – Lisandra Paraguassu – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 24/07/2008

No meio de mais uma etapa difícil de negociações da rodada Doha, na Organização Mundial de Comércio (OMC), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva endureceu ontem o discurso contra os países desenvolvidos, apesar de ainda se dizer "otimista" com a possibilidade de um acerto. Em uma breve entrevista no Palácio do Itamaraty, o presidente disse que "não tem acordo" sem redução dos subsídios agrícolas impostos por Estados Unidos e Europa.

O presidente acusou europeus e americanos de não estarem acostumados a negociar e tentar impor suas idéias. "Eu acho que tanto americanos quanto europeus estão habituados a um tempo em que não havia negociação. Eles impunham aquilo que queriam e os outros eram obrigados a aceitar", disse. "Hoje, é preciso levar em conta os países emergentes, a existência de uma maior consciência de soberania alimentar no mundo inteiro."

"Se não houver uma efetiva diminuição dos subsídios dos EUA e se não houver uma efetiva flexibilização para o mercado agrícola europeu não tem acordo e cada um que arque com sua responsabilidade. Cada um vai colher o que plantou", afirmou. Lula aproveitou para elogiar o seu ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, a quem chamou de "extraordinário negociador."

Recentemente, o ministro foi atacado por outros negociadores em Genebra por ter comparado as táticas de negociação dos países ricos com a propaganda nazista instaurada por Joseph Goebbels, dizendo que "uma mentira contada muitas vezes se torna uma verdade."

O atual encontro de ministros em Genebra, na sede da OMC, é mais uma etapa das negociações que se arrastam desde novembro de 2001. Os países desenvolvidos querem que os mais pobres abram seus mercados para a entrada de mais produtos manufaturados. Em troca, o G20 - formado pelo Brasil e outros 19 emergentes - querem a redução significativa dos subsídios americanos e europeus à agricultura e a facilidade de acesso aos mercados.

Apesar das críticas, Lula se disse otimista. Afirmou que o Brasil está disposto a ceder, desde que haja contrapartidas. "Eu tenho dito que sou o mais otimista dos dirigentes do mundo na possibilidade de se fazer um acordo na Rodada de Doha. Temos que ajudar a desenvolver os países mais pobres."

Liberalização agrícola divide ministérios – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 24/07/2008

Preso entre o lobby do agronegócio e as promessas sociais do Palácio do Planalto, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva está dividido sobre as prioridades na liberalização de produtos agrícolas no mundo.

Ontem, o Ministério da Agricultura pediu ao chanceler Celso Amorim que o Brasil não abra mão dos mercados da China e da Índia nas negociações, algo que começa a se desenhar. De outro lado, os representantes do Ministério do Desenvolvimento Agrário querem que o governo apóie a criação de mecanismos que estabeleceriam novas barreiras ao comércio, protegendo pequenos agricultores. Essa proposta é contestada pela pasta da Agricultura.

Nas negociações em Genebra, um dos pontos de discórdia entre os países emergentes é o acesso aos mercados de Índia e China. Pequim e Nova Déli querem a criação de um mecanismo que estabeleceria novas barreiras agrícolas caso haja uma invasão de produtos agrícolas. A salvaguarda, segundo esses países, garantia a proteção dos pequenos agricultores.

"Não estou negociando a vida das pessoas. Apenas comércio. Não vou ceder em questões que agravam a pobreza nem a segurança alimentar", disse o ministro de Comércio da Índia, Kamal Nath, que lembra que tem em seu país 650 milhões de pequenos fazendeiros pobres. "Precisamos de proteções."

Ele confirmou que a Índia e o Brasil não têm posição conjunta sobre o assunto, mesmo que os dois façam parte do G-20 (aliança de países emergentes).

Amorim, em conversa com Nath, deixou claro que o tema era sensível ao Brasil e a criação de novas barreiras não seria desejada na Rodada. Uma das propostas do Brasil é de que, se a salvaguarda for imposta, não pode ultrapassar as tarifas usadas atualmente.

Nath apenas ouviu, sem dar resposta. Alguns minutos depois, em uma conferência de imprensa, ele deixou claro que a Índia precisa da aprovação de uma salvaguarda para aceitar um acordo. "Isso será crucial", afirmou. "Não temos nenhuma promessa da parte do Brasil de que não vão pressionar por isso", afirmou Nath. Segundo o embaixador da China na OMC, Sun Zhenyu, não há de fato ainda um acordo sobre o tema.

O problema é que o País vive duas saias-justas. A primeira é o fato de se apresentar como um aliado político da China e Índias nas negociações. Amorim não se cansa de dizer que, sem essa aliança, o País jamais teria conseguido influenciar a negociação como fez. O segundo problema é que o governo precisa apoiar de certa forma as demandas do Ministério do Desenvolvimento Agrário, que defende a criação da salvaguarda como forma de proteger os pequenos produtores brasileiros.

Rodada Doha: outro dia sem avanço – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 24/07/2008

Com os países emergentes pressionados a fazerem concessões e liberalizarem suas economias, os ministros das principais economias do mundo encerraram mais de 12 horas de negociações na madrugada de hoje (3h30 da manhã) sem um acordo para salvar a Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC), sete anos depois de seu lançamento. O governo americano insistiu que, para reformar seus subsídios, exigia um preço alto: a abertura de setores inteiros da economia dos países emergentes para a importação. "Foi um encontro muito tenso. Ainda não há acordo", afirmou ao Estado um dos mediadores das negociações, Don Stephanson.

- Rodada Doha: entenda o que está em jogo nas negociações

"Ainda há muita coisa a ser definida. Não temos um acordo equilibrado por enquanto", afirmou o chanceler Celso Amorim, irritado. "Fizemos alguns progressos, mas não o suficiente", disse o ministro do Comércio da Índia, Kamal Nath, citando alguns avanços na definição de regras agrícola. "O progresso foi pequeno", completou a representante de Comércio dos EUA, Susan Schwab, acusando a Índia de estar bloquenado as negociações. O encontro será retomado hoje.

Enquanto ministros e diplomatas entravam e saíam da sede da entidade no meio da noite, outros eram destacados para avaliar a impacto das novas ofertas nos diferentes setores da economia. China e Índia ainda mostravam resistência em abrir seus mercados para produtos agrícolas. Já Amorim não disfarçava seu mau humor e se recusou a detalhar o encontro. Um acordo ainda entre os ministros determinou que nenhuma informação sairia das salas de negociações.

A Rodada Doha foi lançada em 2001 para tentar corrigir distorções nos mercados internacionais, com a justificativa de fazer com que os países pobres se desenvolvessem. Hoje, testa a habilidade da comunidade internacional em administrar a globalização diante do surgimento de novas potências comerciais.

Ontem, sete países foram convocados para trabalhar por um acordo, numa reunião de mais de dez horas. Os países emergentes foram representados pelas principais economias que crescem no mundo: Brasil, Índia e China. Já entre os ricos estavam EUA, União Européia, Japão e Austrália.

No centro do furacão estava a pressão dos países ricos para que os emergentes abram seus mercados para bens industriais, em troca de uma maior abertura agrícola em seus mercados. A Fiesp e outros setores industriais nacionais passaram o dia alertando o governo de que não estavam dispostos a fazer amplas concessões.

O Itamaraty acusou o governo americano de estar tentando dificultar a conclusão da Rodada. A Casa Branca havia oferecido limitar os subsídios agrícolas em US$ 15 bilhões ao ano, perto dos US$ 13 bilhões que Brasil e Índia queriam. Em troca insistiu que alguns

setores tivessem suas tarifas eliminadas nos países emergentes, entre eles máquinas, eletrônicos, químicos e veículos. Para o Itamaraty, a opção está fora de qualquer acordo.

Como forma de se defender das pressões, Amorim e o governo indiano montaram uma estratégia de tentar pressionar os americanos no setor agrícola, alegando que os US$ 15 bilhões eram insuficientes e elevando o preço de uma abertura de suas economias como pagamento pelo corte de subsídios.

No meio da noite, uma nova proposta foi apresentada para o corte de tarifas industriais do Brasil, liberalizando parte das importações. Mas mantendo certa margem para a proteção de setores mais sensíveis. O Mercosul quer manter 14% de suas linhas tarifárias protegidas. Americanos e europeus estimam que a taxa é alta demais.

O diplomata brasileiro Roberto Azevedo, principal negociador brasileiro na OMC, admitiu no início da madrugada que novos números estavam em discussão. Amorim, irritado e visivelmente preocupado, deixou o local por uma hora, antes de retornar em plena madrugada, para a rodada final de negociações. Mas se recusou a falar.

O Itamaraty se apressou a fazer seus cálculos sobre quanto seria o impacto para os diferentes setores. Dois diplomatas foram destacados para avaliar quantas tarifas seriam cortadas e qual seria o impacto para a economia.

Outro ponto de debate foi a capacidade de os países emergentes manterem setores inteiros fora de um acordo de liberalização. Para americanos e europeus, estava fora de questão que um país tivesse o direito de manter fechado um setor industrial. Já Brasil e Índia defendiam essa opção e Nova Délhi chegou a alertar que não assinaria um acordo que obrigasse uma queda de tarifas de importação em todos os setores.

“Não vamos esquecer que os países emergentes lutam para poder se industralizar. Muitos não conseguiram no passado por causa das importações”, afirmou Nath. “Essa é uma rodada do desenvolvimento”, afirmou Amorim.

Momentos antes do fim da reunião, diversos governos avisavam que não fariam novas concessões. “Não há nada mais para ser oferecido no setor agrícola”, alertou a secretária de Indústria da França, Anne-Marie Idrac.

Para Nath, porém, a Rodada não seria para os países emergentes darem nada. “Viemos para receber”, afirmou. Para a França, porém, Brasil, Índia e China não podem mais ser considerados apenas países em desenvolvimento. “Essas são as economias que mais crescem no mundo”, disse Idrac.

TRABALHO PERDIDO - Em plenas negociações, senadores americanos também enviaram uma carta de alerta ao presidente dos EUA, George W. Bush. Segundo ele, a Casa Branca não tem mandato para negociar um acordo comercial em Genebra. A carta, assinada pelos senadores Robert Byrd e Russell Feingold, diz que apenas o Congresso tem o poder de dar um mandato para a Casa Branca negociar. “A autorização terminou para o seu

governo (Bush) em 30 de junho de 2007, e o Congresso se recusou a renová-la. Pior: não há previsão de uma nova autorização para o Executivo negociar", afirmaram na carta. Para os congressistas, qualquer oferta feita pela Casa Branca poderá ser questionada pelos senadores e não terá validade.

'**Não é hora de falar de etanol**' – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 24/07/2008

Carro-chefe da atual ofensiva comercial do Brasil no mundo, o etanol poderá ficar de fora de um acordo comercial global. O recado da França e da Itália, ontem, foi que não é na hora de debater nem liberar o mercado de etanol.

- Rodada Doha: entenda o que está em jogo nas negociações

A secretária de Indústria francesa, Anne Marie Idrac, revelou ao 'Estado' que não concedeu mandato ao comissário de Comércio da União Européia (UE), Peter Mandelson, para fazer qualquer concessão ao Brasil nesse sentido. "Não hora de falar de etanol', disse, acrescentando que não aceitará um corte profundo nas tarifas de importação ou a fixação de cotas.

Para o secretário de Desenvolvimento Econômico da Itália, Adolfo Urso, o Brasil não pode, neste momento, complicar a negociação com a inclusão de mais um produto. 'É uma questão de tempo; não há como trazer um produto para a mesa de negociações nesta fase', afirmou. Os EUA também já avisaram que não querem atrapalhar a rodada com mais esse tema.

O governo brasileiro rejeita a tese e insiste que o etanol tem de entrar na rodada. O Itamaraty sabe que, se voltar sem uma definição para o produto, poderá ser criticado pelo setor. O chanceler Celso Amorim diz que vai continuar pressionando por uma definição. No Itamaraty, a versão oficial é que não há espaço hoje para abandonar a questão. Mas negociadores sabem que o Brasil está praticamente só na tentativa de abrir mercados para o produto.

Dentro da sala, conversas; na imprensa, guerra verbal – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 24/07/2008

Se numa guerra a verdade é a primeira vítima, tudo indica que nos conflitos comerciais da Rodada Doha, o ditado parece ser válido. Ministros, diplomatas e negociadores usam de conferências de imprensa não apenas para defender seus interesses, mas para influenciar a opinião pública e tranqüilizar o público em seus países.

- Rodada Doha: entenda o que está em jogo nas negociações

Se a atual etapa das negociações começou com o deslize do chanceler brasileiro, Celso Amorim, citando o ministro de propaganda de Adolf Hitler, Joseph Goebbels - referindo-se à guerra da desinformação -, as manobras com a imprensa se proliferaram nos últimos dias.

O caso mais claro dessa manipulação midiática foi a tentativa do comissário de Comércio da União Européia (UE), Peter Mandelson, de vender a idéia de que estava propondo um novo acordo comercial com a abertura de 60% de cortes de tarifas para bens agrícolas. Sua proposta anterior era de 54%.

Ontem, a secretária de Indústria da França, Anne Marie Idrac, admitiu que "54% e 60% são a mesma coisa". "Não há nova oferta. Como Mandelson não pode oferecer nada mais, ele precisa criar um fato novo, baseado apenas em manipulação de estatísticas", disse ela. A França preside a União Européia neste semestre.

O jogo com a palavras e recados se transforma em algo tão fundamental na Organização Mundial do Comércio (OMC) que os governos passaram a enviar diplomatas para acompanhar as conferências de imprensa de outros países adversários nas negociações. Ontem, uma entrevista dos indianos teve a presença de um gravador colocado pela Casa Branca.

"Uma coisa é o que se diz numa conferência de imprensa, outra é o que ocorre dentro da sala de negociações", afirmou Kamal Nath, ministro do Comércio da Índia.

A guerra pela atenção da imprensa fez com que Mandelson criasse até um blog para contar seu dia nas negociações. "Trabalhamos para além de meia noite; ninguém pôde comer", disse. O comissário, conhecido por ter eleito Tony Blair para primeiro-ministro nos anos 90, ainda usa seu blog para passar mensagens. Mandelson conta como o setor privado europeu está frustrado com a falta de flexibilidade do Brasil e de outros emergentes. "Não temos clareza sobre o que ganharemos", disse. Ele ainda conta as dificuldades de se negociar sozinho e com um assistente por mais de seis horas.

OMC mantém impasse mesmo com novo formato – Marcelo Ninio – Folha de São Paulo – Dinheiro – 24/07/2008

Reunião muda e diretor-geral inicia conversas reservadas com sete ministros - Estratégia é considerada mau prenúncio por não haver avanço com relação às principais divergências que travam a Rodada Doha

Eram quase 23h30 em Genebra quando o chanceler brasileiro, Celso Amorim, deixou ontem a sede da OMC (Organização Mundial do Comércio) sem fazer comentários, após mais de oito horas de discussões para tentar romper o impasse nas negociações da Rodada Doha.

Era apenas uma pausa: o terceiro dia de reuniões em Genebra foi de duras negociações e progressos modestos, e os ministros decidiram entrar pela madrugada para salvar a Rodada. No dia anterior, diante da dificuldade em obter avanços num fórum com representantes de mais de 30 países, o diretor-geral da OMC, Pascal Lamy, havia mudado o formato da reunião, reduzindo as discussões a sete ministros.

Mas depois de horas trancados ontem, Brasil, Índia, Estados Unidos, União Européia, China, Austrália e Japão ainda não haviam avançado o suficiente, forçando Lamy a interromper a reunião. Teve início então o que é conhecido como "confessionário", no jargão da OMC, com conversas reservadas do diretor-geral com cada um dos ministros.

A iniciativa de Lamy de implantar o confessionário foi interpretada como um mau prenúncio. "Nas divergências principais não houve avanço", disse à **Folha** um negociador.

"Cada um está mantendo suas posições e está difícil ir adiante". Por outro lado, a disposição de todos os sete ministros de continuar negociando foi considerada um bom sinal. "Todos acham que um acordo é possível", disse o negociador.

Ao longo do dia, os sinais haviam sido difusos quanto às chances de aproximar as posições. Ausente dos dois primeiros dias da reunião para acompanhar a votação no Parlamento que quase derrubou seu governo, o ministro indiano do Comércio, Kamal Nath, voltou ontem a Genebra jogando a responsabilidade pelo sucesso da Rodada nos países ricos.

"Não estou aqui para distribuir amostras grátis sem receber algo em troca", disse Nath, que disse ter voltado com motivação renovada após a vitória do partido de seu governo no Parlamento indiano. Mas alertou de que um acordo em Genebra dependia de uma concessão maior dos países ricos. "Esta é uma Rodada em que os países desenvolvidos devem colocar algo sobre a mesa, não procurar nos bolsos dos países em desenvolvimento."

Os principais temas em discussão continuam sem apresentar progressos. Um deles é o nível de subsídios agrícolas concedidos pelos EUA. A proposta de reduzir para US$ 15 bilhões anuais feita pela representante do Comércio dos EUA, Susan Schwab, continua

sendo considerada insuficiente por Brasil e Índia. No encontro de ontem Schwab continuou resistindo a melhorar a oferta.

Brasil e Índia, por sua vez, continuam a resistir à pressão de Estados Unidos e União Européia em reduzir suas tarifas industriais. Um interlocutor do ministro Celso Amorim disse à Folha que os europeus haviam acenado com concessões no acesso a seus mercados agrícolas, o que foi considerado um sinal de que as discussões podem seguir adiante.

Horas antes, num encontro bilateral, Amorim e Nath, também demonstraram ter divergências. O chanceler brasileiro pediu ao indiano que moderasse sua exigência por salvaguardas para limitar a importação agrícola. Nath quis saber também como está a discussão sobre o álcool. O chanceler brasileiro disse que o Brasil não abre mão de um acordo que lhe permita ganhar mercado para o combustível, com a queda de barreiras nos EUA e na UE.

Fiesp rejeita pressão dos EUA por acordo setorial – Marcelo Ninio – Folha de São Paulo – Dinheiro – 24/07/2008

A Fiesp (Federação das Indústrias de São Paulo) não aceitará os acordos setoriais para eliminação de tarifas exigidos pelos EUA na Rodada Doha. Esse é um dos temas em que os americanos insistem mais. "Essa cláusula é um animal colocado na sala pelos Estados Unidos para tirar concessões do Brasil em outras áreas", disse o diretor de negociações internacionais da Fiesp, Mário Marconini, que está em Genebra para acompanhar as negociações. A cláusula defendida pelos americanos prevê acordos voluntários para reduzir ou até zerar tarifas de importação de alguns setores. A Fiesp considera a medida perigosa, pois poderia desproteger setores sensíveis da indústria brasileira, como os de maior valor agregado. Um negociador brasileiro confirmou que o tema é prioridade para os americanos. Mas disse que a resposta do Brasil durante as negociações é a de que, como a cláusula é voluntária, não pode se comprometer em nome das indústrias brasileiras. Em troca dos acordos, o país ganharia uma espécie de bônus, que lhe permitiria fazer cortes menores em suas tarifas. Embora a Fiesp tenha posição contrária, há divisões. Exportadores de madeira e pedras preciosas vêem nos acordos a chance de ganhar mercado. **(MN)**

EUA cedem em subsídio e agradam a setor agrícola – Marcelo Ninio – Folha de São Paulo – Dinheiro – 24/07/2008

Negociadores brasileiros na OMC e o setor agrícola comemoraram ontem uma concessão dos EUA em relação aos subsídios que a Casa Branca concede a seus fazendeiros. Os americanos concordaram com o cálculo pedido pelo Brasil e outros emergentes para estabelecer o teto dos subsídios agrícolas por produto.

Segundo cálculos do Itamaraty, a medida permite reduções de até 30% na ajuda doméstica aos quatro produtos que mais interessam ao Brasil: milho, arroz, soja e algodão. Um dos negociadores brasileiros explicou que a concessão americana é uma grande notícia, pois estabelece limites para os subsídios que dificultam a entrada dos produtos brasileiros em mercados importantes.

Pelas regras em vigor, os EUA podem conceder até US$ 19,1 bilhões em subsídios a um produto agrícola. A nova proposta reduz esse valor a US$ 7,6 bilhões e não pode mais privilegiar um único produto.

Embora o número mais falado sobre os subsídios seja o de US$ 15 bilhões- teto geral oferecido pelos EUA-, o setor agrícola brasileiro estava mais preocupado com os limites impostos por produto. Era isso, afirmavam especialistas do Ministério da Agricultura e do setor privado presentes em Genebra, que determinaria os benefícios para o setor.

Ao anunciar a oferta americana, na terça-feira, a representante do Comércio dos EUA, Susan Schwab, negou-se a detalhar os tetos por produto. Mas reiterou que exigiria, em troca, mais acesso a mercados industriais de emergentes e a garantia de que os subsídios americanos não sejam questionados no futuro na OMC. "O teto geral poderia ser de até US$ 20 bilhões, o que não seria bem-vindo. Mas o mais importante eram os limites por produto", disse Luiz Cláudio Carmona, coordenador-geral de assuntos multilaterais do Ministério da Agricultura. **(MN)**

Lula pede redução de subsídios americanos na Rodada Doha – Letícia Sander – Folha de São Paulo – Dinheiro – 24/07/2008

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou ontem que se não houver uma "efetiva diminuição" dos subsídios americanos e uma flexibilização do mercado agrícola europeu, a Rodada Doha terminará sem acordo, e "cada um que arque com sua responsabilidade".

"Eu acho que tanto os americanos, quanto os europeus estão habituados a um tempo em que não havia negociação. Eles impunham aquilo que eles queriam e os outros eram obrigados a aceitar", reclamou, em entrevista no Itamaraty, após almoço com o primeiro-ministro de Trinidad e Tobago, Patrick Manning.

O presidente disse que os ricos devem levar em conta a "existência" dos países emergentes e defendeu, diante da crise dos alimentos, a necessidade de incentivar a produção de comida em larga escala, inclusive nos países mais pobres. "E é preciso que haja perspectiva de mercado para eles venderem os seus produtos. Isso, para mim, está muito claro."

Apesar das críticas e das cobranças aos países ricos, Lula se descreveu como o "mais otimista dos dirigentes do mundo" sobre a possibilidade de sair acordo na Rodada Doha. Ele vinculou o combate ao terrorismo e a perseguição aos imigrantes a um desenvolvimento dos países mais pobres.

"E isso, necessariamente, passa por um bom acordo na Rodada Doha, em que os europeus flexibilizem o mercado de agricultura, para que os países pobres possam vender os seus produtos, que os Estados Unidos reduzam os seus subsídios, e que nós, do G20, façamos uma flexibilização na questão de produtos industriais. Nós já demos demonstrações a eles de que estamos dispostos a fazer isso, mas eu acho que eles sempre acham que os países emergentes têm que se subordinar à lógica e à teoria deles."

Lula minimizou a polêmica em torno da declaração do chanceler Celso Amorim, que citou um ministro nazista no sábado, ao afirmar que os países ricos usam a desinformação para não fazerem a sua parte nas negociações da Rodada Doha. "O Celso Amorim é um extraordinário negociador e, portanto, eu penso que nós estamos em boas mãos".

OMC: EUA aceitam limitar subsídio por produto – Deborah Berlinck e Chico de Góis – O Globo – Economia – 24/07/2008

GENEBRA e BRASÍLIA. A negociação agrícola no âmbito da Rodada Doha avançou um pouco mais ontem a favor do Brasil.

Os EUA aceitaram adotar limites para os subsídios por produto. Na prática, isso vai impedir queeles concentrem o apoio doméstico em itens como soja, algodão, arroz e milho, que afetam as exportações brasileiras.

Mas o clima de otimismo que vigorava à tarde mudou no início da madrugada, quando os negociadores voltaram a se reunir e endureceram o discurso. No Brasil, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que os países ricos querem impor sua vontade, mas se disse otimista em relação a um eventual acordo.

O acordo hoje em vigor — fechado durante a Rodada Uruguai — dá direito aos EUA de subsidiarem um só produto agrícola em até US$ 19,1 bilhões.

Ontem, os EUA aceitaram baixar esse montante para US$ 7,6 bilhões, além de estabelecer tetos específico por produto. A proposta do mediador da negociação agrícola diz que os EUA deveriam limitar os subsídios ao algodão, por exemplo, em US$ 550 milhões, bem abaixo dos quase US$ 4 bilhões gastos entre 2005 e 2006.

Para negociador brasileiro, negociação ‘é difícil’ Para o Itamaraty, a nova posição americana é um dos maiores ganhos para o Brasil. Mas o endurecimento dos negociadores

nas reuniões que entraram madrugada adentro acabaram com o clima de que havia espaço para salvar Doha.

— É, está difícil — disse um negociador brasileiro.

O limite dos subsídios por produto é importante para o Brasil por dois motivos: a produção americana tem impacto no preço internacional, e os subsídios ajudam a engordar a fatia dos EUA no mercado mundial.

A aceitação de limitar o apoio interno foi a segunda concessão dos EUA na questão agrícola desde segunda-feira, quando ministros de 35 países iniciaram uma maratona de negociações em Genebra para salvar Doha. Anteontem, a representante de Comércio da Casa Branca, Susan Schwab, anunciou que os EUA poderiam limitar em US$ 15 bilhões os subsídios totais a seus agricultores, US$ 2 bilhões a menos que a proposta anterior. A oferta, porém, foi considerada pelo Brasil como "insuficiente".

Os avanços americanos na área agrícola abriram espaço para os países ricos dobrarem a cobrança para que os emergentes como o Brasil e Índia abram mais seus mercados para automóveis, máquinas e químicos. O Brasil nega-se a oferecer mais concessão nestas áreas, alegando que espera mais abertura dos países ricos na área agrícola. Mas a delegação brasileira sabe que o país, em algum momento, vai ter que fazer uma concessão.

O Brasil, que está batendo duro na mesa de negociação, recebeu ontem o reforço de um aliado importante: a Índia.

O ministro do Comércio indiano, Kamal Nath, se reuniu ontem com Amorim para acertar os pontos. Os dois concordaram em insistir que a proposta americana de limitar seus subsídios agrícolas que mais distorcem o comércio a US$ 15 bilhões é insuficiente para um acordo.

— Quando falamos em temas sensíveis para países em desenvolvimento, estamos falando de assegurar a sobrevivência, a subsistência. Quando os países desenvolvidos falam em seus temas sensíveis, estão falando em promover e proteger sua prosperidade — disse Nath à BBC Brasil.

Mas Brasil e Índia, mesmo unidos, têm divergências. A Índia defende medidas especiais de salvaguardas, que permitiriam erguer barreiras agrícolas nos casos de aumento súbito de importações mais baratas.

O ministro de Relações Exteriores, Celso Amorim, avisou ontem ao ministro indiano que este é um tema sensível para o Brasil, por temer que isso represente um retrocesso nos ganhos para abertura do mercado agrícola.

Na área de produtos industriais, Nath e Amorim também concordaram em resistir às pressões dos europeus para a criação de uma "cláusula anticoncentração", isto é, um mecanismo que impeça os países emergentes de excluir setores inteiros de sua economia na abertura de seus mercados.

Por trás dessa cláusula está a União Européia (UE). A Alemanha quer derrubar a qualquer custo as barreiras do setor automobilístico.

Lula: EUA acham que pobres têm de se subordinar No Brasil, Lula evitou avaliar se a proposta dos EUA de cortar subsídios é suficiente. Mas lembrou que há mais do que comércio em jogo: — Tenho dito que sou o mais otimista dos dirigentes do mundo com a possibilidade de fazer um acordo na Rodada de Doha, até porque eu estou convencido de que se nós quisermos ter paz no mundo, se nós quisermos combater o terrorismo e se nós quisermos evitar essa perseguição que existe aos imigrantes no mundo inteiro, nós temos que ajudar a desenvolver os países mais pobres.

E isso, necessariamente, passa por um bom acordo na Rodada de Doha.

Ele também elogiou Amorim, chamando-o de “extraordinário negociador”. Semana passada, Amorim afirmou que países ricos mentem ao fazerem crer que estão apresentando uma boa proposta e comparou esta estratégia à do chefe da propaganda nazista, Joseph Göbbels.

Para Lula, americanos e europeus acreditam que os países pobres devem se subordinar à lógica deles.

— Eu acho que eles sempre acham que os países emergentes têm que se subordinar à lógica e à teoria deles.

EUA aceitam subsídios por produto – Assis Moreira – Valor Econômico – Internacional - 24/07/2008

Os Estados Unidos decidiram aceitar a fixação de limites de subsídio por produto, concessão que o Brasil considera como um dos maiores ganhos na negociação agrícola. Ontem, durante o resumo das discussões ocorridas no dia anterior, os representantes da Organização Mundial do Comercio (OMC) confirmaram que a representante comercial americana, Susan Schwab, acabou aceitando formalmente o limite de subsídio por produto, e nas bases que o Brasil e outros emergentes queriam.

Na terça feira, Schwab afirmara a jornalistas que esse ponto estava fora de sua oferta, causando decepção no agronegócio brasileiro, para quem é importante que sejam freadas as ajudas americanas a soja, algodão, arroz e milho **(AM)**

Lamy distribui "dever de casa" para os negociadores – Valor Econômico – Internacional - 24/07/2008

O diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), Pascal Lamy, fez com que os ministros do Brasil, EUA, União Européia, China, Índia, Japão e Austrália fizessem o "dever de casa" ontem, antes de deflagrar a maratona de negociações agrícolas e industriais. Lamy deu a cada ministro um questionário com perguntas sobre o que podiam ou não fazer para concluir um entendimento. Os ministros demoraram 40 minutos para responder. Depois, começaram a divergir. O ambiente era "descontraído", pelo menos no começo, inclusive com piadas.

Não foi como em Hong Kong, com ministro jogando óculos no chão ou gritando. Após seis horas de discussões, Lamy fez um "confessionário"', conversando isoladamente com cada ministro para tentar soluções para o impasse.

Negociadores indicavam pela manhã que a negociação poderia continuar na semana que vem. Teoricamente, a OMC colocará dois textos revisados até sábado, para os ministros decidirem no domingo ou segunda-feira. Isso se não houver crise que leve cada um a pegar a mala e voltar para casa.

Kamal Nath, ministro de Comércio da India, voltou ontem de Nova Déli, dizendo-se com vontade "reforçada" para fechar um acordo. Os indianos insistiam que o G-20 estava

apoiando um mecanismo de salvaguarda especial para frear importações , quando na verdade Amorim havia pedido para Nova Déli moderar sua posição.

Alguns negociadores temiam que a crise política na Argentina fizesse o governo fincar pé na posição contra a abertura industrial. Amorim, porém, parecia acreditar que, no momento decisivo, os argentinos serão flexíveis.**(AM)**

Estados Unidos agora exigem acordos setoriais obrigatórios – Assis Moreira com Raquel Landim – Valor Econômico – Internacional - 24/07/2008

A negociação de produtos industriais estava mais complicada do que na área agrícola, esta madrugada, na Organização Mundial do Comércio (OMC), diante das pressões sobre o Brasil e outros emergentes para abrir seus mercados. Os EUA, depois de terem feito uma oferta sem efeito prático para cortar subsídios agrícolas, cobraram a contrapartida exigindo do Brasil e outros emergentes que aceitem acordos setoriais obrigatórios, o que parece fora de questão.

Em contrapartida, Washington admitia para o Mercosul proteger 13% de suas linhas tarifárias indústrias, 1 ponto percentual a mais do que no dia anterior, mas bem abaixo dos 16% que deseja a Argentina. Os EUA e a UE "pegaram pesado", enquanto o Brasil refletia também a posição da Argentina, país particularmente isolado pela resistência a fazer concessões industriais.

Entidades sindicais, reunidas em Genebra, pediram para o Brasil nao aceitar corte de 61% nas tarifas (coeficiente 19), o percentual mais ambicioso na negociação, alegando que isso faria o desemprego aumentar. O ministro Celso Amorim voltou à OMC à 1 hora desta manhã para continuar as negociações. Normalmente pródigo em dar entrevistas, desta vez precisou até de segurança para abrir caminho entre os jornalistas.

Enquanto os EUA insistem em acordos setoriais agora na prática obrigatórios, a UE insistia numa cláusula anticoncentração pela qual os emergentes não poderiam proteger todo um setor de amplos cortes tarifários. "É uma coisa maluca como estão pedindo", reagiu um negociador.

O mais visado é o setor automotivo, de especial interesse dos europeus. A Anfavea enviou uma delegação a Genebra e alertou negociadores do Itamaraty de que um acordo ambicioso na área industrial na Rodada Doha causará perdas na capacidade das companhias atraírem investimentos.

A Anfavea argumenta que, se o Brasil aceitar um corte significativo de tarifas de importação, o crescimento das importações terá conseqüências negativas sobre a competitividade do setor automotivo no país e poderá haver revisão dos planos de investimento. A preocupação é também com os novos competidores da Ásia, principalmente China e Índia. "Dependendo do corte das tarifas de importação, ele pode colocar em risco os investimentos e o parque produtivo que já está instalado no país e demorou décadas para ser construído", disse Jackson Schneider, presidente da Anfavea, em São Paulo. **(AM, com Raquel Landim de São Paulo)**

Países não conseguem superar impasse em Doha - Assis Moreira – Valor Econômico – Internacional - 24/07/2008

A negociação agrícola e industrial da Rodada Doha acumulava ingredientes para o fiasco, esta madrugada, com os principais envolvidos endurecendo suas posições em vez de aproximações para um acordo. Os Estados Unidos passaram a cobrar do Brasil e outros emergentes ainda mais na área industrial. Exigem agora que sejam obrigatórios acordos setoriais para eliminar ou reduzir fortemente tarifas em 14 áreas, incluindo automotivos, químicos, eletrônicos, têxteis, calçados, produtos florestais etc - algo que Brasília e os outros rejeitavam já em bases voluntárias.

Por sua vez, China, Índia e Japão exigiam mais margem para frear importações agrícolas. O Brasil reagia tentando moderar as barreiras do lado asiático, batendo nos subsídios e barreiras dos Estados Unidos e União Européia e resistindo na área industrial.

A negociação desta vez limitou-se a sete membros - Brasil, Estados Unidos, União Européia, China, Índia, Japão e Austrália -, para se passar dos discursos para a negociação, enfim. Todos eram cobrado por todos e pedindo tudo de todos. A situação era "muito difícil", mas "ainda não de crise", e pela rigidez das posições, um acordo agrícola e industrial parecia mais distante.

No começo da noite, negociadores falavam de "alguns avanços dentro dos limites de cada país", insuficientes para concluir um acordo. Por exemplo, todas as questões envolvendo subsídios à exportação foram resolvidas, mas eram pouco problemáticas, considerando o resto do pacote agrícola.

Mas negociadores insistiam que havia esperanças. "Se voltaremos a 1 hora da manhã para continuar a negociar é porque acreditamos em algo", reagiu o ministro indiano do Comércio, Kamal Nath. Pela manhã, o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, comentou: "Crise? Qual crise? A situação melhorou desde ontem, está razoável".

O fato é que se confirmou o cenário previsto por Amorim, que considerou o corte de subsídios domésticos o indicador do nível de ambição da negociação.

Um dia depois da oferta pouco significativa dos Estados Unidos para limitar em US$ 15 bilhões seus subsídios agrícolas, alguns países protecionistas endureceram suas posições, num cenário pouco confortável para o Brasil, que exporta acima de 50% para os países em desenvolvimento.

A Índia quer reabrir as bases do texto de mediação para um acordo agrícola, para obter toda liberdade para designar "produtos especiais" agrícolas por razões de segurança alimentar e desenvolvimento rural. Significa ter acima de 18% dos produtos como "especiais", para manter alta proteção contra a entrada de produtos estrangeiros. Kamal Nath, o ministro indiano de Comércio, avisou que não iria negociar em cima da pobreza de 650 milhões de agricultores do país.

Por sua vez, a China, um dos maiores importadores, resolveu brigar pelo uso de um mecanismo de salvaguarda especial, para sobretaxar importações quando houver aumento súbito de volume ou queda no preço. O Brasil pediu para os chineses moderarem sua posição. Mas na mesa de negociação, Pequim insiste em poder impor sobretaxa inclusive acima da tarifa atual. Ou seja, o novo acordo de liberalização viria com retrocesso, porque em certos casos a alíquota de importação de alguns produtos em países em desenvolvimento poderia ser maior do que atualmente. Por exemplo, a taxa sobre soja na China é de 3%, mas se a importação chinesa aumentar demais, Pequim poderá elevá-la para até 18%, o que é um retrocesso.

Por sua vez, o Japão também era acusado de rigidez, insistindo contra o limite para tarifas agrícolas. Uma das idéias é de limitar a 100% a tarifa máxima agrícola no comércio global. Tóquio, porém, quer manter o maior número possível de alíquotas elevadas. "Os chineses e os japoneses estão complicando demais", reclamou uma fonte. A reunião começou às 15 horas e foi suspensa às 23 horas para Lamy ouvir separadamente cada ministro. A retomada estava prevista para a 1 horas da manha desta quinta-feira.

Um equívoco de Stephanes – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 25/07/2008

Se estiver certo o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, o governo brasileiro terá gasto inutilmente muita energia, em sete anos, na Rodada Doha de negociações comerciais - mesmo no caso de se alcançar algum acordo. Mais notável ainda: não só as autoridades brasileiras terão cometido esse erro. No mesmo engano terão caído governantes e representantes de um enorme número de países, dos mais aos menos poderosos, tomados, talvez, por uma alucinação universal, hipótese altamente improvável.

Segundo o ministro, nenhum benefício relevante poderá resultar das negociações e quaisquer reduções de subsídios e de barreiras decorrerão apenas da evolução dos mercados. Os diplomatas, afirmou Stephanes, discutem com base em números e não na realidade.

De acordo com sua tese, a demanda crescente por alimentos produzirá novos choques de preços e tornará inevitáveis as transformações. Infelizmente, essa opinião enfeixa uma extraordinária coleção de equívocos e será lamentável se um novo fracasso resultar das negociações em curso em Genebra, nesta semana.

Seria fantasioso, naturalmente, esperar da Rodada Doha a solução para todos os problemas da agricultura brasileira - até porque muitos deles são problemas internos e sua eliminação depende, em grande parte, da ação do governo. Um bom acordo global de comércio poderá, por exemplo, diminuir barreiras alfandegárias e disciplinar o uso de políticas defensivas, mas não eliminará, certamente, a aplicação de critérios sanitários e ambientais.

Essa tendência já está plenamente configurada, mas, apesar disso, o governo brasileiro - a começar pela área chefiada pelo ministro Stephanes - tem sido incapaz de cuidar do tema com a atenção e o rigor necessários. Questões fundamentais para o futuro do agronegócio brasileiro continuam sendo tratadas como secundárias por quem decide a repartição de recursos fiscais.

Novos tipos de protecionismo devem desenvolver-se e nenhum negociador presente em Genebra ignora esse risco. No entanto, o esforço para mudar as atuais condições de comércio, no sentido da liberalização, está longe de ser uma perda de tempo. Nem os defensores da eliminação de subsídios e da redução de barreiras, como o chanceler brasileiro Celso Amorim, nem os defensores dos interesses protecionistas, como a americana Susan Schwab e o europeu Peter Mandelson, estão batalhando por nada.

Ninguém espera a satisfação de todas as suas pretensões e todos terão, provavelmente, de ceder um pouco mais do que ofereceram até agora, se quiserem alcançar um acordo. Mesmo resultados abaixo dos ideais, no entanto, poderão proporcionar ganhos importantes, se permitirem a cada país uma exploração melhor de seu potencial de produção e de suas vantagens competitivas. Mas isso não é tudo.

É preciso considerar também uma questão política. O fortalecimento do sistema de regras multilaterais, especialmente numa fase de instabilidade econômica, é de enorme importância. O ministro Reinhold Stephanes parece menosprezar esse dado: a crise mundial de alimentos tanto pode favorecer a abertura de mercados quanto a ampliação de barreiras e de mecanismos de intervenção nos preços. A própria negociação em Genebra tem mostrado a preferência de várias economias emergentes por estratégias do segundo tipo.

A relevância de um sistema geral de regras é mais que simbólica, principalmente num sistema caracterizado pela desproporção entre os atores. O mecanismo de solução de controvérsias da Organização Mundial do Comércio (OMC) tem funcionado satisfatoriamente, embora nem sempre seja fácil a aplicação das decisões dos juízes. Este é um dos pontos falhos do sistema e a solução realista não é menosprezar a Organização Mundial do Comércio, mas fortalecê-la e buscar meios de aumentar a eficácia de suas normas.

Se a Rodada Doha, como se teme, fracassar, os participantes do mercado internacional terão perdido não só uma oportunidade muito valiosa de liberalização do comércio. O custo será maior que isso, se a Organização Mundial do Comércio se enfraquecer e o sistema se tornar mais fragmentado com a multiplicação de acordos bilaterais e regionais.

O Brasil será um dos grandes perdedores, apesar do ceticismo do ministro Stephanes quanto às vantagens da ordem multilateral.

MST busca apoio na OEA e na ONU – Estado de São Paulo – Nacional – 25/07/2008

Entidade alega que está em curso no País um movimento para caracterizá-la como "organização criminosa"

Roldão Arruda

O Movimento dos Sem-Terra e outras doze organizações de defesa dos direitos dos trabalhadores e dos direitos humanos enviaram um comunicado à Organização dos Estados Americanos (OEA) e à Organização das Nações Unidas pedindo garantias para os militantes sem-terra e para o próprio MST. Segundo o texto, está em andamento no País um processo para caracterizar o MST como organização criminosa - "o que constitui ameaça à democracia e ao próprio Estado Democrático de Direito".

O documento, de 20 páginas, é inteiramente baseado em fatos que estão ocorrendo no Rio Grande do Sul. Segundo o texto, estaria sendo articulada naquele Estado, a partir de uma parcela dos integrantes do Ministério Público Estadual e do Ministério Público Federal, além de alguns juízes, uma estratégia para caracterizar o MST como organização criminosa de caráter paramilitar - e a partir daí investigar e processar criminalmente as lideranças, além de coibir suas ações, como marchas, caminhadas e manifestações.

O texto detém-se no caso de um relatório aprovado em dezembro do ano passado pelo Conselho Superior do Ministério Público do Rio Grande do Sul. Nele é dito que se tornou necessário no Estado "designar uma equipe de promotores de Justiça para promover ação civil pública com vistas à dissolução do MST e declaração de sua ilegalidade".

Posteriormente, o relatório foi desautorizado pelo mesmo conselho. Mas, segundo o MST e seus aliados, ele está vigorando na prática, com o apoio de procuradores federais e juízes. Um exemplo disso seria o caso de oito militantes dos sem-terra que estão sendo acusados pelo Ministério Público Federal, em Carazinho, de terem cometido crimes que atentam contra a segurança nacional.

"Num processo inexplicavelmente sigiloso, os sem-terra estão sendo enquadrados na Lei de Segurança Nacional, uma obra do regime militar, para definir os chamados crimes contra a segurança nacional e a ordem política e social", disse ontem o advogado Aton Fon Filho, defensor do MST e integrante da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. "O principal crime pelo qual são acusados é participarem de uma organização que comete atos criminosos. O que isso significa? Que indiretamente o MST está sendo caracterizado como organização criminosa. O passo seguinte será estender esse mesmo tipo de processo a integrantes do movimento por todo o País e, por fim, extinguir o MST."

Ainda segundo Fon, a tentativa de destruição de movimentos populares e de organizações sociais é um passo para a destruição do Estado Democrático de Direito.

Para José Batista de Oliveira, mais conhecido como Batista, da coordenação nacional do MST, a articulação no Rio Grande do Sul também envolve a governadora Yeda Crusius. "A tentativa de criminalizar o movimento social no Rio Grande do Sul é uma forma de esconder os problemas naquele Estado."

Yeda rebateu a acusação. "Não há criminalização. O que há é lei a ser cumprida. É o que fazemos. Queremos desenvolver o Estado Democrático de Direito, fazendo dos próprios movimentos populares movimentos inseridos dentro da legalidade", disse a governadora.

Entre as entidades que assinaram os documentos enviados à ONU e à OEA estão Justiça Global, Terra de Direitos e Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares.

COLABOROU ELDER OGLIARI

Brasil dá sinais de flexibilização na Rodada Doha. Mas aliados resistem – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 25/07/2008

O Brasil dá sinais de que pode fazer concessões na Rodada Doha, mas não consegue convencer seus parceiros entre os países emergentes, principalmente a Índia, a seguir a mesma linha. O processo na Organização Mundial do Comércio (OMC) e as próprias alianças entre o Brasil e as economias emergentes estão por um fio diante dos impasses.

Acompanhe online a reunião da OMC em Genebra

Rodada Doha: entenda o que está em jogo nas negociações

O Itamaraty indicou que poderia adotar uma nova posição de abertura de seu mercado para bens industriais, ainda que modesta. O problema é que a Índia e a Argentina rejeitam, por enquanto, fazer concessões. O Itamaraty ainda sabe que não pode demonstrar um racha entre os emergentes nesse momento e o chanceler Celso Amorim chega a sair da sala de reunião cada vez que há um ponto de discórdia com a Índia para não se expôr. Mas as diferenças são claras.

Ontem, americanos e europeus continuaram pressionando os emergentes por maior acesso a seus mercados para bens industriais. A reunião entre China, Brasil, Índia, Estados Unidos, Europa, Japão e Austrália entrou pelo quarto dia e não conseguiu superar o impasse de sete anos. A aposta de todos é que o encontro de hoje será decisivo.

Lançada em 2001 como forma de corrigir as distorções no comércio internacional, a Rodada Doha ganhava contornos políticos ontem. Diante da relutância da Índia em aceitar qualquer tipo de acordo, a Casa Branca decidiu colocar pressão total. O presidente americano George W. Bush ligou para o primeiro-ministro da Índia, Manmohan Singh, alertando para os riscos de um fracasso.

Num encontro reservado ontem, Amorim e a representante de Comércio da Casa Branca, Susan Schwab, concordaram que os indianos estavam dificultando um acordo. “Todos terão de fazer concessões, tanto os que têm interesses ofensivos como os que têm interesses defensivos”, afirmou o chanceler, admitindo que as flexibilidades também terão agora de surgir dos demais países emergentes.

O Brasil não esconde que espera que a Índia mude de posição. Uma coisa que vem assustando o Itamaraty é que, desde que o governo indiano ganhou um voto de confiança de seu parlamento na terça-feira, a posição de Nova Délhi nas negociações foi endurecida.

Algumas horas depois da ligação de Bush, a Índia aceitou continuar negociando, mas sem fazer nenhuma concessão nem dar indicações de que poderia aceitar uma abertura de seu mercado. Diante do cenário, Amorim alertou que hoje seria um dia decisivo para o processo. “Acho que será amanhã (hoje) o dia em que saberemos se um acordo é possível ou não”, afirmou Amorim. “Talvez não terminaremos tudo, mas precisamos ter um acordo.

O tempo está se esgotando.” Schwab, também confirmou a necessidade de se ter um acordo hoje. “Veremos se todos estão preparados para fazer a sua parte.”

Durante o dia, as resistências da Índia fizeram com que os rumores indicassem um fracasso. Mas, como resumiu o embaixador da França na OMC, Phillip Gross, “um morto foi ressucitado”.

O principal debate se refere ao fato de que os emergentes julgam que a oferta feita pelos americanos em estabelecer um teto para os subsídios agrícolas é insuficiente. A Índia, portanto, usa essa desculpa para evitar fazer concessões. Argentina e África do Sul também evitam falar em aceitar o acordo.

Os americanos insistem que deve haver uma regra que estabeleça que setores inteiros da economia sejam liberalizados. A Casa Branca quer pelo menos dois: automotivos e químicos. O Brasil insiste que não tem como aceitar isso, mas concordou em debater um texto em que cada país se comprometeria pelo menos a negociar a abertura de setores, de forma voluntária.

Antes do encontro, o comissário de Comércio da União Européia (UE), Peter Mandelson, se reuniu com os Estados membros do bloco e avisou que o fracasso estava perto. Ele culpava o Brasil por adotar posições “extremistas” no capítulo de produtos industriais.Para Mandelson, as proteções pedidas pelo Mercosul à sua indústria eram “exageradas”.

Mas, dentro da sala de negociação, fontes revelaram que o Brasil se mostrou flexível nos momentos decisivos.

O problema é que não conseguiu convencer os demais emergentes a seguir suas propostas. Uma delas, sugerida pelos americanos, apontava para um corte de 58% nas tarifas industriais brasileiras. Mas a Índia se recusou, dando motivos para que Argentina, África do Sul e outros também continuassem a dar declarações de que não estavam prontos para um acordo.

MERCOSUL ETERNO - Já os argentinos nem mesmo deixavam claro sua posição. Insistem que precisam manter 16% de suas linhas tarifárias em proteção no setor industrial. O Brasil aceitaria entre 13% e 14%. O problema é que os dois fazem parte do Mercosul e precisarão chegar a uma posição comum.

Ontem, o governo argentino continuava a mostrar sinais de força, rejeitando qualquer flexibilidade. Amorim preferia frases de efeito. “Nossa solidariedade com a Argentina é eterna.” Tanto no Mercosul como na aliança com a Índia, o Brasil sabe que não poderá romper a coalizão, principalmente por questões políticas.

Durante o dia, os sinais negativos se proliferavam. Em um encontro com organizações não-governamentaiss, o ministro do Comércio da India, Kamal Nath, deixou claro que a OMC não tinha mais nenhuma relevância para o crescimento da economia de

seu país. “Seremos em breve o maior produtor de carros do mundo. Porque temos de abrir agora nosso mercado.”

Hoje, os sete países voltam a se reunir, antes que uma reunião mais ampla, reunindo todos os 35 ministros convidados ao encontro, seja realizada.

FRASES

Celso Amorim - Ministro das Relações Exteriores

“Vamos continuar as discussões amanhã (hoje) e acho que será o dia em que saberemos se um acordo é possível ou não”

Kamal Nath - Ministro de Comércio da Índia
“Seremos em breve o maior produtor de carros do mundo. Por que temos de abrir agora nosso mercado?’’

Grupo europeu quer etanol brasileiro na UE – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 25/07/2008

Um grupo de países europeus sugere barganhar com o Brasil a entrada do etanol no mercado da União Européia (UE). Portugal, Suécia e Finlândia sugeriram que a UE aceite incluir o etanol brasileiro na Rodada Doha e peça em troca acesso ao mercado nacional para produtos de seu interesse.

Nem todos estão de acordo com o tratamento dado ao Brasil. O presidente francês, Nicolas Sarkozy, pediu mais concessões do Brasil, Índia e China.

O etanol é o produto que hoje comanda a diplomacia comercial brasileira, e o chanceler Celso Amorim insiste que as tarifas sobre o produto precisam ser liberalizadas. França, Itália, Romênia e Áustria alertam que não é hora de tratar do assunto, e dizem que a indústria européia precisa ser protegida.

Para Portugal e os escandinavos, deveria haver margem de manobra. Ontem, os três países sugeriram ao comissário de Comércio da UE, Peter Mandelson, que a UE ofereça certo acesso a seu mercado. Em troca, ganharia corte de tarifas em um setor industrial no Brasil.

Mas nem todos gostaram da idéia. A Romênia alertou que a competitividade do produto brasileiro destruiria a produção local, enquanto a Áustria alertou que o produto precisa ser mantido entre os bens sensíveis. Os europeus confirmaram que o tema deixava os brasileiros nervosos, principalmente ante a possibilidade de cotas.

Sobre os comentários do presidente francês, Mandelson deixou claro que não é Sarkozy quem negocia em Genebra, e é a UE que fala em nome do bloco. Sarkozy comprou uma briga com Mandelson há poucas semanas ao afirmar que o comissário estaria oferecendo mais que poderia em termos de acesso aos mercados emergentes.

Questionado sobre os comentários de Sarkozy, Mandelson respondeu que diria apenas "que a Comissão é encarregada das negociações na OMC em favor de todos os estados-membros". Sarkozy insistiu, afirmando que, "se o acordo que está sobre a mesa não for modificado, não assinaremos".

'Stephanes acha que eu estou aqui me divertindo?' – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 25/07/2008

O Itamaraty pediu que outras pastas não enviassem ministros a Genebra para a reunião decisiva da Rodada Doha nesta semana. A confirmação foi dada ao Estado por uma fonte do governo, que pediu anonimato. Ontem, na Organização Mundial do Comércio (OMC), tanto a Argentina como a Índia defenderam as afirmações do ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, de a Rodada Doha "não servia para nada". Sem graça diante da declaração, o chanceler Celso Amorim apenas ironizou. "Se Doha não vale nada, será que Stephanes acha que eu estou aqui me divertindo?" Amorim disse que não leu a entrevista de Stephanes, dada ao Estado um dia antes.

O setor privado brasileiro, com destaque para a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e o Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (Icone), defendeu o acordo e criticou as declarações de Stephanes. Estimativas do Banco Mundial e da própria OMC apontam que o setor agrícola brasileiro seria um dos principais beneficiados com a Rodada. Mas a expansão das exportações seria inferior à que hoje é resultado da alta dos preços internacionais.

A declaração de Stephanes provocou certo impacto na OMC. "Concordo com ele (Stephanes)", disse o polêmico ministro do Comércio da Índia, Kamal Nath, sobre Stephanes. Para Nestor Stancanelli, negociador-chefe da Argentina, a proposta que estava sobre a mesa não traz nenhum benefício aos países emergentes. "O que disse Stephanes foi lindo", disse Alberto Dumond, embaixador da Argentina na OMC. Uruguaios e paraguaios também sorriam, satisfeitos com os comentários.

Índia e Argentina estão entre os mais radicais contra a abertura de mercados e alertam que a entidade estaria defendendo uma agenda dos países ricos. Até mesmo funcionários do Ministério da Agricultura saíram em defesa de um acordo, alegando que os limites aos subsídios seriam importantes no futuro.

Nos últimos dias, o Estado revelou que os representantes do Ministério da Agricultura e do setor privado ficaram de fora de todas as reuniões bilaterais com outros governos. Em encontros entre a UE e o Brasil, Bruxelas enviou o comissário de Comércio,

Peter Mandelson, e a comissária agrícola, Mariann Fischer Boel. Japoneses e chineses também levaram a Genebra seus ministros de Agricultura. O Itamaraty reagiu, alegando que todos ministros foram convidados. E disse que foi Stephanes quem não aceitou.

Fontes revelaram ao Estado que o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, pediu para ir a Genebra. Sua pasta sugere que nove produtos agrícolas mantenham certas proteções, entre eles trigo, leite, tomate, arroz e feijão. O Itamaraty achou que não seria boa idéia, já que as salas de reunião comportariam apenas um ministro. "Ele foi desconvidado", disse uma fonte.

Para Stephanes, críticas e apoios – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 25/07/2008

"Ruim com ela, pior sem ela. Esta é a opinião do secretário de Agricultura e Abastecimento de São Paulo, João Sampaio, em relação à Rodada Doha. Sampaio discordou das declarações do ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, de que a Rodada "não servirá para nada". Mas ponderou que, "em certa medida" o ministro tem razão. "Os países ricos exigem redução das nossas tarifas, mas não oferecem uma contrapartida na mesma proporção."

Para o presidente da Associação Brasileira Produtores e Exportadores de Carne Suína (Abipecs), Pedro de Camargo Neto, Stephanes está equivocado. "A rodada pode abrir mercados para o Brasil. E ,se os resultados até o momento são pequenos, foi porque a estratégia brasileira não priorizou a agricultura. E, se a estratégia não priorizou a agricultura, é um sinal de que o Ministério da Agricultura não teve uma atuação significativa no governo Lula."

O assessor técnico da Comissão Nacional de Comércio Exterior da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Matheus Zanella,acredita que as declarações "atrapalham e enfraquecem o ministro das Relações Exteriores Celso Amorim nas negociações". Para Zanella, os demais negociadores poderão questionar Amorim sobre a importância que o Brasil dá à negociação. "Vão perguntar: para que insistir na redução de subsídios se o próprio ministro da Agricultura do Brasil pensa diferente?"

Já o presidente da Associação dos Cafeicultores do Paraná e ex-presidente da Sociedade Rural Brasileira, Luiz Suplicy Hafers, elogiou as declarações. Na opinião de Hafers, a entrevista do ministro "reflete o desconforto da classe ruralista, que se sente usada como moeda de troca nas negociações do governo brasileiro na OMC". **FABÍOLA SALVADOR, EDUARDO MAGOSSI, TOMAS OKUDA e VENILSON FERREIRA**

Índia trava negociações comerciais na OMC – Marcelo Ninio – Folha de São Paulo – Dinheiro – 25/07/2008

Discussões sobre abertura "começam a andar", mas país asiático se mostra inflexível em relação a mecanismo de salvaguarda - Impasse pode colocar Brasil e Índia em choque; Amorim diz que hoje é um dia crucial para saber se acordo na Rodada Doha é possível

A intransigência da Índia deixou por um fio as negociações da Rodada Doha da OMC (Organização Mundial do Comércio). Após quatro dias de intensas negociações, o encontro em Genebra destinado a finalmente fechar as bases de um acordo global de comércio esteve perto do colapso.

Os esforços para avançar esbarraram na resistência do ministro do Comércio indiano, Kamal Nath, em fazer concessões. Além de ameaçar a rodada, o impasse pode colocar Brasil e Índia em choque.

O chanceler Celso Amorim reconheceu que as discussões estão em um momento "complexo" e disse que hoje será um dia decisivo para a rodada. "Amanhã [hoje] vamos ter que saber se um acordo é possível."

Amorim disse que as discussões continuam em ritmo lento e que ainda há muitos pontos de divergência. Fontes próximas às negociações, entretanto, contaram que elas "começaram a andar", com os principais países envolvidos dando demonstrações de flexibilidade. A exceção foi a Índia.

Kamal Nath, que ficou ausente dos dois primeiros dias do encontro para poder acompanhar no Parlamento indiano a votação de uma moção de desconfiança que quase derrubou o seu governo, não aceita fazer concessões nos temas que lhe são prioritários. Fortalecido pela vitória de seu governo, voltou com posições duras.

Na proposta agrícola, o maior entrave é o Mecanismo de Salvaguarda Especial (SSM, na sigla em inglês), que prevê aumentos tarifários no caso de súbitos aumentos de importação de um produto. A Índia exige um nível muito alto de tarifa como remédio, o que sofre resistências abertas dos EUA e veladas de outros grandes exportadores agrícolas, entre eles o Brasil e a Argentina.

O impasse coloca em risco a aliança de Brasil e Índia como líderes do G20 de países em desenvolvimento, pois passam a ter posições divergentes na discussão agrícola. Uma nova proposta sobre o mecanismo começou a ser negociada, e até a China, que também vinha se mostrando inflexível, começou a ceder. Mas o representante indiano não se mexeu. "Ele é o "senhor não"', ironizou um negociador.

A resistência da Índia levou o presidente dos EUA, George W. Bush, a intervir. Ele telefonou ontem para o primeiro-ministro indiano, Manmohan Singh, e pediu que coopere. A reunião de ontem seguiu o formato reduzido de apenas sete ministros, de Brasil, Índia,

EUA, União Européia, China, Austrália e Japão. O ministro indiano chamou a atenção pela recusa em ceder e por momentos de desdém. Num certo momento do encontro de 35 ministros, Kamal Nath simplesmente passou a ler jornal.

Flexibilidades começaram a ser demonstradas ontem, embora de forma moderada. Os europeus mostraram espaço para aumentar o acesso a seus mercados agrícolas. Os EUA indicaram que poderão melhorar a oferta feita na terça-feira, de fixar o teto de seus subsídios agrícolas a US$ 15 bilhões anuais. A representante do Comércio americana, Susan Schwab, porém, avisou ontem aos demais ministros que a redução não será significativa.

Tarifas industriais - O Brasil acenou com uma concessão num dos temas que têm sido mais insistidos pelos americanos, a exigência de acordos setoriais para redução ou até eliminação de tarifas industriais. O Itamaraty está disposto a "engajar-se" com os americanos, enquanto tenta fazer com que os acordos sejam voluntários, como exige a Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo).

O temor é desproteger setores sensíveis da indústria, como o automotivo e o químico, com a eliminação de tarifas.

Um outro movimento feito pelo Brasil foi desistir da exigência do Mercosul de proteger 16% de sua indústria dos cortes tarifários. O Brasil concordou que o número baixe para 14%, e isso poder gerar atrito com outro aliado-chave. A Argentina insiste nos 16%. Por outro lado, a diplomacia brasileira começou a receber uma contrapartida num dos assuntos que mais lhe interessam, o álcool. Antes refratários à idéia de aumentar o acesso a mercado do combustível, europeus e norte-americanos já aceitam negociar.

Para Argentina, existe pouca transparência – Marcelo Ninio – Folha de São Paulo – Dinheiro – 25/07/2008

Argentina e outros sete países excluídos das negociações se queixaram ontem ao diretor-geral da OMC, Pascal Lamy, da "falta de transparência" do processo, sobretudo depois que as discussões foram centradas em 7 de seus 153 membros. A ministra do Comércio da Indonésia, Mari Elka Pangestu, disse que se sentia "num quarto escuro". "Uma negociação tão complexa, com 300 pendências, não pode ser reservada a um grupo tão pequeno", disse à **Folha** Néstor Stancanelli, um dos principais negociadores da Argentina, que brincou ao ser indagado se as discussões haviam reduzido o número de pendências. "Sim, estamos em 298".

O protesto, liderado pela Suíça, foi realizado em assembléia com os 153 membros da OMC. A ministra do Comércio da Suíça, Doris Leuthard, foi uma das mais enfáticas. "O senhor colocou muitos de nós na sala de espera, o que criou problemas políticos domésticos", disse. Leuthard e outros questionaram a formação do G6+1 -Brasil, Índia, Austrália, UE, Japão, EUA e China-, grupo convocado por Lamy, depois que reuniões com 35 países não geraram avanços. **(MN)**

Indústria se diz preocupada com concessão no setor – Folha de São Paulo – Dinheiro – 25/07/2008

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) informou ontem que as negociações da Rodada Doha, da Organização Mundial do Comércio, causam preocupação ao setor no Brasil por conta das concessões que o Itamaraty discute para a abertura do mercado de bens manufaturados para a entrada de produtos de países desenvolvidos.

"Para o Brasil, um resultado positivo da rodada, significará ganhos para o agronegócio. O setor industrial preocupa-se com a contrapartida que estaria sendo exigida em termos de acesso a mercado", diz nota divulgada pela confederação.

Segundo o texto, a CNI quer abertura que não prejudique a produção nacional. Por isso, "tem reiterado ao governo que é fundamental que os resultados sejam equilibrados e que não só haja maior acesso a mercados para os produtos agrícolas, mas também a eliminação das distorções nas regras comerciais e níveis de abertura comercial condizentes com as necessidades e o estágio da indústria brasileira". Segundo a CNI, o único número apresentado formalmente foi a proposta dos EUA de limitar a US$ 15 bilhões anuais os subsídios agrícolas domésticos.

Mas a proposta dos EUA tem uma condicionante: a abertura de mercados emergentes aos produtos industriais fabricados pelas nações ricas. A condição tem apoio de europeus, que pressionam pela abertura industrial, mas não cedem em relação tarifas agrícolas.

Amorim ironiza declaração de Stephanes – Folha de São Paulo – Dinheiro – 25/07/2008

Chefe da delegação brasileira nas duras negociações desta semana na OMC, o chanceler Celso Amorim reagiu com sarcasmo à declaração do ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, de que um acordo na Rodada Doha teria pouco impacto para a abertura de mercados.

"Ele deve pensar que acho isso aqui divertido", disse Amorim ontem, ao chegar à sede da OMC. No dia anterior, ele e outros seis ministros haviam deixado o mesmo prédio às 3h30, depois de negociarem por 12 horas sem progressos nos temas principais. Para o assessor técnico da Comissão Nacional de Comércio Exterior da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Matheus Zanella, as declarações de Stephanes enfraquecem a posição brasileira e tiram o foco dos benefícios de longo prazo da Rodada Doha para a agricultura.

Zanella, em Genebra acompanhando as discussões, explicou que a atual alta nos preços de alimentos torna desnecessário um acordo para reduzir subsídios agora. Mas limite ao teto permitido serve como um "seguro contra o protecionismo", valioso se os preços caírem.

Em Brasília, após frisar que há muito tempo não espera resultados concretos da rodada, o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, elogiou ontem a atuação do chanceler Celso Amorim, mas criticou os países desenvolvidos: "Não estão agindo de forma correta, estão tentando nos enganar". Segundo Stephanes, ele verificou, após conversas com ministros, deputados e senadores de países industrializados, que "ninguém tinha intenção de mudar o estado das coisas". Daí seu "desânimo".

Mesmo o que os ricos chamam de "concessões" são "promessas vagas, de difícil execução prática", segundo o ministro da Agricultura. Amorim e Stephanes entraram em rota de colisão devido a novas críticas de Stephanes à Rodada Doha em entrevista ao jornal "O Estado de S.Paulo", publicada ontem. O ministro da Agricultura reiterou seu descrédito em relação a resultados concretos.

Ao saber da entrevista, alertado por assessores antes de se reunir com representantes de outros seis países, Amorim deu de ombros e orientou diplomatas brasileiros a não criarem caso por causa do assunto, segundo apurou a Folha.

OMC causa bate-boca de ministros - O Globo – Cap – 25/07/2008

Após o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, dizer que a rodada da OMC "não servirá para nada", o chanceler Celso Amorim rebateu: "Ele deve achar que estou me divertindo" nas negociações. Página 29

OMC: Amorim troca farpas com Stephanes – Deborah Berlinck – O Globo – Economia – 25/07/2008

GENEBRA e BRASÍLIA. Em meio a intensas negociações para tentar salvar a Rodada de Doha — que visa a estabelecer regras para aumentar a liberalização do comércio mundial —, uma polêmica envolvendo ministros brasileiros tornou o dia ainda mais tenso para a delegação que acompanha o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, em Genebra. Em resposta a críticas feitas na véspera pelo titular do Ministério da Agricultura, Reinhold Stephanes, o chanceler afirmou ontem que seu colega deve pensar que ele, Amorim, está "se divertindo" na Europa.

— Se ele realmente pensa isso, então deve achar que estou me divertindo aqui — afirmou Amorim, que passou mais de 12 horas negociando com representantes de outros países na quarta-feira.

Anteontem, o jornal "O Estado de S. Paulo" publicou entrevista com Stephanes, em que ele afirmara que a rodada de negociações em Genebra "não servirá para nada" e que a abertura dos mercados acabará acontecendo "por razões de mercado". Diplomatas brasileiros em Genebra se sentiram ofendidos com as críticas.

— Então a gente está aqui para quê? — perguntou um deles.

Reunião pode se arrastar até a próxima semana No Brasil, Stephanes não quis comentar as declarações de Amorim. Fontes ligadas ao ministro lembraram que, apesar de seu ceticismo quanto à Rodada Doha, compartilhada por outros setores do governo em razão da forte resistência dos países desenvolvidos em abrir seus mercados, Stephanes enviou representantes da pasta a Genebra.

Os técnicos, disseram essas fontes, sequer estariam tendo acesso direto às negociações, comandadas pelo Itamaraty.

A declaração de Amorim foi dada após mais um dia de intensas negociações e poucos avanços.

Alguns negociadores chegaram a considerar a suspensão das conversas antes de sábado, como previsto originalmente.

Mas decidiram mantê-las hoje.

Caso não se alcance um consenso em torno dos temas mais polêmicos, os negociadores já trabalham com a possibilidade de prolongar as conversas na próxima semana. O debate sobre o capítulo de serviços, inicialmente agendado para ontem, foi empurrado para sábado. Algumas delegações já ampliaram suas reservas de hotel até a próxima quarta-feira.

— Continuaremos amanhã (hoje). Já dissemos muitas vezes e soa ridículo dizer que será um dia decisivo, mas creio que amanhã (hoje) é o dia em que saberemos se (Doha) será possível ou não — afirmou Amorim, após participar de reunião com 30 ministros de Comércio. — Tudo parecia muito mal, mas tomamos a decisão coletiva de continuar.

— Há algum avanço...mas nem perto do que precisamos — disse a representante de Comércio dos EUA, Susan Schwab — Alguns países estão se esforçando mais do que outros.

Veremos amanhã (hoje) se todos estão preparados para fazer sua parte.

Amorim: 'pressão comigo não funciona' As principais divergências giram em torno dos subsídios agrícolas concedidos por países desenvolvidos à produção doméstica e da pressão desses países pela abertura do setor industrial nos países em desenvolvimento.

Esta semana, os EUA acenaram com uma proposta de limitar seus subsídios a US$ 15 bilhões por ano, US$ 2 bilhões a menos que a oferta anterior, mas o dobro do praticado em 2007. O Brasil e outros países emergentes defendem um teto de US$ 13 bilhões.

Ontem, EUA e União Européia (UE) redobraram as pressões para a redução, pelas nações emergentes, das tarifas de importação de bens industriais.

Insistem em que esses países façam uma proposta, já que eles — EUA e UE — fizeram na área agrícola.

— Esse negócio de pressão comigo não funciona — disse Amorim.

O ministro deu a entender, porém, que as conversas haviam avançado no campo industrial ao dizer que o "Brasil vai ter a flexibilidade necessária para se chegar a um acordo" O otimismo de Amorim contrasta com o clima de divergências entre as próprias nações desenvolvidas.

Perguntado se ontem houvera progresso, o comissário de Comércio da UE, Peter Mandelson, respondeu que "não". O presidente francês, Nicolas Sarkozy, por sua vez, afirmou que não assinaria um acordo com base na situação atual das negociações, e logo foi criticado pela Alemanha.

— Tem-se a impressão de que a França não quer ver uma conclusão positiva — disse uma autoridade alemã. — Há diferentes pontos de vista entre Alemanha e França. A Alemanha vai continuar lutando por uma conclusão bem-sucedida

Com Doha por um fio, Lamy testa um acordo agrícola - Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 25/07/2008

Com a Rodada Doha por um fio, o diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), Pascal Lamy, sinalizou a "zona de aterrissagem" para um acordo agrícola nos próximos dias, que depende de barganhas com a área industrial.

A negociação entre os ministros em Genebra está numa situação crítica. A opinião generalizada é de que esta sexta-feira pode ser o "dia D" da negociação global de liberalização. "Amanhã (hoje) temos que saber se é possível ou não terminar tudo", concordou o ministro das Relações Exteriores do Brasil , Celso Amorim.



Se a Índia continuar irredutível, sem mostrar flexibilidade, o fiasco estará assegurado, avaliam negociadores. "A Índia é a chave da rodada", disse uma alta fonte ontem à noite, enquanto outros negociadores alertavam que há muita coisa em aberto.

O grupo de sete membros centrais na negociação - Brasil, Estados Unidos, União Européia, Índia, China, Japão e Austrália - foi empurrado ontem a testar possibilidades técnicas, mas também a possibilidade política de concessões. Depois de ter ouvido individualmente os ministros dos sete membros, Lamy começou em delinear as grandes linhas de um acordo em conversa com outros ministros presentes em Genebra.

O Valor apurou que ele vê possibilidade de entendimento com redução para menos de US$ 15 bilhões dos subsídios domésticos americanos que mais distorcem o comércio. Por sua vez, os mais protecionistas, incluindo a União Européia, cortariam as tarifas agrícolas mais altas em 70% - o que ainda deixará países como Japão e Noruega com alíquotas gigantescas acima de 1.000%.

A "zona de aterrissagem" sugere que os países ricos possam designar 4% de suas linhas tarifárias como "sensíveis", de forma que terão corte bem menor. Para compensar os exportadores desse limite ao comércio, o importador deve oferecer expansão de cotas entre 4% e 5% do seu consumo doméstico.

O mais problemático, porém, é o acesso aos mercados de emergentes, como China, Índia, Indonésia. Esses países querem designar até 18% de "produtos especiais", com corte tarifário menor. Lamy indica que ficando em 15% poderia dar jogo. O complicador é sobretudo o mecanismo de salvaguarda especial, pelo qual Índia e os outros querem poder frear importações no caso de súbito aumento de compras ou queda de preços.

O confronto entre exportadores, incluindo o Brasil, e importadores como a Índia e China, é sobre o gatilho que vai acionar a utilização da salvaguarda. A sinalização é de que os importadores poderiam aumentar as tarifas em até 20% das taxas definidas na Rodada Uruguai, ou seja, as que vigoram atualmente.

Lamy acertou com os sete membros atualmente na mesa de negociações que o mediador da negociação agrícola, Crawford Falconer, faria consultas sobre o mecanismo de salvaguarda. Mas as divergências persistiram ontem, sem nenhum consenso para importadores poderem, num futuro acordo agrícola, aumentar tarifas além do que é possível aplicar hoje, antes da liberalização.

Outro ponto fora do esboço submetido por Lamy a alguns ministros é o limite para a tarifa mais elevada no comércio agrícola internacional. O Japão, que tem taxa acima de 2.000%, não quer nem ouvir falar em limite por volta de 150%, por exemplo.

Além disso, um entendimento agrícola estará vinculado ao que acontece na área industrial. Nesse caso, o Brasil mostra sinais de flexibilidade para alcançar um compromisso. Mas a Índia de novo é o país que bloqueia tudo, segundo negociadores.

A Índia diz ter dificuldades enormes com a cláusula anticoncentração exigida pela UE, pela qual os países emergentes não poderão utilizar toda a flexibilidade para reduzir menos as tarifas em apenas um setor industrial. As tentativas de entendimento não avançaram por causa de Nova Déli.

Como não havia movimento em Genebra, o presidente dos EUA, George W. Bush, telefonou para o primeiro-ministro indiano, Manmohan Singh. Os dois concordaram que é preciso impulsionar a rodada, no tradicional comunicado de políticos.

Ao sair da reunião de ontem à noite, o ministro indiano de Comércio, Kamal Nath, disse que estava frustrado com a falta de concessões dos EUA e da UE. Por sua vez, a americana Susan Schwab alertou que não há progressos. Outros negociadores confirmam que as chances são ínfimas de um acordo. Mas que a situação está como numa roda-gigante, com alternâncias, inclusive no sentimento de cada um.

Irredutível, Kamal Nath dificulta entendimento – Valor Econômico – Brasil - 25/07/2008

Ele leu jornal em plena negociação, foi a Nova Déli e voltou, e desabafou numa reunião do G-33, grupo protecionista de países em desenvolvimento, que não entendia como a Rodada Doha não colapsou na quarta-feira. Kamal Nath, o ministro de Comércio da Índia, simbolizou a pouca ou nenhuma disposição de Nova Déli para fechar um acordo na negociação global de liberalização comercial quando, ontem a noite, foi o primeiro a sair da sala e ser cercado por uma multidão de jornalistas.

Ele tem se mostrado irredutível, multiplicando as dificuldades nas discussões com os outros países. A Índia é o único pais que não se moveu até agora. Além de só dizer não, Nath mostrou desdenho pelas negociações ontem à noite, quando começou a ler o jornal em plena reunião de mais de 30 ministros. Bastou o comissário de Comércio da União Européia, Peter Mandelson, começar a falar, para Nath abrir o jornal, depois sair da sala, enfim voltar e se sentar atrás, visivelmente impaciente.

Durante as negociações no quadro mais restrito de sete países, ele foi surpreendido quando martelou que faria um acordo agrícola se os Estados Unidos cortassem os subsídios em pelo menos US$ 1.

Já preparada, a representante americana Susan Schwab tirou da bolsa uma nota de US$ l, assinada pelo secretário de Tesouro dos EUA, e entregou a Nath. "Ai está, você está pago", disse ela.

O indiano retrucou que podia flexibilizar dessa vez. Bastava os Estados Unidos cortarem os subsídios em US$ 0,50 em termos reais - ou seja, deixarem os subsídios abaixo de US$ 8 bilhões (valor previsto para este ano), ao invés de propor um limite de US$ 15 bilhões.

Enquanto Nath vai numa direção, o ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, vai na outra. Os dois sócios do G-20 têm discutido antes das reuniões com os outros países, mas as posições são diferentes. Se Nath quer enterrar a rodada, Amorim foi o primeiro a falar quase às 3 horas da manhã de quinta-feira, no encerramento de uma maratona de negociações, e insistiu para continuar se reunindo, ou seja, manter viva a rodada por mais alguns dias. Nath concordou, mas não tem feito nada para ajudar, na opinião generalizada na OMC. **(AM)**

Brasil negocia, mas Argentina rejeita texto industrial – Valor Econômico – Brasil - 25/07/2008

O Brasil mostra flexibilidade na negociação industrial na Rodada Doha, enquanto a Argentina é o único país que recusa o texto da negociação que está na mesa no momento. O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, e o seu colega argentino, Jorge Taiana, se reuniram ontem cedo, mas oficialmente não teriam discutido a posição do Mercosul. O chefe do Departamento Econômico do Itamaraty, Carlos Marcio Cozandey, disse que na mesa de negociação entre os sete principais membros da Organização Mundial do Comércio (OMC), o Brasil está defendendo sua posição nacional.

Sobre flexibilidades para a proteção de indústrias do Mercosul, a posição inicial do bloco era de 16% das linhas tarifárias. "Estamos em 14% de linhas tarifárias e 17% do valor de comércio", afirmou Cozandey sobre a posição brasileira. Na prática, o Brasil deixa para a Argentina a responsabilidade de bloquear sozinha a negociação, se persistir na sua posição de não admitir o texto-base da negociação. A Argentina tem reiterado que o Brasil assinou e apresentou um texto na OMC pedindo proteção de 16%.

Para representantes da indústria brasileira que acompanham as discussões em Genebra, as posições do Mercosul nas negociações de Doha vêm sendo "fragilizadas" devido às resistências do governo e do setor privado argentinos. Eles vêm se recusando até a dizer se consideram uma boa base para as negociações o documento com propostas de redução de tarifas industriais que está sendo discutido a portas fechadas.

Os representantes das empresas e dos trabalhadores brasileiros têm um acesso privilegiado às discussões em Genebra: receberam credenciais de membros da delegação do Brasil, o que lhes dá permissão para transitar nos ambientes reservados e acompanhar de perto o desenrolar das negociações. Na avaliação deles, recebida, em Brasília, pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e pela Coalizão Empresarial, hoje será um "dia-chave" nas negociações, porque o diretor-geral da OMC, Pascal Lamy, deve apresentar um texto com propostas formuladas a partir dos debates da semana.

Os brasileiros constataram o grande mal-estar com a decisão de Lamy de reduzir o número de delegações selecionadas para formular uma proposta de acordo a ser apresentada ao plenário.

Na avaliação dos empresários, um eventual sucesso na Rodada Doha trará ganhos para o agronegócio brasileiro. O setor industrial está preocupado com as exigências de contrapartida feitas pelos países ricos, que desejam menos barreiras para produtos manufaturados. "É fundamental que os resultados sejam equilibrados", diz nota interna da CNI, que reivindica empenho na redução de distorções das regras comerciais e cuidado para não inviabilizar a sobrevivência das empresas nacionais com uma abertura precipitada.

Já os 27 países da União Européia (UE) continuam a considerar "extrema" a demanda de flexibilidade do Brasil para proteger setores industriais e pediram para o comissário de Comércio, Peter Mandelson, continuar tentando arrancar abertura efetiva do país.

O Brasil mostra flexibilidade também sobre acordos setoriais, pelo qual serão eliminadas ou reduzidas as tarifas de determinado setor. Os Estados Unidos cobram participação dos emergentes em pelo menos dois grandes acordos setoriais para eliminar ou reduzir tarifas em certas áreas como preço por um acordo na rodada.

Amorim e a representante comercial americana, Susan Schwab, conduziram as discussões ontem, no grupo de sete membros, sobre os acordos setoriais. Enquanto

Washington coloca esses acordos como precondição para fechar Doha, Amorim insistiu que a participação dos países em desenvolvimento deve ser voluntária.

À noite, estava em discussão uma linguagem de compromisso envolvendo engajamento dos países em reuniões setoriais. É o que certos analistas chamam de "voluntários obrigatórios", com certa ironia. "Esse negócio de pressão comigo não funciona, mas vou ter flexibilidade para chegar a um acordo. Estamos vendo o que dá para fazer sem ferir o interesse da nossa indústria. Há limites", afirmou Amorim.**(AM, com Sergio Leo, de Brasília)**

País entra em rota de colisão com indianos – Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 25/07/2008

Brasil e Índia estão em rota de colisão diante da persistência indiana de ter ampla margem no acordo para para frear importações agrícolas. Ontem, até a China atenuou sua posição para tentar um compromisso. Já os indianos querem alterar o texto de base da negociação e piorar o acesso de exportadores aos mercados em desenvolvimento. O Brasil endureceu o tom, ainda mais que 50% de suas exportações agrícolas vão para países em desenvolvimento.

O diretor do Departamento Econômico do Itamaraty, Carlos Marcio Cozandey, deu um "briefing" para a imprensa brasileira, estimando que a situação está difícil , mas que os países dizem ter "sinais de flexibilidade", sem detalhar nada, aparentemente para não causar danos nesses ditos sinais.

O diretor-geral da OMC, Pascal Lamy, perguntou aos negociadores se havia alguma unidade sobre mecanismo especial de salvaguarda para países em desenvolvimento, exigido pela Índia, China e outros. Ninguém falou. Mas o endurecimento brasileiro contra muita flexibilidade para essa salvaguarda foi saudado pelo Uruguai, sócio do Mercosul que há dois anos batalha contra o mecanismo junto com o Paraguai, alegando que se trata de um risco para as exportações agrícolas do bloco. "'O Brasil tem papel muito responsável na negociação, que respeitamos e apreciamos", declarou o embaixador do Uruguai, Guillermo Valles.

O Brasil sustenta que não é a salvaguarda que está no centro das divergências. Quando o ministro australiano disse isso, numa reunião ontem, o embaixador brasileiro Clodoaldo Hugueney reagiu: "Sua avaliação está errada". **(AM)**

Reunião restrita provoca protesto de 30 ministros – Valor Econômico – Brasil - 25/07/2008

Uma revolta de ministros forçou o diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), Pascal Lamy, a organizar uma reunião ontem à noite para obter novo mandato para um grupo de sete membros da entidade - Brasil, Estados Unidos, União Européia, Índia, China, Japão e Austrália - continuar a buscar um acordo agrícola e industrial.

Lamy convidou ministros de várias partes do mundo para vir a Genebra para tentar salvar a negociação global de liberalização. Depois do primeiro dia de muitos discursos e pouca negociação, ele mudou o formato para os sete, incluindo o Brasil. Só que quase 30 ministros excluídos passaram a protestar. A Argentina foi uma delas.

A ministra da Economia da Suíça, Doris Leuthard, acusou o diretor-geral da OMC de ter colocado os ministros na "sala de espera, o que criou problemas políticos para mim, porque não estou sendo capaz de defender inteiramente os interesses suíços e vários colegas de países em desenvolvimento estão na mesma situação".

A Suíça ficou ainda mais irritada quando soube que o G-7 discutiu sobre limite para a tarifa máxima no comércio agrícola global na ausência de países que têm interesse especial no tema. "Isso é inaceitável", afirmou ela.

Há dois anos, em outra mini-ministerial, Lamy mandou o secretário de Comércio Exterior da Argentina, Alfredo Chiaradia, sair da sala, alegando que era um encontro de ministros. Chiaradia ficou. Agora ele vem acompanhado do ministro Jorge Taiana, mas é quem fala - quando entra na sala.

Ontem a noite, Lamy reuniu os outros 30 ministros presentes em Genebra. Um ministro canadense disse que ele e seus colegas não tinham problemas em esperar, mas tampouco queriam perder tempo. E indagou aos sete ministros que integram o grupo restrito da negociação, se há chances de acordo. Todos os sete, incluindo o indiano Nath, responderam que há esperanças.

Enquanto isso, a França, na presidência rotativa da UE, organiza reuniões diárias dos negociadores europeus com os ministros europeus que estão em Genebra acompanhando as negociações. **(AM)**

Brasil rompe com parceiros na OMC – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 26/07/2008

Depois de sete anos de negociações, a Organização Mundial do Comércio (OMC) chegou a um pacote parcial sobre a liberalização de tarifas e regras que poderão ditar o comércio nos próximos dez anos. O pacote, que teve o Brasil como o primeiro adepto, salva por enquanto a Rodada Doha de um fracasso. Mas ainda não foi aceito por todos. Índia, África do Sul e a Argentina deixaram claro que não vão se somar ao consenso. O Itamaraty, com sua decisão, rompeu com alguns de seus principais aliados nos últimos anos nas negociações.

O chanceler Celso Amorim explicou, após o encontro, que falou por telefone com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e recebeu o mandato de fazer concessões para permitir um acordo. Isso com a condição de que os países ricos também fizessem concessões. Na avaliação do Itamaraty, os sinais dos países ricos foram suficientes para que o Brasil pudesse aderir. Para Argentina e Índia, o que Europa e Estados Unidos ofereciam era insuficiente.

“Demos um grande passo. Na política, como na vida, não há bem bom nem mal. Tudo é relativo. Avaliamos que esse acordo era razoável”, afirmou Amorim. Para ele,

porém, o valor do acordo não pode ser avaliado apenas em termos comerciais e nos ganhos de cotas de carnes. “Um acordo bom inclui um acordo de fortalecimento do sistema multilateral e, nesse sentido, o pacote é bom”, disse.

A posição de Amorim ainda foi interpretada como um afastamento das posições consideradas extremistas tanto de seu aliado no Mercosul, a Argentina, como da Índia, um dos pilares no G-20 (grupo de países emergentes). “Alguns países emergentes ainda estão bloqueando um acordo”, disse a representante de Comércio dos EUA, Susan Schwab.

Amorim, porém, avisou: não aceitará que nenhuma só virgula seja mexida. A Casa Branca também alertou que apenas aceitaria o acordo na forma de um pacote integral. A posição brasileira se mostrou incompatível com os argentinos, que exigem mudanças no acordo. Agora, o governo tentará refazer a aliança entre os emergentes nas próximas 24 horas para convencê-los a aderir ao tratado.

Hoje, os ministros dos países emergentes se reúnem na missão brasileira em Genebra para debater a situação. O pacote que prometia salvar a economia dos países mais pobres não passa, no fim, de acordo com impacto econômico limitado. Mas com amplo significado político.

Amorim terá de mostrar aos demais por que acatou o acordo, depois de ter prometido manter o G-20 unido. “Ninguém está totalmente contente. Sei que há reservas por parte de outros países emergentes.Mas esse é um pacote que tem bons resultados. Fui o primeiro a dizer que aceitava”, afirmou. “Há, agora, 65% de chance de se fechar um acordo”, disse.

Isso porque o pacto ainda está condicionado a avanços em outras áreas, como a abertura do setor de serviços, corte de subsídios ao algodão e o comércio de banana. Para que haja um acordo final, os ministros estimam que precisarão de mais quatro dias de negociações.

A negociação foi lançada em 2001 como forma de corrigir as distorções no comércio internacional e dar maiores benefícios aos países emergentes no comércio agrícola. Ontem, o clima era bem diferente e demonstrou que outros acordos, como o de mudanças climáticas, poderão levar anos até que haja um consenso internacional.

Na sala de negociação, as decisões políticas ganhavam contornos dramáticos. No início da tarde de ontem, Brasil, China, Índia, Europa, Estados Unidos, Austrália e Japão foram chamados para uma reunião crucial. O que estava em jogo era claro: os países ricos pressionavam pela liberalização dos emergentes como forma de serem compensados pela abertura de seus mercados agrícolas. Os emergentes alegavam que o preço por essa abertura nos ricos estava sobrevalorizado.

Um pacote, então, foi apresentado, gerando reações negativas dos sete governos. Mas Amorim alertou que estava na hora de fechar um entendimento. “Eu também detesto esse pacote. Mas temos de seguir adiante”, alertou. Ao final de seis horas, todos haviam aceito um acordo, salvo a Índia. Por duas ocasiões, o ministro indiano, Kamal Nath,

ameaçou abandonar a sala de negociações. Para um diplomata europeu, o Brasil foi fundamental ao mostrar flexibilidade e tentar convencer outros emergentes a aceitar o entendimento. A China mostrou, pela primeira vez, liderança e apelou à Índia para aceitar o pacote. Mas não foram apenas os emergentes que racharam. A França diz que pode bloquear o processo. A Irlanda também promete protestar hoje.

Benefícios concretos virão só no longo prazo – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 26/07/2008

Em termos econômicos, o pacote proposto ontem pela Organização Mundial do Comércio (OMC) tem limitações e traz poucas vantagens concretas para o curto prazo. O pacote estabelece que os americanos poderiam dar subsídios de, no máximo, US$ 14,5 bilhões a seus agricultores por ano.

A definição desse teto era considerada crucial para que os países emergentes fizessem concessões em outras áreas e há dois anos os americanos se recusavam a flexibilizar sua posição. O volume representa uma redução em termos do que havia sido proposto no início da semana pelos americanos - US$ 15 bilhões. O Brasil e os demais emergentes pediam US$ 13 bilhões. Nos anos 90, o acordo previa teto de US$ 48 bilhões.

Em anos em que os preços estão baixos, a Casa Branca chegou a gastar US$ 24 bilhões. Mas, hoje, distribui menos de US$ 8 bilhões. Na prática, portanto, o entendimento não terá impacto imediato. Mas, segundo a diplomacia brasileira, cria um seguro para o futuro de que não haverá distorções.

Questionado se os subsídios ainda não seriam altos demais, Amorim justificou que o acordo era melhor que o que já havia sido proposto no passado. “Se compararmos a momentos anteriores na negociação, conseguimos uma redução dos subsídios”, afirmou. Há um ano, a conferência da OMC em Postdam fracassou depois que os americanos ofereceram um teto de US$ 17 bilhões.

O que os argentinos criticam, porém, é que não está definido se um país poderá ou não levar o outro aos tribunais da OMC se o acordo de subsídios for violado. O governo americano, portanto, teria imunidade e mãos livres para furar compromissos. O acordo ainda prevê que os europeus mantenham subsídios de 24 bilhões por ano e possam impor salvaguardas caso sejam invadidos por algum produto, como de frango e açúcar.

Para que as concessões na agricultura fossem aceitas, os países ricos exigiam um pagamento. E a cobrança vinha na forma de acesso aos mercados emergentes, que hoje são os que mais crescem no mundo.

Pelo acordo, países emergentes cortariam suas tarifas em 58%, mas poderiam manter 14% de seus produtos sob proteção. Na prática, isso significará que metade dos

produtos importados no Brasil terão suas tarifas reduzidas para entrar no mercado brasileiro. A média tarifária passará de 11% para 9,8%. Mas 1,2 mil produtos não precisarão passar pelos cortes que se sugere.

Mas o pacote ainda impossibilitará que o governo use a elevação de tarifas para proteger um setor em crise. No ano passado, o País elevou as tarifas de têxteis e calçados diante da valorização do real. Essa opção ficará mais restrita.

Dos 14% dos produtos importados, o Brasil e os demais emergentes poderão designar 80% desses setores como protegidos. Mas não poderão isolar todo um setor da liberalização. A área automotiva, por exemplo, terá de escolher 20% para ser liberalizado. A Anfavea apresentou ao governo 55 produtos que quer manter protegidos.

Decisão do Itamaraty isola a Argentina – Estado de São Paulo- Economia e Negócios – 26/07/2008

A decisão do Itamaraty de aderir a um acordo na Organização Mundial do Comércio (OMC) coloca em risco a aliança dos países emergentes criada pelo Brasil, que tinha a Índia e a Argentina como dois dos principais pilares. Para completar, deixa o governo argentino isolado no Mercosul como o único do bloco a ser opor a um acerto.

Por meses, o governo Lula garantiu que nada que ocorresse na OMC colocaria a unidade do Mercosul em risco. Ontem, essa aliança mostrou seus limites. O governo da Venezuela já alertou que vai seguir a Argentina e acusa o Brasil de ter abandonado Buenos Aires na fase crítica das negociações. A decisão do Itamaraty rompe, na prática, com duas das alianças mais consolidadas do País nos últimos anos: o G-20 e o Mercosul.

O Brasil articulou a criação do G-20 em 2003 como forma de conter a pressão dos países ricos na OMC. A estratégia funcionou e, em inúmeras reuniões, Brasil e Índia se apresentaram como os líderes dos países mais pobres. Mas ontem o racha foi inevitável.

"Do jeito que está na mesa, não aceitamos um acordo", disse o ministro de Relações Exteriores, Jorge Taiana, respondendo a uma pergunta do Estado. O chanceler Celso Amorim, que declarou há dois dias "solidariedade eterna" à Argentina, sabe que terá agora pouco tempo para convencer Buenos Aires a aderir ao pacote. O cálculo do Brasil é o de que Buenos Aires não resistirá ao custo político de vetar um acordo mundial.

O principal problema dos argentinos refere-se à abertura do setor industrial para as importações. O país acredita que a liberalização proposta é exagerada e vai afetar a capacidade de manter sua indústria. "Temos várias reservas ao texto, algumas muito sérias", alertou Taiana. Antes de ser eleita, a presidente Cristina Kirchner foi até a OMC avisar: "Ninguém nos dirá o que fazer."

Na prática, o governo brasileiro trocou de lado na América Latina. Deixou o bloco que conta com Argentina, Bolívia, Venezuela, Cuba e Nicarágua pelo grupo formado por Chile, Peru, México, Costa Rica e Colômbia, considerados mais abertos.

Politicamente, porém, o Brasil não pode simplesmente abandonar o grupo. Hoje, convocou uma reunião ministerial do G-20 (grupo de países emergentes) e sabe que terá de encarar o descontentamento de Índia, Argentina e outros.

Hoje, Buenos Aires está mais isolada que nunca. Uruguai e Paraguai também deram mostras de que vão acatar o acordo. Questionado se a Argentina mostraria flexibilidade, o secretário de Comércio da Casa Rosada, Alfredo Chiaradia, se irritou e insultou a reportagem do Estado. Um diplomata do Mercosul não poupou críticas aos argentinos. Disse que nem Buenos Aires sabe o que quer. Taiana teria chegado a Genebra com apenas uma orientação: não fazer concessão.

Indagado sobre como convenceria a Argentina, Amorim disse que não era "nem padre nem psicólogo". Mas garantiu que continuará falando com as autoridades argentinas para chegar a um acordo.

"Amorim decidiu jogar a favor do sistema multilateral. O Brasil conseguiu isolar os países que têm problemas. Mas agora precisaremos ter uma conversa muito franca com a Argentina. A tarefa de Amorim não será fácil", avisou o diretor de Relações Internacionais da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Mario Marconini.

Após milhares de horas de debates, alívio e cansaço – Estado de São Paulo - Economia e Negócios – 26/07/2008

Foram milhares de horas de negociações. O mediador do acordo no setor industrial, Don Stephanson, calculou que manteve reuniões por 2 mil horas. Para agüentar o ritmo, o diretor-geral da OMC, Pascal Lamy, sugeriu aos seus funcionários que comessem banana. Outros, como os assistentes do comissário de Comércio da UE, Peter Mandelson, andavam pelos corredores da entidade bebendo energéticos.

O pacote foi obtido depois de madrugadas inteiras de debates, alguns deles intensos e até ofensivos. Desde 2001, o processo foi interrompido em várias ocasiões, seja por motivos políticos ou incapacidade dos negociadores de superar impasses.

Nos corredores da OMC, o dia de ontem misturou a exaustão dos negociadores ao entusiasmo pela conclusão do processo. Nas salas, o cansaço era evidente.

Ontem, o embaixador da Santa Sé, Silvano Tomassi, disse que um acordo estava difícil porque as pessoas "não estavam prontas para um entendimento em seus corações".

Brasil terá de fazer a lição de casa, alerta Fiesp – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 26/07/2008

A Federação das Indústrias do estado de São Paulo (Fiesp) apóia o pacote proposto e alerta que a conclusão do acordo parcial na Organização Mundial do Comércio (OMC) exigirá que o Brasil passe a fazer sua lição de casa para garantir a competitividade da indústria nos próximos anos. Para a entidade, que mandou representantes a Genebra, o acordo exigirá agora que o governo faça suas reformas internas para garantir capacidade para a indústria competir.

"O acordo está dentro dos parâmetros que estávamos dispostos a aceitar. É um grande passo. Mostra que tínhamos uma agenda externa. Agora, precisamos de um agenda doméstica", afirmou Mario Marconini, diretor de Relações Internacionais da Fiesp.

"O acordo é equilibrado. A indústria não pode continuar morando num parque de diversões", afirmou. Para ele, a valorização do real teve um impacto muito maior que Doha. "Entre 2004 e 2008, a valorização do real significou o equivalente a um corte de tarifas em 90%." "O segredo era manter um poder de barganha mínimo, e isso conseguimos", disse Marconini. Sua tese é de que novas rodadas ocorrerão no futuro e, para o Brasil conseguir a redução de distorções na agricultura, continuará tendo de pagar com a indústria. Para ele, portanto, o acordo da Rodada Doha garantiu espaço para isso.

Na prática, metade dos produtos brasileiros terão uma redução de suas tarifas. "Não podemos colocar a culpa de alguns problemas de competitividade na OMC. Se o Brasil não consegue lidar com essa queda de tarifas, que é pequena, é porque não fez sua lição de casa", avaliou Marconini. A maioria do corte atingirá só as tarifas consolidadas, taxa que o Brasil tem como seu máximo, de 35%.

O presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), Uberto Barbato, disse que, nos setores de maior tecnologia, a indústria brasileira poderia perder investimentos caso o acordo defina cortes setoriais de tarifas.

Pacote parcial – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 26/07/2008

AGRICULTURA – Subsídios

EUA limitam subsídios a US$ 14,5 bilhões por ano e UE limita a 24 bilhões

Impacto para o Brasil: Redução de distorções no comércio internacional quando os preços estiverem baixos. Hoje, a medida não tem nenhum impacto real

Corte de tarifas- Países ricos se comprometem a ter tarifas de no máximo 100% sobre um produto. Se passar disso, precisam garantir cotas extras

Impacto para o Brasil: Produtos agrícolas não precisarão pagar taxas de até 700% em alguns mercados, como Japão ou Suíça

Proteção: Países ricos podem escolher 4% de seus produtos agrícolas para serem considerados sensíveis, como açúcar, carnes e trigo. Mas precisam criar cotas com volumes de até 4% do consumo doméstico nacional

Impacto para o Brasil: Tem a possibilidade de preencher uma cota de 300 mil toneladas de carnes

Exceções: Países pobres podem estabelecer 12% de seus produtos agrícolas como sensíveis, mantendo barreiras

Impacto para o Brasil: Pode sofrer barreiras para exportar para Índia e China. Mas pode proteger domesticamente feijão, trigo, leite, arroz e tomate

Garantias: Se a importação de um país emergente passar de 40% de crescimento em um ano no setor agrícola, o país tem direito de criar nova barreira. Isso significaria uma elevação de 15 pontos porcentuais.

Impacto para o Brasil: Medida afeta a capacidade de o País exportar para China e Índia, que podem criar novas barreiras.

INDÚSTRIA

Tarifas: Países emergentes terão de cortar tarifas de importação de produtos industriais em média entre 54% e 50%

Impacto para o Brasil: País cortará suas tarifas consolidadas em 54%, mantendo 14% das linhas tarifárias sob proteção. Corte real nas tarifas aplicadas atingirá cerca de 50% das importações nacionais.

(*) 1.240 linhas tarifárias serão mantidas sob proteção

(*) Média tarifária do Brasil cai de 11% para 9,8%

Concentração : Cada país pode designar 80% de um setor como sensível

Impacto para o Brasil: Anfavea poderá escolher 80% dos produtos da cadeia automotiva para manter protegido. Outros setores, têxteis e químicos, seguem a mesma taxa. Setores : Governos se comprometem a negociar a inclusão de setores dem uma liberalização total. Acordo prevê pelo menos dois setores. Impacto para Brasil: EUA e UE querem a abertura de automotivos e químicos. Brasil alegará que compromisso é voluntário.

'Se não sair acordo, valeu o sacrifício' – Leonencio Nossa e Jair Rattner – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 26/07/2008

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse ontem que acreditará até o último milésimo de segundo num acordo entre países emergentes e desenvolvidos para salvar a Rodada Doha. Em entrevista após participar do 7º Encontro da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), no entanto, ele deixou escapar o pessimismo. "Temos de lutar para que as coisas aconteçam, se não acontecerem, valeu o sacrifício."

Na conversa, Lula desautorizou o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, que causou polêmica ao declarar que a rodada da Organização Mundial do Comércio (OMC) não ia dar em nada. "A fala do Stephanes não tem nenhuma influência na OMC", disse, deixando claro que a missão de negociar pelo governo brasileiro é do ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim.

"Para mim, ele (Amorim) disse estar otimista", ressaltou. "Imagine se um negociador sentar à mesa já derrotado." Depois, o presidente reformulou a resposta sobre a expectativa em relação à Rodada, negando ter demonstrado pessimismo. "Se eu disser que não pode acontecer, a manchete - como as pessoas que fazem manchetes nos jornais são muito inteligentes - vai ser: presidente reconhece que pode não acontecer", disse, em tom de ironia.

"Quando vão comprar um automóvel usado vocês sabem a negociação que é necessária. Agora, transforme essa necessidade numa negociação com 133 países", comparou Lula. "Tenho a certeza de que a inteligência humana obrigará os governantes a terem consciência de que é preciso um acordo na Rodada Doha."

O presidente avaliou que os países estão mais perto do ponto de equilíbrio. Segundo Lula, os Estados Unidos, que concederam US$ 8 bilhões de subsídios no ano passado, podem elevar esse valor para US$ 12 bilhões ou US$ 13 bilhões. E lembrou que o país já chegou a conceder US$ 40 bilhões. "Qual a dificuldade? Os países emergentes passaram décadas sem ter crescimento econômico e à medida que eles começam a crescer, não podem aceitar uma negociação que breque o crescimento econômico."

A uma pergunta sobre a oferta da União Européia de aumentar a compra do etanol do Brasil em troca de maior acesso de seus produtos industrializados no mercado brasileiro, Lula disse que ainda precisa avaliar o "conjunto da obra". "Não queremos privilegiar um setor em detrimento de outro."

Acordo na OMC avança com nova proposta – Marcelo Ninio – Folha de São Paulo – Dinheiro – 26/07/2008

Soluções para desbloquear negociação comercial global têm apoio de EUA, UE e Brasil, mas ainda enfrentam resistência - Oposição de países como Índia, Argentina e Indonésia se torna desafio à liderança brasileira entre o grupo de emergentes, o G20

Um pacote de soluções para as divergências que bloqueiam um acordo global de comércio, apresentado ontem em Genebra, foi considerado um avanço ontem por Brasil, EUA e União Européia. Para o chanceler brasileiro, Celso Amorim, foi "um grande passo" para colocar fim a sete anos de impasse na Rodada Doha. Mas o consenso ainda não foi atingido, com resistências principalmente de Índia, Argentina e Indonésia.

A proposta de Pascal Lamy, diretor-geral da OMC (Organização Mundial do Comércio), foi apresentada aos integrantes do grupo de sete países que há quatro dias tentam obter abrir caminho para a mais ambiciosa tentativa de abertura comercial já feita. O pacote inclui fórmulas para a redução do protecionismo agrícola dos países ricos e para os cortes nas tarifas industriais dos emergentes.

Brasil, EUA, União Européia, Japão, Austrália e China aceitaram a exigência de Lamy de acatar o pacote como um todo. A Índia, porém, se manteve irredutível em sua exigência de impor tarifas mais altas para frear surtos de importação agrícola em tempos de preços baixos. Como já havia ocorrido no dia anterior, quando a negociação quase naufragou, a intransigência indiana continua sendo o maior entrave.

Em seguida o pacote foi levado ao fórum ampliado de negociação, de pouco mais de 30 ministros, quando a Índia ganhou a companhia de Argentina e Indonésia. A negociação formal na OMC só será retomada amanhã, mas hoje as diferenças começarão a ser discutidas dentro das alianças entre os países.

O G20, grupo de países emergentes, se reunirá no fim da manhã e o Brasil deve ter enorme trabalho para vencer a resistência de Argentina, Índia e Indonésia, que fazem parte da aliança. "Com essa proposta não há acordo", disse Jorge Taiana, chanceler da Argentina, que exige mais cortes nos subsídios agrícolas dos países ricos e rejeita a fórmula de cortes tarifários para a indústria dos emergentes.

Entre os europeus também há atritos, apesar de o comissário de Comércio da UE, Peter Mandelson, ter manifestado otimismo. A **Folha** apurou que pelo menos quatro países -França, Itália, Irlanda e Portugal- não aceitam a proposta, exigindo mais acesso a mercados industriais de emergentes.

Celso Amorim confirmou que o Brasil aceita o pacote de salvação de Doha e disse que as concessões feitas pelos países desenvolvidos justificaram a contrapartida dos emergentes de abertura na área industrial. "Falei com o presidente Lula ontem [quinta-feira] e a instrução que recebi foi a de que, desde que os outros fossem flexíveis e que o resultado fosse favorável aos mais pobres, eu também poderia ser flexível", disse. "E posso dizer que o primeiro país que aceitou o documento foi o Brasil."

O esboço de acordo apresentado por Lamy prevê que o teto dos subsídios agrícolas dos EUA seja fixado em US$ 14,5 bilhões, uma concessão de US$ 500 milhões em relação à primeira oferta americana, apresentada na terça-feira. A contrapartida exigida com mais insistência pelos americanos, de acordos setoriais para eliminação de tarifas, foi incluída como cláusula não obrigatória.

Ainda não há acordo, principalmente pela relutância da Índia em abrir mão de uma proteção elevada pelo Mecanismo Especial de Salvaguardas. Se aplicado, o mecanismo poderia ser um obstáculo significativo para os principais exportadores agrícolas, como o Brasil, pois dificultaria a entrada nos maiores mercados emergentes, sobretudo Índia e China.

Apontado como o maior responsável pelo impasse, o ministro do Comércio da Índia, Kamal Nath, deixou a OMC ontem mantendo uma posição dura. "Não aceitaremos um acordo que sacrifique a segurança alimentar e a sobrevivência de milhões de agricultores indianos", disse. A representante do Comércio dos EUA, Susan Schwab traçou um quadro de confronto. "Um punhado de países emergentes ameaça a Rodada", disse.

Para Lula, Rodada Doha está "mais perto de um ponto de equilíbrio" – Pedro Dias Leite – Folha de São Paulo – Dinheiro – 26/07/2008

Depois de conversar por celular com o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse que a negociação da Rodada Doha está "mais perto de um ponto de equilíbrio". A posição otimista contraria os resultados das negociações mais recentes, mas Lula afirmou que "o que o meu ministro disse para mim, ele não disse para vocês".

"Nós não podemos aceitar um acordo que implique frear a indústria dos países em desenvolvimento. Mas sempre existirá um ponto de equilíbrio. Por isso a negociação é importante. Aquilo que parecia ser fácil fica difícil, aquilo que parecia difícil fica fácil. E vocês vão perceber que tudo o que parecia impossível fica possível", disse, em entrevista na varanda da imensa residência do embaixador do Brasil em Portugal.

Sorrindo, o presidente brasileiro afirmou que continua "otimista" e que não pode nem mencionar a possibilidade de fracasso. "Se eu disser que não pode acontecer, como as pessoas que fazem manchetes dos jornais são muito inteligentes, a manchete vai dizer: presidente reconhece que pode não acontecer. Para evitar essa manchete, eu até o último milésimo estarei acreditando que vai acontecer o acordo da Rodada Doha", disse Lula. Antes, havia dito que, "se não acontecer [um acordo], valeu o sacrifício".

O presidente rejeitou a mais recente oferta de alguns países, de criar cotas para a entrada do álcool em troca de uma abertura do mercado brasileiro. "Nós não queremos privilegiar um setor contra outro setor. O que nós queremos é um pacote que envolva agricultura, que possa ajudar a flexibilização do mercado agrícola europeu para os países

pobres e para os países emergentes", afirmou Lula, que confia que "a inteligência humana obrigará os governantes do mundo inteiro a ter consciência de que é preciso um acordo".

ula aproveitou ainda a entrevista para mandar uma bronca bem clara ao ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, que havia minimizado a importância das negociações: "A fala do Stephanes não tem nenhuma influência na negociação da Rodada Doha".

Fome - Antes, em discurso para os integrantes da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa), Lula havia dito que as "práticas desleais do comércio internacional" têm ligação direta com a fome no mundo, em um de seus mais duros ataques contra os subsídios "intoleráveis" dos países desenvolvidos.

Ele deixou claro que a disputa em Doha é por um "acordo que deixe de tratar o comércio agrícola como uma exceção às regras" do livre comércio e defendeu "um entendimento que não ignore as populações que sofrem no estômago com as práticas desleais do comércio internacional".

No mês passado, em Roma, na Cúpula sobre Segurança Alimentar, Lula já havia discursado que um "fator decisivo para a alta dos alimentos é o intolerável protecionismo com que os países ricos cercam a sua agricultura, atrofiando e desorganizando a produção em outros países, especialmente os mais pobres".

Ontem, em reunião fechada dos oitos integrantes da CPLP, o presidente brasileiro falou que, "após anos de dependência e de lutar contra o protecionismo das economias desenvolvidas, muitos países abandonaram suas agriculturas e, com a alta de preços e diminuição dos estoques, suas populações sofrem com a falta de alternativas". O discurso foi passado por um integrante da comitiva presidencial em Lisboa.

Acordo modesto é melhor que nada, diz Celso Lafer – Marcelo Campos - Folha de São Paulo – Dinheiro – 26/07/2008

Para ex-ministro, falta de conclusão da Rodada Doha ameaça erodir sistema de negociações - Na opinião do professor da USP, formação do G20, com os emergentes, foi um avanço, apesar das divergências entre China, Índia e Brasil

"Melhor um acordo modesto e equilibrado a nenhum acordo." A afirmação é de Celso Lafer, duas vezes ministro das Relações Exteriores, a última de 2001 a 2002, no governo FHC. Quando o tema é negociação comercial, o ex-ministro fala com conhecimento de causa: foi embaixador do Brasil junto à OMC e chefiou a delegação brasileira no lançamento da Rodada Doha, em 2001. Professor da USP, Lafer é, desde 2002, membro da Corte Permanente de Arbitragem Internacional de Haia. Leia abaixo trechos da entrevista concedida à **Folha**.

Comércio e paz

Desde o Gatt [o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio, substituído pela Organização Mundial do Comércio], em 1948, pensa-se que o comércio multilateral pode contribuir para o desenvolvimento e a possibilidade de paz. Por aumentar a interdependência entre os países e reduzir o isolamento, abre espaço para a cooperação internacional. A OMC promoveu um grande avanço, ao estabelecer normas conjuntas para conter iniciativas unilaterais. Conta com um Sistema de Solução de Controvérsias, do qual o Brasil tem se valido com sucesso, desde o primeiro caso até o mais recente, do algodão.

Mas a Rodada Uruguai [1986-1994] ficou aquém das expectativas de vários países, inclusive do Brasil. Até por isso, a rodada seguinte, Doha, tinha como objetivo levar adiante uma liberalização de produtos agrícolas mais intensa. Até então, não havia preocupação em levar em conta os interesses dos países em desenvolvimento.

O G20 foi uma inovação. Antes havia apenas EUA, UE, Japão e Canadá. O consenso se formava em cima e ia se permeando. O G20 introduziu uma nova etapa no processo negociador da OMC e só foi possível porque a China, com seu peso, passou a integrar a OMC, em 2001. Mas os interesses dos três grandes integrantes nem sempre são coincidentes. A Índia, forte em informática, quer mais abertura em serviços. A China, forte na indústria, quer mais acesso em bens industriais. Já o Brasil quer acesso a mercados para o setor agrícola e agroindustrial. Manter o equilíbrio no G20 é difícil e sempre importante.

Como defensor da importância do multilateralismo, prefiro que se chegue a um acordo modesto e equilibrado a nenhum acordo em Doha. Há o risco de, sem uma conclusão, haver uma erosão no sistema, reduzindo sua importância, o que creio ser ruim para o Brasil e o mundo.

Globalização

A globalização traz oportunidades e riscos. China e Índia se beneficiam muito. Outros ficaram em dificuldade, como os africanos. Um dos desafios da agenda internacional é a gestão da globalização em um mundo desigual. A desigualdade não deixa de ser um dos temas de Doha. O clima mundial hoje pode favorecer ou dificultar [um acordo]. Dificultar porque dois dos interlocutores passam por momentos delicados. O final do mandato desgasta o presidente Bush e diminui a margem de manobra: um acordo pode não ser aprovado no Congresso dos Estados Unidos.

A UE tem dificuldades políticas internas, como mostra a recusa, pela Irlanda, do Tratado de Lisboa. Mas pode facilitar porque o aumento do preço dos alimentos, em grande parte, fruto da incorporação dos mercados da China e da Índia, favorece um corte nos subsídios.

Aumentam as chances de um acordo na OMC – O Globo – Economia – 26/07/2008

GENEBRA. O quinto dia de negociações da Rodada de Doha renovou as esperanças de que um acordo possa ser firmado, com a apresentação de uma nova proposta pelo diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), Pascal Lamy.

O ministro de Relações Exteriores, Celso Amorim, avaliou que as chances de se chegar a um consenso “subiram de 50% para 65%”, mas que seriam necessários mais dois ou três dias de conversas. Índia, Argentina e EUA, porém, se mostraram reticentes quanto a um possível acordo.

Os principais pontos da nova proposta de Lamy foram a redução do teto para os subsídios americanos de US$ 15 bilhões — como proposto pelos EUA esta semana — para US$ 14,5 bilhões e a possibilidade de exclusão do acordo de liberalização comercial de 12% dos produtos para exportação de cada país. Até agora, os países em desenvolvimento poderiam excluir 14% dos produtos.

— O Brasil foi o primeiro país a aceitar o texto — disse Amorim, que disse ter sido orientado pelo presidente Lula a "ser flexível, se outros países mostrarem flexibilidade e se o resultado final for favorável aos mais pobres".

— O que está sobre a mesa não é perfeito, mas enfim foi estruturado o que poder ser um impulso genuíno para a economia mundial — disse o comissário de Comércio da União Européia (UE), Peter Mandelson.

O ministro de Relações Exteriores da Argentina, Jorge Taiana, disse, porém, que tem "observações sérias" a respeito da proposta de Lamy. A Índia também não se mostrou receptiva à nova proposta. A representante de Comércio dos EUA, Susan Schwab, tampouco demonstrou otimismo, afirmando que "grandes mercados emergentes estão ameaçando a rodada".

As negociações de ontem também foram marcadas por uma nova polêmica envolvendo Amorim. Na quinta-feira à noite, Mandelson escreveu em seu blog ter feito uma oferta que poderia abrir "um novo acesso significativo e valioso" ao mercado europeu para o etanol brasileiro.

Sem dar detalhes da proposta, disse que "surpreendentemente, devido à importância dessa questão em Brasília, Amorim pareceu minimizar o valor de tal oferta para o Brasil." Em entrevista à BBC Brasil, a delegação brasileira em Genebra afirmou que desconhecia a oferta e acusou Mandelson de tentar "causar intrigas." — É preciso ver a que tipo de proposta Mandelson se refere.

Amorim já tinha falado que desconfiava que a UE tentaria estabelecer cotas para o etanol. Se essa foi a proposta, é lamentável — rebateu um negociador brasileiro.

Negociadores disseram a jornalistas que a proposta se trata de uma cota para exportação de cerca de 1,4 milhão de toneladas de etanol por ano para a UE até 2020, com tarifa de 10%, menor do que o imposto-padrão de cerca de 40%. Em troca, a UE exigiria mais abertura do setor industrial brasileiro às importações européias.

Brasil se distancia de emergentes na OMC – Marcelo Ninio – Folha de São Paulo – Dinheiro – 27/07/2008

Países de bloco emergente (G20) resistem à proposta que foi aceita pelo Brasil; Argentina fala em "tensão" no MERCOSUL - União Européia nega que irá apresentar uma proposta alternativa e afirma que um acordo na OMC está próximo

Argentina, Índia e outros aliados do Brasil na OMC (Organização Mundial do Comércio) continuam resistindo à proposta feita na sexta-feira para destravar a Rodada Doha. E distanciando-se do Brasil, o primeiro país a aceitar a oferta.
O impasse também cria problemas para o Mercosul, que já não tem uma posição unificada nas negociações.

O Brasil concorda com a fórmula proposta para os cortes tarifários da indústria nos países em desenvolvimento, que prevê redução média de 54%. A Argentina, porém, a considera excessiva, temendo o impacto em sua indústria. Além disso, exige que a proteção aos setores sensíveis se estenda a 16% das linhas tarifárias, enquanto a proposta fala em 14%.

O chanceler brasileiro, Celso Amorim, evitou ontem falar em crise. "A Argentina sabe que lutamos pelo Mercosul."

À agência France Presse, contudo, o principal negociador da Argentina, Alfredo Charadia, disse que a adoção do pacote pelo Brasil "criou tensão" no Mercosul. O chanceler argentino, Jorge Taiana, se limitou a dizer que era uma "opção do Brasil", não do Mercosul.

Hoje promete ser mais um dia decisivo para o destino das discussões em torno de um acordo global de comércio. Ministros de mais de 30 países vieram a Genebra no início da semana para o encontro, cujo objetivo é reduzir as barreiras comerciais. Mas as discussões foram reduzidas a um grupo de sete países, entre eles o Brasil, que hoje voltarão a se reunir para tentar um entendimento sobre o pacote de soluções apresentado anteontem. Amorim reconheceu que o compromisso com a aliança dos países emergentes (o chamado G20) tem seus limites nesta reta final. "O G20 não é um fim em si mesmo", disse ele. "O fim é obter um bom acordo na Rodada Doha. Na hora da verdade, as avaliações podem não ser as mesmas. Cada país terá de tomar a sua decisão."

Embora nenhum dos integrantes admita abertamente um racha na aliança, os países que rejeitaram a proposta oferecida por Pascal Lamy, diretor-geral da OMC, com a condição de que fosse aceita sem alterações, continuam irredutíveis. O ministro do Comércio indiano, Kamal Nath, foi irônico ao ser indagado sobre a sobrevivência do G20. "Pergunte ao Celso [Amorim]."

Pedindo para não serem identificados, negociadores indianos revelaram que a sensação é a de que o G20, sem unidade, perdeu sua razão de ser.

O comissário de Comércio da União Européia, Peter Mandelson, que enfrenta pressão de alguns membros do bloco para reduzir as concessões agrícolas em abertura de mercado aos emergentes, disse ontem que um acordo está próximo. Seu porta-voz, Peter Power, negou que o bloco apresentará uma proposta alternativa. "É essa ou nada", disse Power à Folha.

Um dos principais entraves para o avanço das conversas é a insistência da Índia em incluir no acordo a possibilidade de aplicar picos tarifários para proteger seu mercado agrícola em casos de surtos de importação. Para Nath, a medida é essencial para não colocar em risco a "segurança alimentar" dos emergentes.

Mas um negociador indiano disse à Folha que o país tem espaço para manobrar e não será um obstáculo ao acordo. Como exemplo da disposição em negociar, disse que Kamal Nath estendeu até quarta-feira sua permanência em Genebra.

Lula reconhece divergências com aliados do G20 – Pedro Dias Leite – Folha de São Paulo – Dinheiro – 27/07/2008

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse ontem em Lisboa que o G20, grupo de países emergentes que negocia unido a Rodada Doha, "não sairá rachado", mas admitiu que há "disparidades enormes". Defendeu que "o Brasil não quebrou nenhuma solidariedade".

Anteontem, o Brasil, a União Européia e os Estados Unidos conseguiram avanços nas negociações para um acordo global de comércio nas reuniões de Genebra, mas aliados brasileiros do G20, como Índia e Argentina, resistem duramente às propostas. Ontem, Lula disse acreditar num acordo. "O Brasil não quebrou nenhuma solidariedade.

ós participamos do G20, queremos um acordo, mas vocês hão de convir que dentro do G20 nós temos também assimetrias entre os países, temos disparidades enormes. Os interesses não são os mesmos, embora nós precisemos encontrar um denominador comum."

O presidente bate sempre na tecla de que existe um compromisso dos líderes mundiais para conseguir chegar a uma solução. "Continuo acreditando que nós vamos fechar o acordo na Rodada Doha. As divergências são normais, porque envolvem muitos interesses, muitos países, milhares de empresários. Tem de ter divergências. Mas o importante é que há decisão política de que nós podemos fazer um acordo, e ele será bom para todo mundo."

Mais pobres - O Brasil adotou um discurso de que não é o principal interessado na conclusão das negociações, mas que luta em nome dos países mais pobres, para quem a abertura dos mercados ricos seria crucial.

"O que precisamos é ter um mercado realmente livre. O mundo rico precisa compreender que comércio livre significa não apenas eles quererem vender -significa eles terem disposição de comprar", disse o presidente. "Não falo do Brasil, que é competitivo. Falo pelos outros países da América Latina, falo pelos países africanos, que precisam da flexibilização do mercado europeu e do fim dos subsídios americanos."

O impasse dura meses. A atual proposta foi apresentada por Pascal Lamy, diretor-geral da OMC (Organização Mundial do Comércio), em busca de um caminho para a mais ambiciosa tentativa de abertura comercial já feita. O pacote inclui fórmulas para a redução do protecionismo agrícola dos países ricos e para os cortes nas tarifas industriais dos emergentes.

Proposta da OMC provoca racha no Mercosul – Deborah Berlinck – O Globo – Economia – 27/07/2008

GENEBRA, LISBOA e BRASÍLIA. A adesão do Brasil ao pacote apresentado pelo diretor-geral da Organização Mundial de Comércio (OMC), Pascal Lamy — numa tentativa de salvar a Rodada de Doha, cujas negociações, que acabariam ontem, foram prorrogadas até quarta-feira — afastou o país de dois poderosos aliados: a Índia, líder com o Brasil no G-20, e a Argentina, parceira no Mercosul. Ambos rejeitaram o pacote. E o bloco latino, mais uma vez, se dividiu.

Os argentinos não gostaram de o Brasil ter aceito o acordo. A equipe de negociadores da presidente Cristina Kirchner, enfraquecida devido à crise no campo, esperava voltar para casa com um trunfo na negociação da OMC. E contava com o Brasil para bater forte e extrair até a última concessão dos países ricos, sobretudo em agricultura.

— A decisão do Brasil criou tensão no Mercosul — disse à France Presse o negociadorchefe da Argentina, Alfredo Chiaradia.

Lula: 'não quebramos solidariedade com G-20'

Mas para o Brasil, o que está na mesa hoje é melhor do que um eventual fracasso da Rodada de Doha, como são chamadas as negociações para abertura do comércio mundial.

— O que os argentinos querem? Que estejamos unidos em torno do fracasso da rodada? — perguntou um membro da delegação brasileira.

Ontem à noite a rodada estava nas mãos principalmente de três países: Índia, Argentina e África do Sul. Os três rejeitaram o pacote parcial apresentado por Lamy, na sexta-feira.

São vários os pontos que distanciam Brasil e Argentina na Rodada de Doha agora. Os argentinos não aceitam a oferta dos americanos de reduzir seus subsídios agrícolas para US$ 14,5 bilhões por ano. O Brasil acha a proposta ótima.

O Brasil também aceitou a proposta de Lamy para um corte de 54%, em média, das tarifas para produtos industriais. Os argentinos alegam que isso quebraria sua indústria. Lamy também propôs uma fórmula que permitirá ao Mercosul proteger setores "sensíveis" de sua indústria: corte tarifário menor para 14% das linhas tarifárias do Mercosul. Argentina rejeitou: quer corte menor para 16% das linhas.

Perguntado sobre o racha no Mercosul, o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, que se encontrou ontem com o chanceler argentino, Jorge Taiana, negou malestar entre os parceiros — O Mercosul sempre sobreviverá.

Outra distância é com a Índia, aliado-chave do Brasil no G-20, o grupo de países em desenvolvimento criado em 2003 para fazer frente ao poder dos países ricos.

Celso Amorim defendeu a posição brasileira, detalhando as áreas onde o G-20 conseguiu avanços. A Índia não concorda, e a Venezuela de Hugo Chávez menos ainda: os venezuelanos rejeitam todo o pacote. Para Amorim, chegou-se mais longe do que se imaginava. — Agora, é tudo que a gente queria? Não é. É o ideal? Não é.

Mas isso é uma negociação.

Em Lisboa, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que o Brasil não quebrou o pacto de solidariedade com os outros países do G-20 ao aderir à proposta de Lamy e afirmou que acredita na possibilidade de um acordo até quarta-feira.

— O Brasil não quebrou solidariedade nenhuma. Participamos do G-20, queremos que o acordo seja de interesse do G20, mas vocês hão de convir que dentro do G-20

temos assimetrias e disparidades enormes entre os países. Os interesses dos países não são os mesmos, embora nós precisemos encontrar um denominador comum.

Eu continuo acreditando que nós vamos fechar o acordo.

Para especialistas, avanços concretos só em 2010

O presidente disse que os países mais pobres da América Latina e da África sairão perdendo se as negociações de Doha fracassarem, pois esses países não terão mercados para vender seus produtos agrícolas, sobretudo, num momento de crise de alimentos.

— Não falo isso pelo Brasil, porque o Brasil é competitivo na área da agricultura, tem tecnologia, tem terras, tem água, somos um dos grandes produtores agrícolas do mundo. Falo por países menores da América Latina, pelos países africanos, que precisariam de flexibilização do mercado europeu e do fim dos subsídios americanos para poder colocar seus produtos nesses mercados.

Criada em meados da década de 1990, numa conjuntura neoliberal na qual a abertura de mercado era um preceito inabalável, a OMC passa por um profundo desgaste. Não está só enfraquecida, como ficou demonstrado nas negociações ao longo da semana passada. Perdeu também credibilidade. Por isso, poderá entrar numa fase de transição que, segundo especialistas, pode levar até dez anos.

— A OMC acabará se transformando num fórum de resolução de problemas a partir de regras já existentes. Essa fase, que chamo de transição, poderá durar até dez anos — afirmou o assessor de Relações Internacionais do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Laudemir Muller.

O diretor de Negociações Internacionais da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Mário Marconini, acredita que qualquer avanço só deverá ocorrer, no mínimo, em 2010.

Mesmo na hipótese de um acordo.

— Um acordo, mesmo magro, moraliza o sistema multilateral.

Para o Brasil, não é só uma questão de filosofia.

Quanto mais competitivo o Brasil está, mais é alvejado pelos demais mercados com medidas protecionistas.

COLABORARAM Eliane Oliveira e Geralda Doca, com agências internacionais

China endurece posição e vira nova ameaça a um acordo na OMC – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 28/07/2008

O governo da China endureceu sua posição no setor industrial na Rodada Doha e a Índia conseguiu reunir quase cem países para defender novas barreiras agrícolas no pacote que se negocia na Organização Mundial do Comércio (OMC). Ontem, o acordo que começava a se desenhar nos últimos dias deu sinais de rachadura diante da demanda de alguns de que fosse reaberto. A situação é tão delicada que a representante de Comércio dos Estados Unidos, Susan Schwab, pediu a palavra no fim de uma reunião para apelar: não deixem o trabalho de sete anos ser jogado fora.

A diplomacia brasileira, que já acatou o acordo, trabalha nos bastidores para convencer os demais emergentes a aceitar o texto final. Tanto a China quanto a Índia são vistos como as novas potências econômicas no cenário internacional. Agora, passam a usar seu peso para tentar moldar um acordo com base em seus interesses.

“Tínhamos um acordo na sexta-feira com um resultado exitoso. Não era perfeito, mas tinha um equilíbrio relativo, respaldado pela maioria dos participantes. Lamentavelmente, alguns poucos mercados emergentes decidiram que queriam reequilibrá-lo a favor de outros assuntos”, atacou Schwab. “O equilíbrio é tão delicado que se você estira de um lado, desequilibra de outro. Assim, vamos romper com o único pacto de êxito que tínhamos até agora.”

Parte da surpresa veio da China. Pela primeira vez, Pequim foi convidada pela OMC para fazer parte de um pequeno grupo de países que toma as decisões na entidade. Na condição de segundo maior exportador do mundo, deixar a China de fora das decisões parecia difícil. Mas, agora, os mandarins da política comercial chinesa avisam a que vieram e deixam claro que não vão sair do processo sem ganhos claros.

Ontem, Pequim anunciou que não abrirá seu mercado para produtos agrícolas e têxteis, além de recusar a liberalização de seus setores industriais. “Não há garantias de que o pacote estabelecido sexta-feira sobreviva”, afirmou Peter Mandelson, comissário de Comércio da União Européia. “Os temas continuam sem uma solução. Vamos tentar amanhã (hoje) ainda”, disse Kamal Nath, ministro de Comércio da Índia.

Pascal Lamy, diretor-geral da OMC, avisou aos países, no fim do encontro, que hoje traria um novo pacote e pediu que os governos passassem a noite “refletindo” para evitar um fracasso. Para seus assessores, estaria cada vez mais difícil desistir do pacote, pois vários países começam a ver sinais reais de benefícios. “Nunca estivemos tão perto de um acordo. Mas falta solucionar alguns pontos”, disse o ministro do Comércio da Nova Zelândia, Phillip Goff.

Um dos promotores abertos do acordo é o chanceler Celso Amorim, que já aceitou o pacote e sabe que terá benefícios. “Ao menos o barco continua navegando e não afundou”, disse. Durante o encontro de ontem entre os ministros, um dos problemas foi a recusa da China em aceitar um texto que obriga os países a liberalizar totalmente dois setores industriais.

“Temos grandes problemas com isso”, afirmou Sun Zhenyu, embaixador da China na OMC. “Uma liberalização nesse modelo teria implicações enormes para nós”, disse.

Americanos e europeus apostam na abertura de setores como forma de vender a seus públicos as concessões no setor agrícola. Entre os alvos preferidos estão o de químicos, máquinas e veículos.

A Índia e a Argentina saíram em defesa dos chineses. “Deve ficar claro que não haverá a obrigação de negociar a liberalização de setores inteiros”, afirmou Nath. Amorim, mais uma vez, tentou mediar a situação. “O texto já diz que será uma negociação voluntária dos setores. A frase é taxativa. Mas outros países ainda estão preocupados.”Outro movimento importante de ontem foi o estabelecimento de uma aliança de China e Índia com um grupo de cem países em desenvolvimento. O objetivo é a imposição de barreiras comerciais caso sofram um surto de importações de bens agrícolas depois de um eventual acordo na Rodada Doha.

Negociadores apelam aos energéticos – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 28/07/2008

Em Genebra, já são 11 dias de negociações entre os ministros. Alguns já abandonaram a gravata. Outros confessam que tiveram de mandar seus assessores comprarem novas camisas. Com um processo lento e doloroso, a fadiga passa a fazer parte das negociações.

Foram literalmente milhares de horas de negociações. O mediador do acordo no setor industrial, Don Stephanson, calculou que manteve reuniões por 2 mil horas para fazer sua proposta. Para agüentar o ritmo de negociações, o diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), Pascal Lamy, enviou uma comunicação aos funcionários sugerindo que comam banana.

Assistentes do comissário de Comércio da União Européia (UE), Peter Mandelson, andavam pelos corredores da entidade com Red Bull e outros energéticos.

Desde 2001, o processo foi interrompido em várias ocasiões, seja por motivos políticos ou incapacidade dos negociadores de superar impasses técnicos. Nos corredores da OMC, os dias misturam a exaustão dos negociadores e o entusiasmo por uma conclusão do processo. Nas salas, o cansaço é evidente e ministros chegavam a penar no uso de línguas estrangeiras por horas.

O chanceler Celso Amorim brincou no sábado quando foi perguntado, perto das 21 horas, se teria ainda mais alguma reunião naquele dia, já que as negociações em várias ocasiões entraram pela madrugada. “É sábado à noite”, disse.

Parte de algumas delegações já começavam a deixar Genebra ontem, alegando que não previam permanecer na Suíça por tantos dias.

O próprio Mandelson afirmou que as negociações dos últimos dias foram as mais difíceis de sua longa carreira política. Foi ele quem conduziu o Partido Trabalhista à vitória na Inglaterra nos anos 90.

Até mesmo o Vaticano foi dar uma espiada no que se negociava. O embaixador da Santa Sé perante as organizações internacionais, Silvano Tomassi, alertou que um acordo estaria difícil porque as pessoas “não estavam prontas para um entendimento em seus corações”. O Vaticano, assim como outros Estados, conta com terras subsidiadas na Europa.

UE oferece ao Brasil cota ao etanol - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 28/07/2008

A União Européia (UE) ofereceu ontem uma nova cota ao etanol brasileiro para tentar fechar um acordo com o Brasil na Rodada Doha. Para o Itamaraty, não haverá um acordo final enquanto não houver uma solução para o produto que é o carro-chefe da política comercial do governo Lula. Há dois dias, Bruxelas havia oferecido 1,4 milhão de toneladas em dez anos, mas o governo alertou que o volume seria insuficiente. Agora, apresentou novos números que começam a deixar o setor privado mais satisfeito.

Pela nova proposta, a cota estaria indexada pelo consumo futuro europeu, o que permitiria um incremento nas exportações nos próximos anos. “Estamos avançando o debate”, afirmou o chanceler Celso Amorim, sem declarar que estaria satisfeito com o volume dado pelos europeus.

Mesmo assim, o setor privado brasileiro alerta que pressionará pela abertura de uma disputa na Organização Mundial do Comércio (OMC) se a Rodada Doha não der uma solução e de fato reduzir as tarifas para a exportação do etanol nos Estados Unidos (EUA) e Europa. “Vamos ter de abrir uma disputa se não sairmos sem um acordo”, alertou Marcos Jank, presidente da União da Indústria de Cana-de-açúcar (Unica), que foi até Genebra acompanhar o processo.

“Se o processo continuar como está, o etanol será o único produto que não será beneficiado da Rodada Doha”, afirmou Jank. Ontem, o chanceler Celso Amorim confirmou que continua negociando um acesso aos mercados tanto da Europa como dos EUA e insinuou que não há como fechar um acordo sem uma solução para esse tema.

Nas negociações com a UE, a proposta inicial de Bruxelas significaria um congelamento do atual comércio pelos próximos 20 anos, o que não foi aceito pelo País. Já com os EUA, os diplomatas americanos e o chanceler Celso Amorim se reúnem hoje para debater a situação.

A Casa Branca, porém, resiste em cortar a tarifa que hoje é de 54 centavos de dólares por galão. A medida é possível graças a um artigo no acordo da OMC que permite que países escolham produtos que ficam de fora de liberalizações. “Esse é o cupim no porão do prédio da OMC que ameaça todo o edifício”, afirmou Jank.

NAVIO - Se o caso do etanol está difícil, o do açúcar é ainda mais complicada. Um navio e meio por ano. Esse é o volume que a Europa aceitará importar a mais do Brasil como resultado da Rodada Doha em termos de açúcar. O alerta é do setor privado brasileiro que destaca que a Rodada Doha oferecerá uma ampliação pequena para as exportações nacionais do setor.

Pela proposta européia, uma cota seria criada para que, em 2018, o acesso ao mercado da UE chegue a 650 mil toneladas. “Isso ainda precisará ser dividido entre todos os exportadores”, comentou Jank.

No primeiro ano, a cota extra seria de 65 mil toneladas de açúcar. “Isso é uma gota perto dos 20 milhões de toneladas que o Brasil exporta hoje”, disse Jank.

Para a UE, não há como abrir mais o mercado. Isso porque, com a queda dos subsídios nos últimos anos ao setor, 10 mil trabalhadores teriam sido demitidos, com cerca de 47 usinas de açúcar fechando suas portas. Na avaliação do governo brasileiro, essa redução ocorreu porque o setor europeu simplesmente não é produtivo.

Ontem, os países latino-americanos chegaram a um acordo sobre o comércio de banana com a Europa. O tema foi alvo de cerca de dez anos de disputas legais. O Brasil acatou o entendimento. Pelo acordo, a tarifa para a banana ficará em 148 por tonelada de produto em 2009, caindo para 114 em 2016.

Força-tarefa tenta achar solução para Argentina –Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 28/07/2008

A Organização Mundial do Comércio (OMC), o Brasil e até Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) tentam encontrar uma solução para acomodar a posição argentina na Rodada Doha. Buenos Aires deixou novamente claro ontem que não aceita o pacote proposto pela entidade. O problema central seria o número de setores industriais que poderiam ser declarados sensíveis.

O Mercosul também poderia ser chamado para que a distribuição dos setores sensíveis seja feita de uma forma que acomode os argentinos.

Uma das opções é criar um modelo que permita aos argentinos incluir um número maior de setores sob proteção, mas que sirva apenas para o Mercosul e não abra precedentes para que outros também peçam novas exceções. A Índia chegou a sugerir que o Brasil abra mão de setores que quer manter protegidos para permitir um acerto com a Argentina.

Por estarem em uma união aduaneira, Brasil e Argentina precisam adotar a mesma tarifa de importação. Para isso, precisam contar com uma política comercial e uma posição comum na OMC. O problema é que o Brasil já saiu em defesa do pacote que hoje está sobre a mesa e rompeu com a posição de Buenos Aires.

Jorge Taiana, ministro de Relações Exteriores da Argentina, afirmou ontem aos ministros na OMC que seu país não teria como aceitar o pacote. Horas antes, o diretor da entidade, Pascal Lamy, o chamou para uma conversa com a intenção de contornar a crise.

O chanceler Celso Amorim deu indicações de que o Brasil também fará um esforço para acomodar os argentinos. “O Mercosul está vivo. Faremos o que for necessário para ajudar a encontrar uma solução”, afirmou.

O Mercosul tem o direito de manter 1.240 linhas tarifárias sob proteção. Uma das opções em debate seria a de permitir que os argentinos tenham um número maior de setores, mas que o total do Mercosul não seja afetado. Para isso, o número de setores protegidos no Brasil sofreria uma queda. “Estamos acompanhando o que ocorrerá nessa negociação”, garantiu Mario Marconini, diretor de Relações Internacionais da Fiesp. A entidade estaria disposta a rever o número de linhas tarifárias sob proteção.

Itamaraty tenta minimizar críticas – Denise Chrispim Marin – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 28/07/2008

A perspectiva de a Rodada Doha chegar a um acordo final levou o Itamaraty a ensaiar, previamente, um discurso para desmontar as críticas de que as concessões na área industrial foram gordas demais para compensar ganhos tão pífios na área agrícola.

Na noite de ontem, enquanto os ministros de cerca de 30 dos 153 países da Organização Mundial do Comércio (OMC) tentavam chegar a um acerto, negociadores brasileiros defendiam que os resultados já alcançados são satisfatórios, uma vez que esta é apenas a segunda rodada multilateral a trazer a agricultura entre os seus temas centrais. “Dizer que o preço do acordo foi alto demais é uma leitura de leigo, uma leitura errada de quem não tem interesse afim com a abertura comercial”, afirmou um negociador. “A referência para nós, nessa Rodada, não é o que pagamos em termos de abertura industrial. Mas o fato de termos conseguido enormes cotas para os nossos produtores rurais.”

O enunciado do negociador dá uma idéia do quanto o Itamaraty está propenso a esquecer as ambições do governo brasileiro e do setor do agronegócio nos últimos sete anos e justificar um acordo que não deverá trazer ganhos na área agrícola. Essa dimensão foi compreendida pela Argentina, cujo governo resiste a aderir ao compromisso. Até ontem, a negociação caminhava para um compromisso dos países em desenvolvimento - ou seja, para o Brasil e seus sócios do Mercosul - de corte de 54% nas tarifas de importação de bens industriais, com margem de proteção para 14% das linhas tarifárias.

Na área agrícola, os Estados Unidos haviam prometido o teto de US$ 14,5 bilhões ao ano para os subsídios dados a seus agricultores, quando seus desembolsos nos últimos 12 meses ficaram em torno de US$ 7,5 bilhões. A União Européia aceitou o corte de 54% nas suas tarifas para produtos agrícolas, que chegam a 200%, mas com exceção para 4% das linhas tarifárias. Nessa faixa devem ser abrigados todos os produtos de interesse do Brasil e da Argentina, alguns dos quais seriam apenas beneficiados por cotas.

Em princípio, os europeus concordariam em aplicar tarifas de importação menores para as cotas anuais de 300 mil toneladas de carne bovina, 300 mil toneladas de carne de frango e de 650 mil toneladas de açúcar - nenhuma exclusiva para o Brasil. Está em negociação uma cota de 1,4 milhão de litros de etanol, o mesmo volume que estava na negociação do acordo de livre comércio UE-Mercosul, suspensa há dois anos.

OMC, entre o fracasso e a mediocridade – Marcelo de Paiva Abreu – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 28/07/2008

É certamente audacioso escrever sobre a Rodada Doha em momento de indefinição, antes de saber o que ocorrerá no fim da semana. Com base nos primeiros três dias da reunião ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), uma coisa é certa: qualquer dos cenários que acabar prevalecendo estará longe de ser auspicioso. Com os grandes protagonistas, como os Estados Unidos e a União Européia, preferindo a mediocridade à ambição, os cenários possíveis são ou o fracasso total das negociações ou avanços modestos, com a obtenção de equilíbrio medíocre de "concessões".

Embora a probabilidade de fracasso completo da reunião seja baixa, está longe de ser totalmente desprezível. Já se vislumbram os possíveis vilões da peça: a França, na defesa do protecionismo agrícola, a China e a Índia, mesclando protecionismo agrícola e industrial, e a Argentina, obstinadamente resistente à redução das tarifas industriais. Isso para não falar de descontentamento entre as economias em desenvolvimento, que poderão contestar a eficácia da sua representação no "salão verde", reservado aos eleitos. Em comparação, Estados Unidos e Brasil, apesar de protagonistas de espetacular "shadow boxing" circense, com direito a menções a Goebbels e ao holocausto, parecem comparativamente flexíveis. Eventual inflexibilidade brasileira decorreria da rigidez originada de seus acordos formais e informais com a Argentina, no Mercosul, e com a China e a Índia, no âmbito do G-20. As escolhas brasileiras podem tornar-se escolhas de Sofia.

Fracasso na reunião atual significa postergar a conclusão da rodada por dois ou três anos. Tenderia a enfraquecer a OMC e aumentar a sua leniência em relação ao protecionismo. Mas esse argumento tem mostrado fadiga em meio a uma sucessão de reuniões da OMC marcadas por falta de ambição. O argumento de que é melhor um resultado medíocre do que nenhum resultado tem sido usado com desenvoltura excessiva. A justificativa central para as rodadas multilaterais de liberalização é a possibilidade de desmantelamento de lobbies protecionistas enraizados nacionalmente com base nas pressões de exportadores interessados na expansão de seus mercados. Com a proliferação de arranjos para acomodar produtos "sensíveis", a justificativa perde boa parte de seu vigor. Um fracasso retumbante poderia ajudar a concentrar as mentes e deslanchar processo que busque revigorar o combalido sistema multilateral de comércio.

Não se deve menosprezar a pujança dos interesses para que a rodada seja declarada um sucesso, qualquer que seja o pacote de liberalizações finalmente acordado. Isso, somado às preocupações quanto à preservação da credibilidade da OMC, é que torna mais provável um resultado que descaracterize o fracasso, mesmo que isso requeira a apresentação do resultado com muito panglossianismo.

Mas as dificuldades são substanciais. O sinal de partida, necessariamente, deveria ser dado pelo maior protagonista - os Estados Unidos - na agricultura, foco da rodada que se presume do "desenvolvimento". Mas deu chabu: os Estados Unidos abriram o jogo com uma proposta de teto de subsídios de US$ 15 bilhões, admitindo tetos por produto, mas

condicionada a uma cláusula da paz que bloquearia o questionamento dos subsídios na OMC.

A foto de Susan Schwab brandindo um gráfico que pretendia mostrar que os subsídios agrícolas dos Estados Unidos excederam o teto proposto em sete dos últimos dez anos é patética. Não apenas porque o gráfico não mostra o que argumenta a negociadora norte-americana, mas porque ilustra o primitivismo do processo negociador. Já o Brasil prefere calcular a média dos subsídios norte-americanos desde 2002, quando os preços agrícolas mundiais estavam mais altos e, com base nisso, insiste num corte para US$ 13 bilhões. Não se entende bem por que o assunto, desde o início das negociações, não foi encaminhado com base numa escala móvel de subsídios, dependendo do nível dos preços mundiais. Em vista do retrospecto de Washington quanto ao painel do algodão, seria temerário aceitar a cláusula da paz. Se a isso se somar a propalada intenção dos Estados Unidos de considerarem o etanol um produto sensível, o pacote fica desinteressante para o Brasil.

O papel da União Européia foi bem pior, com o negociador europeu entremeando as habituais práticas de intoxicação da imprensa, acusando o Brasil de estar "por trás" da crise em Doha, e com pueril encenação tentando vender um corte de 54% de tarifas como sendo de 60%, felizmente, logo desmoralizado por declarações de seus colegas europeus. O ambiente não parece auspicioso para a oferta de cotas tarifárias agrícolas, por parte da União Européia, que satisfaçam minimamente os países em desenvolvimento.

O enrijecimento do protecionismo agrícola não se limita às economias desenvolvidas. Índia, Indonésia e China têm insistido não apenas em tratamento de exceção para produtos "especiais", isto é, "sensíveis", como também em salvaguardas especiais generosas, que permitam o aumento de tarifas consolidadas no caso de surtos de importações. São grandes, também, as resistências dos países em desenvolvimento aos cortes de tarifas industriais combinados com a exclusão de produtos "sensíveis". Isso para não falar nas resistências à ênfase dos Estados Unidos em acordos seletivos de liberalização setorial para zerar tarifas industriais. Para coroar, o Mercosul, dada a lista de exceções da Tarifa Externa Comum, pretende maior flexibilidade na definição de "sensíveis". A solução para acomodar essa multiplicidade de "sensibilidades" é, necessariamente, um equilíbrio medíocre. ***Marcelo de Paiva Abreu, Ph.D. em economia pela Universidade de Cambridge, é professor titular do Departamento de Economia da PUC-Rio***

Resistência de China e Índia travam OMC – Marcelo Ninio – Folha de São Paulo – Dinheiro – 28/07/2008

Gigantes emergentes são maiores barreiras para acordo de liberalização do comércio global negociado em Genebra - Divergências dentro do Mercosul após rejeição argentina de redução de tarifa industrial também é entrave para acordo

As negociações em torno de um acordo global de comércio esbarram na resistência dos dois maiores países emergentes em aceitar a proposta apresentada na sexta-feira para romper o impasse.

Índia e China exigem modificações no pacote de soluções elaborado pelo diretor-geral da OMC (Organização Mundial do Comércio), Pascal Lamy, o que é rejeitado vigorosamente pelos países desenvolvidos, sobretudo os Estados Unidos.

Para a Índia, o maior problema é aceitar a fórmula de limites à importação. Seu argumento é que ela não fornece proteção suficiente aos pequenos agricultores e põe em risco a segurança alimentar. Paraguai e Uruguai fazem firme oposição à medida, em mais um foco do racha entre os emergentes.

Já a China rejeita a linguagem incluída na proposta de acordos setoriais para reduções tarifárias na indústria. Exige que fique claro o caráter voluntário dos acordos. Além disso, Pequim retrocedeu nas negociações e agora diz que não aceita cortar tarifas sobre três produtos -arroz, trigo e açúcar. O endurecimento chinês preocupa os grandes produtores agrícolas emergentes, entre eles o Brasil. Depois de sete dias de intensa barganha, as chances de um acordo estão entre 65% e 75%, disse o chanceler brasileiro, Celso Amorim. "O fato de o barco continuar navegando e não ter afundado é uma boa notícia neste estágio." O Brasil, que foi o primeiro a aceitar o pacote de Lamy, continua firme em sua oposição a mudanças no texto, distanciando-se de aliados como Índia e Argentina.

A insistência argentina em exigir mais proteção para sua indústria dos cortes tarifários para o Mercosul já aceitos por Brasil, Uruguai e Paraguai causa tensão no bloco e é mais um entrave para um acordo final. Hoje serão apresentados novas versões dos documentos que servem de base para o ambicioso projeto de liberalização da agricultura e da indústria.

Um negociador disse à **Folha** que ainda há outros pontos pendentes, mas que, se Índia e China forem dobradas, o caminho estará pavimentado. A boa notícia do dia foi dada por Amorim, sobre o provável acordo de redução das tarifas de importação de bananas da América Latina na União Européia. "É um acordo histórico." A exigência dos latino-americanos em ter tarifas menores, aproximando-se do tratamento preferencial dado às ex-colônias da África, Caribe e Pacífico, era uma ameaça a um acordo. Mas ainda é preciso convencer alguns africanos.

A Índia tentou mostrar força em sua defesa de um freio mais potente às importações em casos de emergência. Apresentou documento com o apoio de mais de cem países à idéia de impor tarifas mais altas que as propostas por Lamy quando houver surtos de importação.

Indagado pela Folha se a Índia aceitaria flexibilizar sua posição para destravar as negociações, o ministro do Comércio, Kamal Nath, preferiu escapar da responsabilidade por um fracasso. "A Índia não está sozinha", disse Nath, apontado como o negociador mais inflexível entre os sete que participam do fórum reduzido das discussões.

Apesar das dificuldade e das divisões entre países emergentes, há a sensação de que o preço político de um fiasco seria mais alto do que o de aceitar propostas imperfeitas. "Com o pacote apresentado, passamos do ponto do não-retorno", disse uma fonte da OMC que não quis se identificar.

Itamaraty tira prioridade do Sul Clovis Rossi – Folha de São Paulo – Dinheiro – 28/07/2008

AO ACEITAR a proposta de acordo apresentada pela direção da OMC, o governo brasileiro jogou fora, numa noite, a política pró-Sul que adotou com vigor nos cinco anos e meio do governo Lula.

Não se trata nem de julgar se essa política era a correta ou se seria melhor a que pregava o contrário (aproximar-se mais e mais do mundo rico). Há bons argumentos em favor de uma e outra linha. O importante, no caso, é a perseverança em uma dada direção ou, em caso de mudança de rumo, uma razão forte o suficiente para ser facilmente compreendida pelo público e os parceiros externos.

Não foi o que ocorreu. O Brasil passou os últimos cinco anos, desde a criação do G20 em 2003, defendendo a tese de que a Rodada Doha era, centralmente, uma questão de liberalizar a agricultura dos países ricos em benefício dos pobres. Nem a competente dialética dos diplomatas brasileiros em geral e, em particular, do chanceler Celso Amorim será capaz de convencer quem quer que seja que houve, na noite de quinta para sexta-feira passadas, concessões dos países ricos que ao menos se aproximassem do defendido há cinco anos.

Qual era o nó agrícola mais saliente nas negociações da semana passada? O volume de subsídios que os EUA dão a seus agricultores. O G20 passou cinco anos defendendo um teto de US$ 13 bilhões. Os EUA ofereceram inicialmente US$ 15 bilhões, rejeitados pelo G20. Aí, surgiu a proposta de Pascal Lamy, o diretor-geral da OMC, de US$ 14,5 bilhões, uma redução microscópica e, ainda assim, o dobro do que vem sendo efetivamente concedido aos agricultores dos EUA nestes tempos de elevados preços de commodities agrícolas.

O Brasil aceitou, o que leva a uma de duas suposições: ou todo o empenho por um teto menor era jogo de cena ou, agora, o rumo da diplomacia mudou para agradar os ricos em vez de solidarizar-se com o Sul. Trocar de linha por uma diferença de US$ 500 milhões não parece uma justificativa convincente.

Pior, no entanto, é a punhalada pelas costas na Argentina. Vejamos: o Brasil estava perfeitamente confortável com o nível de proteção a sua indústria previsto no documento prévio às reuniões da semana passada. Só o rejeitou para defender o Mercosul ou, mais exatamente, a Argentina, que reclamava um grau maior de proteção.

Defender o Mercosul tornou-se um dos principais cavalos de batalha da diplomacia brasileira, como disse à **Folha**, em Roma, no mês passado, o próprio Lamy. De repente, de novo em uma única noite, o Itamaraty dá as costas ao seu aliado mais importante na região prioritária para a diplomacia brasileira (o Mercosul e a América do Sul) sem que tenha havido qualquer contrapartida significativa dos ricos. Pior: colhe o governo de Cristina Kirchner em seu pior momento interno. A oposição certamente usará a punhalada como sinal de que o governo Kirchner está isolado externamente.

Por fim, debilita outro projeto prioritário, o Ibas (Índia/ Brasil/África do Sul), típica aliança do Sul. Os dois parceiros rejeitaram energicamente a proposta que o Brasil aceitou gostosamente.

Se todos esses danos colaterais tivessem ocorrido em troca de ganhos formidáveis no comércio global -que, afinal, é o que domina o jogo diplomático de países, como o Brasil, que não têm força militar ou econômica para outros jogos-, seria fácil de entender. Mas ante resultados tão modestos, fica a impressão de que a diplomacia brasileira quis apenas mostrar-se bem comportada com os ricos. Exatamente o que vinham pedindo os setores políticos e diplomáticos que eram ironizados até então pelo governismo como subservientes ao Norte e preconceituosos com o Sul.

Incerteza e divisão entre emergentes marcam negociações finais na OMC – Deborah BErlinck – O Globo – Economia – 28/07/2008

GENEBRA. As negociações da Rodada de Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC) entram hoje na reta final em meio a um clima de total incerteza. A três dias do fim previsto da reunião, os principais negociadores dizem que nunca estiveram tão perto de um acordo. Mas todos avaliam que o pacote inteiro poderá ruir se persistirem rachas em pontos fundamentais.

Ontem, a China — país crucial nesta rodada — anunciou que não quer abertura de mercado em pelo menos três produtos: açúcar, algodão e arroz.

— Este não é um mercado de interesse direto para o Brasil.

Exportar açúcar brasileiro para a China tem um custo de transporte muito alto — disse um negociador brasileiro, minimizando o impacto do anúncio.

Índia e África se opõem a proposta aceita por Brasil O Brasil tem direito a exportar 2 milhões de toneladas de açúcar por ano para a China.

Ontem, o racha sobre o qual já se falava entre países em desenvolvimento ficou evidente. Vários grupos reunindo países mais pobres (africanos, caribenhos, alguns países asiáticos) divulgaram documento de três páginas questionando a proposta do diretor-geral da OMC, Pascal Lamy, que fora aceita pelo Brasil.

— Este documento mostra que eles não têm vontade de negociar — afirmou um negociador brasileiro.

O documento é apoiado pela Índia, outro país-chave na rodada.

Ontem, o ministro do comércio indiano, Kamal Nath, usou o texto dos mais pobres como exemplo de que a Índia não está isolada nas suas queixas ao pacote de Lamy.

Os cerca de cem países que endossam o documento querem mais proteção para a agricultura, exigindo salvaguardas especiais, que permitiriam aos países em desenvolvimento elevar suas tarifas no caso de surto de importação. O texto de Lamy sugere que as salvaguardas sejam acionadas quando o surto de importações ultrapassar 40% da média das importações dos últimos três anos. Mas o grupo exige 10%. A reivindicação não apenas esbarra na resistência dos países ricos, como do Brasil. O país vê nisso uma ameaça às suas exportações agrícolas aos países em desenvolvimento.

Sem mencionar Índia ou China, a representante de Comércio da Casa Branca, Susan Schwab, acusou ontem economias emergentes de estarem impedindo um acordo.

— Estávamos caminhando para um acordo. Infelizmente, alguns poucos mercados emergentes decidiram que querem rever (o documento).

Os ganhos e as concessões – O Globo – Economia – 28/07/2008

AGRICULTURA

O que foi acertado até agora

• Eliminação de subsídios às exportações em 2013 • Limite de US$ 14,5 bilhões por ano para os subsídios domésticos dos EUA, contra mais de US$ 40 bilhões no passado (ainda assim, é quase o dobro dos US$ 8 bilhões repassados em 2007) • Redução de 80% dos subsídios domésticos da EU para o máximo de G 23 bilhõespor ano (cerca de US$ 36 bilhões) • Limitação dos subsídios por produto • Inclusão dos programas de reforma agrária e financiamento de agricultura familiar na categoria de subsídios permitidos • Corte de 54%, em média, das tarifas agrícolas dos países ricos • Eliminação de salvaguardas agrícolas especiais para países ricos, o que beneficiará exportações brasileiras de frango e açúcar

O que está pendente

• Salvaguardas especiais: permitem imposição de tarifas em caso de surto de importação. É uma exigência de China, Índia, Uruguai, Paraguai e países mais pobres. Brasil não é contra, mas teme que isso seja usado por potências emergentes como China e Índia contra produtos brasileiros • Produtos Especiais: trata-se de uma lista de produtos com maior proteção, ou seja, para os quais a redução de tarifas será menor ou não existirá. Índia, China, Indonésia e Filipinas insistem nesse ponto • Algodão: o principal problema é o subsídio americano. Há um compromisso desde 2005 de que os subsídios ao algodão terão cortes maiores do que outros produtos. Os subsídios americanos chegaram a US$ 3,6

bilhões por ano, mas hoje estão em torno de US$ 800 milhões. EUA se opõem a grandes reduções • Etanol: a Europa quer transformar o etanol em produto sensível, o que significa que o corte de tarifas seria menor. O Brasil se opõe a essa posição e afirma que vai brigar até o fim para excluir o biocombustível da categoria

INDÚSTRIA

O G-20 não tem posição nesta área porque foi criado para tratar de temas agrícolas

O que o foi acertado até agora

• Haverá negociações setoriais, como querem os EUA. O Brasil diz que se compromete a participar das negociações setoriais, mas não necessariamente dos resultados • Haverá cláusula de anticoncentração, isto é, cláusula que impede países emergentes de concentrar sua proteção num só produto

O que o Brasil queria

• Manter flexibilidade para proteger setores industriais em lista de exceção • Fazer a menor concessão possível • Oposição a negociações setoriais, isto é, negociações paralelas para abertura de mercados por setor, como pedem os EUA • Oposição à cláusula de anticoncentração

Agronegócio do Brasil pode ter ganho de US$ 4,9 bi com Doha - Raquel Landim – Valor Econômico – Brasil - 28/07/2008

As negociações da Rodada Doha, da Organização Mundial de Comércio (OMC), vão gerar um aumento de US$ 7,36 bilhões, pelo menos, nas importações agrícolas de União Européia e Estados Unidos, caso sejam seladas seguindo o esboço em discussão em Genebra, revelam cálculos do Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (Icone). A estimativa considera os três produtos que mais interessam ao Brasil: etanol, carne bovina e de frango

As importações desses produtos por EUA e UE subiriam de US$ 4,19 bilhões na média entre 2004 e 2006 para US$ 11,55 bilhões em 2014. O período de implementação da Rodada Doha vai de 2010 a 2014. Para carnes, valem apenas as vendas para os europeus, já que os americanos não importam por restrições sanitárias. O cálculo inclui somente o acesso ao mercado e não considera os ganhos indiretos com corte de subsídios.

Se o Brasil mantiver a participação nesses mercados, o ganho agrícola para o país com a Rodada Doha seria de US$ 4,9 bilhões. Esse cenário significaria incremento de quase 190% nas exportações brasileiras de carne bovina, de frango e etanol para as duas maiores potências do planeta. As vendas do Brasil subiriam dos atuais US$ 2,6 bilhões para US$ 7,48 bilhões. O país responde hoje por 63% das importações de carne de frango e 52% da carne bovina da União Européia, e por 72% das importações de etanol dos EUA e da UE.

"Só que esse é o único ganho para a agricultura brasileira na Rodada Doha", disse André Nassar, diretor-executivo do Icone, um "think-tank" financiado por associações agrícolas. "Não podemos mascarar o fato de que as negociações globais não trouxeram nenhuma vantagem para o Brasil nos países emergentes". Na sua avaliação, o principal ponto negativo da Rodada é que China e Índia não foram obrigadas a abrir seus mercados agrícolas. Esse países são alvos prioritários para a agricultura brasileira no futuro, por conta do potencial de crescimento das vendas.

Para calcular os ganhos, Nassar considerou o compromisso selado na sexta-feira por Brasil, EUA, UE, Japão, Austrália, China e Índia. Desse grupo, os indianos são os únicos que ainda discordam. O acordo está agora está em discussão com os demais países-membros. O pacote prevê redução de 70% nas tarifas agrícolas mais altas dos países ricos. Até 4% dos produtos poderão ser designados como sensíveis, o que significa redução menor de tarifa, mas, em compensação, os países devem oferecer alta de 4% nas cotas. No etanol, as negociações ainda não terminaram. O cálculo do Icone pressupõe cota equivalente a 10% do consumo futuro - um percentual que seria considerado "razoável" pelo Brasil.

As importações européias de carne bovina aumentariam 73% em volume e 100% em valor após a implementação da Rodada Doha, conforme as estimativas do Icone. As compras de carne bovina do bloco subiriam 83% em volume e 112% em valor. Já as importações de etanol por EUA e UE aumentariam 224% em volume e 293% em valor. Contrariando temores do setor privado, os dados demonstram que a Rodada Doha vai gerar incremento real no comércio em volume. Os ganhos em receita, entanto, são maiores, porque volumes já vendidos serão apenas incorporados na cota, gerando margens de lucro mais altas.

"O acordo está bem equilibrado na sua modéstia", avaliou Marcos Jank, presidente da União da Indústria Canavieira de São Paulo (Unica), ressaltando que ainda faltam os "10 minutos do segundo tempo", referindo-se às discussões hoje e amanhã em Genebra. Ele disse que a negociação sobre etanol está mais complicada com os EUA do que com a UE. Os europeus pedem a criação de cota, e oferecem um volume que está distante da demanda brasileira, mas os EUA sequer aceitam discutir a tarifa de 0,54 centavos por galão.

"Sou favorável a um acordo, mas um retrocesso não tem cabimento", disse Pedro de Camargo Neto, presidente da Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína (Abipecs), que não está satisfeito com o pacote. Para ele, as perdas futuras nas vendas para a China são maiores do que ganhos atuais nas exportações para a Europa. No caso de suínos, uma exceção reduz o aumento da cota de 4% para apenas 1%.

Para a CNI, 56% dos produtos terão corte real de tarifa – Assis Moreira e Raquel Landim – Valor Econômico – Brasil - 28/07/2008

A tarifa de importação de automóveis, calçados, têxteis e vestuários declinará de 35% para 23,8% ao longo de dez anos, pelo acordo industrial que o Brasil aceita na Rodada Doha, da Organização Mundial de Comércio (OMC). Esses produtos terão corte tarifário menor (50% do que for aplicado sobre os outros), porque devem ser designados como sensíveis. No total, o país poderá proteger 14% das 8.850 linhas tarifárias em conjunto com os parceiros do Mercosul.

Em contrapartida, o país optará por uma redução maior nos demais setores. Assim, em 86% das tarifas a alíquota máxima de importação declinará de 35% para 12,7% em dez anos, com aplicação integral da redução definida na negociação. No jargão da OMC, significa optar pelo coeficiente 20.

De acordo com Soraya Rosar, coordenadora da área de negociações internacionais da Confederação Nacional da Indústria (CNI), é mais vantajoso para o Brasil optar por um limite maior de produtos sensíveis porque a diferença de redução tarifária média entre os

coeficientes 20 e 25 é de apenas 1,5 ponto percentual. Pelo coeficiente 25, que não permite produtos sensíveis, a tarifa média de importação do Brasil ficaria em 13,5%.

A representante da CNI rebate a crítica dos países ricos de que a atual proposta não significa melhoria efetiva no acesso ao mercado brasileiro. Pelos cálculos da entidade, 56% dos cortes vão perfurar a atual Tarifa Externa Comum (TEC), ou seja, significam redução real nas tarifas de importação. Ela afirma ainda que há uma série de outros setores que também devem ter produtos incluídos como sensíveis, caso de papel, brinquedos, produtos químicos, etc. "São poucos os setores que não precisam de alguma proteção", disse.

Apesar de considerar os cortes significativos, a avaliação geral dos empresários industriais é positiva e o governo brasileiro não deve enfrentar dificuldades para "vender" o acordo internamente. "O acordo está muito equilibrado e razoável no contexto da negociação. O Brasil decidiu ser líder e isso tem um custo maior", disse Mário Marconini, diretor de negociações internacionais da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). "Não está nos níveis que nós gostaríamos, mas estamos conseguindo as flexibilidades necessárias para acomodar os produtos sensíveis", concordou Soraya.

A lista de linhas tarifárias protegidas dependerá de negociações no Mercosul. A Argentina, sobretudo, não tem os mesmos itens sensíveis que o Brasil. Mesmo em setores como têxtil, que preocupa os dois países, as linhas que necessitam de proteção nem sempre coincidem. No Brasil, a indústria brasileira já havia chegado a uma lista definindo 16% das linhas.

Uma solução específica para a Argentina está sendo buscada na OMC, mas negociadores ainda acham que isso deve ser resolvido dentro do Mercosul, com mais espaço para os produtos argentinos serem protegidos. A indústria brasileira não admite pagar a conta da Argentina. "O esforço que terá que ser feito agora é muito mais junto aos argentinos do que da parte brasileira", disse Soraya.

Para a representante da CNI, a lista de sensíveis do sócio do Mercosul é maior do que a do Brasil. Ela também ressalta que os argentinos já obtiveram vantagens porque deverão limitar seus sensíveis ao volume de comércio do Brasil. A nova regra é mais vantajosa, porque o comércio argentino é concentrado em poucos itens. "A Argentina teve mais espaço para acomodar seus produtos. Em contrapartida, esperamos um corte real na sua lista de sensíveis", disse ela.

O acordo industrial que o Brasil aceitou na OMC prevê uma cláusula anti-concentração, que impede a proteção de todas as linhas da mesma nomenclatura tarifária ou capítulo. Nos setores sensíveis, 20% das tarifas terão corte integral (54% na média, segundo o Itamaraty). As outras 80% poderão ser protegidas com corte pela metade. Embora a indústria brasileira seja contra essa cláusula, a avaliação dos seus representantes é de que não haverá grandes problemas.

Para a indústria brasileira, os acordos setoriais são agora o tema mais delicado. Os emergentes se comprometeram a participar da negociação de dois acordos setoriais, para eliminar ou reduzir mais rapidamente as tarifas. Europeus e americanos querem a abertura acelerada do setor automotivo. Os brasileiros topam acordo setorial em gemas ou mármores.

Soraya, da CNI, frisa que esses acordos são voluntários e que o Brasil vai apenas participar da negociação sem qualquer compromisso com os resultados. A Anfavea, associação dos produtores de automóveis, diz ter "enorme preocupação" com as pressões da UE e EUA por acordos setoriais, conforme seu representante Pedro Bettancout. **(AM e RL)**

Mercosul deve perder relevância – Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 28/07/2008

O Mercosul pode perder relevância e o projeto brasileiro de integração da América do Sul sairá arranhado com o racha entre Brasil e Argentina na Rodada Doha, estima Alfredo Valladão, professor da cátedra Mercosul do Instituto de Estudos Políticos de Paris. O Brasil aceitou um acordo de liberalização industrial na Organização Mundial do Comércio (OMC) que a Argentina recusa. Se Buenos Aires obtiver uma exceção específica para sua indústria, a primeira vítima será a Tarifa Externa Comum (TEC), dizem técnicos do bloco.

Ao contrário de analistas mais céticos, Valladão acha que o Mercosul vai continuar, até pela capacidade de jeitinho dos sócios, "mas é capaz de perder relevância para definir políticas comuns em termos comerciais, e se limitar a administrar o 'acquis' (acervo)".

A divergência na OMC, contudo, terá impacto político maior sobre a integração regional. A relação do Brasil com a Argentina é politicamente estratégica. É dela que depende toda a integração desejada pelo governo Lula. Sem o eixo Brasília-Buenos Aires, não haverá integração sul-americana, porque foi a condição que existiu para se passar de uma situação de competição para de cooperação entre os dois sócios. "Nada vai funcionar na integração se voltar a competição entre Brasil e Argentina", afirma.

"Politicamente, [o racha cria mal estar não só na Argentina, mas na América do Sul. Com tantas posições divergentes, é difícil ver como pôr tudo isso junto. Bolívia e Venezuela também são sócios do Mercosul, teoricamente. O que sobra dessa integração?", questiona.

Por outro lado, o Brasil está tendo um protagonismo global, o que não é o caso da Argentina, em profunda crise política. E o problema do Brasil é conciliar esse protagonismo global e a necessidade de manter a relação privilegiada com a Argentina. "Por causa de seus interesses globais, o Brasil apóia a conclusão da rodada. O que aconteceu é que os brasileiros tentaram buscar ao máximo [um entendimento com os argentinos na OMC], mas chega a hora que não dá para sacrificar a rodada por causa da oposição argentina", nota o professor. "A questão imediata é quem vai ficar com a Argentina na OMC, e tudo indica que só serão mesmo Venezuela, Bolívia e Cuba."

A tarefa é de tentar convencer a Argentina a aceitar o pacote, o que pode significar Brasília conceder algo para manter as boas relações, diz Valladão. Mas ele estima que o projeto sul-americano vai sair arranhado de toda maneira. **(AM)**

China endurece posição e Rodada terá novos textos - Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 28/07/2008

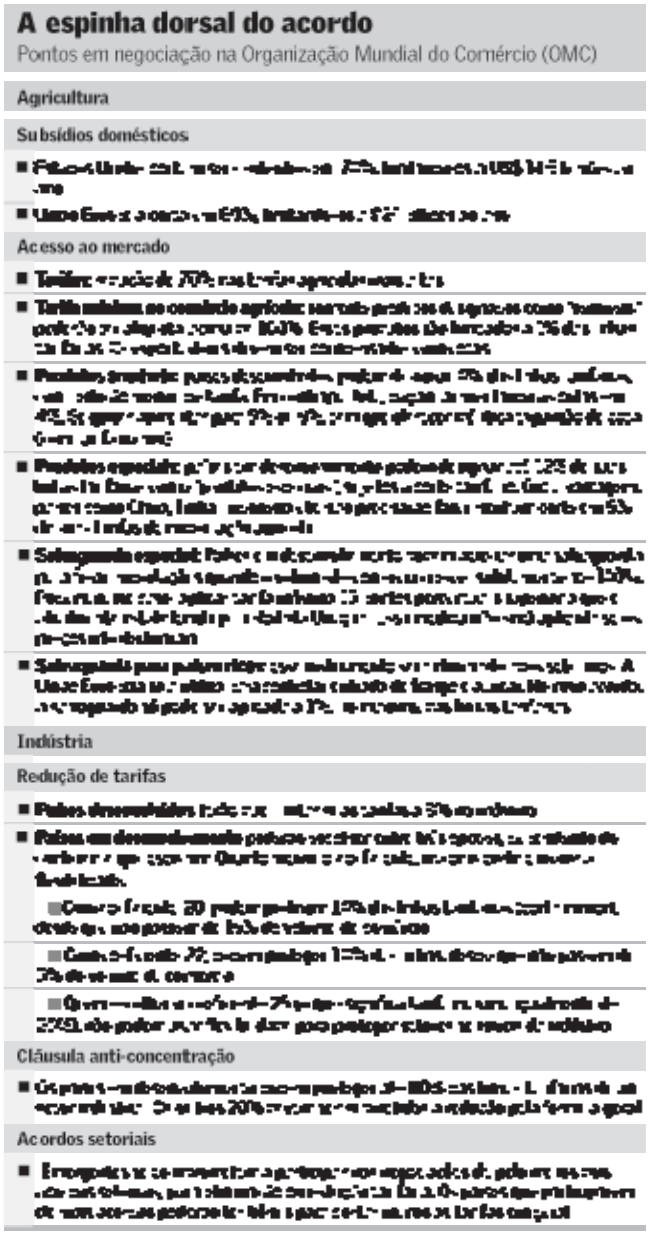
A China juntou forças ontem com a Índia para ter mais espaço para frear importações agrícolas na Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC). O país também passou a se opor a acordos setoriais na área industrial, setor onde é apontado como um dos principais ganhadores.

Além de Pequim trazer mais um complicador à rodada, negociadores identificam uma "união estranha" entre Argentina e Índia, apesar deste país defender na agricultura justamente o que não interessa aos exportadores argentinos.

A Argentina voltou a rechaçar ontem as bases de um acordo, enquanto o Brasil insistiu na preservação do pacote agrícola e industrial apresentado pelo diretor-geral da OMC, Pascal Lamy. O país considera que tem ao seu lado a maioria dos países, apesar dos rumos tomados pelos aliados.

O G-33, liderado pela Indonésia e outros de agricultura frágil, também apresentou posição contra importações, apesar da crise alimentar que seus países enfrentam. Nenhum país, contudo, abandonou a negociação, o que sinaliza que eles esperam acomodar suas demandas nos textos agrícola e industrial que a OMC deve divulgar hoje como base para a barganha final. Assim, ao final de mais uma rodada de negociações entre 30 ministros, a maioria reconheceu enormes diferenças, mas ainda vê possibilidade de acordo. "Agora acho que há 65% de chances", segundo o ministro Celso Amorim.

Até então moderada, a China endossou a posição da Índia e de grupos em desenvolvimento, contestando a proposta sobre um mecanismo de salvaguarda para frear alta súbita de importações ou queda de preços. Pela proposta de Lamy, a salvaguarda somente pode ser usada quando as importações aumentarem 40%, na média, em três anos. Esses países querem aplicar sobretaxa quando a importação já subir 10% em volume. O Uruguai mostrou-se "terrivelmente preocupado". E exemplificou que bastará aumento de importações de 4,9% em dois anos seguidos para a China ou Índia aumentarem as tarifas acima do que está previsto na Rodada Uruguai.



A China avisou também que vai designar açúcar, arroz, algodão, milho e trigo na categoria de "produtos especiais" que não terão corte tarifário nenhum. O problema é que Pequim tampouco quer reduzir a alíquota dentro das cotas que impôs para limitar a entrada dos produtos em seu mercado. No caso do açúcar, Pequim impõe tarifa de 50%, que cai para 15% dentro de uma cota global de 1,9 milhão de toneladas por ano. Para arroz, a taxa é de 65%, e algodão, 40%.

Maior surpresa, e maior endurecimento, foi a China agora se posicionar contra acordos setoriais, para eliminação ou redução acelerada de tarifas em certos setores industriais, quando Pequim tinha sido um dos demandantes destes acordos. Pequim acha que o compromisso para negociar pelo menos dois acordos setoriais, incluindo no pacote de Lamy, pode forçar o país a incluir químicos, maquinários e produtos elétricos, onde tem as

maiores taxas e onde quer manter a proteção contra a concorrência estrangeira. O ministro Celso Amorim acha que há problemas de interpretação. "Consideramos, taxativamente, que a participação é voluntária", afirmou.

Há um acordo no contencioso da banana - ou quase. A União Européia e produtores da América Latina chegaram a um acordo que corta em 2 euros a tarifa por tonelada comparada a oferta inicial, com a taxa baixando para 114 euros em 2016. Mas Camarões, dentro do grupo África, Caribe e Pacifico (ACP), cujas bananas entram sem tarifas na UE, contesta o acordo que tornaria suas produções menos competitivas.

Segundo negociadores, estão praticamente fechados dois dos pilares da negociação agrícola: subsídios à exportação e subsídios domésticos. O problema continua no acesso aos mercados nos países em desenvolvimento. "Se não tivermos solução para salvaguarda especial na agricultura e acordos setoriais, tudo estará realmente em risco", afirmou um negociador.

Desta vez na negociação global, os protagonistas de grandes divergências são os próprios países em desenvolvimento. E no estágio atual das negociações em Genebra, uma das questões é o futuro do G-20. A resposta do ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, mostrou bem menos entusiasmo sobre o futuro do grupo. "O G-20 foi criado para obter um acordo", disse ele. "Ele não é um fim em si, o fim é obter um bom acordo na Rodada Doha. Na hora da verdade, as avaliações podem não ser idênticas. Então cada país tem que tomar sua decisão".

Atenção aos lobbies que atuam na OMC – Sergio Leo – Valor Econômico – Brasil - 28/07/2008

Durou pouquíssimo a tentativa de atribuir ao ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, algum tropeço nas negociações de liberalização comercial da Organização Mundial do Comércio (OMC), pela comparação dos países ricos aos nazistas, que aconselhavam repetir muito uma mentira até ela passar por verdade. As interpretações, equivocadas, de que o ministro teria falado impensadamente, não resistiram aos fatos. Já a verdadeira gafe ministerial na atuação do Brasil em relação à OMC ainda exige uma melhor avaliação.

O autor da rata foi o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, que, em uma entrevista para "O Estado de S. Paulo", chegou a dizer que a chamada Rodada Doha, em negociação na OMC, "não servirá para nada", e que seriam irrelevantes as reuniões dos ministros, em Genebra. Em um ponto delicado das negociações, quando ministros relutam em ceder por duvidarem da real disposição dos interlocutores em negociar, Stephanes desmoralizou a delegação brasileira, e enviou mensagens equivocadas a Genebra.

Ao contrário de interpretações ensaiadas após a manifestação do ministro da Agricultura, porém, ele é voz isolada no governo. Seus assessores chegaram a deixar Genebra no fim de semana, mas sua irritação com o Itamaraty, coordenador das negociações, não é compartilhada pelo Ministério do Desenvolvimento, nem reflete um suposto abandono dos interesses nacionais pelos diplomatas em troca de articulações políticas com parceiros como a China.

Em favor do destempero de Stephanes deve-se reconhecer que ele manifestou pelo menos uma impressão compartilhada por outras autoridades do governo Lula e já

mencionada pelo próprio Amorim: com a alta dos preços de alimentos, os fortes subsídios concedidos a produtores rurais nos países ricos provocam distorções menores no comércio internacional; e a demanda crescente por mercadorias agrícolas deve reduzir as barreiras a esses produtos, com ou sem acordo da OMC.

Essa situação, porém, apenas significa que o Brasil pode esperar sem muito desconforto por mais alguns anos, caso fracasse a atual rodada de negociações na OMC. Mas nunca que seja irrelevante o esforço de redução das distorções no comércio internacional e, mais importante, a tentativa, flagrante em Genebra, de evitar que a OMC e o sistema multilateral de comércio percam a relevância e dêem lugar à lei do mais forte no mercado internacional.

A maior gafe foi a do ministro da Agricultura

Amorim, ao provocar escândalo comparando americanos e europeus ao ideólogo nazista Joseph Goebbels, atraiu as atenções para si e para os negociadores brasileiros, em um momento no qual estava ameaçado de perder legitimidade como representante dos interesses dos países em desenvolvimento. A política de substituição de importações da Argentina faz com que o país se isole, no Mercosul, e resista solidamente a ceder na discussão sobre a redução de barreiras às importações de manufaturados. A Índia, que também protege fortemente a própria indústria, e, além disso, teme o efeito da liberalização de importações agrícolas sobre a massa de famélicos agricultores do país, também se encastelava contra avanços na negociação.

No fim de semana, diplomatas em Genebra acusavam o Brasil de "vender" os parceiros por "30 moedas" - concessões dos EUA e Europa para o etanol brasileiro. Ameaçado de perder o protagonismo entre os países em desenvolvimento, ao chocar com sua menção a Goebbels, mostrou aos países desenvolvidos que poderiam perder seu interlocutor mais disposto a concessões, no time dos países emergentes.

As concessões postas na mesa pelo Itamaraty não saíram do bolso dos diplomatas. Em uma demonstração de maturidade, a indústria brasileira, que acompanha de perto as discussões em Genebra, avaliou os números e opções em negociação e concluiu que pode aceitar uma redução nas tarifas de importação e uma maior abertura à concorrência estrangeira. A questão é dosar essa abertura. Para Roberto Giannetti, da Fiesp, a atuação dos negociadores brasileiros garante uma posição privilegiada ao Brasil nas discussões da OMC, em um ambiente onde é difícil conciliar interesses dos aliados com a defesa que, segundo ele, vem sendo feita da prioridade para os produtores brasileiros.

Houve avanços, ainda que tímidos, em agricultura - mas não é à toa que o Grupo de Cairns, de países mais agressivos na demanda por abertura agrícola, perdeu relevância nas negociações para o G-20, grupo de interesses heterogêneos. Apesar das críticas, os brasileiros têm presença garantida nas reuniões decisivas da OMC, das mais restritas às específicas, como a que discute o fim das barreiras ao algodão, comandada por Estados Unidos, União Européia, quatro países africanos e o Brasil.

A atenção, em Genebra, se concentra nas discussões sobre as condições de maior acesso aos mercados, com a redução de tarifas de importação, e na redução de subsídios agrícolas. Mas, ao avançarem, as negociações podem trepidar em outros pontos, que afetam interesses diferenciados. É o caso da disputa por monopólio no uso de denominações geográficas (questão de honra para os europeus, que apavora países como a Argentina, repleta de regiões com nomes espanhóis, dedicadas à produção de vinhos, por exemplo).

Os negociadores brasileiros, se estiverem - como estão - interessados em um acordo, têm de conciliar a defesa dos interesses nacionais com os caminhos possíveis, limitados pelos impedimentos reais dos outros países. Os negociadores também têm de conciliar interesses no Brasil: o agronegócio, a agricultura familiar, industriais, prestadores de serviços, consumidores. Nenhum destes representa sozinho o interesse nacional.

Todos, de alguma maneira, podem ter ganhos, perdas e frustrações com um acordo na OMC. Caso considerem as perdas e frustrações maiores que os ganhos, tentarão convencer a opinião pública que seus interesses particulares são a expressão do interesse nacional. Não são. E cabe à sociedade ficar atenta a isso.

*__Sergio Leo é repórter especial e escreve à segundas-feiras - sergio.leo@valor.com.br__

OMC anuncia fracasso das negociações - Maurício Thuswohl – Carta Maior – 29/07/2008

Após nove dias de reunião em Genebra, países desistem de chegar a um acordo sobre o avanço da liberalização do comércio mundial. Proposta elaborada pelos EUA é rechaçada pela maioria dos países emergentes. Brasil aceita acordo e causa mal-estar com G-20 e Mercosul.

RIO DE JANEIRO – O diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), Pascal Lamy, anunciou nesta terça-feira (29) em Genebra que as negociações multilaterais da Rodada de Doha _ que se estenderam por nove dias na cidade suíça _ foram encerradas sem que os países chegassem a um acordo. O fracasso de mais uma tentativa de avanço na liberalização do comércio mundial já era esperado, pois parecia intransponível a divergência entre os países mais industrializados e a maioria dos países emergentes frente a temas como o fim dos subsídios agrícolas ou a abertura de mercados para bens e serviços.

Num último esforço, os diplomatas passaram toda a noite de segunda-feira (28) e parte da madrugada seguinte reunidos a portas fechadas para tentar aprovar o pacote apresentado na véspera por Lamy. Países como o Brasil e a Austrália, que já haviam aceitado o acordo, tentavam mediar as negociações, mas no fim prevaleceram as diferenças entre os Estados Unidos e o bloco liderado por China e Índia. Assim sendo, foi declarada encerrada mais essa tentativa de desbloquear a rodada de negociações iniciada há sete anos na cidade de Doha, no Qatar.

O próprio Pascal Lamy coordenou reuniões de emergência com chineses e indianos, mas um ponto impediu o fim do impasse: o direito às salvaguardas agrícolas especiais concedido aos países em desenvolvimento. Por este mecanismo, os países em desenvolvimento têm o direito de elevar suas tarifas sempre que houver um surto de importação de um determinado produto. Apesar da oposição dos EUA, esse ponto acabou sendo incluído no relatório de Lamy, mas a falta de acordo sobre os detalhes (o diabo mora neles) colocou tudo a perder.

China e Índia defendem o direito de acionar o mecanismo de salvaguardas especiais sempre que as importações de um determinado produto subirem 10% em relação ao volume médio dos últimos três anos. Os EUA, com o apoio da União Européia e a discreta anuência de Japão, Brasil e Austrália, querem que as salvaguardas somente sejam acionadas quando as importações subirem 40% em relação ao volume médio dos últimos três anos. Como ninguém cedeu, as negociações foram encerradas no início da noite desta terça-feira (horário da Suíça).

Uma derradeira tentativa de salvar um acordo será empreendida pelos diplomatas durante a reunião do Comitê de Negociações Internacionais da OMC, que começa em poucos dias, também em Genebra. As possibilidades de reversão do quadro, no entanto, são remotas: "Foi um fracasso, mas espero que, ao menos, o que discutimos aqui durante nove dias sirva de base para uma nova abordagem no futuro", disse à agência *Reuters* o ministro do Comércio da Nova Zelândia, Phill Goff.

Chefe da delegação dos EUA, Susan Schwab também evitou falar em morte definitiva da Rodada de Doha: "Os Estados Unidos se mantém comprometidos com a Rodada de Doha. Este não é o momento de se falar em colapso definitivo das negociações. O compromisso dos Estados Unidos continua na mesa, mas esperamos respostas recíprocas", disse. A realidade, no entanto, é que o fracasso das negociações em Genebra, se não for revertido a tempo, pode significar o enfraquecimento definitivo da própria OMC.

O tom norte-americano durante as negociações foi menos ameno do que o adotado por Schwab ao fim das reuniões. Em entrevista concedida na segunda-feira (28) ao jornal *O Globo*, um outro representante do governo dos EUA, David Shark, condenou chineses e indianos por não aceitarem o pacote proposto por Lamy: "Infelizmente, uma economia emergente importante _ a Índia _ imediatamente rejeitou o pacote. Em seguida, outra economia emergente _ a China _ abandonou as discussões. Essas ações colocaram a Rodada de Doha em seu mais grave risco nesses sete anos", disse.

A proposta dos EUA - No pacote apresentado aos países emergentes, os EUA, entre outras coisas, se comprometem a estabelecer um limite de US$ 14,5 bilhões por ano para o subsídio doméstico a seus agricultores. Atualmente, esse limite é de US$ 40 bilhões, mas a redução teria pouco valor prático, pois, para se ter uma idéia, o valor total do subsídio pago nos EUA no ano passado foi de US$ 8 bilhões. A União Européia, por sua vez, aceitou reduzir 80% de seus subsídios domésticos para um limite máximo de US$ 36 bilhões por ano. Os países ricos, por fim, aceitaram fazer um corte médio de 54% em suas tarifas agrícolas.

Em contrapartida, os países ricos pedem uma maior abertura dos mercados emergentes para seus produtos industrializados (com corte médio de tarifas também de 54%) e para os setores de bens e serviços públicos. A troca, no entanto, não foi considerada vantajosa pela maioria dos países que compõem o G-20, uma vez que não se garantiu a competitividade de seus produtos nos mercados dos países ricos: "Não existe acordo se não pudermos proteger nossos milhões de pequenos agricultores", resumiu o ministro do Comércio da Índia, Kamal Nath.

Brasil, G-20 e MERCOSUL - Apesar de ter chegado à Genebra falando grosso, o Brasil surpreendeu ao aceitar rapidamente a proposta costurada pelos países ricos, numa postura que causou grande desconforto entre os aliados no G-20 e no Mercosul. Além de China e Índia, outros países de peso como Argentina e África do Sul se mantiveram firmes contra a proposta apresentada por Pascal Lamy. O ministro brasileiro das Relações Exteriores, Celso Amorim, lamentou o fracasso das negociações: "É incrível que tenhamos fracassado por causa de um só ponto. É lamentável o que ocorreu. Alguém de outro planeta não acreditaria que depois de todo o progresso obtido não tenhamos sido capazes de concluir as negociações. Estou muito decepcionado", disse à *Reuters*.

Enquanto duraram as discussões, Amorim foi um dos que mais se esforçou para levar chineses, indianos e norte-americanos a um acordo. O ministro brasileiro também teve de gastar seu tempo para explicar aos colegas do G-20 e do Mercosul a polêmica posição brasileira: "Negociamos pensando sempre no melhor para o Brasil e no melhor para os nossos parceiros do Mercosul", disse.

Mesmo com o risco de desconforto frente aos países aliados, Amorim e sua equipe agiram com o irrestrito apoio do presidente Luiz Inácio Lula da Silva: "O Brasil não quebrou solidariedade nenhuma. Participamos do G-20, queremos que o acordo seja do interesse do G-20, mas vocês hão de convir que dentro do G-20 temos assimetrias e disparidades enormes entre os países", disse Lula, quando as negociações ainda estavam em curso.

'**A Rodada está por um fio', admite Amorim** – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios - 29/07/2008

"A Rodada Doha está por um fio." O alerta foi dado pelo chanceler Celso Amorim, ao deixar ontem a sede da Organização Mundial do Comércio (OMC) em plena madrugada e depois de 13 dias de impasse total.

- Entenda o que está em jogo nas negociações

A esperança de um acordo na entidade se desfazia à medida que a reunião dramática entre os ministros entrava pela noite, com intransigências de chineses, indianos e americanos. "Não sabemos sequer se a Rodada está viva ou morta", afirmou um alto funcionário da entidade. Para muitos, o que se tenta agora é encontrar um culpado para declarar oficialmente o fim do processo.

"Não há um acordo. O tempo está acabando", lamentou Amorim, que apresentou uma série de propostas para tentar romper o impasse.

O centro do debate passou a ser a falta de um acordo entre Estados Unidos, Índia e China sobre o acesso para produtos agrícolas. O Brasil propôs um novo texto, para que o impasse fosse superado, que não prosperou. A Índia optou por tentar transferir a culpa de um fracasso sobre os americanos, perto da meia-noite. As declarações enfureceram a Casa

Branca, que entrou para a última reunião pronta para anunciar que abandonaria o processo. Coube a Amorim e ao diretor-geral da OMC, Pascal Lamy, acalmar os ânimos e pedir que todos voltassem hoje para uma última reunião. Antes disso, os ministros chegaram até mesmo a declarar o fim do processo.

Durante os debates, um dos ministros chegou a sugerir um entendimento para declarar uma "aterrissagem suave". Ou seja, decretar o fim do processo, mas de uma forma diplomática para permitir que o processo pudesse continuar em alguns meses ou anos.

No centro do furacão estava o ministro do Comércio da Índia, Kamal Nath, que passou o dia recusando quase todas as propostas que lhe foram apresentadas. Para complicar, o indiano tentou transferir a culpa de um fracasso para os americanos e anunciou, em plena negociação, que seu país estava disposto a aceitar uma das propostas. "Nós aceitamos a nova proposta. Mas os que não aceitaram devem se declarar", afirmou Nath, insinuando que os EUA deveriam deixar de culpar os demais e admitir que seriam o motivo do impasse agora.

Nos bastidores, porém, Amorim alertou a Casa Branca que, se não se movesse, também seria culpada pelo fiasco, além de Índia e China. A representante de Comércio americana, Susan Schwab, qualificou de "desleais" as declarações de Nath e se recusou a negociar. "A situação é muito tensa", avisou Keith Rockwell, porta-voz da OMC. "Foi um debate muito emocional", disse a comissária de Agricultura da UE, Mariann Fischer Boel.

TENSÃO - Os sinais de tensão surgiram logo cedo. O governo americano pôs de lado a diplomacia para acusar China e Índia por um eventual fracasso, já prevendo o colapso das negociações. A estratégia tinha como objetivo evitar que a culpa no final fosse atribuída aos países ricos. Num encontro com 153 países, David Shark, um dos negociadores americanos, pediu a palavra para atacar a China e acusá-la de estar retrocedendo em suas promessas.

Poucas horas depois, foi Schwab quem soava um sinal de alerta. "Um país retraiu sua posição e outro se recusa a aceitar. Era um equilíbrio delicado. Há um risco real de um fracasso".

O comissário de Comércio da UE, Peter Mandelson também deixou claro que o fracasso estaria vindo. "Estamos em um momento muito difícil. Se não houver flexibilidade e liderança, vamos todos cair."

Os chineses reagiram imediatamente, alegando que os americanos simplesmentes não estariam cortando de forma suficiente seus subsídios agrícolas. "É surpreendente que agora os Estados Unidos estejam buscando um culpado", afirmou o embaixador chinês, Sun Zhenyu.

Amorim tentava jogar a carta de mediador. "O principal desafio agora é manter nossos nervos no lugar", afirmou. O brasileiro, pelo menos até o início da noite, admitia que a situação estava complicada. "Estamos no limite."

Adesão se deve a 'interesse nacional', diz chanceler – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios - 29/07/2008

O Itamaraty garante que tomou a decisão de apoiar um pacote na Organização Mundial do Comércio baseado no “interesse nacional”.

- Entenda o que está em jogo nas negociações

Ontem, o chanceler Celso Amorim justificou sua decisão de ter sido o primeiro País a aderir ao pacote da Organização Mundial do Comércio (OMC) para salvar a Rodada Doha e de se distanciar da posição de uma grande parte dos países emergentes.

A iniciativa gerou surpresa entre outros países emergentes, que continuam rejeitando o pacote que prevê cortes de tarifas e de subsídios nos países ricos. Mas também exige a redução de medidas protecionistas nos países emergentes. “Apoiamos o pacote porque consideramos que é o melhor para o Brasil e para o Mercosul. Se apoiasse posições extremadas, teria que trair interesses brasileiros e de sócios como Paraguai, Uruguai e mesmo a Argentina”, justificou Amorim.

Na avaliação do Itamaraty, os sinais dos países ricos foram suficientes para que o Brasil pudesse aderir ao pacote, admitindo que os exportadores nacionais teriam ganhos em áreas importantes e que esperava um acesso novo nos mercados ricos para o etanol como resultado da Rodada.

Na prática, a decisão do Brasil colocou o país do mesmo lado que americanos, europeus e mesmo de alguns latino-americanos, como Chile, Peru, Colômbia, Uruguai e Costa Rica.

China e Índia mantêm racha na OMC – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios - 29/07/2008

Os promissores e bilionários mercados de China e Índia se transformam no centro da discórdia na Organização Mundial do Comércio (OMC.) Ontem, os debates acalorados entre os ministros giraram em torno do direito de Pequim e Nova Délhi de manter barreiras aos produtos agrícolas. Na avaliação desses mercados, a Rodada Doha não poderia resultar numa abertura de suas economias, nem mesmo para as exportações de outros países emergentes.

Para o Brasil, a manutenção das barreiras nesses dois mercados significaria a conclusão da Rodada Doha sem o acesso às economias que mais crescem e onde o consumo mais promete gerar lucros no setor agrícola. Se a demanda de China e Índia for aceita, as exportações nacionais de soja, carnes, algodão, açúcar e outros produtos agrícolas seriam diretamente afetadas.

Não por acaso, o chanceler Celso Amorim se apressou a propor uma solução para o impasse. A iniciativa envolveria uma nova fórmula para calcular em quais situações os países emergentes poderiam ativar barreiras. Para o governo americano, só haveria um corte em seus subsídios se os produtores dos Estados Unidos fossem compensados com maiores possibilidades de exportar. Para isso, precisam ver as barreiras chinesas e indianas

removidas.

Nos últimos dias, a Índia tentou ainda montar uma aliança de cem países para mostrar que não estava sozinha e o pacote final deveria contemplar seus pedidos. Mas a proposta decretou de vez o racha entre os emergentes e pôs fim ao processo de sete anos. “A grande maioria dos países em desenvolvimento quer a adoção dessa medida”, afirmou Kamal Nath, ministro do Comércio da Índia.

A idéia original do pacote de acordo da OMC era de que um país pobre pudesse estabelecer uma tarifa extra de 15 pontos porcentuais se houvesse um surto de importação de 40% em seu mercado. Essas condições foram consideradas aceitáveis, tanto pelo Brasil como pelos Estados Unidos. Os dois países estão entre os que mais apostavam na Rodada para abrir mercados.

Mas Índia e China, apoiadas por africanos e um grupo de asiáticos, além de Venezuela e Bolívia, se recusaram a aceitar o pacote e pediram mais proteções. A idéia era poder acionar as novas taxas com um surto menor de importações. Para justificar a barreira, invocaram até mesmo a crise de alimentos no mundo como um fator.

Para o grupo de países em desenvolvimento, a idéia é de que uma alta de apenas 10% na importação seja suficiente para elevar a taxa. O imposto, nesse caso, seria 30 pontos porcentuais maior. Na prática, isso significa que a atual expansão das exportações do Mercosul seria fortemente atingida. Na soja, a alta foi de 20% em um ano, o que justificaria a barreira.

Brasil, Chile, México, Uruguai, Paraguai e Argentina foram contrários à proposta, que criaria barreiras a alguns dos mercados que mais crescem no mundo. Americanos e europeus também deixam claro que não podem aceitar a barreira.

Durante o debate ontem entre os ministros, o chanceler Celso Amorim sugeriu no começo da noite uma nova fórmula para evitar o fracasso. O diretor-geral da OMC, Pascal Lamy convocou os técnicos. Mas, mesmo assim, não houve acordo até a meia-noite de Genebra.

O governo americano, diante das novas propostas, passou mais de duas horas em consultas com outros governos e mesmo com o setor privado para tentar definir uma posição. “Não vamos hipotecar nosso futuro. Como vamos voltar a nossos países e alegar que não conseguimos acesso aos mercados que mais crescem e até vamos sofrer redução nas exportações?”, disse o embaixador do Uruguai na OMC, Guillermo Valles. Segundo seus cálculos, as exportações de soja para a China seriam diretamente afetadas. As vendas de carnes e de outros produtos agrícolas também sofreriam.

Sarkozy lidera bloco de oposição – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios - 29/07/2008

O presidente francês Nicolas Sarkozy passa a se envolver diretamente nas negociações da Organização Mundial do Comércio (OMC) e pressionar por mais concessões dos emergentes. Ontem, Paris montou um bloco de nove governos europeus, entre eles Portugal e Itália, para tentar forçar um novo entendimento.

O porta-voz do governo francês, Luc Chatel, admitiu que as propostas em discussão na entidade não serão aceitas por Sarkozy. O presidente francês comanda a UE pelos próximos seis meses e vai tentar influenciar no futuro do acordo.

Itália, Hungria, Polônia, Irlanda e Lituânia aderiram à iniciativa francesa. Para eles, a liberalização agrícola não estaria sendo compensada de forma adequada pelos emergentes. Paris quer mais acesso para bens industriais. Outro ponto defendido pela França é a proteção de itens específicos produzidos pela UE, como vinho e queijo. O governo francês disse que a UE deve defender seus interesses "com vigilância e sem ingenuidade", em particular ante os emergentes.

Há poucos dias, Sarkozy ligou para o comissário de Comércio da UE, Peter Mandelson, pedindo que ele interrompesse seu trabalho de negociador-chefe e fosse a Paris explicar o que estaria concedendo aos demais parceiros. Mandelson se recusou e Sarkozy foi obrigado a se queixar ao presidente da Comissão Européia, José Manuel Durão Barroso.

Doha está "por um fio", diz Amorim – Marcelo Ninio – Folha de São Paulo – Dinheiro - 29/07/2008

Insistência da Índia em elevar proteção a seus agricultores é o maior obstáculo para acordo global de comércio - Índia e China dizem que países ricos é que deveriam ser responsabilizados por impasse, devido à relutância em abrir mercados agrícolas

Após oito dias de intensa barganha, as negociações da Rodada Doha de abertura comercial estão "por um fio", admitiu ontem o chanceler brasileiro, Celso Amorim. Com a aproximação do abismo, a troca de acusações entre os países se tornou aberta. A lista de divergências ainda é considerável, mas o maior obstáculo no caminho de um acordo global de comércio é a insistência dos indianos em aumentar a proteção a seus agricultores.

Para desobstruir o processo, as discussões foram divididas em pequenos grupos, enquanto Brasil e Austrália tentavam apresentar soluções para o impasse. Passava de 2h em Genebra (21h em Brasília) quando Amorim deixou a sede da OMC, confirmando que as conversas estão à beira do colapso.

Num sinal adicional do estado sombrio das negociações, a OMC inverteu o cronograma das reuniões para hoje, marcando para a parte da tarde a assembléia dos 153

membros da entidade, que costuma acontecer de manhã. "Não há progresso a reportar", disse uma fonte próxima às discussões.

O porta-voz da OMC, Keith Rockwell, classificou a situação de "muito tensa". Ele contou que, depois de 12 horas de discussões em torno de várias propostas para dissipar a divergência, "nada garantia um desfecho bem-sucedido".

Foi o ápice de uma escalada de pessimismo que já havia deflagrado uma ácida troca de acusações durante o dia. O primeiro disparo foi dado pelos EUA, que culparam Índia e China pelo impasse. Os dois maiores emergentes reagiram, afirmando que os países ricos é que deveriam ser responsabilizados devido à relutância em abrir seus mercados agrícolas.

Os americanos afirmaram ter "engolido" concessões e acusam chineses e indianos de pôr o acordo em risco ao rejeitar o pacote de soluções proposto na sexta pelo diretor-geral da OMC, Pascal Lamy. "Há um risco real ao equilíbrio delicado obtido na sexta", disse a representante do Comércio dos EUA, Susan Schwab.

O Brasil aceitou imediatamente a proposta de Lamy, distanciando-se de aliados como Argentina e Índia, que consideraram insuficientes as concessões dos países ricos e excessivas as dos emergentes.

Os chineses, que no dia anterior haviam endurecido sua posição ao afirmar que não aceitavam reduções de tarifas sobre arroz, açúcar e algodão, responderam à acusação dos EUA. "É um pouco surpreendente que os EUA estejam apontando culpados neste estágio", disse o embaixador chinês na OMC, Sun Zhenyu.

Para os chineses, o nó da questão é a relutância dos EUA em fazer mais cortes em seus subsídios agrícolas além do teto anual oferecido, de US$ 14,5 bilhões. Mas Índia, China e outros emergentes querem mais, argumentando que o valor ainda é duas vezes o volume atual.

Sob pressão, a Índia jogou a culpa de volta para os americanos. Kamal Nath, o ministro indiano do Comércio, disse que aceitou uma nova proposta sobre o SMM (Mecanismo de Salvaguarda Especial, na sigla em inglês), que daria mais proteção aos pequenos agricultores dos países em desenvolvimento, mas os EUA a rejeitaram.

A negociação, que hoje entra em seu nono dia, três dias a mais que no plano original, tem sido um teste para negociadores, lobistas e jornalistas, em jornadas intensivas que chegam a durar 18 horas. "Tem sido uma montanha-russa emocional", desabafou a comissária européia de Agricultura, Mariann Fischer Boel.

Salvaguarda da Índia ameaça venda do Brasil à China – Folha de São Paulo – Dinheiro - 29/07/2008

Embora o tema tenha virado motivo de confronto entre Índia e EUA no G7 e a maior pedra no caminho das negociações até agora, o Mecanismo de Salvaguardas Especiais (SSM, na sigla em inglês) também provoca divisões entre os países emergentes. No caso do Brasil, o maior risco é que feche o mercado chinês a seus produtos agrícolas, sobretudo a soja.

Criado para proteger os agricultores em casos de surtos de importação e preços baixos, o SSM, da forma como está na proposta, permite a aplicação de sobretaxa de 15% acima da tarifa consolidada (máxima), caso a compra de produtos chegue a 40% da média dos últimos três anos. "Esse mecanismo é um retrocesso protecionista em relação à Rodada Uruguai", critica Pedro de Camargo Neto, presidente da Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína (Abipecs). Ele cita o exemplo da soja brasileira, cujo maior importador é a China. "Hoje a tarifa é de 3%. Se o mecanismo fosse aplicado, o que não é uma possibilidade distante, ela pularia para 18%, o que teria um alto impacto." Apesar de ser contra o mecanismo, o Itamaraty não assinou um manifesto, circulado por Paraguai e Uruguai, condenando-o e aceitou sua inclusão na proposta em nome de uma solução conciliatória.

A Índia, que defende a idéia, com o apoio de mais de cem países, exige mecanismo ainda mais protecionista. Quer a aplicação da sobretaxa logo que a importação média aumentar 10%, alegando que isso é necessário para proteger a agricultura de subsistência e garantir a segurança alimentar nos países pobres. **(MN)**

China assume papel do Brasil como líder na OMC – Clovis Rossi – Folha de São Paulo – Dinheiro - 29/07/2008

Após brasileiros terem aceitado acordo, chineses passam a comandar resistência - Diplomata chinês faz duros ataques à proposta de corte de subsídios dos EUA e elogia Venezuela e Bolívia, ambos da área de influência do Brasil

Meros três dias depois de o Brasil ter aceitado o esboço de acordo proposto pela direção da Organização Mundial do Comércio, rompendo com seus antigos parceiros do Sul, o jornal global "The International Herald Tribune" puxou como destaque uma das conseqüências: "Balança de poder desloca-se para a China nas conversações comerciais globais".

O "Trib", como é mais comumente chamado, é a edição planetária do "New York Times" e carrega o prestígio dessa grife do jornalismo internacional. O título pode parecer óbvio à primeira vista: se a China está se tornando o novo gigante no mundo, é natural que ganhe poder nas negociações comerciais em curso no âmbito da OMC, a chamada Rodada Doha de Desenvolvimento.

Mas, nos sete anos que já duram as negociações, a China adotou um perfil tão baixo que beirou o invisível. Faz parte do G20, o grupo de países em desenvolvimento que cobra

a liberalização agrícola dos países ricos, mas deixou sempre que o palco fosse ocupado pelo Brasil e pela Índia, ainda que sejam países bem menos poderosos do que a China.

Como, no entanto, o Brasil saiu do palco, ao aceitar um pacote que tem as bênçãos do mundo rico, a China ocupou seu lugar, claro que ao lado da Índia, que continua mantendo as posições que o G20 defendeu desde sua criação, em 2003.

A troca do Brasil pela China ficou mais evidente ainda na sessão informal de ontem do Comitê de Negociações Comerciais, o principal grupo técnico da OMC. O embaixador chinês Sun Zhenyu parecia o chanceler brasileiro Celso Amorim falando, por exemplo, na Conferência Ministerial de Cancún, em 2003, que terminou em estrepitoso fracasso.

Naquela ocasião, Amorim fustigava os países ricos por pretenderem, na visão dele, a imposição de aberturas comerciais aos países em desenvolvimento ao mesmo tempo em que protegiam seu próprio mercado agrícola.

Agora, é o representante chinês quem afirma, por exemplo, que "os Estados Unidos estão gastando entre US$ 7 bilhões e US$ 8 bilhões em subsídios que distorcem o comércio, mas estão oferecendo [um teto] de US$ 14,5 bilhões, com muito espaço político para os Estados Unidos".

Quanto à outra oferta norte-americana, a de aumentar as cotas de importação de certos produtos, ao mesmo tempo em que mantêm protegidos setores ditos sensíveis, o diplomata chinês joga na mesa os números sempre portentosos de seu país: "Os Estados Unidos jamais poderão expandir suas cotas até o nível das cotas chinesas. Nossa cota é de 9 milhões de toneladas para trigo, 7 milhões para milho, 5 milhões para arroz". E, apontando o dedo para os Estados Unidos, Sun Zhenyu diz: "Suas cotas, mesmo após a expansão, nunca passarão de meio milhão de toneladas. Onde está o novo acesso a mercado nos países desenvolvidos?".

Bolívia e Venezuela - O embaixador deu-se ainda ao luxo de defender, nominalmente, Bolívia e Venezuela, ambos da área de influência do Brasil, e até a África do Sul, com a qual o Brasil tenta construir o conglomerado Ibas (Índia, Brasil e África do Sul).

É sintomático desse novo jogo nas negociações comerciais a diferença entre Cancún-2003 e Genebra-2008. Há cinco anos, Robert Zoellick, então negociador-chefe dos Estados Unidos, hoje presidente do Banco Mundial, acusou nominalmente o Brasil de estar entre os países que não queriam acordo algum, o que levou ao fracasso a Ministerial daquele ano. Agora, o IATP (sigla em inglês para Instituto de Política Agrícola e Comercial, centro de estudos contrário ao acordo proposto pela OMC), pergunta: "China e Índia são os maus?", em alusão à profusão de críticas na mídia e na boca dos delegados do mundo rico aos dois gigantes asiáticos.

O IATP, em texto de sua especialista Carin Smaller, defende os "bad guys": "Penso que as preocupações de China e Índia merecem atenção. Ambos têm sérias e legítimas preocupações sobre segurança alimentar e um enorme número de meios de vida a proteger. Respaldar e construir fortes comunidades rurais e emprego decente é vital se ambos os países pretendem enfrentar os desafios do desenvolvimento à frente". Qualquer ministro brasileiro de Desenvolvimento Rural diria mais ou menos o mesmo até a semana passada. Agora, constata o IATP, "o Brasil aceitou o acordo sobre a mesa".

Brasil não traiu emergentes, diz Amorim – Marcelo Ninio – Folha de São Paulo – Dinheiro - 29/07/2008

O Chanceler Celso Amorim se defendeu ontem das críticas de que teria abandonado aliados tradicionais, como Argentina, Índia e outros membros do G20 (grupo de países emergentes), ao aceitar a proposta da OMC para desbloquear as negociações da Rodada Doha.

"Apoiamos porque consideramos que é o melhor para o Brasil e para o Mercosul. Se apoiasse posições extremadas, teria que trair interesses brasileiros e de sócios como Paraguai, Uruguai e mesmo a Argentina", disse ele.

Na sexta-feira, a OMC propôs soluções para as principais divergências aos sete ministros que negociam em nome dos demais 146 membros. Dois emergentes no grupo divergiram. O Brasil aceitou a proposta, e a Índia a rejeitou. O principal negociador argentino, Alfredo Chiaradia, chegou a dizer que a decisão do Brasil criara "tensão no Mercosul". Mas, segundo um diplomata brasileiro, os argentinos foram consultados antes da resposta brasileira. **(MN)**

ONGs alertam chanceler sobre riscos de acordo em serviços – Folha de São Paulo – Dinheiro - 29/07/2008

Um conjunto de sete ONGs brasileiras enviou uma carta ao chanceler Celso Amorim alertando sobre o acordo em serviços em negociação na Rodada Doha da OMC (Organização Mundial do Comércio). Segundo as entidades, a assinatura do texto pode comprometer políticas públicas do país.

"[Itens do acordo de serviços] podem comprometer a execução das políticas públicas em curso no Brasil, principalmente aquelas de combate à pobreza, às desigualdades e às injustiças socioambientais e o acesso aos serviços básicos para o conjunto da população brasileira", diz a carta do Idec (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor) e outras ONGs.

A negociação do acordo de serviços teve início ontem em Genebra, na reunião ministerial que discute o desenlace da Rodada Doha. Pelo texto proposto pelo mexicano Fernando de Mateo, todos os serviços seriam liberados para concorrência internacional. Segundo as ONGs, isso criaria embaraços na área de fornecimento de água, saúde e educação. O Itamaraty não se comprometeu com a proposta da OMC. Assinam a carta, ainda, entidades como a Rebrip (Rede Brasileira pela Integração dos Povos), o ISP (Internacional dos Serviços Públicos), o Inesc (Instituto de Estudos Socioeconômicos) e a MMM (Marcha Mundial de Mulheres).

Miguel Jorge defende acordo, mesmo que pouco ambicioso – Fernando Antunes - Folha de São Paulo – Dinheiro - 29/07/2008

O ministro do Desenvolvimento, Miguel Jorge, disse estar otimista sobre a conclusão da Rodada Doha. Segundo ele, é melhor acordo menos ambicioso que nenhum acordo. "Não ter acordo é sempre muito frustrante para quem está negociando. Uma abertura, mesmo que não seja nos níveis que queremos, é um avanço."

Sobre as declarações da imprensa argentina, de que o Brasil teria traído os países emergentes ao aceitar a proposta da OMC, Jorge disse que não houve quebra no relacionamento entre os países em desenvolvimento. "Duvido que o ministro [das Relações Exteriores] Celso Amorim tenha traído seus amigos", disse. "O Brasil pertence ao G20. O fato de ter tomado uma decisão que não seja a mesma da Índia e da Argentina não significa traição."

Em reportagem da edição de ontem, o diário argentino "La Nación" afirma que os países do Mercosul perceberam como "traição" o apoio brasileiro à proposta de Lamy. O secretário argentino de Relações Econômicas Internacionais, Alfredo Chiaradía, disse que a decisão do Brasil "cria tensão" no Mercosul. De acordo com o jornal, "outras fontes diplomáticas argentinas confirmaram que a atitude do Brasil era percebida como uma "traição" do gigante sul-americano contra seus sócios do Mercosul". **(FERNANDO ANTUNES)**

Romper amarras - O Globo – Opiniõ – Editorial – 29/07/2008

Não era bom o clima durante o dia de ontem em Genebra, nesta que é uma reunião decisiva para o futuro da Rodada de Doha.

O otimismo que surgira na sextafeira, quando o Brasil anunciou que aceitara a proposta encaminhada pelo diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), Pascal Lamy, foi se dissipando no decorrer do final de semana, à medida que resistências às condições colocadas sobre a mesa por Lamy se cristalizavam.

Um ponto-chave na alternativa de solução ao impasse que acompanha Doha desde seu lançamento, no final de 2001, prevê que os Estados Unidos não ultrapassem US$ 14,5 bilhões anuais na distribuição de subsídios agrícolas — hoje, a Casa Branca está autorizada pelo Congresso a doar até US$ 48 bilhões/ano ao agronegócio, embora libere menos de US$ 8 bilhões, porque os preços no mercado estão compensadores. A União Européia, por sua vez, ficará, segundo a proposta, autorizada a distribuir até 24 bilhões de euros anuais em ajuda aos agricultores.

A limitação desses subsídios é antiga reivindicação dos países pobres e do bloco de emergentes, pois eles distorcem a competição entre as economias e prejudicam as exportações agrícolas desse grupo de nações. Indiretamente, são importante causa da pobreza no mundo.

Em contrapartida, Brasil e demais países emergentes e subdesenvolvidos reduziriam tarifas nas importações — no Brasil, a tarifa média cairia de 11% para 9,8% —, medida de

interesses dos países desenvolvidos. Cada economia, ainda, escolheria dois setores para colocá-los expostos de forma mais aberta à concorrência externa.

Ainda na sexta-feira, Índia, África do Sul e, no bloco do Mercosul, a Argentina, puseram-se contra a solução Lamy, que conseguira o efeito de colocar no mesmo lado Estados Unidos, União Européia e Brasil. Ontem, a bancada de rejeição à proposta ficou mais forte, com a adesão mais firme da China.

Será lastimável se houver um novo fracasso na Rodada de Doha, o que certamente congelará o projeto de liberalização do comércio mundial por algum tempo, durante o qual o protecionismo poderá recrudescer, ajudado por uma conjuntura de desaquecimento global.

Se isso acontecer, pelo menos o Brasil terá conseguido romper os limites estreitos da visão míope terceiro-mundista que vinha pautando a sua diplomacia comercial.

Enfim, parece ter ficado evidente ao Itamaraty que os interesses nacionais não podem estar condicionados a geopolíticas retrógradas.

Tampouco faz sentido o país se imobilizar por causa da crise na Argentina, causada por erros cometidos pelo casal Kirchner.

Por um fio – Deborah Berlinck – O Globo – Economia – 29/07/2008

A Rodada de Doha, como são chamadas as negociações para abertura do comércio mundial, estava ontem à noite à beira do colapso. Três dos sete países fundamentais para fechar o acordo passaram o dia numa verdadeira guerra de acusações: Estados Unidos, Índia e China.

O ambiente era tão pesado que o porta-voz da Organização Mundial do Comércio (OMC), Keith Rockwell, só tinha isso para anunciar de madrugada: — A situação está muito tensa. O resultado é incerto.

Pouco antes de duas horas da madrugada em Genebra (21h no Brasil), o ministro de Comércio da Índia, Kamal Nath, deixou a sala de reuniões, e informou que os encontros prosseguem hoje.

— Estamos por um fio — sintetizou o chanceler brasileiro Celso Amorim ao sair de uma das várias reuniões de ontem. Mas, depois disso, as conversas ainda avançaram pela madrugada.

O grande temor é que, se a Rodada fracassar, a própria OMC pode cair num limbo de pelo menos três anos.

Será também um duro golpe para o Brasil, que apostou no pacote em negociação como o único meio possível no momento para melhorar o acesso dos produtos agrícolas brasileiros a mercados de países ricos, como EUA e União Européia (UE).

Brasil e Austrália tentaram mediar um acordo entre Índia e China com os americanos, no desespero para salvar a Rodada. Enquanto isso, o diretorgeral da Organização Mundial de Comércio (OMC), Pascal Lamy, reunia-se com cada um dos sete países individualmente e costurava um novo texto.

Amorim justificou o apoio do Brasil ao pacote inicial de Lamy, que tem também o aval de EUA, Europa e Austrália, mas foi rejeitado por China e Índia e sofreu críticas do Japão.

— Apoiamos (o pacote do Lamy) porque consideramos que é o melhor para o Brasil e para o Mercosul.

Se apoiasse posições extremadas, teria que trair interesses brasileiros e de sócios como Paraguai, Uruguai e mesmo Argentina — disse.

Os Estados Unidos acusaram abertamente China e Índia de estarem provocando o fracasso da Rodada. Os americanos se queixaram que abriram mão de muita coisa para possibilitar um acordo, mas que China e Índia não estavam fazendo o mesmo.

— Os Estados Unidos foram um dos países que engoliram muito e aceitaram o pacote (apresentado na sexta-feira por Lamy) — disse David Shark, um representante americano

Frisando que "a maioria" dos países integrantes da OMC aceitava o pacote, o americano disparou: — Infelizmente uma economia emergente importante, a Índia, imediatamente rejeitou o pacote, e em seguida outra economia emergente, a China, abandonou. Suas ações colocaram toda a Rodada no seu mais grave risco, em sete anos — disse.

O que pode fazer ruir a Rodada é agricultura. Mais precisamente as chamadas salvaguardas especiais para países em desenvolvimento. Por este mecanismo, países em desenvolvimento teriam direito a elevar tarifas — isto é, taxar as compras de outros países —quando houver um surto de importação de produtos agrícolas.

China e Índia, alegando que precisam proteger milhões de pequenos agricultores, dizem que não há acordo sem isso.

O texto de Lamy, que é a base para toda a negociação, aceita criar as salvaguardas para agricultura

— uma idéia que o Brasil não gosta, mas tolera para não bater de frente com Índia e China, aliados-chaves do G-20. O desacordo é sobre grau de flexibilidade que países em desenvolvimento terão para aplicar as salvaguardas. O que configura surto? A partir de que nível poderão acionar o mecanismo? Até quanto poderão elevar suas tarifas? China e Índia defendem acionar o mecanismo quando as importações subirem 10% do volume da média dos últimos três anos. Já EUA querem que salvaguardas só sejam acionadas quando as importações subirem 40%, acima da média dos últimos três anos, que é o que está na proposta de Pascal Lamy. Acionado o mecanismo, China e Índia querem poder elevar tarifas acima do teto consolidado na Rodada Uruguai (que antecedeu a de Doha).

EUA não aceitam.

Negociações levam a divisões entre emergentes Índia e China, antes ao lado do Brasil, se opõem a acordo

BRASÍLIA. O risco de fracasso das negociações da OMC ainda existe e, segundo fontes do governo e do setor privado que estão em Genebra, a ruptura teria, entre os responsáveis, não só as nações desenvolvidas, mas também Índia e China, que até recentemente estavam com o Brasil no G-20. Os efeitos seriam sentidos no Mercosul, que rachou nesta rodada.

Caracterizada por uma agricultura de subsistência, a Índia quer manter seus subsídios — são 670 milhões de pequenos agricultores — e exige salvaguardas especiais, ou seja, proteção em caso de alta nas importações.

— Vale lembrar que o ministro indiano de Comércio, Kamal Nath, é candidato a primeiro-ministro — disse Soraya Rosar, da Confederação Nacional da Indústria.

A China diz que já pagou caro para entrar na OMC, abrindo mercado e sendo objeto de salvaguardas, inclusive do Brasil. Como a Índia, passou a defender barreiras agrícolas e salvaguardas especiais.

Já a Argentina não se conforma em flexibilizar a proposta de redução de tarifas industriais. O país passou a contar ontem com o apoio do Parlamento do Mercosul. (Eliane Oliveira)

Empresários aprovam mudança de postura do Itamaraty na OMC – Eliane Oliveira – O Globo – Economia – 29/07/2008

BRASÍLIA. Amigos, amigos, negócios à parte. Essa postura do Itamaraty na reta final da Rodada de Doha — ao escolher uma fórmula de corte de tarifas de produtos industriais que não teve a concordância dos parceiros que fazem parte da política de integração SulSul (Argentina, China e Índia) — foi aplaudida pela agricultura e pela indústria nacionais.

Pôs fim ainda a ressentimentos do Ministério da Agricultura em relação à diplomacia.

Foi o que disseram técnicos da pasta, para os quais o Ministério das Relações Exteriores demorou, mas acertou, ao tomar uma atitude no sentido de flexibilizar as tarifas industriais.

Isso, afirmaram, poderá ajudar o Brasil a obter acesso de produtos aos mercados desenvolvidos, como o etanol.

O ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, disse que, com essa posição, o Brasil espera que finalmente haja liberação do comércio internacional de produtos agrícolas. O passo a ser dado nesse sentido, segundo ele, deve partir, sobretudo, dos EUA e da União Européia (UE): — Só precisamos ver o grau de abertura que americanos e europeus nos darão depois dessa flexibilização — disse.

Para CNI, há margem para proteger interesses nacionais

A Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) avalia que é melhor um acordo magro do que nada. Segundo o assessor técnico da entidade, Mateus Zanella, o risco de um fracasso era iminente.

— Não podemos mais ser testasde-ferro da Argentina — disse Zanella, referindo-se à postura do Brasil de aceitar propostas menos ambiciosas para salvaguardar interesses do vizinho.

A gerente-executiva de negociação internacional da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Soraya Rosar, disse que a decisão do Brasil de aceitar um corte médio de 59% das tarifas industriais (o maior percentual de redução negociado) foi a melhor.

A opção dá ao Brasil o direito de não zerar em dez anos as alíquotas de importação de 14% dos itens manufaturados, o que daria margem suficiente para proteger interesses nacionais.

O vice-presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), José Augusto de Castro, afirmou que o Brasil precisa ter independência, mas fez uma ressalva: — Aparentemente, o Brasil tomou uma posição sem consultar os parceiros. Não é correto.

Um dos maiores opositores da política externa do governo Lula, o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf, também elogiou a opção brasileira. Para ele, embora alguns setores da indústria possam ser afetados negativamente, "o país e a sociedade brasileira serão beneficiados com o crescimento econômico gerado a partir de novas oportunidades".

Após Doha, Brasil terá de fazer concessões à Argentina - Sergio Leo – Valor Econômico – Brasil - 29/07/2008

As divergências entre Brasil e Argentina nas negociações da Organização Mundial do Comércio (OMC) devem levar o governo brasileiro a buscar uma acomodação de interesses com o governo argentino no Mercosul, caso se chegue a um acordo em Genebra, onde estão os negociadores. Os argentinos se queixam de que o Brasil abandonou a defesa das indústrias do Mercosul contra pressões dos países ricos por maior abertura do mercado de bens manufaturados. Os brasileiros, inclusive do setor privado, argumentam que as propostas em discussão são aceitáveis, em troca do êxito da Rodada Doha.

Segundo diplomatas que participam das discussões do Mercosul, os atritos entre a cúpula das duas diplomacias na OMC não afetaram, até agora, o ritmo das reuniões técnicas do bloco, porque, na Argentina, os funcionários de menor escalão que tratam essas questões são um grupo diferente da equipe de negociadores na OMC. Um diplomata brasileiro lembrava ontem que o Mercosul não foi paralisado - ainda que as decisões dos últimos anos tenham sido modestas - nem durante a maior crise recente do bloco, em que Argentina e Uruguai quase romperam relações por causa da construção de indústrias de celulose na fronteira, em solo uruguaio.

Para André Nassar, diretor-executivo do Ícone, órgão técnico que assessora o setor agrícola nas negociações comerciais, o Brasil agiu corretamente ao evitar identificar-se com a Argentina, que também não teve o apoio nem do Uruguai nem do Paraguai em sua oposição a qualquer redução significativa nas tarifas industriais.

"Se aderisse à posição argentina, o Brasil seria visto como um dos que não querem que haja acordo", diz Nassar. Entre as vantagens do "acordo medíocre" que poderia sair das discussões da OMC, ele aponta o fim dos subsídios à exportação, os limites aceitos pelos EUA para subsídios por produto e maiores cotas de exportação à Europa, principalmente de carnes.

Da mesma maneira, o Brasil teve de adotar uma posição que já era "previsível", de descolamento, com apoio da Argentina, em relação às posições da Índia e da China, que querem o direito de aumentar tarifas de produtos agrícolas em caso de surto de importações. O problema, diz Nassar, é que, negociada em uma rodada que tem como objetivo a queda de barreiras à agricultura, a proposta da Índia e da China permitiria que eles aumentassem as tarifas de importação de alimentos até acima do máximo permitido atualmente.

"Seria um retrocesso inadmissível", classifica o diretor do Ícone, que critica o Itamaraty por não ter deixado essa posição mais clara aos parceiros antes. Ele não acredita que as diferenças entre Brasil e Argentina em Genebra afetem substancialmente o

Mercosul. Acredita, porém, que o Brasil será cobrado pela Argentina, por ter aceito medidas contra os interesses dos industriais do vizinho.

O ex-ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, concorda com Nassar, sobre a pouca relevância dos desentendimentos em Genebra para o futuro da relação entre os dois países. Ele acredita que os dois países acabarão se entendendo. Um graduado diplomata, em Genebra, endossa a avaliação de que haverá negociações, no Mercosul, para acomodar as conclusões de Doha - com maior número de produtos argentinos protegidos na lista de mercadorias "sensíveis", por exemplo. No entanto, os sucessivos impasses nas discussões em Genebra, já despertar dúvidas entre os brasileiros, se será necessária essa conversa. Afinal, podem fracassar as negociações desta semana .

Exportadores temem perdas na administração das cotas agrícolas - Raquel Landim – Valor Econômico – Brasil - 29/07/2008

Uma pequena armadilha técnica pode comprometer os ganhos do Brasil na Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC): a administração das cotas agrícolas. Para evitar "ganhar e não levar", os exportadores estão atentos e querem que o governo brasileiro negocie o assunto em paralelo, especialmente com os europeus.

Segundo Christian Lohbauer, diretor-executivo da Associação Brasileira dos Exportadores de Frango (Abef), a administração da cota é o "segredo" que determina quem embolsa o lucro com a redução das tarifas de importação: exportador, consumidor ou até o importador. "Essa questão é fundamental, porque já tivemos experiências negativas", disse.



O executivo se refere à cota de 170 mil toneladas que a UE ofereceu ao Brasil em meados de 2007 para peito de frango salgado - uma compensação após perder painel da

OMC. Por conta do processo, a tarifa de importação de peito de frango da União Européia caiu de 1.024 euros no extracota (frango processado) para apenas 15,4% (frango salgado).

Graças a essa diferença e ao aquecimento do mercado, os exportadores brasileiros esperavam elevar os preços médios dentro da cota de US$ 2 mil por tonelada para quase US$ 4 mil, mas não conseguiram. O preço médio praticado no intracota entre junho de 2007 e julho de 2008 ficou em US$ 3,1 mil, pouco acima do US$ 3 mil do extracota, segundo a Abef.

Vários motivos contribuíram para passar o lucro do bolso do exportador brasileiro para o importador europeu: os frigoríficos não sabem se o comprador tem cota ou não; as licenças são "comercializadas" dentro da UE e os importadores pedem compensação. As empresas brasileiras competem ferozmente entre si e baixam os preços. O governo brasileiro está tentando resolver o problema internamente, dividindo as cotas de frango salgado entre os exportadores, mas teme reclamações da UE.

De acordo com Roberto Giannetti da Fonseca, presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Carne Bovina (Abiec), o mesmo problema também existe na hora de distribuir a cota Hilton entre os frigoríficos exportadores do setor. "A administração da cota é difícil e polêmica, por isso esse sistema não é o desejável, mas às vezes é o possível."

Com as cotas pós-Doha, o problema vai se agravar. A UE deve oferecer cota de 308 mil toneladas de carne de frango e 515 mil de carne bovina para o mundo. Segundo André Nassar, diretor-executivo do Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (Icone), a Rodada Doha vai disciplinar a concessão de cotas pela primeira vez, o que permitirá questionar a UE se as regras não forem cumpridas. Mas o delicado tema da administração, diz o especialista, só poderá ser solucionado bilateralmente entre Brasil e UE.

Por que Amorim disse sim ao pacote de Lamy nas negociações - Assis Moreira - Valor Econômico – Brasil - 29/07/2008

Uma pergunta que muita gente faz desde sexta-feira é por que o Brasil apoiou o pacote agrícola e industrial do diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), Pascal Lamy, para fechar o acordo da Rodada Doha, no rumo oposto ao de aliados como Índia, Argentina e China.

O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, deu a resposta ontem, entre duas reuniões na OMC: "Apoiamos (o pacote) porque consideramos que é o melhor para o Brasil e para o Mercosul. Se apoiasse posições extremadas, teria que trair interesses brasileiros e de sócios como Paraguai, Uruguai e mesmo a Argentina."

Quando Lamy colocou os números na mesa, depois de muita divergência, Amorim fez um cálculo rápido com assessores na mesa de negociação. Concluiu que era o melhor que podia ser obtido. E que, se continuasse barganhando, os tamanhos de cortes de subsídios e tarifas só iriam piorar, porque os americanos e europeus iriam querer mais na área industrial. O Brasil foi, então, o primeiro a aceitar.

O ministro diz ter recebido a sinalização da indústria e do agronegócio de que estão contentes com o pacote. Ou seja, alguns setores fazem reparos publicamente, mas na conversa privada aprovam e elogiam.

Antes, o governo era acusado de estar a reboque de interesses protecionistas da Índia, da Argentina e de outros países em desenvolvimento para manter a liderança no G-20. Agora, com o sinal verde ao pacote da OMC, surgiram críticas de ter rompido com esses aliados.

A questão é se o Brasil tinha outra solução e podia recusar o pacote da OMC. Para o Itamaraty, claramente não. Brasília não podia defender posição extremada da Índia justamente para frear ao máximo as importações agrícolas, que afetariam exportações brasileiras, argentinas etc.

Na área industrial, a Argentina quer um nível de proteção que não tem permitido entendimento na OMC. Mas Amorim expressa "total solidariedade" aos argentinos, sinalizando que o Brasil aceita que Buenos Aires possa manter uma tarifa de importação mais elevada. Se isso acontecer, será mais um rompimento na Tarifa Externa Comum (TEC), mas o bloco sobreviverá.

Na realidade, o Brasil fez concessões no pacote de Lamy justamente para Índia, China e outros poderem impor sobretaxa nas importações agrícolas em um nível superior à tarifa atual. Negociadores retrucam que, para ganhar na OMC, é preciso pagar em contrapartida, e isso foi feito "sem ser especialmente penoso".

Se existe confusão agora sobre a posição brasileira é porque o governo brasileiro não cessou de proclamar aliança e liderança para grandes países em desenvolvimento na negociação comercial global, minimizando divergências que sempre existiram. Além disso, o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, foi amplamente comentado na Europa depois de ter qualificado Doha de não valer nada para o Brasil, embora ele próprio confesse que não entende nada da negociação.

Onde havia união no G-20, as posições do grupo foram acolhidas no texto de negociação agrícola e ajudaram a enquadrar a baixa de subsídios domésticos dos Estados Unidos, estabelecer tetos de ajuda por produtos, cortar tarifas nos países ricos etc., nem sempre no nível desejado, como ocorre em qualquer negociação.

Foi porque não havia entendimento sobre acesso ao mercado em países em desenvolvimento, que a Índia criou com a Indonésia e outros o G-33, a segunda grande aliança de nações em desenvolvimento reunindo os protecionistas, que alegavam razões de segurança alimentar e desenvolvimento rural.

Antes da negociação desta semana, o Brasil tentou negociar com a Índia uma posição comum dentro do G-20 sobre "produtos especiais" e salvaguardas agrícolas. Os indianos não quiseram, achando que podiam ir até o precipício e alcançar o que queriam. O resultado era o impasse ainda maior de ontem.

As posições dos três inflexíveis ontem na negociação global - Índia e China de um lado e os Estados Unidos de outro - têm diferentes explicações. No caso da Índia, a percepção de importantes negociadores é de que há um problema político interno. Kamal Nath, o ministro indiano de Comércio, candidato nas próximas eleições, prometeu aos mais de 650 milhões de agricultores indianos voltar para casa com o máximo em salvaguarda especial para frear importações agrícolas e agora tem dificuldades de recuar.

A China acumula um sentimento de que seu tratado de entrada na OMC foi injusto, que se submeteu a exigências bem maiores para ser aceito no clube após 13 anos de negociações. Agora, acha que não deve pagar o que estão cobrando por Doha, ou pagar bem menos.

No outro lado, a representante comercial americana, Susan Schwab, é muito dura, ao mesmo tempo em que faz as contas sobre os votos dos parlamentares - do setor têxtil, de

Estados agrícolas etc. Além disso, Washington endurecia ontem até para contrapor-se ao plano indiano de tentar arrancar concessões na beira do abismo.

O próprio Nath se enrola nos discursos. Ontem ele insistia em poder aplicar uma tarifa acima da que existe atualmente para barrar importações. Foi quando Amorim o interrompeu e lembrou-lhe que a Índia já tinha conseguido isso. A questão agora era qual o tamanho máximo da sobretaxa. Nath cobrou da UE abertura total do mercado europeu livre de tarifas para os países mais pobres. Peter Mandelson, comissário europeu do Comércio, respondeu: "Já fazemos isso, Kamal."

O apoio de alguns grupos em desenvolvimento a Nath era explicado ontem também pela resistência dos EUA em não passar de 97% para 100% o livre acesso de exportações dos pobres em seu mercado. Com concessão americana, seria difícil para a Índia sustentar sua posição contra Doha.

A negociação sobreviveu até agora em parte por causa do Brasil. Na madrugada de quinta-feira, o clima piorou no grupo dos sete membros da OMC que estavam buscando o acordo - Brasil, EUA, UE, China, Índia, Japão e Austrália. Os ministros fizeram uma pausa, voltaram à 1 hora da manhã. Amorim foi o primeiro a falar e defendeu que valia a pena continuar a negociação. Os outros aceitaram.

Amorim ligou então para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, quando recebeu a instrução de defender a posição nacional e não ficar a reboque da posição mais dura dos indianos ou argentinos. À tarde, Lamy apresentou o primeiro pacote agrícola e industrial. O Brasil considerou as cifras de cortes tarifários e de subsídios inaceitáveis, sobretudo em produtos industriais.

Depois de muita discussão, Lamy fez outra proposta mais tarde. Começaram então as críticas. Nath não estava contente, a China falou menos negativamente, o Japão continuou inquieto com a tarifa para o arroz. Amorim e Schwab decidiram no par ou ímpar quem ia falar primeiro. Amorim perdeu. "Você perdeu, você fala", disse Schwab.

Depois de avaliação rápida na mesa de negociação, o ministro disse que os números não eram ideais, mas "aceitáveis". Eram melhores em agricultura e razoáveis na área industrial, por exemplo com 14% de flexibilidade para proteger a indústria. Negociadores contam que houve certa surpresa com o sim do Brasil. Aparentemente, a UE ainda queria pedir mais na área industrial.

Na sexta-feira, na reunião mais ampla, de 35 países, o ministro canadense de Comércio reclamou que havia muita flexibilidade no texto industrial e não podia apresentá-lo daquela forma no Parlamento. Seu colega ministro canadense de Agricultura disse em seguida o contrário, que faltava flexibilidade para proteger seus agricultores e sem isso não dava para ir ao Parlamento. A África do Sul retrucou que não dava para entender. Amorim comentou que era simples, bastava inverter os ministros para facilitar o acordo de Doha.

No sétimo dia de negociações, ontem, ministros e assessores começavam a dar sinais de exasperação, com as posições dos diferentes parceiros. Se a rodada fracassar, o Brasil já obteve boa parte do que queria através do próprio mercado. Com os preços altos, os subsídios declinaram e as tarifas foram cortadas por vários países importadores líquidos de alimentos. Quanto à Índia, não terá sua salvaguarda especial para frear importações agrícolas.

Protecionismo deixa negociação de Doha próxima do colapso - Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 29/07/2008

"A Rodada Doha está por um fio", avisou o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, por volta de 1h da manha desta terça-feira, em meio à batalha travada principalmente entre a Índia e a China, de um lado, e os Estados Unidos, de outro, sobre um mecanismo exigido pelos dois emergentes para frear importações agrícolas.

A negociação para liberalizar o comércio global chegou praticamente a morrer por volta das 17h de ontem, quando a Índia queria reabrir o pacote proposto por Pascal Lamy, diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), e os EUA recusavam. Com intermediações do Brasil, União Européia (UE) e Austrália, voltou a agonizar. Por volta da meia-noite, altos funcionários da OMC circulavam pela sala de imprensa, visivelmente em preparação para o anúncio oficial do o funeral da rodada. Até que enfim, nesta madrugada, os ministros decidiram continuar as discussões hoje.

Lamy tenta segurar a negociação insistindo junto aos ministros que os países já colocaram muito no bolso e que não vale a pena destruir tudo por causa de um único tema, justamente de barreira de importação.

Uma "aterrissagem suave"' foi proposta por alguns países, significando empurrar a negociação para setembro. O Brasil foi um dos países que recusou, dizendo que isso não tinha sentido, pois significava já desistir da rodada. Para o Brasil, se hoje é difícil negociar com o governo Bush a seis meses de seu fim, será quase impossível a três meses antes do novo governo assumir a Casa Branca.

Kamal Nath, apontado como o principal culpado, deixou a OMC declarando-se "otimista", mas alertou que não era questão de "concordar ou rejeitar, e sim de examinar propostas" hoje. O fato de a salvaguarda para congelar importações agrícolas ser o ponto crucial, quando existe uma crise alimentar na qual importadores baixam tarifas, demonstrou o que não era segredo: que a Índia e alguns outros países tem pouca vontade de fechar o acordo global.

O comissário europeu de Comércio, Peter Mandelson, disse que a questão de salvaguardas era "muito, muito sensível". O porta-voz da OMC, Keith Rockwell, reconheceu que a "situação é muito tensa e bastante incerta". Para Amorim, "a negociação está por fio, em estado crítico". Nesse cenário, o Brasil propôs, com apoio da Austrália e UE, uma solução para ressuscitá-la e as negociações foram retomadas em nível técnico. Nath disse mais tarde que aceitara um compromisso e acusou os EUA de terem sido o único a recusar.

Segundo os indianos, a idéia proposta por Lamy era de jogar no lixo tudo sobre a salvaguarda especial contida no pacote. Em contrapartida, os países em desenvolvimento teriam sinal verde para aplicar sobretaxa na importação sob certas condições: notificar a OMC, passar por exame no comitê de especialistas e, o mais importante, mostrar que o produtor doméstico é afetado pelas importações. Nova Déli disse "ok", mas Schwab recusou.

A expressão facial de alguns negociadores e funcionários da OMC era de cansaço e decepção. Persistia também o choque de personalidades. A americana Susan Schwab mostrava-se muito dura. Quando a negociação ficou interrompida, à tarde, ela desceu para fazer uma declaração a imprensa, acusando Índia e China de emperrarem a negociação e a levarem à beira do fiasco.

Amorim era reconhecido como uma espécie de estabilizador, o indiano Nath, sempre de olho em seu futuro político, o australiano Simon Creen , "abrasivo". Os ministros chinês e japonês pareciam perdidos, na tradução e no que se passava em volta deles. O chinês continuava lendo seus textos preparados com antecedência, endurecendo a posição também contra acordos setoriais na área industrial, quando Pequim é apontado justamente como um dos ganhadores da liberalização no setor.

Uruguai e Paraguai anunciaram em coletiva a uma centena de jornalistas que não aceitarão uma salvaguarda que possa adotar sobretaxa no acordo de Doha que seja acima da tarifa acertada na Rodada Uruguai (1987-1994). Os dois sócios do Mercosul tinham o solitário apoio da Costa Rica. A salvaguarda poderá ser usada por países em desenvolvimento com agricultura frágil, desde que as importações cresçam 40% em três anos.

A India acha que esse teto é demais, e queria baixá-lo. Além disso, achava pouco a sobretaxa de 15%, além de procurar aumentar a cobertura da salvaguarda de 2,5% para 7% das linhas tarifárias agrícolas. Para o Uruguai, ela certamente não será aplicada sobre as importações procedentes de países desenvolvidos, graças ao poder político desses para impedir que seus produtores sejam afetados.

O agronegócio brasileiro tampouco gostou da concessão que o governo fez para a Índia, aceitando o rompimento do teto tarifário fixado na Rodada Uruguai, mas preferiu esperar o desenrolar das negociações para reagir.

À 1h desta manha, indagado pelo telefone celular se a negociação tinha acabado, um alto negociador respondeu: "not yet (não ainda)". Esta manhã, altos funcionários tentarão de novo uma solução técnica para a salvaguarda, depois os ministros voltam a se sentar para negociar ou dizer adeus.

Salvaguardas colocam Doha novamente em risco – Valor Econômico – Opinião - 29/07/2008

As negociações da Rodada Doha avançaram e abriram perspectivas reais de um acordo - ainda não assegurado e pouco ambicioso. Os países desenvolvidos fizeram propostas para reduzir seus subsídios à exportação e domésticos consideradas sofríveis em outras circunstâncias e aceitáveis agora, diante da iminência de um colapso da rodada, que poria a perder sete anos de trabalhos. Estados Unidos e União Européia querem contrapartidas para suas concessões e enfrentam a dura oposição de China e Índia, que questionam o mecanismo de salvaguardas para produtos afetados por rápido aumento das importações. O Brasil foi o primeiro país a aceitar as concessões dos desenvolvidos, mas enfrenta oposição da Argentina no Mercosul. Para os argentinos, a abertura industrial foi longe demais - redução média de 54% nas tarifas - e a possibilidade de proteção para produtos sensíveis está abaixo do desejável - 14%, em vez dos 16% que consideram justo.

Um dos principais atores das negociações, o G-20, rachou exatamente diante dos objetivos para os quais foi criado - as questões agrícolas. O ministro do Comércio da Índia, Kamal Nath, mostra-se inflexível, agora com apoio da China e de outros países em desenvolvimento, para garantir salvaguardas especiais tão elásticas que virtualmente dão proteção total a uma gama de produtos agrícolas. A proposta agrícola estabelece que o

mecanismo de salvaguarda poderia ser utilizado se as importações crescerem 40% em três anos, caso em que o país afetado poderá elevar em até 15 pontos percentuais, por determinado período, a proteção tarifária.

A Índia está levando a discussão de volta ao impasse. Ela aceita o limite de 10% para desatar defesa protecionista - o que é muito baixo, pois ele seria atingido se em dois anos as compras externas de determinado produto subissem 5% anuais, por exemplo. A China, por seu lado, foi mais agressiva: não quer cortar tarifa nem reduzir alíquotas dentro do esquema de cotas para açúcar, arroz, algodão, milho e trigo, já incluídos por ela entre "produtos especiais".

Para arrancar concessões, os EUA voltaram a soprar as trombetas do fracasso diante da posição chinesa. É possível que não se chegue a um acordo, pois as negociações comerciais se moveram desde o início em um terreno pantanoso. Era previsível que o mecanismo da salvaguarda especial, que foi incluído no desenrolar das negociações, acabaria por criar uma batalha aberta entre blocos e dentro dos próprios blocos de pressão. Pelo menos metade das exportações brasileiras é dirigida aos países emergentes e as condições apresentadas por China e Índia são nefastas ao comércio bilateral. Como grande exportadora, a China, por outro lado, havia pedido acordos industriais setoriais, que agora repudia, embora a proposta mencione que eles serão voluntários.

O Brasil encerrou sua missão no G-20 após julgar ter obtido algumas melhorias reais no processo. Embora os EUA só aceitem teto de subsídios agrícolas de US$ 14,5 bilhões - duas vezes acima do que praticou no último ano -, o país iniciou Doha falando em mais de US$ 20 bilhões. Os EUA aceitaram limitar os subsídios por produto, o que interessa ao Brasil. O agronegócio brasileiro, se o que foi acordado prevalecer, teria ganho de US$ 4,9 bilhões apenas para carne bovina, de frangos e etanol, como informou o Valor em sua edição de ontem.

Os ganhos são modestos, mas não envolveram contrapartidas altas que fossem capaz de anulá-los. A concessão, segundo a indústria, foi equilibrada, com as tarifas máximas de importação recuando de 35% para 23,8% e a tarifa média, para 13,5%. A Confederação Nacional da Indústria estima que 56% dos produtos terão corte real de tarifa.

O Brasil se distanciou do G-20 em seu próprio interesse, pois as salvaguardas o prejudicam. Foi possível a união enquanto o objetivo era conduzir a guerra contra os subsídios dos ricos. Essa união, sabia-se, escondia interesses antagônicos, que explodiram na fase final. Foram conseguidos pequenos avanços diante de uma rodada que se pretendia do "desenvolvimento". Não é certo que as negociações cheguem a uma conclusão. Desfigurada pela intransigência dos países ricos, há sérias dúvidas se valeu a pena esperar tanto tempo por tão pouco.

Colapso de Doha muda política comercial – Marcelo Ninio - Folha de São Paulo – Dinheiro - 30/07/2008

Negociadores em Genebra não conseguem superar impasse sobre um acordo de liberalização do comércio global - Chanceler brasileiro admite agora priorizar acordos bilaterais com outros países ou blocos para ampliar o comércio externo do país

O esforço para tentar salvar sete anos de negociação da Rodada Doha da OMC (Organização Mundial do Comércio) terminou ontem em lágrimas e cercado pelo sentimento de que uma chance histórica foi desperdiçada. Depois de uma maratona de nove dias, que somou mais de cem horas de intensas discussões, o processo entrou em colapso devido a um assunto considerado "menor", o mecanismo de proteção agrícola para países emergentes.

O colapso deve levar o Brasil e outros países a reverem suas políticas comerciais, com mais ênfase em acordos bilaterais limitados e aumento de demandas na própria OMC.

Embora ninguém admita a morte da Rodada Doha, o processo entra em período de incerteza, que aumenta com a sucessão presidencial americana. O chanceler Celso Amorim disse que o processo pode ficar pendente até 2013, admitindo que um acordo não sairá mais no governo Lula. E vê pouca chance de ser retomado do ponto em que pararam.

"Ouvi de várias pessoas que devemos preservar o que obtivemos. Concordo, mas não está no nosso poder. A vida continua, e nem sempre pelo bom caminho", disse. "Temos uma crise alimentar e teremos outras crises. Tendências protecionistas também vão voltar."

Visivelmente abatidos, alguns dos sete ministros que participaram do grupo formado para romper o impasse pareciam não acreditar que um projeto tão ambicioso tivesse desmoronado devido a uma questão pontual. A representante de Comércio dos EUA, Susan Schwab, estava perto do choro. Mariann Fischer Boel, comissária européia de Agricultura, derramou lágrimas. "É muito triste", disse Fischer Boel à **Folha**, "porque os países mais pobres é que serão os maiores prejudicados."

Programadas para durar só até o último sábado, as discussões se prolongaram em tentativas incessantes dos sete ministros de solucionar o núcleo do acordo. O objetivo era manter um equilíbrio entre a redução das barreiras agrícolas dos países ricos e a abertura industrial nos emergentes.

Na reta final, o que emperrou o processo foi o Mecanismo de Salvaguarda Especial (SSM, na sigla em inglês), que se transformou numa queda-de-braço entre EUA e Índia. Numa amarga ironia, a negociação idealizada para liberalizar o comércio global foi derrubada por um mecanismo protecionista. "Qualquer observador de outro planeta não conseguiria acreditar que, depois de todos os progressos que realizamos, não conseguimos chegar a um acordo", disse Amorim. Enquanto falava, o chanceler brasileiro era observado pelo ministro do Comércio da Índia, Kamal Nath, apontado por muitos como um dos responsáveis pelo fracasso das negociações devido à insistência em ter bases mais protecionistas no SSM. Uma fonte da OMC contou à **Folha** que Nath atravessou as negociações mantendo um discurso populista em defesa dos pobres de seu país. Para esse negociador, Nath claramente tinha ordens para não ceder, observando que ele tem pretensões nas eleições da Índia previstas para 2009.

A intransigência indiana se chocou com a inflexibilidade americana. Nos últimos dias, dezenas de propostas foram formuladas pelo diretor-geral da OMC, o francês Pascal Lamy, e por outros países, como o Brasil. De um lado, os indianos, com o apoio chinês, não abriam mão de um nível alto de protecionismo. De outro, os americanos, pressionados pelo forte lobby agrícola, não cediam por temer o fechamento de mercados importantes na Ásia, sobretudo a China. "Uma força irresistível se chocou com um obstáculo intransponível, e o resto é história", disse o comissário de Comércio da UE, Peter Mandelson. "Os americanos riscaram uma linha na areia e se recusaram a cruzá-la."

O Brasil, quarto exportador agrícola do mundo, era por princípio contra as salvaguardas que freiam as importações pelo mesmo motivo dos EUA, mas as acabou aceitando para salvar um acordo.

Decepcionado com o desfecho de sete anos da rodada lançada em 2001 para abrir mercados e estimular a prosperidade do mundo em desenvolvimento, o chanceler brasileiro usou uma metáfora do futebol para colocou em dúvida o formato escolhido em Genebra, que reduziu as discussões a sete países -Brasil, Índia, EUA, UE, Austrália, China e Japão. "Se fosse o treinador, eu trocaria os jogadores para ver se um resultado era possível, porque é inacreditável que tenhamos fracassado por causa de uma questão."

Amorim nega erro e busca acordo com UE e EUA – Marcelo Ninio – Folha de São Paulo – Dinheiro - 30/07/2008

Chanceler diz que todos apostaram em Doha e que quer ver OMC "de longe' - "Muita energia foi despendida aqui", diz ministro, que vê agora o G20 com um perfil mais político do que econômico

O chanceler Celso Amorim já está pronto para rebater as críticas de que o Brasil cometeu um erro estratégico ao apostar todas as suas fichas na Rodada Doha, em vez de buscar acordos bilaterais. Mas admite que a tendência, agora que as negociações estão congeladas por tempo indeterminado, é que o Brasil volte a retomar os contatos para firmar parcerias que haviam sido engavetadas, entre elas a do Mercosul com a União Européia e até com os EUA.

"Não foi só o Brasil que jogou todas as fichas na rodada, todos os países o fizeram", afirmou o chanceler, lembrando que o mandato da Comissão do Comércio da UE prevê que um acordo em Doha deve preceder acordos bilaterais. "Estávamos sempre com a sensação de que no próximo ano [Doha] terminaria. Acho que agora ninguém mais tem essa ilusão."

O chanceler também se defendeu das críticas de que o Brasil teria abandonado aliados tradicionais do G20 (grupo de países emergentes), como Índia e Argentina, ao aceitar o acordo proposto nesta semana para romper o impasse. Ele disse que Doha não morreu e que o G20 continuará exercendo uma função estratégica importante para o Brasil, mas reconheceu que a aliança talvez ganhe um perfil mais político que econômico. Ele disse que telefonou para o presidente Lula logo que o fim das negociações foi decretado e ouviu palavras de incentivo. "Celso, valeu a pena o esforço", disse o presidente, segundo o

chanceler.

O ministro disse que o Itamaraty privilegiou a OMC porque negociações bilaterais têm alcance limitado e são ineficazes para corrigir distorções como os subsídios agrícolas. "Nossa prioridade era a OMC, porque só aqui poderíamos tratar de subsídios. Agora teremos que nos concentrar em ações que dêem resultados. Não posso ficar preso aqui por mais quatro anos", disse.

O chanceler confirmou que as discussões para um acordo comercial entre Mercosul e União Européia, suspensas em 2006, devem recomeçar. "Eu sempre disse que o processo com a UE recomeçaria", disse o ministro, prevendo negociações difíceis que não poderão ser retomadas do ponto em que foram suspensas. "Haverá outras prioridades", disse.

Amorim considera inclusive a possibilidade de retomar o processo de aproximação entre o Mercosul e os EUA para a criação de um acordo de livre comércio para as Américas (Alca), que foi abandonado. "Não excluo essa possibilidade", disse o chanceler, prevendo que uma nova tentativa de acordo com os EUA terá que partir de bases diferentes. "Não será fácil, mas, se houver uma tentativa realista, por que não?"

O caminho para a reaproximação com os europeus também não deve ser simples. O próprio comissário europeu de Comércio, Peter Mandelson, reconhece que os mesmos obstáculos de Doha surgirão novamente na discussão de um acordo comercial com o Mercosul. Entre eles, a dificuldade em reduzir o protecionismo agrícola europeu e a resistência de setores industriais do Mercosul, sobretudo na Argentina.

"Um acordo com o Mercosul definitivamente está em nossa pauta de comércio", disse à **Folha** o porta-voz de Mandelson, Peter Power. "Mas primeiro precisamos saber em que bases ficará a Rodada Doha".

Amorim discorda que a OMC sofrerá um esvaziamento, mas admite que passará a ter outras prioridades. "Foi despendida muita energia aqui", disse o chanceler, enquanto comia um sanduíche. Indagado como passa a ver o futuro da OMC, foi irônico. "De longe." **(MN)**

Nova agenda do Brasil exigirá acordos bilaterais – Iuri Dantas – Folha de São Paulo – Dinheiro - 30/07/2008

A frustração de um acordo na Rodada Doha da OMC vai impor ao Brasil a necessidade e o desafio de ampliar a rede de acordos de livre comércio com outros países, a começar pelos EUA, reeditando uma espécie de nova Alca (Área de Livre Comércio das Américas), inviabilizada justamente pelo Itamaraty no início do governo Lula.

A decisão de negociar um acordo de livre comércio com os Estados Unidos já foi tomada pelo Brasil. Na prática, significa uma "nova Alca" porque os americanos já têm tratados semelhantes com Chile, Peru, Colômbia e países da América Central. Faltam Mercosul, Equador e Venezuela.

Não bastassem as dificuldades de obter concessões da maior economia do planeta, caberá aos negociadores brasileiros convencer os sócios do Mercosul, atualmente

Argentina, Paraguai, Uruguai e em breve também Venezuela, de que os novos acordos trarão mais benefícios que prejuízos.

Não vai ser fácil nem rápido. Autoridades venezuelanas já adiantaram que não aceitam sequer negociar com os EUA.

Pelas regras atuais, é preciso haver consenso entre todos os países do Mercosul para assinar um acordo de livre comércio. Foi assim com Israel, que no início do ano encerrou as negociações e firmou o tratado. O texto não está em vigor.

Como a tarefa precisa começar pela vizinhança, o caminho é ainda mais delicado. Especialistas ouvidos pela **Folha** são unânimes em criticar o Mercosul e apontar deficiências no formato de negociações do bloco que dificultam consenso interno e tornam quase impossível a assinatura com outros países. O maior problema seria a enorme diferença de porte das economias do bloco.

O Brasil se prepara para negociar acordos com Estados Unidos, México, Índia, Turquia e Rússia. Também há interesse em blocos como a União Européia e o Conselho de Cooperação do Golfo (Arábia Saudita, Bahrein, Qatar, Emirados Árabes, Omã e Kuait).

Estratégias - Quando a Rodada Doha foi lançada, em novembro de 2001, ainda sob o impacto dos atentados de 11 de Setembro, a diplomacia brasileira apostou todas as fichas na negociação multilateral na OMC. Os EUA optaram por negociar acordos bilaterais, o que chegou a irritar o Brasil quando as conversas com o Uruguai avançaram. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva precisou agir pessoalmente para convencer os uruguaios a continuar no Mercosul.

"A estratégia do governo brasileiro de ficar só concentrado em Doha foi um grande equívoco. Temos que discutir uma nova estratégia", disse o ex-embaixador Rubens Barbosa. Segundo o ex-diplomata, "vai ser muito difícil negociar com os americanos, porque eles não vão querer apenas livre comércio, vão voltar com as exigências feitas na Alca, na área de propriedade intelectual, concorrência e investimentos".

Na contramão, o professor de relações internacionais da Universidade de Brasília Virgílio Arraes acredita que essas assimetrias no Mercosul podem favorecer o Brasil. "Não seria um problema tão complicado negociar com os EUA porque, em termos de indústria sofisticada, só temos o Brasil no Mercosul."

Para o presidente da Sobeet (Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais), Luis Afonso Lima, o Mercosul precisa "construir uma aliança que seja benéfica para todos os membros".

Todos perdem com fracasso de Doha; Brasil perde mais – Clovis Rossi – Folha de São Paulo – Dinheiro - 30/07/2008

Aposta do Itamaraty de aceitar proposta irritou aliados e, ao final, não vingou - Mudança de posição do Brasil inviabiliza G20, grupo de emergentes liderado pelo país e visto pelo governo como trunfo diplomático

Todos perdem com o fracasso da Rodada Doha, mas o Brasil, à primeira vista, perde mais. Todos perdem se se levar em conta o ganho que surgiria para os países em desenvolvimento de um acordo realmente equilibrado e que justificasse plenamente o nome completo da negociação que é Agenda Doha de Desenvolvimento.

No caso do Brasil, os números que foram apresentados à delegação brasileira pelo comando da OMC pareciam suculentos a ponto de levá-la a uma guinada ainda mal explicada, apoiando a proposta do diretor-geral, Pascal Lamy, que não é substancialmente muito diferente do que vinha sendo posto à mesa nas negociações técnicas.

Pela avaliação da OMC, conforme a Folha apurou, só a China ganharia mais do que o Brasil com a aceitação do pacote Lamy.

A OMC não especifica, no entanto, os números em que baseia seus cálculos. O jornal "Valor Econômico" usou cálculos do setor privado para informar que "o ganho agrícola para o país com a Rodada Doha seria de US$ 4,9 bilhões", um incremento de quase 190% nas exportações brasileiras de carne bovina, de frango e etanol para as duas maiores potências do planeta (EUA e União Européia). Convém, no entanto, tomar sempre com cautela todos os cálculos sobre ganhos futuros em negociações comerciais.

Afinal, ao terminar a anterior rodada de liberalização (a Uruguai, que acabou em 1994, depois de oito anos), houve cálculos de portentosos lucros para os países em desenvolvimento, Brasil inclusive. Aconteceu o contrário: ganharam muito os países já ricos, o que é natural. Se se liberaliza o comércio, ganha mais quem tem mais comércio -e quem mais tem comércio são os países ricos.

Agora, no entanto, o cenário é diferente: China, Índia e, em menor medida, Brasil também se tornaram usinas comerciais, com potencial para ganhar com o livre comércio (desde que as regras sejam equilibradas, o que não acontece hoje).

Portanto, o Brasil perde, para começar, por deixar de ganhar, fosse qual fosse o ganho. Perde também politicamente, por ter abandonado parceiros com os quais manteve intensa convivência ao longo dos sete anos de negociações da Rodada Doha. O chanceler brasileiro Celso Amorim justificou a guinada em nome do "interesse nacional". É justo e lógico. Mas era preciso antes combinar com parceiros como, principalmente, Índia e Argentina.

A mudança de posição do Brasil inviabiliza o G20, o grupo de países em desenvolvimento criado em 2003 para extrair concessões em agricultura dos países ricos. O G20 foi sistematicamente mencionado, pelo Itamaraty e até pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, como o instrumento que levaria, nos sonhos presidenciais, a mudar a "geografia comercial" do planeta.

Não mudou, como se viu, nem serve mais, como Amorim deixou publicamente claro em seguida à aceitação do pacote Lamy. A morte não declarada do G20 faz o Brasil

perder voz de comando: o chanceler Amorim cobrou de seus parceiros no G20 que seguissem o exemplo brasileiro e "assumissem riscos". Não foi ouvido por Índia, China e Argentina, entre outros.

A guinada criou ruído também nas relações com a Argentina, apunhalada pelas costas depois de o Brasil ter jurado que defenderia até a morte na OMC o tratamento do Mercosul como união aduaneira.

Significa que os países-membros dessa união adotam, além de tarifa zero para as trocas comerciais entre eles, a mesma tarifa de importação de países não-membros. Ou, posto de outra forma, o nível de proteção tarifária tem que ser igual para todos. Em Genebra, no entanto, o Brasil aceitou uma proteção inferior à que a Argentina quer, o que automaticamente significa tornar ainda mais furado o esquema de união aduaneira.

De novo, pode-se usar o argumento do "interesse nacional", mas, se o Mercosul é prioritário para a diplomacia brasileira, seu principal sócio no bloco não pode ser abandonado de repente sem gerar ressentimento. Claro que ressentimentos diplomáticos ou comerciais não são permanentes. Basta ver o presidente venezuelano, Hugo Chávez, rindo, agora, do "por qué no te callas?" que lhe sapecou o rei da Espanha. De todo modo, os problemas com Índia e Argentina só podem entrar na coluna do prejuízo na medida em que não houve o ganho esperado com a guinada que gerou os problemas.

O Brasil perde ainda porque o fracasso da Rodada Doha deixa presos apenas com alfinetes os ganhos presumíveis surgidos na negociação da semana passada.

Exemplo: a promessa européia de abrir-se ao menos um pouco para o etanol brasileiro -um dos cavalos de batalha principais de Lula- já foi fulminada ontem por dois países, Irlanda e França, com o detalhe nada trivial de que a França preside a União Européia até o fim do ano, com toda a força que a presidência dá ao país que a exerce para influir na agenda do conglomerado.

Para analistas, país agiu certo ao priorizar OMC – Marcela Campos – Folha de São Paulo – Dinheiro - 30/07/2008

Apesar do novo fracasso em liberalizar o comércio mundial, a maioria dos especialistas em política externa avalia como "correta" a prioridade dada pelo Brasil ao foro comercial multilateral, relegando a um segundo plano as grandes negociações bilaterais. Alguns analistas argumentam que tal estratégia, na verdade, foi adotada por falta de opção. O acordo de livre comércio Brasil-União Européia, por exemplo, esbarrou no mesmo impasse que hoje emperra a Rodada Doha: a negativa dos europeus em aumentar o acesso ao mercado agrícola enquanto não houvesse acordo na OMC.

Na avaliação do ex-embaixador do Brasil nos EUA Rubens Ricupero, a estratégia do Itamaraty de concentrar os esforços na Rodada Doha não prejudicou o desempenho comercial do Brasil. "Em termos práticos, não saímos perdendo coisa alguma porque, nas áreas em que temos mais vantagens comparativas, os acordos bilaterais [com EUA e UE] não nos concederiam nada" -suco de laranja, álcool, açúcar, tabaco, carnes. Segundo ele, na área em que o país tem competitividade -commodities agrícolas-, a grande demanda não

vem dos EUA, mas dos asiáticos, economias que crescem mais rapidamente. E, no campo dos manufaturados em que há capacidade exportadora aos EUA, caso da Embraer, já não há tarifa, afirma. "Não acho que haja um prejuízo real [por privilegiar o multilateralismo]. Temos negociado, com o Grupo Andino, por exemplo, mas no âmbito do Mercosul. Sendo uma união aduaneira com barreira tarifária comum a terceiros, o bloco não permite que cada membro possa negociar livremente tratados bilaterais", afirma o ex-ministro da Fazenda.

Na avaliação do economista Alessandro Teixeira, presidente da Apex (Agência de Promoção de Exportações e Investimentos), os aumentos crescentes nas exportações demonstram que a estratégia de optar pelo multilateralismo foi bem-sucedida. "Após essa mudança, o Brasil deixou de ser "mais um" para assumir a liderança do bloco latino-americano, atingindo outro patamar." Hoje, avalia, toda negociação multilateral tem que passar pelo país.

Ricupero afirma que, nas negociações regionais com parceiros mais poderosos, a assimetria de poder é sentida de forma muito mais poderosa. Ele cita o exemplo dos EUA, que nunca conseguiram acordos de propriedade industrial ou de investimentos no âmbito multilateral, mas os conquistaram no âmbito do Nafta e dos tratados bilaterais. O embaixador, que diz ter sido sempre contrário a tratados bilaterais, explica que, quando há concessões numa negociação multilateral, o sacrifício tem como contrapartida o acesso ao mercado de 152 países. Já em uma negociação bilateral, o sacrifício é o mesmo e o acesso é menor, porque se negocia com com poucos parceiros.

André Nassar, presidente do Icone (Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais), relativiza a importância de contrapor as estratégias bi e multilateral. "Com ou sem acordos bilaterais, o Brasil jamais deixaria de fazer negociações multilaterais porque só na OMC se lida com temas sistêmicos [como subsídios e disciplinas referentes a salvaguardas e antidumping]."

Indústria e setor agrícola lamentam fracasso na OMC – Paulo de Araujo e Gitânio Fortes - Folha de São Paulo – Dinheiro - 30/07/2008

Para a Fiesp, sucesso da Rodada Doha favoreceria as reformas estruturais no país - Representantes do agronegócio observam oportunidade de "melhorias internas" para avançar no comércio internacional

Antes um acordo modesto do que nenhum. Dessa forma, representantes da indústria e do agronegócio lamentaram o fracasso da Rodada Doha. Ainda que viesse a arcar com os maiores custos do acordo multilateral, a indústria viu o impasse na OMC como uma oportunidade perdida para que ela própria -com ajuda do governo- fizesse a "lição de casa" para melhorar sua competitividade.

O corte nas tarifas de importação e a inclusão de acordos setoriais que permitissem aos países desenvolvidos ganhar mercado no Brasil preocupavam o setor industrial. Mesmo assim, as concessões poderiam significar ganho de produtividade nos próximos anos, à medida que tornariam a realização de reformas estruturais mais premente, diz Mário

Marconini, diretor de negociações internacionais da Fiesp.

Julio Gomes de Almeida, consultor do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial, diz que "haveria um custo grande [para a indústria]. Mas precisamos olhar para a economia como um todo. Nesse sentido, [o fracasso de Doha] é uma péssima notícia".

Mais reticente, o presidente da Abinee (indústria elétrica e eletrônica), Humberto Barbato, diz que um acordo poderia ser "danoso" para o segmento.

O novo impasse na OMC deixou lições importantes para a diplomacia brasileira, que acertou ao ser flexível para tentar concluir as negociações e não aceitar "o retrocesso" defendido por China e Índia.

Aprendizado - Uma delas: não pôr todas as fichas nas negociações multilaterais. Segundo o presidente da Anfavea (associação das montadoras), Jackson Schneider, o setor precisa trabalhar em novas negociações bilaterais.

Outra lição: conhecer a opinião dos chineses, que se aliaram aos indianos num confronto que impediu ganhos, mesmo que tímidos, para emergentes competitivos no mercado agrícola, caso do Mercosul.

A esperança de corte de subsídios e maior acesso de produtos brasileiros em uma série de países entram agora "numa geladeira bem grande", diz Gilman Viana Rodrigues, secretário de Agricultura de Minas Gerais e presidente da Comissão Nacional de Comércio Exterior da CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil).

"Agora é olhar para a frente", diz Pedro de Camargo Neto, presidente da Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína.

"O país não deveria ter deixado as negociações bilaterais de lado", diz Cesário Ramalho, da Sociedade Rural Brasileira.

Para Marcos Matos, da gerência de mercados da Organização das Cooperativas Brasileiras, é essencial que, quando se retomar a pauta da OMC, se parta do ponto em que as negociações em Genebra travaram.

Segundo Camargo Neto, o Brasil tem como avançar com "melhorias internas". Ele cita a sanidade como ponto a ser trabalhado. Se o Brasil erradicar a febre aftosa, por exemplo, terá como acessar os mercados de EUA e Japão para a carne "in natura" de suínos e de bovinos.

Doha projetou Brasil, avaliam especialistas – Folha de São Paulo – Dinheiro - 30/07/2008

O Brasil sairá ganhando politicamente após a Rodada Doha da OMC, tornando-se porta-voz dos pleitos de economias emergentes, ainda que o país seja responsável por 1,18% do comércio internacional, avaliam especialistas ouvidos pela **Folha**. As atuações do Itamaraty e do chanceler Celso Amorim foram vitais para isso.

"Essa liderança brasileira é uma grata surpresa. A gente fica impressionado com o trabalho do Itamaraty. O lado ruim é o preço a pagar, a desconfiança de parceiros em relação aos objetivos do Brasil. Essa surpresa pode sair pela culatra em algum momento", afirma Luis Afonso Lima, presidente da Sobeet (Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais). Para o professor de relações internacionais da Universidade de Brasília Virgílio Arraes, o Itamaraty precisou chancelar o modelo agroexportador para ganhar desenvoltura.

Em 2003, durante as negociações comerciais de Doha, o Brasil compôs o G20, grupo que articulou as posições de 20 economias em desenvolvimento. Na semana passada, porém, o acerto começou a fazer água. "O G20 não consegue fechar uma posição comum. É falta de articulação. O Brasil se destaca, mas o foco da diplomacia neste momento não é o G20, e sim a América do Sul, tanto que vem ganhando apoios, como o da Venezuela", disse Arraes. Para o ex-embaixador Rubens Barbosa, o G20 tem problemas porque as agendas dos países "são muito diferentes". "O G20 mudou a correlação de forças políticas. Até a Rodada Uruguai, UE e EUA decidiam tudo e colocavam goela abaixo da gente." **(ID)**

Brasil perde após fiasco na OMC - O Globo – Capa – 30/07/2008

Fracassou ontem, após sete anos de negociações, a última chance de concluir em 2008 a Rodada de Doha da OMC, que deveria promover a abertura comercial em todo o mundo. Desentendimentos entre EUA e Índia foram decisivos para o fiasco da rodada, que prejudica a conquista de mercados para produtos agrícolas do Brasil. O chanceler Celso Amorim resumiu: “O fio arrebentou.” Páginas 23 a 27

O fio arrebentou Índia e EUA não chegam a acordo sobre abertura comercial. – Deborah Berlick – O Globo – Economia – 30/09/2008

Fracassou, de forma amarga, a última chance de concluir este ano a Rodada de Doha, como são chamadas as negociações para a abertura do comércio mundial.

Isso significa que sete anos de conversas — com ganhos importantes para a agricultura do Brasil — correm o risco de só serem retomados a partir de 2009. O fracasso joga o sistema multilateral de comércio num clima de total incerteza, num momento em que a economia mundial enfrenta crise energética e de alimentos.

Dois países — Estados Unidos e Índia — foram responsáveis pela derrocada.

“Tragédia”, “desastre”, “acidente aéreo” foram algumas das expressões utilizadas pelos negociadores, ao saírem da sala de reuniões. O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, disse não acreditar que tantos anos de negociação tenham ruído por causa de uma questão agrícola menor: as salvaguardas especiais, um mecanismo que permitiria a países em desenvolvimento erguer barreiras contra surto de importações.

A Índia insistiu numa conta, e os EUA fincaram o pé contra.

— Estou muito decepcionado. Havia dito que as negociações estavam por um fio, e o fio arrebentou. É lamentável — disse Amorim à agência de notícias France Presse. — É incrível que tenhamos fracassado por causa de apenas uma questão. Se eu fosse o treinador, teria substituído os jogadores (os negociadores).

Para o chanceler, não está certo se as negociações serão finalizadas antes de 2013.

Lamy: ‘vou recolocar isso nos trilhos’

A proposta da Organização Mundial do Comércio (OMC) previa que as salvaguardas poderiam ser acionadas quando as importações de um produto subissem 40% acima da média dos últimos três anos. Mas indianos e chineses, alegando que precisam proteger pequenos agricultores, defendiam que o mecanismo deveria ser acionado quando as importações subissem 15%, e não 40%.

Uma das perguntas que os negociadores se faziam ontem era por que os EUA se mostraram tão inflexíveis.

Nos bastidores, a explicação era que a negociação corria o risco de ruir, de toda forma, por falta de acordo para a redução dos subsídios do algodão — setor superprotegido nos EUA.

Fazer as negociações ruírem por causa das salvaguardas tornava mais fácil culpar a Índia pelo fracasso.

Se as negociações tivessem fracassado por causa do algodão, a posição americana seria delicada, pois milhares de produtores de algodão na África sofrem com isso.

— A negociação morreu em salvaguardas.

Mas será que não morreu em salvaguardas para evitar que morresse em algodão, tema difícil para os americanos? — perguntou um negociador.

Os indianos têm também boa parte da culpa, disseram os participantes.

Kamal Nath, o ministro de Comércio do país, tem ambições políticas (falase que é candidato a primeiro-ministro) e chegou em Genebra batendo duro desde o primeiro momento.

Eram quase 18h (13h em Brasília), quando a representante de Comércio da Casa Branca, Susan Schwab, desceu as escadarias da OMC, para, visivelmente contrariada, anunciar: — Acabamos de sair de um encontro decepcionante. E na sextafeira estávamos tão perto — afirmou, apesar de insistir que o governo americano continua comprometido com a Rodada. — Não é o momento de falar do colapso da Rodada.

Mas todos na OMC sabem que as negociações vão cair no limbo. Por um motivo: um novo governo, a partir do ano que vem, poderá rever tudo o que se negociou até agora.

— Eles (americanos) traçaram uma linha na areia e não quiseram ultrapassar. Brasil e China foram fortes e positivos — disse Peter Mandelson, o comissário de Comércio da União Européia (UE) — Uma força irresistível encontrou um objeto imexível...

e o resto é História.

O ministro indiano também lamentou, mas afirmou que isso "não deve afetar a confiança na OMC". Ele reconheceu que o colapso se deveu, em parte, a questões vinculadas à subsistência dos agricultores nos países em desenvolvimento.

Lamy dizia ontem que tentaria amarrar hoje uma fórmula para garantir que os ganhos obtidos não fossem jogados pela janela.

— Essa negociação (de Genebra) fracassou. Mas vou tentar recolocar tudo isso nos trilhos. Representantes do agronegócio brasileiro que vieram a Genebra acompanhar o desenlace também saíram decepcionados.

— É um desastre. É uma tragédia para o mundo. É um absurdo a Rodada ser bloqueada por um tema menor na agricultura — disse Marcos Jank, presidente da União das Indústrias de Cana-de-Açúcar (Unica).

O único que saiu aliviado foi o representante da Associação Nacional da Indústria Automotiva (Anfavea), Pedro Bittencourt.

— Não estou comemorando, mas é verdade que isso nos dará mais tempo (para enfrentar a concorrência).

Para o representante no Brasil da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), José Carlos Tubino, o atual momento não era o melhor para fechar um acordo, com inflação alta, motivada pela elevação dos preços dos alimentos e do petróleo, e as eleições americanas: — Há também o problema do dólar americano, que não sabemos para onde vai. É a principal moeda de troca no comércio internacional.

Rodou a rodada – Miriam Leitão – O Globo – Economia – 30/07/2008

A indústria brasileira e as multinacionais no Brasil teriam que aceitar uma nova redução de até 60% nas atuais tarifas de importação caso a Rodada Doha fosse aprovada. Com o fracasso da rodada, a agricultura não terá a abertura com que sonhava, porém evitou o pior perigo: o fechamento dos mercados da China e da Índia. O grande derrotado é o governo Lula, que jogou tudo em Doha.

O Brasil, nos últimos seis anos, nada fez de relevante em termos comerciais.

— Não fez nenhum acordo bilateral importante, enquanto o México fez 50, e o Chile mais que isso. O Brasil fechou apenas pequenos acordos bilaterais setoriais, como o automobilístico, com alguns países como Uruguai, Argentina e México — comenta o especialista em comércio exterior Joseph Tutundjian.

O Itamaraty jogou todas as fichas em Doha e montou a estratégia errada só corrigida nos últimos minutos. O plano brasileiro era manter unido o Grupo dos 20 para pressionar os países ricos a fazer concessões.

O problema é que as contradições internas do G20 eram tão grandes que lá nasceu o impasse que levou ao fracasso: a exigência de Índia e China de proteger seus mercados agrícolas com salvaguardas especiais.

Pontos que seriam resolvidos pela Rodada Doha agora terão outra solução. Por exemplo, a briga do algodão entre Brasil e Estados Unidos.

O Brasil começou, no governo passado, a brigar na OMC para provar que os subsídios americanos ao algodão eram contra as regras. Ganhou, mas houve um acordo

tácito entre os dois países de resolver isso na Rodada. Sem ela, os EUA terão que mudar seus subsídios, ou o Brasil tem o direito de retaliar.

A grande lição de Doha é que a briga não é mais NorteSul apenas. O mundo ficou mais complexo; o Brasil, maior; e nossos interesses, mais diferenciados. O melhor é ter alianças com cada país ou grupo que, naquele específico ponto, representem nossos interesses. Ontem, no finalzinho, Brasil e Estados Unidos estavam do mesmo lado contra China e Índia; mas o Brasil estava ao lado de todos os emergentes contra os subsídios europeu e americano. Índia e Argentina estavam contra reduzir barreiras do setor industrial e nisso o Brasil assumiu posição mais flexível, a ponto de ser chamado de "traidor" pela Argentina.

Para manter a suposta unidade do G-20, o Brasil tinha que ser tão protecionista nas indústrias quanto Argentina e Índia, e aceitar uma proposta que feria frontalmente nossos interesses: que China e Índia fechassem seu mercado agrícola.

A posição dos pequenos Uruguai e Paraguai constrangeu o Brasil, pois eles, mesmo sem voz ativa, é que reagiram contra o protecionismo agrícola de Índia e China.

Nestes sete anos, a Europa concordou com um corte de 60% nas tarifas de importação de produtos agrícolas. Os EUA aceitaram limitar em US$ 14,5 bilhões o subsídio à produção, o dobro do que gastaram no ano passado. Os países ricos também concordaram em pôr fim aos subsídios à exportação. Na área industrial, eles queriam utilizar uma fórmula que, segundo o embaixador Rubens Barbosa, significaria o corte de 60% das tarifas de importação de 5.000 produtos.

Joseph Tutundjian diz que as concessões industriais não afetariam uma grande parte da nossa pauta de importação, composta de bens de capital que não produzimos.

Mas no caso dos carros é um pouco diferente.

— Na área automobilística, a alíquota hoje em 35% faz com que um carro que custe US$ 15.000 lá tenha um custo aqui de R$ 40.000, com tarifa, outros impostos, fretes. Hoje o mercado brasileiro é de 3 milhões de veículos por ano; o importado não chega a 100 mil, e são só os mais caros. Se houvesse esse corte, o custo de trazer o produto de fora cairia para R$ 35.000 e poderia trazer problemas para a indústria local no segmento médio do mercado O que poderia ser um problema para a indústria local, significaria a queda do preço ao consumidor.

O empresário Pedro de Camargo Neto, do setor agrícola, acha que o Brasil tem muito a fazer, agora que Doha fracassou: — Não é o fim do mundo. A OMC tem 50 anos de multilateralismo e vai sobreviver.

Temos que pensar na estratégia seguinte, que é trabalhar para cumprir exigências dos compradores, para aumentar as vendas. Por exemplo, na sanidade do rebanho, nas carnes. Tem mais mercado a ser aberto com sanidade que com acordos.

Para ele, um acordo modesto era melhor que o fracasso, mas o mundo estava diante do risco de um retrocesso se aceitasse que China e Índia fechassem seus mercados agrícolas. Se considerado apenas o percentual que representa no comércio internacional, o Brasil é pequeno: pouco mais de 1%. Mas o país é grande produtor e exportador agrícola, sempre teve uma diplomacia ativa e hábil nas negociações comerciais e tem um mercado interno crescente. Mesmo sem Doha conseguiu, nos últimos dois anos, aumentar em mais de US$ 100 bilhões o volume total do comércio. Em 2006, o total de importações mais exportações era de US$ 228 bilhões. Este ano, a previsão média do mercado é que feche em US$ 356 bilhões.

O comércio internacional para o Brasil é cada vez um jogo mais denso e complexo.

Agora mesmo, se quiser neste pós-Doha ser mais agressivo nas negociações de acordos bilaterais, vai acabar brigando com a Argentina, que tem, em vários pontos, interesses divergentes dos interesses brasileiros.

Mudança de postura tira China da lista de vilões do fracasso de Doha – Debora Berlinck – O Globo – Economia – 30/07/2008

GENEBRA. A atuação da China nas dramáticas negociações da Rodada de Doha, da Organização Mundial do Comércio (OMC), em Genebra, acabou evidenciando a emergência do país como um ator importante no tabuleiro do comércio internacional.

A delegação chinesa, liderada pelo ministro do Comércio, Chen Deming — um negociador formado no melhor estilo capitalista de Harvard —, chegou à mesa de negociações com a firme disposição de proteger seu mercado agrícola, postura considerada como um dos principais obstáculos para o sucesso de Doha. Porém, nas horas finais das negociações, o país mudou de postura, mostrando flexibilidade para tentar salvar a rodada, deixando a imagem de intransigência com Índia e EUA.

— Em virtude da crise econômica mundial, forte inflação e riscos financeiros iminentes, o fracasso terá um grande impacto no frágil sistema multilateral de comércio — disse Chen. A China entrou para a OMC em 2001, negociando discretamente, sem fazer grandes estardalhaços sobre seus interesses.

Hoje, esse país de 1,3 bilhão de habitantes e um Produto Interno Bruto (PIB) que representa cerca de 5% da economia global faz os outros sentirem sua presença.

Mandelson vê 'grande peso' no país emergente O próprio comissário de Comércio da União Européia (UE), Peter Mandelson, admitiu que os chineses foram fortes e mais flexíveis, em nome de um interesse maior: o acordo.

Para muitos, é a evidência da emergência de um novo pólo de poder.

— A China, indiscutivelmente, vai ter um grande peso. Não tenho a menor dúvida. Ela começou a agir com desenvoltura.

Isso é bem-vindo — afirmou Mandelson.

Para alguns, o fato de a China estar jogando o seu peso nas negociações não só da OMC, mas de outros palcos da economia internacional, é sinal de temor. O desempenho ultracompetitivo das exportações chinesas explicam por que muitos países emergentes, como Brasil e Índia, estão relutantes a abrir mais seus mercados. Mas, para o chanceler brasileiro, Celso Amorim, é o contrário: — É bom para o sistema. O que defendemos sempre aí fora? Não é multipolaridade?

Tem que ser multipolaridade aqui dentro (da OMC) também.

Segundo o chanceler, a China, nesses nove dias de negociação na OMC, mostrou vontade de negociar e capacidade de reagir.

AS IDAS E VINDAS DA LIBERALIZAÇÃO – O Globo – Economia – 30/07/2008

O QUE É

A Organização Mundial do Comércio (OMC) foi criada em 1º de janeiro de 1995 com o objetivo de promover a liberalização do comércio mundial. É sucessora do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio (GATT, na sigla em inglês), que a partir de 1947 estabeleceu um conjunto de normas e concessões tarifárias, a fim de combater práticas protecionistas. Sediada em Genebra, a OMC tem 153 membros e goza de poderes para punir os que violam as leis internacionais de comércio. É dotada ainda de um sistema de solução de controvérsias

RODADA DE DOHA E O BRASIL

Os membros da OMC se reúnem em Doha, no Qatar, em novembro de 2001 – dois meses após o atentado às Torres Gêmeas de Nova York –, e lançam uma nova rodada de negociações, com ênfase em agricultura, indústria e serviços. A meta era ter um acordo até janeiro de 2005, o que não foi alcançado. Entre o lançamento da rodada e a reunião de Genebra em julho deste ano, foram feitas três conferências ministeriais. Ao longo desse período, é possível identificar três momentos da posição brasileira nas conversas multilaterais:

CANCÚN/2003

O Brasil lidera a criação do G-20, grupo de nações emergentes – incluindo China e Índia que, unidas, decidiram lutar pelo fim dos subsídios agrícolas e maior acesso de suas exportações de alimentos aos mercados desenvolvidos. Com a criação do grupo, as negociações são bloqueadas

HONG KONG/2005

Diante da resistência da União Européia em concordar com a eliminação dos subsídios às exportações a partir de 2013, o Brasil se alia ao G-90 (constituído por nações em desenvolvimento e países pobres, com destaque para os africanos) e aceita o princípio de salvaguardas aos chamados produtos especiais

GENEBRA/2008

Ao acolher parte da proposta apresentada pelo diretor-geral da OMC, Pascal Lamy, para produtos industriais, o Brasil desagradou a Argentina e, em menor grau, aos demais parceiros do Mercosul.

Também acabou se afastando de Índia e China, que haviam sido fundamentais no G-20, na questão das salvaguardas especiais

Sem Doha, acordos comerciais terão novo perfil – Eliane Oliveira e Aguinaldo Novo – O Globo – Economia – 30/07/2008

Com o fim da Rodada de Doha, que consumiu sete anos de esforços de 149 países, Brasil entre os protagonistas, ficará mais difícil negociar acordos de livre comércio, embora este seja um caminho óbvio para a flexibilização do comércio no mundo.

A expectativa é que novos temas que não faziam parte da agenda da Organização Mundial do Comércio (OMC) — com destaque para questões ambientais, sociais e trabalhistas — passarão a ser exigidos nas negociações.

Segundo governo, representantes do setor privado e analistas, essa previsão se aplica a uma possível retomada do diálogo entre Mercosul e União Européia (UE), mercado considerado o mais atraente pelo bloco sul-americano.

— Não há como fugir. Embora o mundo passe a negociar acordos bilaterais e regionais, esses temas entrarão em cheio na pauta — disse o assessor técnico da Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Mateus Zanella.

O Brasil sempre foi contra a inclusão desses temas, por avaliar que poderão ser usados como argumento para novas medidas protecionistas. Nesse contexto de mudança climática e desmatamento da Amazônia, os brasileiros seriam presas fáceis de barreiras adicionais ao comércio.

Na área trabalhista, segundo fontes da área diplomática, não há como comparar os vencimentos de um trabalhador do Brasil com um dos EUA, por exemplo. Sem contar a ausência de parâmetros para os associados à OMC na parte social.

— Esses temas teriam de ser discutidos numa outra rodada multilateral, na OMC — disse uma fonte do governo.

O diretor de negociações internacionais da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Mário Marconini, concorda que é preciso buscar alternativas, mas alerta que não se deve ter uma visão romântica.

Os EUA, lembrou Marconini, fazem acordos bilaterais com diversos países, mas não conseguem sequer aprová-los no Congresso americano.

— Em termos políticos, ficará ainda mais difícil ver os EUA como protagonistas de acordos bilaterais — disse Marconini.

O nível de dificuldade fica ainda maior se for levada em conta a posição dos americanos no sentido de exigir que, nos acordos bilaterais, os países aceitem regras em propriedade intelectual, investimentos e serviços.

Isso, na opinião da coordenadora da área de negociações internacionais da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Soraya Rosar, pode acontecer numa negociação entre os EUA e o Mercosul (o Brasil não negocia separadamente do bloco).

— O caminho é avançar em condições fitossanitárias, abrir mercados que estão fechados. A UE nos dá uma cota de 200 mil toneladas de carne suína, enquanto oferece 1,2 milhão de toneladas para o Japão e cerca de 700 mil para a Coréia — disse Pedro Camargo, presidente da Associação dos Exportadores de Carne Suína.

O fato é que a OMC, mais do que enfraquecida, cai em descrédito e só vai emergir renovada e fortalecida dependendo dos desdobramentos políticos nos EUA e na Europa e dos efeitos da crise mundial de alimentos e energia. São mínimas as chances de a OMC escapar ao destino de se tornar um mero fórum de resolução de contenciosos.

Por apostar todas as fichas na Rodada de Doha, o Mercosul só conseguiu fechar dois acordos fora da América Latina: um de preferências tarifárias, com a Índia; e outro de livre comércio com Israel.

Fracasso de Doha foi uma vitória do protecionismo Por isso, o clima no governo e no setor privado ontem era de desânimo. Não porque tenha sido uma surpresa a falta de acordo.

Mas em razão da oportunidade perdida. Até o último sábado, segundo fontes, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva acreditava num entendimento na OMC. Com o banho de água fria, a avaliação é que foi uma vitória do protecionismo.

Cálculos da Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) mostram que o Brasil deixará de ganhar, só com a ampliação das cotas agrícolas,

US$ 5 bilhões. Já a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) aproveitou o fracasso de Doha para pedir prioridade para os acordos bilaterais.

— Agora, é hora de arregaçar as mangas e acelerar a negociação de novos acordos bilaterais — afirmou o presidente da Anfavea, Jackson Schneider.

Para as montadoras européias, o fiasco na área de bens industriais coloca o setor em risco. Segundo Peter Scherrer, secretario-geral da Federação Européia de Metalúrgicos, isso pode representar uma onda de demissões em massa.

"Em termos políticos, ficará ainda mais difícil ver os EUA como protagonistas de acordos bilaterais Mário Marconini, diretor de negociações internacionais da Fiesp

O caminho é avançar em condições fitossanitárias, abrir mercados que estão fechados Pedro Camargo, presidente da Associação dos Exportadores de Carne Suína

Ricupero: Negociações vão deixar cicatrizes – Bruno Rosa – O Globo – Economia – 30/07/2008

Com o fracasso nas negociações da Rodada de Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC), o G-20 — grupo formado por grandes países emergentes, como Brasil, China e Índia — sai com sua posição abalada.

A avaliação é do ex-ministro da Fazenda Rubens Ricupero, que foi secretário-geral da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (Unctad). Segundo ele, o Brasil sai perdendo duplamente: criou dificuldades com China e Índia, aliados do G-20, e Argentina, parceira do Mercosul, ao se mostrar favorável às propostas de Estados Unidos e União Européia (UE), que acabaram nem sendo aceitas. A seguir, os principais trechos da entrevista de Ricupero ao

GLOBO: FRACASSO DE DOHA: "Para o Brasil é uma pena porque nós nos tornamos o principal advogado da liberalização da agricultura.

A falta de um acordo nos coloca no marco zero. E isso é ruim. Fizemos um esforço grande para entrar em acordo com os EUA e a União Européia.

Ao mesmo tempo criamos mais dificuldades com China e Índia.

E todo esse embate foi por nada. Agora, essas negociações vão deixar cicatrizes".

ABALO NO G-20: "O que vai acontecer é que todo o esforço do Brasil acabou abalando o G20, que vem prestando serviços importantes desde Cancun. E, durante as negociações em Genebra, ficou claro que cada um dos países emergentes têm um interesse. Historicamente, o G20 tem posição de não aceitar a postura dos EUA e da Europa no que diz respeito às questões da agricultura. E agora fica claro que Brasil tinha interesse em avançar na agricultura, pois tem bastante competitividade nesse setor, e China e Índia não estavam interessadas no assunto, pois sua agricultura é baseada em pequenos agricultores. Prova disso é que esses países defenderam acionar mecanismos quando as importações subirem 10% em relação à média dos últimos três anos. E esse teto é muito baixo. Isso torna muito difícil uma posição equilibrada entre os países do G-20".

FUTURO DO G-20: "Será muito difícil o G-20 se manter. As posições ficaram muito claras.

O Brasil mostrou em Genebra que quer ter acesso não só ao mercado de Europa, Japão e EUA, mas também ao da China e Índia. E como é que se vai encontrar essa fórmula, já que esses países não querem abrir sua agricultura".

MERCOSUL: "A principal derrota é com a Argentina, principal parceiro do Brasil no Mercosul.

Ao caminhar positivamente em direção às propostas dos EUA e UE, o país acabou se desgastando com os outros emergentes.

E assim a relação entre Brasil e Argentina piorou. Por isso, essa pode ser uma das piores perdas para o país".

FUTURO DE DOHA: "Doha ainda não acabou. Agora, estão falando que a próxima reunião será em setembro. Vamos ver. Eu já vi fracassos piores na Rodada do Uruguai, que ficou parada durante anos e só terminou após várias crises. O que tem de ver é qual será a fórmula que será negociada".

Amorim diz que G-20 vai sobreviver – Deborh Berlinck – O Globo – Economia – 30/07/2008

GENEBRA. As negociações de Genebra revelaram diferenças importantes entre dois dos principais atores do G-20: Brasil e Índia. Mas tanto um quanto outro garantiram ontem que o bloco, que reúne os países em desenvolvimento, sobreviverá ao infortúnio das negociações da Rodada de Doha.

— O G-20 sobreviverá. Vamos ter que conversar. De repente, quando baixar a poeira — disse o ministro brasileiro das Relações Exteriores, Celso Amorim.

Kamal Nath, o ministro indiano do Comércio, teve exatamente a mesma reação: — Claro que o G-20 vai sobreviver — afirmou.

A Índia lutou até o fim por um mecanismo que o Brasil nunca gostou, por considerar protecionista: as salvaguardas especiais, que permitiriam aos países emergentes erguer barreiras no caso de surto de importações agrícolas.

Entre os aliados, Indonésia, Venezuela e africanos Sem acordo no G-20 sobre salvaguardas especiais, a Índia se aliou aos demais países importadores de alimentos, como Indonésia, Venezuela, países da América Central e da África. E bateu forte nesta questão. Num dado momento da negociação, quando a Índia insistia em mais concessões nesta área, o Brasil deixou de lado seu aliado do G20 para unir-se a EUA e União Européia e apoiar um texto proposto pelo diretor-geral da Organização Mundial de Comércio (OMC), Pascal Lamy.

O texto de Lamy aceitava o princípio de uma salvaguarda para países em desenvolvimento, mas não nos moldes que a Índia queria. E foi em torno das salvaguardas que as negociações fracassaram.

Doha fracassa e amplia disputas comerciais - Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 30/07/2008

O comércio internacional entra numa fase de mais incertezas para exportadores e importadores e ameaça de novas disputas entre os países, com o colapso, ontem, da negociação global de liberalização, a Rodada Doha, após quase sete anos de discussões. O fracasso se consolidou pela intransigência dos Estados Unidos e da Índia, num confronto sobre medidas para os países em desenvolvimento com agricultura frágil frearem importações agrícolas.

A reação com o colapso da rodada - e em decorrência de um tema complexo, mas periférico até então na negociação - foi resumida por Celso Amorim, ministro das Relações Exteriores do Brasil: "Lembro de um escritor italiano [Italo Svevo] que escreveu que se lembrava de tudo, mas não entendia nada. É como me sinto hoje".

A Rodada Doha fracassou pela intransigência de americanos e indianos, principalmente, sobre como aplicar a salvaguarda contra importações. Havia uma série de outras questões perigosas na agenda, mas este aspecto foi tomado como uma questão de princípio, e prevaleceu sobre interesses comerciais, a se crer nos indianos.

A briga se confirmou porque a representante americana Susan Schwab resistiu a reabrir o pacote agrícola e industrial do diretor-geral da OMC, Pascal Lamy, enquanto a Índia queria mais espaço para usar a proteção para agricultores pobres em caso de súbito aumento de importação ou queda de preços. Lamy constatou, após 60 horas de intensivas negociações, que as posições de Washington e Nova Déli eram "irreconciliáveis".

Nos corredores, ficou a suspeita de que a intransigência americana pode ter sido, inclusive, para evitar a discussão sobre algodão, pela qual o país seria pressionado a se comprometer com uma redução acelerada dos subsídios a seus cotonicultores. Mas os americanos dizem que não tinham como aceitar mais barreiras nos mercados emergentes quando ofereceram, em contrapartida, reduzir os subsídios para US$ 14,5 bilhões - o dobro do que gastam atualmente.

Para o diretor da OMC, o fracasso ameaça seriamente o sistema multilateral de comércio. Ele calcula que os países jogaram fora US$ 130 bilhões por ano em benefícios, na forma de redução de tarifas de importação agrícola e industrial, dos quais 70% ficariam com as nações em desenvolvimento. Como as atuais regras comerciais são cada vez mais contestadas, muitos países esperavam a rodada para corrigir desequilíbrios e resolver antigas pendências, como é o caso do Brasil envolvendo algodão e etanol com os Estados Unidos e a União Européia e América Latina, com a banana.

Lamy está tentando preservar os entendimentos para retomar a negociação mais tarde. Mas Amorim foi um dos ministros que deu poucas esperanças de que isso ocorra. Para Peter Mandelson, da União Européia, "trabalhamos pelo sucesso, mas o fracasso foi coletivo. Uma força irresistível se encontrou com um objetivo inamovível e jogou o compromisso para fora da janela". "O fiasco nos foi imposto. Nunca as coisas estiveram tão perto, e acabamos com isso", reclamou a comissária européia de agricultura, Mariann Fischer Boel.

Kamal Nath, o ministro indiano alvo de muitas críticas, se declarou "decepcionado", o que não aparecia em seu rosto. Lembrado de que não garantiu a salvaguarda especial para proteger 650 milhões de agricultores, retrucou que tampouco cortará tarifas. Susan Schwab, com a expressão desfeita, reclamou: "Estávamos na sexta a noite tão perto de concluir o

acordo". Ela procurou acalmar os parceiros e disse que os EUA continuarão comprometidos com a OMC.

Esse é o grande temor entre muitos países: que os EUA cada vez mais ignorem as regras multilaterais. Basta ver sua demora em adotar decisões da OMC, inclusive no caso do algodão. O Brasil ganhou a disputa contra os subsídios americanos, mas até hoje Washington não acatou inteiramente a decisão dos juízes - e o Brasil espera que os árbitros da OMC estabeleçam o montante da retaliação que poderá aplicar contra bens americanos.

Amorim disse que olharia os índices das bolsas, para ver se o "air crash" de Doha teve impacto, ou indicaria a irrelevância da Rodada. Impulsionadas pela queda do preço do petróleo, as bolsas européias e Wall Street se recuperavam.

Andando em círculos, ministros protelavam o fim – Valor Econômico – Brasil - 30/07/2008

O Brasil e a União Européia (UE), juntamente com o diretor-geral da Organização Mundial de Comércio (OMC), Pascal Lamy, não se conformavam com o colapso e ainda queriam tentar ontem concluir a negociação global de liberalização, segundo participantes das discussões.

Durante todo o dia, houve uma variedade de propostas - algumas que nem chegaram à mesa dos ministros - sobre a aplicação da salvaguarda para países em desenvolvimento frearem importações agrícolas. Num momento era a Índia que recusava, em outro os Estados Unidos. O confrontos foi sobre o gatilho para usar a salvaguarda, se a partir de aumento de 15% das importações, como queria a Índia, ou só a partir de 40%, como estava no pacote de Lamy, e que os EUA não aceitavam mudar.

Na busca do acordo, o ministro brasileiro das Relações Exteriores, Celso Amorim, mandou dizer que o que os EUA aceitassem com a Índia, o Brasil também aceitaria, apesar da sensibilidade da questão de salvaguarda para exportadores brasileiros.

No entanto, a quebra da rodada acabou acontecendo entre os próprios técnicos. Os chineses contestaram a mediação do negociador europeu e sua proposta. O representante da Índia apoiou, e os dois emergentes deixaram a sala. A partir daí, o mediador europeu relatou o rompimento aos ministros, que deixaram de rodar em círculos e tiveram de assumir o fracasso.

Pela manhã, numa reunião de ministros de 30 países, a impressão geral tinha sido de que Amorim e os comissários europeus de Comércio, Peter Mandelson, e Agricultura, Marian Fischer-Boel, ainda seguravam a rodada. O ministro sul-africano Rob Davies deixou o encontro avisando que não tinha o que levar de volta para casa para convencer sua indústria a aceitar um acordo. Na outra direção, o embaixador do México, Fernando de Mateo, dizia decepcionado: "Acabar a rodada seria uma enorme estupidez. Não quero nem falar nessa possibilidade".

Já na reunião dos sete países - Brasil, EUA, UE, China, Índia, Japão e Austrália - o ambiente era menos tenso do que nos dias anteriores, mas não sem menos gafes. Como a do ministro indiano de Comércio, Kamal Nath, que não conhecia um símbolo matemático (igual ou maior) numa negociação repleta de números. O ministro japonês parecia perdido na tradução. Numa das reuniões, quando Lamy falou em fazer "confessionários" - que no

jargão da OMC quer dizer se encontrar individualmente com cada ministro -, o japonês comentou aliviado: "Que bom trazer os profissionais". Todos riram.

A tensão nos corredores da OMC aumentava diante de informações desencontradas sobre o que acontecia andares acima. Às 14h30, o embaixador do Paraguai, Rigoberto Gaudo, chegou avisando que tinha instruções para rechaçar o acordo se houvesse um acerto sobre salvaguarda especial que permitisse uma alíquota acima da rodada anterior. Os paraguaios se mostraram surpresos em não ter o apoio da Argentina. Quanto ao Brasil, o Paraguai entendia a posição porque o país lidera o G-20 e não queria implodir o grupo.

Mais tarde, um porta-voz da UE desceu da sala de reunião e resumiu o ambiente no G-7: "Ninguém tem coragem de dizer que a rodada terminou e ficam rodando em círculos". Até que às 17h40, no horário de Genebra, a rodada morreu. **(AM)**

China emerge e contesta o futuro do G-20 – Assis Moreira - Valor Econômico – Brasil - 30/07/2008

Esta foi a primeira vez numa negociação global de comércio que os emergentes, como Brasil, China e India, tiveram peso maior na discussão, o que evidenciou contradições que dificultaram a Rodada, admitem analistas. O ministro Celso Amorim insiste que o Brasil não pode ser acusado de nada, porque procurou ajudar ao máximo um entendimento sobre as salvaguardas para importações agrícolas.

A negociação na OMC mostrou que é preciso superar a caricatura de briga entre mundo desenvolvido e em desenvolvimento. A salvaguarda, defendida por China, India, Indonésia, três dos mais populosos países do planeta, chocou-se sobretudo com a posição dos exportadores sul-americanos.

O G-20 jogou para baixo do tapete essa divergência, mas os brasileiros achavam que a Índia não quis realmente um entendimento no grupo sobre salvaguarda, o que lamentavam, porque teria ajudado a evitar o fiasco de ontem.

Enquanto a China emergiu com ativismo que surpreendeu, o Brasil procurou ontem combater avaliações de que o G-20 perderá importância no rastro do colapso da negociação. "A aliança vai sobreviver, temos de esperar baixar a poeira e conversar, mas sinceramente não poderia esperar que a rodada ia quebrar nisso (salvaguarda para importação agrícola) " , afirmou Amorim. "Esperava algo mais na área industrial, não aí".

A China veio desta vez com um ministro de comércio, Chen Deming, e esteve no centro de vários temas. Pequim trabalhou firme com a Índia, mas com cerca flexibilidade, o que atraiu mais países para o seu lado. **(AM)**

Mercosul e UE podem retomar negociações no segundo semestre - Sergio Leo – Valor Econômico – Brasil - 30/07/2008

O Mercosul deve buscar, no segundo semestre, a retomada do acordo de livre comércio com a União Européia (UE), em conseqüência do colapso das negociações de liberalização comercial na Organização Mundial de Comércio (OMC). Segundo diplomatas brasileiros, o fiasco da tentativa de acordo em Genebra deve levar, no mínimo, à paralisia nas discussões sobre um acordo multilateral e deixar mais tempo aos diplomatas brasileiros para retomar a discussão com os europeus.

Nada será feito, porém, antes de setembro, e tudo depende da avaliação que os governos devem começar a fazer sobre o significado dos acontecimentos na OMC. Os negociadores europeus têm mandato para negociar um acordo com o Mercosul, mas segundo orientação dos governos da UE, são obrigados a "levar em conta" as condições políticas e econômicas estabelecidas com a negociação da Rodada Doha.

"A decisão sobre a retomada das negociações do acordo não está em nosso campo, está no deles, que precisam de um mandato para voltar à mesa", comentou o subsecretário-geral de Assuntos Econômicos e Tecnológicos do Itamaraty, Roberto Azevedo, coordenador dos negociadores brasileiros.

"O que o mandato diz é que temos de levar em conta a rodada. O que temos de fazer é avaliar francamente o que se passou em Genebra e decidir os próximos passos", diz o embaixador da UE no Brasil, João Pacheco, que reconhece, porém, ser difícil essa avaliação em agosto, mês de férias coletivas na Europa. "A UE tem interesse em combater as tendências protecionistas, é extremamente importante que o mundo não se feche", diz ele.

Uma das conseqüências do fracasso na OMC, porém, é o enfraquecimento da Comissão Européia, que negocia em nome dos 27 países do bloco, e o fortalecimento de governantes que apostaram no endurecimento durante a negociação, como o presidente francês Nicolas Sarkozy, que polarizou as posições protecionistas da Europa.

Segundo um embaixador europeu com experiência em negociações de comércio na OMC, o Brasil teve uma única vantagem com os desdobramentos das discussões em Genebra: o ministro de Relações Exteriores, Celso Amorim, firmou-se como negociador bem-intencionado. Antes, argumenta o embaixador, Amorim tinha fama de "cabeça-dura", negociador aferrado a certas demandas. Na OMC, ele teria saído em tempo da "carroça da intransigência", e mostrado ter o apoio do presidente Lula. As declarações do ministro da Agricultura, Reinhold Stephannes, desfavoráveis ao acordo na OMC, geraram dúvidas, entre os embaixadores europeus, sobre as reais intenções do Brasil na OMC.

Desolados e esgotados fisicamente, Amorim e seus principais auxiliares em Genebra diziam ontem ser cedo para traçar os próximos passos na estratégia comercial brasileira. Azevedo fez questão de afirmar, porém, que os acordos bilaterais "nunca deixaram de ser prioridade". A concentração de esforços para chegar a algum resultado na OMC em um momento decisivo teria ocupado a atenção do Mercosul e de todos os parceiros comerciais do bloco, argumentou. "Se, como parece, se desacelerar a discussão da OMC, que deve passar por uma paralisia, é natural que tenhamos mais tempo para dedicar às outras negociações."

Em Brasília, os diplomatas lembravam que há uma "definição conceitual" no governo brasileiro em favor da retomada das negociações com a UE, que podem ser facilitadas pelas definições alcançadas antes do fiasco em Genebra, sobre limites nas

concessões em matéria de barreiras ao comércio de produtos industriais e agrícolas, cotas européias para produtos do Mercosul e redução de tarifas aceita pela indústria no Brasil.

O Brasil tem previstas para o segundo semestre negociações de comércio com o Marrocos e Jordânia, a conclusão formal do acordo de reduções de tarifa entre Mercosul e União Aduaneira da África Austral (liderada pela África do Sul) e aprovação, no Congresso, de acordos firmados com Israel e Índia - só após aprovado este último, os governos poderão retomar conversas sobre ampliação da lista de tarifas reduzidas no comércio entre indianos e o Mercosul.

Nenhum desses acordos tem a abrangência e o impacto que teria um acordo firmado com a UE, e, na maioria, são limitados a alguns produtos. Há, ainda, uma dúvida sobre as condições para a Argentina participar ativamente das concessões a serem feitas em matéria de redução de tarifas industriais, já que o país passa por turbulências econômicas e políticas.

Não se acredita, no Itamaraty, que as divergências expostas entre os governos do Brasil e Argentina tenham reflexos negativos nas futuras negociações - em parte porque as equipes técnicas responsáveis pelos acordos bilaterais são diferentes das que se desentenderam em Genebra; e também porque ficou explícita a tentativa do Brasil, nos dias finais, de acomodar as sensibilidades da Argentina, mesmo que, para isso, fossem necessárias concessões do Brasil ao parceiro, dentro do Mercosul. As equipes dos dois governos ainda estão "digerindo" os resultados em Genebra, e ainda não conversaram sobre os passos seguintes.

Empresários têm prioridades distintas para acordos bilaterais - Raquel Landim e Janes Rocha – Valor Econômico – Brasil - 30/07/2008

Após o colapso da Rodada Doha, na Organização Mundial do Comércio, o setor privado brasileiro cobrava ontem do governo esforço redobrado nos acordos bilaterais. Os empresários avaliam que o país está "atrasado", porque privilegiou a negociação multilateral. As prioridades dos setores, no entanto, divergiam. Enquanto a indústria pedia foco total na América do Sul, para defender o mercado dos avanços da China, a agricultura quer ganhos na União Européia.

O setor privado só concorda em um ponto: a Argentina pode ser um obstáculo. A reação dos empresários argentinos ao colapso da Rodada Doha é um exemplo de que a avaliação pode estar correta. "Foi um alívio", disse Roberto Darío Pons, chefe do Departamento de Comércio e Negociações Internacionais da entidade. A notícia do fracasso de Doha chegou no meio de uma reunião do conselho de diretores da União Industrial Argentina (UIA).

Matheus Zanella, assessor técnica de comércio exterior da Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), disse que é hora de retomar as negociações com a UE, mas é preciso avaliar "o real interesse dos europeus". Pedro de Camargo Neto, presidente da Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína (Abipecs), ressaltou que é importante fazer o "dever de casa" e resolver as questões sanitárias, como erradicar a febre aftosa. "Perdi 200 mil toneladas na Europa, mas tem 1,2 milhão a serem conquistadas no Japão".

Para Jackson Schneider, presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), todos os países vão buscar acordos bilaterais. "Vai ser uma disputa de foice", disse. Para ele, o governo deve privilegiar América Latina e África. Ele também citou a UE, mas já esteve mais animado. "É melhor não centrar na Europa, porque o mundo é mais amplo", disse. Schneider ressaltou que o mercado brasileiro de automóveis hoje é maior do que em 2004, quando o Mercosul quase fechou acordo com a UE.

O setor privado argentino não compartilha do mesmo entusiasmo dos brasileiros com o livre comércio. A posição da Argentina era contrária à do Brasil, que aceitou a proposta em Doha, criando o que o secretário de Relações Econômicas Internacionais da chancelaria argentina, Alfredo Chiaradia, definiu como "tensão" entre os dois maiores sócios do Mercosul.

Em entrevista ao Valor ontem, Pons opinou que em 60 dias devem ser retomadas as negociações entre o Mercosul e a UE, que estavam em ponto-morto, esperando o resultado de Doha. E disse esperar que as discussões sobre liberação do comércio no âmbito da OMC tomem finalmente um novo rumo, depois de tantos fracassos. "Espero que essa seja a última rodada que se baseia em tarifas. É preciso começar a focar nas barreiras não-tarifárias que são as que de fato bloqueiam o comércio".

País vai se concentrar em conversas que dão resultados, avisa Amorim - Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 30/07/2008

O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, qualificou de "inacreditável" o desastre da Rodada Doha e avisou que vai agora concentrar as atenções no que "possa dar resultados" na área comercial. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a dois anos do fim do segundo mandato, não conseguirá ter o acordo de Doha, mas disse a Amorim ao telefone que "valeu a pena tudo que a gente fez".

O ministro disse que a Organização Mundial do Comércio (OMC) continuará sendo importante, mas a rodada vai demorar anos, "quem sabe até 2013", para ser retomada ou mesmo concluída, e o país terá outras prioridades.

"Sempre dissemos que Doha era a prioridade. Mas não podemos ficar pendurados no que não dá resultados", comentou o ministro, afastando a possibilidade de voltar a negociar ainda este ano. Ele notou que a estrutura de acordos bilaterais de comércio é menos vantajosa para o Brasil, mas disse que "se não há outro, vamos em frente". Ele indicou que vai esperar a poeira baixar para ver como os europeus reagirão ao fiasco de Doha.

Ontem mesmo a UE avisou que o acordo regional com o Mercosul continuará sendo complicado por causa da agricultura. "Os problemas que tivemos aqui são problemas que temos nessa negociação", disse a comissária européia de Agricultura, Mariann Fischer Boel.

Amorim deixou claro a disposição de negociar um acordo entre Mercosul e Estados Unidos sobre acesso a mercado para bens agrícolas e industriais e serviços. E excluiu as demandas que já resultaram no fiasco da negociação da Área de Livre Comércio das

Américas (Alca), que afetariam a industria de remédios genéricos no país, além de vínculos entre comércio, investimentos etc.

Visivelmente decepcionado com o fiasco de quase oito anos de negociação global, o ministro desceu as escadarias da OMC para falar com a imprensa internacional, enquanto a americana Susan Schwab e o ministro indiano Kamal Nath esperavam a vez.

Amorim usou termos como "inacreditável, grave, terrível, enorme decepção". E acrescentou: "Eu disse que a Rodada estava por um fio, e o fio não segurou. É lamentável, porque ouvimos apelos de países para que tentássemos continuar. Sou o mais velho e inocente. Eu seria o que mais apostaria num acordo. Fracassamos, mas se eu fosse o técnico, substituiria os jogadores para tentar um acordo. É inacreditável que fracassamos em apenas um ponto. Valeria mudar o time e tentar de novo".

Neste momento, os olhares se viraram para Kamal Nath e Susan Schwab. O próprio ministro esclareceu que falava em incluir outros países na negociação mais restrita, para refletir mais interesses e aproximar posições - mas tudo isso num futuro distante. "Há um número enorme de países que vão sair prejudicados, não devemos ter ilusões", afirmou. "Pode-se até pensar em retomar [a negociação], mas não vai resolver em seis meses. Se a situação política hoje já é difícil para negociar, depois vai ter eleição na Índia, no Brasil..."

Amorim tem dúvidas fortes sobre a idéia de Pascal Lamy, o diretor-geral da OMC, de consolidar o que já foi alcançado na negociação fracassada. "Sou a favor, mas isso não depende de nós. Depende de como as coisas evoluem. O certo é que a quantidade de energia, de tempo que colocamos não vai continuar existindo [para a OMC]."

Ele insistiu em dizer que todos saíram perdendo com o insucesso de ontem, embora alguns possam estar aliviados no momento. Amorim vê impacto negativo em outras negociações globais, como a de mudanças climáticas. **(AM)**

Doha, um fracasso que salvou empregos – Gilson Caroni Filho – Carta Maior – 31/07/2008

Se alguém ainda tinha um mínimo de dúvida de que o caminho traçado pela burguesia brasileira para consolidar, entre nós, uma nova forma de dominação de classe passa pela desconstrução permanente de direitos trabalhistas, Mário Marconini, diretor de negociações internacionais da Fiesp tratou de dissipar qualquer incerteza.

Quando lamenta o fracasso de um acordo que, entre outras coisas, traria um corte médio de 54% nas tarifas de importação do setor industrial, além de acordos setoriais, que levariam a perda de mercado para corporações de países centrais, Marconini demonstra que o ajuste imposto nos anos 1990, com a abertura comercial indiscriminada, foi assimilado por um setor que traz a vocação para a dependência no DNA.

Ao declarar à Folha de S. Paulo (30/7) que "as concessões poderiam significar ganho de produtividade nos próximos anos, à medida que tornaria a realização de reformas estruturais mais prementes", o dirigente empresarial deixou claro que tipo de projeto encampa como forma de desenvolvimento para o país.

O governo Collor e os oitos anos do consórcio tucano-pefelista já nos ensinaram como a burguesia nativa interpreta o conceito de "produtividade": terceirização de atividades, fusões, fechamento de plantas, transferência de controle acionário e redução de custos. Sobrevalorização cambial e juros estratosféricos terminam por levar a alienação de ativos a investidores estrangeiros. Mas para o diretor da Fiesp isso significa fazer o "dever de casa"

Como essa lição, para ser bem feita, solicita uma crescente desestruturação do mercado de trabalho, resta aos especialistas calcularem quantos empregos foram salvos com o fracasso das negociações em Genebra.

Por trás dessa “visão modernizadora", no entanto, persiste o interesse patrimonial típico da elite brasileira, com a visão do aparelho estatal como extensão do patrimônio particular.Falta, contudo, o bloco de poder que até 2002 tratava a administração pública como se fosse a gerência de uma empresa privada ou de uma grande fazenda.

É no compasso de espera do retorno do tucanato ao poder que a direita urde sua trama. Agindo dentro da própria institucionalidade, sem quebra de regras, sem movimentos abruptos. Já não há dúvidas que é mais eficaz, sai menos custoso, além de dar menos visibilidade a seus interesses. “Marconini, talvez sem o querer, mostrou o que mobiliza os nossos “indignados” e moralistas” completamente inocentes", em sua grita diária por mais ética e menos gastos públicos. O horizonte é 2010. Por enquanto, resta o consolo de que vários postos de trabalho não foram esterilizados.

**Gilson Caroni Filho é professor de Sociologia das Faculdades Integradas Hélio Alonso (Facha), no Rio de Janeiro, colunista da Carta Maior e colaborador do Observatório da Imprensa.*

A Rodada de Doha ficou para trás. E agora? – Gustavo Capdevila – Carta Maior – 31/07/2008

GENEBRA – As negociações comerciais da Rodada de Doha fracassaram estrepitosamente arrastadas pelas mesmas discrepâncias entre países ricos e pobres que a caracterizaram durante seus quase sete anos de vida. Uma discordância irreparável entre os Estados Unidos, por um lado, e China e Índia, por outro, precipitou o final da conferência de ministros convocada pela Organização Mundial do Comércio, que havia chegado ao nono dia de sessões. O chanceler da Argentina, Jorge Taiana, considerou o ocorrido com Doha o fracasso de uma tentativa dos países industrializados de dar pouco e pedir muito. “E isso não foi aceito em linhas gerais pelos países em desenvolvimento. Me parece que esse desequilíbrio impediu de se resolver estas negociações”, afirmou.

A faísca deste sinistro político internacional foi um assunto caro aos países em desenvolvimento, a criação de um mecanismo de salvaguardas especiais que aumentaria os direitos de aduana quando as importações de produtos agrícolas superassem certo nível e causassem prejuízo aos camponeses das nações pobres. “É incrível que tenhamos

fracassado em um único tema", lamentou o chanceler brasileiro, Celso Amorim. "Não significa que a questão não seja importante para alguns países, mas já havíamos decidido muitos outros assuntos intratáveis", acrescentou.

O diretor-geral da OMC, Pascal Lamy, disse que de uma lista de 20 tópicos em discussão já se havia progredido em 18. Mas a brecha não pôde ser fechada no tema 19, lamentou. Os Estados Unidos se opuseram por considerarem que o mecanismo poderia levara a abusos, enquanto China e Índia o exigiam como uma defesa do sustento, da segurança alimentar e do desenvolvimento rural dos camponeses dos países em desenvolvimento. A divergência impediu que os ministros de 30 países e representantes dos demais 153 membros da OMC chegassem a um acordo sobre os parâmetros das negociações para liberalizar a agricultura e os produtos industriais, ou acesso aos mercados dos produtos não-agrícolas (Nama).

Concebida em novembro de 2001 na capital do Qatar, para transmitir solidariedade a um mundo sacudido pelo flagelo do terrorismo, com os atentados de 11 de setembro desse ano em Nova York e Washington, a Rodada de Doha se apaga quanto tomam corpo outras ameaças de crise, em alimentos, energia e clima. Diante da crise mundial nos preços dos alimentos, é irônico que se pretenda criar mais barreiras ao intercâmbio mundial destes produtos, disse Susan Schwab, representante de Comércio dos Estados Unidos. Carin Smaller, do Instituto de Políticas para a Agricultura e o Comércio (IATP), afirmou que Washington propõe a abertura dos mercados como a melhor forma de conseguir segurança alimentar e promover o sustento.

Por sua vez, Índia e China, com apoio da maioria dos países em desenvolvimento, dizem que as salvaguardas são o melhor resseguro em caso de ocorrer grandes transtornos nos mercados agrícolas. A subsecretária de Economia do México, Beatriz Leycegui, considerou o fracasso de Doha uma perda para todo o mundo, porque ocorre em meio a uma crise econômica muito forte, onde há protecionismo e falta credibilidade no sistema multilateral. "Nessas condições, era urgente obter um resultado", disse.

Lamy aceitou que Doha "fracassou". Deixemos a poeira baixar, respondeu sobre futuras atividades negociadores da OMC. Mas, explicou que "minha reação não é a de jogar a toalha". Alfredo Chiaradía, secretário de Relações Comerciais Internacionais da chancelaria da Argentina, disse que durante a última reunião de ministros, ontem, alguns se declararam partidários de novas tentativas para ressuscitar a Rodada. Leycegui reconheceu que o México insistiu em "não jogar no lixo tudo o que se conseguira" nos nove dias de negociações. "Foi uma frustração porque pensávamos que o acordo estava muito próximo, mas faltou um pouco de compromisso político", disse.

Anne-Laure Constantin, outra especialista do IATP, falou à IPS de suas esperanças de que os países-membros da OMC encontrem outra fórmula de encarar o comércio em nível multilateral. "Uma forma que se adapte mais às novas condições do mundo e ajude os países diante da crise que enfrentam, de alimentos, energia e clima. O processo de Doha deveria se converter em uma rodada do desenvolvimento, para favorecer os países mais pobres. Por esse motivo este desenlace se converte em frustração", disse Taaiana.

Jeremy Hobbs, diretor da Oxfam Internacional, disse estar decepcionado com o ocrrido. Quando os preços dos alimentos e da energia sobem e que as perspectivas da economia mundial se mostram incertas, o número de pobres crescem sem parar, afirmou. “Por isso, um acordo comercial decente teria dado a oportunidade de prevenir o agravamento da pobreza”, disse Hobbs.

Por sua vez, Aftab Alam Khan, da ActionAid, entidade dedicada à promoção do desenvolvimento, atribuiu a responsabilidade do fracasso ao Estados Unidos e à União Européia, “que não puderam pensar além dos interesses de suas empresas multinacionais, que querem se apropriar de todas as oportunidades nos mercados dos países pobres. O fato de Estados Unidos e União Européia responsabilizarem China e Índia pelo ocorrido é de fazer rir”, concluiu. (IPS)

As razões do fracasso de Doha – Luiz Felipe Lampreia – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 31/07/2008

O desfecho dramático de Genebra foi crônica de um impasse anunciado. Não era necessário ter dons divinatórios especiais para prevê-lo. Surpreendeu-me mesmo, devo admitir, que o diretor geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), meu caro amigo Pascal Lamy, tenha levado tão longe seu esforço para obter um resultado ainda em 2008, malgrado a fraqueza do governo George W. Bush e diversas outras questões básicas que a seguir abordarei.

Em dezembro de 1993 se concluiu a Rodada Uruguai, depois de anos de fracassos. Iniciado em Punta del Este em 1986, esse conjunto de negociações era muito mais ambicioso do que o atual, pois compreendia, além da liberalização do comércio de mercadorias, a criação de mecanismos regulatórios do comércio de serviços, dos investimentos internacionais e, sobretudo, de um mecanismo para solucionar controvérsias sobre a aplicação das regras e normas daquilo que se buscava criar: a OMC. Tive a honra de ser o negociador principal do Brasil na fase conclusiva, sucedendo a grandes embaixadores, como Georges Maciel, Rubens Ricupero e Celso Amorim. Nessa etapa final da Rodada Uruguai, a agricultura mal chegou a ser objeto de negociações, pois as grandes potências do comércio internacional já se haviam decidido por normas que apenas faziam ajustes mínimos no protecionismo praticado em todo o Primeiro Mundo e jogavam para o futuro a retomada do assunto. Os resultados foram, mesmo assim, importantes para a grande maioria das nações, que viram o comércio internacional florescer e gerar riqueza em todo o mundo. O Brasil também se beneficiou deles, exceção feita à agricultura. Mas esse período não é o objeto desta análise, trata-se apenas de uma referência.

Vejamos o quadro em 2008 e examinemos as razões do fracasso.

A questão da agricultura foi, sem dúvida, a primeira causa do fracasso da Rodada Doha. Mesmo que hoje a porcentagem da força de trabalho que se encontra nas zonas rurais não exceda 3% do total em todo o Primeiro Mundo, o poder de fogo do lobby agrícola é

assombroso, seja em Washington, Bruxelas , Paris, Berlim, Tóquio, Oslo ou Berna. Há décadas o Brasil bem o conhece, pois sofre discriminações pesadas nessa área em café, açúcar, óleos vegetais, algodão e tantos outros produtos. Os Estados Unidos estão hoje com o Congresso mais protecionista dos últimos 60 anos. Na Europa, o presidente Nicolas Sarkozy superou até o rei do protecionismo agrícola - seu antecessor, Jacques Chirac -, ameaçando abertamente tirar o tapete do comissário Peter Mandelson, que representava a União Européia na negociação da OMC. Não creio que houvesse chances mínimas de aprovação nos Parlamentos nacionais - onde os interesses setoriais estão entrincheirados - de reduções sensíveis no protecionismo agrícola.

Em segundo lugar, os países mais ricos já obtiveram no passado tudo o que realmente desejavam: reduções tarifárias enormes entre si, disciplinas no comércio de serviços, na proteção da propriedade intelectual e um mínimo de normas sobre investimentos. Adicionalmente, haviam obtido resultados muito importantes nos compromissos assumidos quando da adesão de diversos países à OMC, em especial a China.

Terceiro: a China considera hoje que já fez todas as concessões ao seu alcance político e econômico e não tinha, portanto, maior interesse numa rodada como a atual, até por que seu comércio exportador é florescente e dinâmico com as regras atuais.

Em quarto lugar, tanto a Índia como a China estão longe de ter modernizado globalmente seus setores agrícolas e, portanto, consideram política e economicamente explosivo um deslocamento de suas já paupérrimas populações rurais pela competição com produtos oriundos de agriculturas eficientes e modernas. Seus líderes receiam tanto que a população agrícola se insurja contra uma abertura dos mercados que não hesitaram em bloquear o processo em Genebra.

Eis aí quatro macrocircunstâncias políticas que inviabilizaram o acordo. Elas são as mesmas, com alguns ajustes, que desde 1996 impedem o êxito de uma negociação que começou sendo chamada de Rodada do Milênio e evoluiu para o nome atual, de Doha.

Tínhamos uma velha ambição no Itamaraty, nos anos 60, de reunir os países em desenvolvimento num bloco tão coeso e exigente que nos poderia levar a suprir nossos déficits individuais de poder e a forçar mudanças nas regras do jogo que nos favorecessem. A realidade cedo frustrou esse sonho romântico. Muito apostamos nos últimos anos na unidade do Grupo dos 20. Ela foi, de fato, muito útil por um tempo, mas na hora H acabou por se fragmentar ao embate dos duros e inevitáveis choques de interesses num grupo sem uma coesão profunda. Nossa aposta revelou-se uma decepção.

Assim, embora o Brasil tenha desempenhado um papel relevante, maior ainda do que no passado, não tinha peso suficiente para contribuir decisivamente na superação das grandes inércias acima apontadas. Justo é reconhecer o profissionalismo e o empenho de nossos negociadores, a começar pelo atual ministro das Relações Exteriores. Terá havido algum voluntarismo e alguma superestimação da influência que podíamos ter no processo, mas não há por que questionar-lhes a competência.

É necessário, contudo, constatar que houve um equívoco estratégico na posição do atual governo, desde o início. Para o Brasil esta é a pior parte. Malgrado a existência de imensas dificuldades em levar a bom termo a Rodada Doha, que estavam à vista de todos, os formuladores de nossa política comercial colocaram todas as fichas nesse caminho. As alternativas que tínhamos, algumas difíceis, mas interessantes, deixamos morrer. O resultado final foi que o nosso país ficou de mãos vazias.

O Brasil pós-Doha – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 31/07/2008

O governo brasileiro terá de reformular sua diplomacia comercial depois de mais um fiasco, talvez definitivo, da Rodada Doha. Anunciado o fracasso da reunião ministerial de Genebra, o chanceler Celso Amorim falou em mudança de rumos. "A Organização Mundial do Comércio (OMC) era a prioridade, mas agora vamos ter de nos concentrar em coisas que dão resultados." Acordos bilaterais devem ir para o topo da agenda e um dos primeiros objetivos será, provavelmente, o reinício das conversações entre Mercosul e União Européia. O ministro também não descarta a hipótese de negociações com os Estados Unidos, interrompidas quando os governos brasileiro e argentino torpedearam o projeto da Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

A prioridade concedida à OMC era compreensível. A negociação global era o melhor cenário para a discussão de temas como a eliminação de subsídios à agricultura. Além disso, a rodada poderia estabelecer uma base equilibrada para acordos bilaterais e regionais. Enfim, há excelentes motivos para se buscar a consolidação de uma ordem multilateral, com regras válidas para todos.

Mesmo um acordo com ambições moderadas poderia ter proporcionado ganhos em todas essas áreas. Perdeu-se uma grande oportunidade e não se sabe quando se poderá retomar, e a partir de que base, uma negociação multilateral.

Outros países também deram prioridade à rodada, mas não deixaram de celebrar acordos bilaterais com grande número de parceiros. Coisas que dão resultados, sobre as quais Amorim poderia ter-se debruçado sem prejuízo da sua atuação na OMC. Sem esperar o fim da rodada, o governo dos Estados Unidos buscou entendimentos com países centro e sul-americanos. Foi a sua reação ao fracasso da Alca. Chile e México tomaram rumo semelhante, negociando pactos comerciais com a União Européia e com outros mercados. Movimento parecido vem ocorrendo, há anos, na área do Pacífico.

O Brasil, portanto, está simplesmente atrasado, não por ter dado prioridade à OMC, mas por haver negligenciado as oportunidades de acordos com o bloco europeu e os Estados Unidos. A aproximação com os grandes emergentes, como China, Índia e México, não rendeu nenhum acordo de livre-comércio, porque Brasil e Mercosul não estavam no alto da agenda desses países. O comércio cresceu muito, em alguns casos, mas teria crescido mesmo sem o carnaval diplomático promovido pelo governo petista. Basta consultar as estatísticas para identificar as tendências.

O fiasco da rodada comprovou de novo o caráter fantasioso da estratégia Sul-Sul adotada pelo Itamaraty. A intransigência americana pode ter contribuído para o impasse final, mas do outro lado do cabo-de-guerra estavam os negociadores indiano e chinês, empenhados em promover o protecionismo agrícola em seus países. China e Índia integraram desde o início o Grupo dos 20 (G-20), criado em 2003, por iniciativa brasileira, para combater a política agrícola do mundo rico. O G-20 cumpriu seu papel durante algum tempo, mas sua limitação logo ficou clara. Alguns de seus integrantes, como Índia e China, faziam campanha, com o Brasil, contra as subvenções e as barreiras americanas e européias, mas não estavam dispostos a enfrentar a concorrência dos produtores eficientes no mercado agrícola. Se a proposta defendida em Genebra pelos dois países fosse aceita, seus mercados seriam facilmente fechados ao Brasil.

No esforço final para tentar um acordo, o ministro Celso Amorim negociou concessões na área industrial consideradas inaceitáveis pelo governo argentino. Com um esforço de acomodação, essa iniciativa poderia ter dado certo, se o impasse entre Estados Unidos, China e Índia a respeito de salvaguardas especiais para a agricultura não houvesse levado a reunião ao fracasso. Mas o episódio mostrou também, de novo, a dificuldade dos sócios do Mercosul para negociar em bloco. Essa dificuldade reaparecerá, se forem retomadas as discussões com a União Européia.

A boa novidade foi a disposição do chanceler Amorim de se descolar do Mercosul e de batalhar pela conclusão de um acordo interessante para o Brasil, sem se deixar amarrar pelos parceiros de bloco ou de alianças "estratégicas", que foram um dos pilares da política externa petista. Se essa disposição for mantida, talvez possa haver de fato a indispensável revisão da diplomacia comercial do País.

Amorim teme mais subsídio nos EUA – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 31/07/2008

Sem acordo na Rodada Doha, o chanceler Celso Amorim adverte que a principal conseqüência negativa para o Brasil é o aumento dos subsídios agrícolas americanos nos próximos anos, já que ficarão sem novas regras. O diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), Pascal Lamy, alerta que o Brasil será um dos países que sairão perdendo com o fracasso da OMC. Em declaração ao Estado, o francês reconheceu que o colapso do processo será sentido por todos os países emergentes. "O Brasil também perde muito com o fracasso."

Cálculos apontavam o Brasil como um dos principais ganhadores com a abertura de mercados e a redução de subsídios que poderia resultar do acordo. Para Amorim, o principal problema do fracasso será a manutenção dos altos subsídios agrícolas dos Estados Unidos. Mas, segundo ele, não será o Brasil que mais sofrerá.

"Teremos de abrir disputas legais contra esses subsídios", disse o ministro. O Congresso americano aprovou recentemente uma nova lei que manterá um volume

bilionário de subsídios aos produtores. Sem um acordo, esse volume não terá limite e, pela lei, o aumento pode ocorrer sem ser questionado. Hoje, o volume está baixo diante dos preços altos das commodities. Mas, se o mercado mudar, a distribuição de subsídios ao algodão, soja, leite, carne e milho podem explodir. Para o comissário de Comércio da Europa, Peter Mandelson, a nova lei é "a mais reacionária na história dos EUA".

Várias disputas podem ser levadas aos tribunais nos próximos anos, para tentar solucionar entraves no comércio. "O Brasil tem como pagar essas disputas e advogados caros. Mas outros países não têm essas condições. Esses vão de fato perder com o colapso da Rodada", disse Amorim. "São os pequenos países, principalmente os africanos, quem mais sofrerão com o colapso."

Ontem, o chanceler confirmou mais uma vez que o Brasil vai abrir um processo nos tribunais da OMC contra a sobretaxa aplicada ao etanol no mercado americano. A esperança do País era conseguir que o tema entrasse num pacote de acordo. Mas, com o adiamento da conclusão da Rodada por alguns anos, a saída será o litígio. "Vamos adiante com o caso."

Para Amorim, a chance de se retomar o processo nos próximos meses, como sugeriram entre outros o secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, e Lamy, é remota. Em sua avaliação, não haveria mais como tentar um acordo no governo de Bush. "Eu diria que a retomada nos próximos meses tem apenas 1% de chance. O mais certo é de que se leve dois ou três anos para que o processo volte a ser considerado seriamente." Em nota da ONU, Ban e Lamy "sublinhavam a necessidade de que a ruptura das negociações não dure muito tempo e sejam retomadas antes que o ano termine".

'**Temos de falar com uma voz comum**' – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 31/07/2008

Admirado por uns, atacado por outros, o chanceler Celso Amorim foi um dos centros das atenções em Genebra, nas negociações fracassadas da Organização Mundial do Comércio (OMC). Cada vez que aparecia, um batalhão de jornalistas tentava arrancar do brasileiro sua avaliação das negociações.

Amorim decidiu apoiar o pacote de liberalização proposto, mesmo que não estivesse de acordo nem com seus parceiros argentinos no Mercosul, nem com a Índia, um dos pilares do G-20. A decisão surpreendeu vários países.

"Ficamos decepcionados com a posição do Brasil", disse o vice-ministro de Agricultura das Filipinas, Segfredo Serrano. Para o ministro do Comércio da Venezuela, William Contreras, "a questão é saber se o G-20 ainda existe". Já o comissário de Comércio da UE, Peter Mandelson, foi só elogios a Amorim, enquanto o porta-voz da OMC, Keith Rockwell, chegou a chamá-lo de "herói".

Em entrevista ao Estado, Amorim afirma não haver dúvidas de que o G-20 vai continuar existindo, inclusive para superar o impasse no acesso aos mercados emergentes para produtos agrícolas, ponto que fez ruir o processo. Ele não nega que o bloco tenha dimensão política. Ontem, ele e o ministro do Comércio da Índia, Kamal Nath, buscavam um fotógrafo para registrar um aperto de mão e a impressão de que a união entre os dois não havia sido abalada.

A seguir, os principais trechos da entrevista.

Foi um erro ter apostado todas as fichas na Rodada Doha?

Não teria sido possível de outra maneira. Os americanos deixaram claro que não reduziriam os subsídios se não tivessem um acesso maior aos mercados. Já os europeus indicaram ao Mercosul que não poderiam negociar um acordo entre as regiões sem saber o que ocorreria na OMC. Não era uma questão de eu querer ou não querer privilegiar a OMC. Essa era a realidade.

O sr. já indicou agora que novas prioridades surgirão, como os acordos bilaterais. Haverá uma mudança na orientação da política comercial brasileira?

Não se trata de mudar de prioridade. Como eu disse, nunca tiramos a prioridade das negociações com a Europa. Foram eles que condicionaram. Eu não poderia conseguir a atenção de Peter Mandelson ou de Susan Schwab (representante americana de Comércio). E, sinceramente, eu também não teria como dar prioridade a tudo. É só ouvir os demais parceiros. Todos, inclusive americanos e europeus, davam prioridade para a OMC.

Mas, nesse mesmo período, mexicanos, chilenos e outros governos proliferaram acordos comerciais e também estiveram na OMC.

A natureza do comércio brasileiro é diferente. Não temos um parceiro predominante. Nossas exportações são diversificadas em destinos. A situação é outra quando se tem um só parceiro para exportações.

Desde 2003, em Cancún, ficou claro que os emergentes seriam fundamentais na conclusão da Rodada Doha. De que forma a OMC mudou diante desse novo cenário?

Não gosto do termo “países emergentes”. Parece que estávamos submersos e agora estamos boiando. O que existe são países em desenvolvimento. Quanto à OMC, de fato nunca a voz desse grupo de países foi tão ativa. Por isso chegamos onde chegamos, com avanços no compromisso dos países desenvolvidos com o corte de subsídios. A voz dos países em desenvolvimento hoje conta.

Mas, no Mercosul, mostramos que o bloco ainda não tem uma voz única. O Brasil acatou a proposta de acordo, enquanto a Argentina alegou que o texto era inaceitável quanto ao corte de tarifas industriais. A Rodada foi uma lição?

De certa forma, sim. Foi uma lição no sentido de que temos de falar com uma voz comum. Mas esse é um resquício do passado, quando os países da região falavam cada um por si. Por anos, essa foi a realidade e acabou criando uma tradição difícil de romper.

Qual a solução para essa falta de voz comum?

O Mercosul precisa avançar no processo de integração. Não adianta fingir para fora enquanto não temos uma estrutura tarifária consolidada. Paradoxalmente, o Mercosul entrou nas negociações da Alca e no processo com a União Européia de forma conjunta. Mas na OMC não conseguimos. Se essa for a lição, concordo. Precisamos trabalhar por uma posição unida.

O impasse em outros assuntos impediu que o tema acabasse sendo tratado. Mas o que Brasil teria feito para ajustar a posição da Argentina num acordo final?

O Brasil faria o que fosse necessário para acomodar os interesses argentinos.

A posição do Brasil também surpreendeu alguns no G-20. Por que o Brasil adotou essa atitude?

Porque acreditávamos que o pacote estava equilibrado. Não era ideal, e eu disse isso. Mas avaliamos que, naquele momento, era importante sua aprovação para que a Rodada Doha pudesse avançar.

Mas ainda há razão para que o G-20 continue a existir?

Claro que sim. Vamos trabalhar. Esperaremos a poeira baixar. Mas vamos conversar.

Desde que o sr. assumiu a pasta de Relações Exteriores, a OMC foi sua prioridade. O sr. já indicou que o acordo agora não fecha durante o governo Lula. Como o sr. se sente pessoalmente?

Claro que me sinto frustrado. Coloquei o máximo esforço nisso. Internamente, conversamos com todos os setores, indústria e agricultura. Salvo se houver uma luz, o processo deve mesmo ser adiado por dois ou três anos. Mas quem virá depois, a próxima geração, não pegará as coisas do zero. Há uma base importante. Mas, certamente, estou frustrado.

Negociação deve ser junto com Mercosul, diz Ricupero – Marcelo Rehder – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 31/07/2008

O embaixador Rubens Ricupero, ex-secretário-geral da Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento e Comércio (Unctad), pôs em dúvida a eficácia da solução proposta pelo Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, depois da fracasso da Rodada Doha, que é o País buscar acordos bilaterais.

Segundo Ricupero, o Brasil não poderia abrir negociações de forma isolada sem consultar antes os demais integrantes do Mercosul. Ele diz ainda que uma liberalização agrícola, por meio da abertura de mercados ou redução de subsídios, só deverá sair mesmo no âmbito das negociações multilaterais.

"Nós somos membros de uma união aduaneira imperfeita, coisa que muita gente aqui não aprecia", diz o embaixador. "É uma união aduaneira do tipo que é a União Européia, com a diferença que lá eles têm uma só voz nas negociações e, por mais que a França esperneie, a área de comércio exterior pertence à Comissão Européia, e não aos governos nacionais".

A união aduaneira é muito mais do que o acordo de livre comércio. O acordo de livre comércio, a exemplo do Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (Nafta), significa que os países signatários abrem mão de todas as restrições de comércio entre si, mas cada um deles conserva uma barreira própria em relação ao resto do mundo. Ou seja, eles podem fazer negociações bilaterais com outros países fora do bloco. Isso já não é possível no caso, por exemplo, do Mercosul, pois o Brasil tem que ter a mesma barreira que a Argentina, o Uruguai, o Paraguai e possivelmente a Venezuela, caso o país passe a fazer parte do grupo.

"Das duas, uma: ou se abole o Mercosul na prática, mesmo que não na teoria, como se ele fosse um acordo de livre comércio, não mais insistindo na barreira comum, ou então nós vamos ter que negociar junto com esses outros países". Essa não é uma tarefa fácil, observa o embaixador, lembrando que "nós já saímos arranhados com alguns deles nas negociações de Doha".

Para Ricupero, que atualmente é diretor da faculdade de Economia da Faap, o País pode até tentar capitalizar a boa vontade que demonstrou nas negociações de Doha para buscar acordos tópicos sobre produtos, como o etanol, a carne e a soja, com a União Européia, os EUA ou a Austrália. Mas, segundo ele, isso vai depender do interesse desses países em negociar acordos que não garantam o acesso ao mercado consumidor da China ou da Índia. Além disso, há o problema com os argentinos, que estão numa fase que eles chamam de reindustrialização e não estão dispostos a reduzir as tarifas industriais tanto quanto o Brasil.

"Por mais que eu compreenda isso que o (chanceler) Celso (Amorim) declarou (que nós vamos ter que nos concentrar em coisas que dão resultados) não acredito numa alternativa satisfatória para o sistema multilateral", afirmou Ricupero. "Eu compreendo que

na hora da frustração haja esse tipo de desabafo, mas a liberalização agrícola só vai sair mesmo num âmbito geral."

Segundo ele, o fiasco de Doha não representa um problema de curto prazo. "As negociações só produzem efeito, mesmo quando elas concluem bem, quatro ou cinco anos depois, porque os países precisam aprovar internamente as leis", explicou. "Então, isso não vai alterar em nada o cenário para 2009, mas é um complicador para 2014 ou 2015."

Na opinião do embaixador, o problema no País hoje é câmbio e juros. "Mesmo que o Brasil tivesse conseguido um acordo, isso não ia ter um efeito muito grande e ficaríamos numa situação tão precária quanto estamos hoje por causa da valorização da moeda."Ou seja, se o País concedesse uma redução tarifária como o ministro Celso Amorim estava disposto a aceitar, a redução de barreira tarifária seria turbinada pela valorização do real frente ao dólar. "Teria o efeito adicional de uma moeda que estimula a importação".

EUA sugerem novo modelo para Rodada – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 31/07/2008

Em pedaços depois do colapso, a Organização Mundial do Comércio (OMC) tenta recolher os cacos e pensar no futuro. Um dia após o fracasso da negociação, o governo americano sugeriu que o modelo adotado na Rodada fosse substituído por acordos em assuntos onde houvesse consenso. O chanceler Celso Amorim deixou claro que a proposta não funcionaria, já que apenas um pacote poderia ser aceito por negociadores.

Ontem, ministros, embaixadores e negociadores que passaram centenas de horas na OMC deixaram Genebra. Não há entendimento nem sobre quando uma nova reunião seria convocada nem sobre em quais bases ela ocorreria. Todos insistem que os avanços precisam ser preservados. Mas ninguém sabe dizer como.

Uma das poucas idéias concretas foi apresentada pela representante de Comércio dos EUA, Susan Schwab. A regra estabelece que todos os temas precisam ser acordados antes da assinatura de um tratado. Por isso, parte do processo se complica, já que governos exigem pagamentos em vários setores por concessões feitas em uma área. Schwab defende a aprovação de pacotes à medida que forem negociados. "A OMC é vital. Se ela não existisse, teríamos de tê-la criado. Mas a complexidade da catedral da Rodada Doha é sua pior inimiga", disse. "Nunca houve negociação tão complexa. São 153 países, com milhares de tarifas, serviços e outros assuntos."

Para Amorim, dificilmente os países aceitariam isso. "Muitas concessões que países emergentes fariam somente poderiam ocorrer se soubessem o que ganhariam em agricultura." Já o diretor-geral da OMC, Pascal Lamy, pediu que os avanços fossem preservados. "Precisamos pensar nos próximos passos depois de baixar a poeira." Por sua vez, o comissário europeu do Comércio, Peter Mandelson, deixou claro que não é apenas o processo que precisa ser revisto. Mas a atitude dos ministros."

EUA podem negociar com o Brasil. Sem 'presente' – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 31/07/2008

O governo americano admite que está disposto a voltar a conversar com o Brasil sobre a possibilidade de retomar as negociações comerciais entre o Mercosul e os Estados Unidos. Mas alerta que "não haverá um presente" de Washington, enquanto negociadores alertam que a possibilidade de retomada ainda seria dificultada pelo fato de o atual governo americano estar próximo do fim.

Anteontem, ao ver a Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC) desabar, o chanceler Celso Amorim admitiu que poderia voltar a negociar com a Casa Branca. Mas alertou que o processo não poderia repetir erros da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), quando os americanos insistiam em regras de propriedade intelectual e investimentos.

"Estou sempre disponível para falar com o Brasil sobre liberalização comercial. Amorim exibiu liderança e o Brasil foi um dos países que, junto com os Estados Unidos, endossaram o pacote, mesmo que isso tenha causado alguma dor e desconforto. Estou sempre interessada nessa conversa", disse a representante de Comércio dos Estados Unidos, Susan Schwab.

Mas a enviada do governo Bush deixou claro que acordos comerciais "não serão um presente" de Washington, insinuando que também cobrará um preço por qualquer concessão em termos bilaterais ou regionais. "Ninguém vai assinar um acordo se não achar que é de interesse nacional", disse Schwab.

O ministro da Venezuela para o Comércio, William Contreras, deixou claro que, assim que o seu país aderir ao Mercosul, Caracas tentará impedir um acordo com os Estados Unidos. "Todos conhecem a posição da Venezuela. Além disso, o governo americano está debilitado."

Amorim voltou a destacar que acordos bilaterais seriam um dos caminhos do País nos próximos meses, com a volta de um diálogo com a Europa e outros governos. Mas os próprios europeus já indicaram que não será fácil. O Mercosul quer um corte de tarifas para bens agrícolas, o que estaria criando problemas para França, Hungria e outros governos.

Já a União Européia quer amplo acesso ao mercado do Mercosul para bens industriais. Mas, com a Argentina adotando uma posição de intransigência em relação a esse ponto, Bruxelas já prevê um processo difícil.

Segundo o chanceler, outro acordo poderia ser com a América Central e mesmo uma ampliação dos entendimentos com México, Índia e África do Sul. O chanceler, porém, evita falar em "nova política comercial". "Não há uma redefinição das prioridades. O que existe é a concentração de energias que estavam na OMC para outros temas e entendimentos bilaterais." No dia em que a Rodada Doha fracassou, Amorim admitiu que procuraria acordos que tivessem "impactos concretos".

'**Onda protecionista é um perigo real**' – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 31/07/2008

O Banco Mundial alerta que o fracasso da Rodada Doha abre novas possibilidades para que medidas protecionistas sejam aplicadas em todo o mundo, diante da falta de regras para controlar a pressão de grupos específicos. “Com a desaceleração da economia mundial, havia o risco natural de que uma onda protecionista ganhasse força”, afirmou o principal representante do Banco Mundial na OMC, Richard Newfarmer. “Com o fracasso de Doha, essa onda se torna um perigo real.”

A seguir, os principais trechos da entrevista.

O que significa o fracasso da Rodada Doha para a economia mundial?

A economia mundial precisava de um incentivo, e o fracasso desta semana é uma grande oportunidade perdida. Quem mais sofrerá são os países mais pobres, que ganhariam acesso aos mercados para seus produtos e teriam benefícios com a redução das distorções internacionais nos mercados.

Por que ocorreu o fracasso?

Quase por uma questão técnica, que eram as salvaguardas para produtos alimentícios nos países emergentes. A verdade, porém, é que os negociadores precisam ser mais líderes e menos políticos.

Quais são as conseqüências desse fracasso para o comércio?

Com a desaceleração da economia mundial, há o risco natural de que uma onda protecionista ganhe força. Com o fracasso de Doha, isso se torna um perigo real.

O que o Brasil perde com o fracasso?

O Brasil seria um dos principais ganhadores do processo. A inclusão de novas regras para a agricultura seria um ganho real para a economia brasileira. Por isso, acredito que o Brasil precisará surgir nos próximos meses como o principal líder de uma iniciativa para que haja uma retomada do processo e que Doha possa renascer.

Acordo bom não é só de livre comércio, diz secretário – Renata Veríssimo – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 31/07/2008

A provável retomada das negociações regionais ou bilaterais - como resposta ao fracasso da Rodada Doha na Organização Mundial do Comércio (OMC) - não deve necessariamente priorizar os acordos de livre comércio. Essa é a avaliação do secretário de Comércio Exterior, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Welber Barral.

Segundo ele, embora haja um "fetiche" pelas áreas de livre comércio, esses acordos muitas vezes não têm grande impacto econômico. "Principalmente no caso do Brasil, um acordo na área fitossanitária pode ter um impacto muito maior para o comércio exterior brasileiro do que um acordo global de livre comércio."

De acordo com o secretário, será preciso escolher, entre uma "miríade de opções", os mercados prioritários para o País. "Simplesmente assinar acordo para ficar no papel ou para criar fato de política internacional não é interessante para o Brasil."

Além da área sanitária, Barral destaca a importância de acordos de cooperação econômica e nas áreas tributária e de harmonização de padrões dos produtos. Segundo ele, as tarifas de importação em geral estão baixas enquanto crescem muito rapidamente as barreiras não tarifárias.

O secretário lembra que outras negociações em curso na OMC, como nas áreas de serviços, regras de origem e fitossanitárias, devem continuar. "A Rodada Doha acabou, mas a OMC não." Ele admite que o fim da Rodada deve levar ao aumento das negociações de acordos regionais e bilaterais e também das disputas comerciais no organismo multilateral. "Vários esforços de abertura de mercado, de acesso a mercados que estavam na OMC vão ser direcionados naturalmente pelo governo brasileiro para acordos bilaterais que não necessariamente são de livre comércio", disse Barral.

AMPLIAR ACORDOS - O Brasil pode tentar ampliar acordos já assinados com o Chile, México e Peru, e retomar negociações que estavam paradas esperando o resultado da Rodada Doha. É o caso das negociações entre o Mercosul e a União Européia. Com os Estados Unidos, o secretário acredita que será necessário aguardar o anúncio da política comercial do sucessor de George W. Bush para avaliar as chances de um acordo.

Mas Barral aposta no relançamento de outra rodada de negociações multilaterais em 2009. Segundo ele, temas como a retirada de subsídios agrícolas só podem ser tratados em negociações globais. 'Os países vão ter que voltar a negociar', previu. O secretário avalia que o fracasso de Doha é uma perda para o mundo. "Com a ameaça de recessão no mundo, era importante uma sinalização, por menor que fosse, em favor da liberalização de mercados." Barral elogiou a atuação do chanceler Celso Amorim em Genebra, de flexibilizar algumas posições para tentar um acordo mínimo. "O Brasil tentou negociar coerentemente com o risco de recessão que temos."

Lula se diz aborrecido com o fracasso de Doha – Leonencio Nossa e Lisandra Paraguassu – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 31/07/2008

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse ontem estar "aborrecido" e "frustrado" com o impasse provocado pela Índia, pela China e pelos Estados Unidos nas negociações da Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC), cujo objetivo era definir regras menos restritivas no comércio mundial. "Fizemos as concessões necessárias em produtos industriais e na agricultura e eles não fizeram o que tinham que fazer", afirmou.

Lula avaliou que agora o governo tentará acordos bilaterais para compensar a falta de um acordo global. "Prefiro acreditar, como disse o primeiro-ministro Singh, que não acabou, houve apenas uma pausa para reflexão", disse, referindo-se ao indiano Manmohan Singh. "Acho que o bom senso ainda vai permitir que as pessoas entendam que é preciso que haja esse acordo."

Como avaliaram especialistas, Lula disse que o processo eleitoral na Índia e nos Estados Unidos impediu o acordo. "O Brasil fez o que podia e o que não podia para tentar um acordo que pudesse favorecer os países economicamente menores e de agricultura mais frágil", afirmou.

"Trabalhamos até o último minuto, concordamos inclusive com a proposta da Europa de que era possível fazer o acordo, mas, lamentavelmente, no último segundo, possivelmente por problemas políticos - porque temos eleições na Índia e nos Estados Unidos - houve um impasse entre essas duas nações."

Depois, na entrevista, no Itamaraty, Lula fez questão de elogiar a atuação do chanceler Celso Amorim nas negociações. "Se pudesse, ia prestar homenagem aos nossos negociadores coordenados pelo companheiro Celso Amorim", disse. "Conheci de perto as dificuldades das negociações."

TRAIÇÃO - A uma pergunta se o Brasil tinha traído parceiros tradicionais, como sugeriu a imprensa argentina, Lula respondeu que os países são soberanos. "Então, você acha que posso falar de Estado para Estado porque alguém especulou alguma coisa?", disse. "Nenhum Estado abre mão da sua soberania, cada governante vai defender os seus interesses."

Ele disse esperar que os pontos acordados na OMC sejam cumpridos pelos Estados Unidos e pela União Européia, mesmo que não tenham sido ratificados num acerto final. Na avaliação do presidente a Rodada Doha era garantia de um mundo com mais democracia e paz e menos imigração.

Ao lado de Lula, o presidente da Costa Rica disse que o fracasso de Doha mostrou a "hipocrisia" dos Estados Unidos e União Européia, que sempre manifestam interesse de ajudar no desenvolvimento da América Latina e da África. "O que se evidencia é uma grande hipocrisia, em boa parte porque os lobbies agrícolas são tão poderosos como os lobbies militares na maioria desses países", disse Arias.

O ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge, também lamentou o fracasso na OMC. “É uma pena a gente ter trabalhado tanto para não dar em nada”, disse. “Era melhor um acordo menor, menos ambicioso do que nenhum acordo; é um retrocesso”, acrescentou. “Tínhamos chegado a um ponto positivo no final e agora vamos ter que trabalhar em outra linha, completamente diferente.”

Doha e as ilusões da geopolítica – Rolf Kuntz – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 31/07/2008

Mais um capítulo do enorme livro das ironias da história foi concluído nesta semana em Genebra. Índia, China e Estados Unidos levaram ao fracasso mais uma tentativa de acordo na Rodada Doha de negociações comerciais. Ninguém sabe se é o colapso final ou se a negociação será retomada em dois ou três anos, ou num prazo mais longo. Há cinco anos, Índia e China foram convidadas para integrar o Grupo dos 20 (G-20), criado pelo Brasil para combater os subsídios à agricultura e o protecionismo do mundo rico. Deram peso ao G-20, isso não se pode negar. Anteontem, seus negociadores deram contribuição decisiva a mais um fiasco defendendo uma tese contrária aos interesses brasileiros.

Os dois países foram escolhidos pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em seu primeiro mandato, como parceiros estratégicos do Brasil. A China foi reconhecida como economia de mercado. A Índia foi convidada para integrar um grupo conhecido pela sigla Ibas - Índia, Brasil e África do Sul.

Indianos e chineses nunca se deixaram arrastar por essa fantasia. Em setembro de 2006, um vice-ministro do Comércio da Índia, Jairam Ramesh, disse à repórter Patrícia Campos Mello, do Estado: “Não se enganem, Brasil e Índia são concorrentes.” A idéia dos dois países como aliados naturais “é um pouco ingênua”, explicou Ramesh. E completou: “Competimos em manufaturas, temos interesses contrários em agricultura e, em serviços, queremos uma abertura mais rápida do que os brasileiros.”

Publicada pouco antes da visita do primeiro-ministro indiano a Brasília, a entrevista causou agitação diplomática, mas não parece ter entrado na pauta de conversações.

O vice-ministro Jairam Ramesh apenas traduziu em palavras francas um fato conhecido de qualquer pessoa familiarizada com a Rodada Doha. Na conferência ministerial de Hong Kong, em 2005, a delegação indiana, chefiada pelo ministro do Comércio, Kamal Nath, havia defendido condições especiais de protecionismo agrícola para as economias em desenvolvimento - algo mais amplo que as salvaguardas tradicionais e as listas de produtos “sensíveis” propostas pelos negociadores europeus e americanos.

Parte da delegação brasileira, enviada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, aplaudiu a proposta e defendeu o uso daquelas barreiras para defender os agricultores familiares - uma enorme tolice diante do poder de competição da agricultura nacional e de seu interesse na abertura dos mercados. O pessoal do Itamaraty deve ter percebido a

bobagem de seus colegas de governo, mas decidiu tratar com simpatia a pretensão dos indianos, partilhada pelos chineses, em nome da unidade estratégica das economias em desenvolvimento.

A atuação indiana e chinesa nessa reunião apenas confirmou os limites da cooperação entre os membros do G-20. Poderiam trabalhar juntos para defender a liberalização do mercado agrícola no mundo rico, mas nem todos estariam dispostos a enfrentar abertamente a competição internacional. Para alguns países, como Brasil, Argentina e Uruguai, a plena liberalização do mercado seria o melhor resultado. Mas era preciso, imaginavam os diplomatas, manter o G-20 e, além disso, compor interesses com outros grupos de países pobres e em desenvolvimento igualmente protecionistas em agricultura.

Qualquer observador menos distraído teria percebido, nessa altura, o fato indisfarçável: os interesses do Brasil, no comércio agrícola, não eram os mesmos de vários outros membros do G-20 e de outros conjuntos mais ou menos organizados para a Rodada Doha. Mas a diplomacia brasileira quase sempre se comportou como se tivesse de promover, com sua retórica e seu empenho, os interesses de grupos e não os do País.

Essa foi uma das marcas do governo Lula desde o início do primeiro mandato: definir o interesse nacional quase sempre como vinculado a interesses de parceiros do Mercosul, da América do Sul e até de um "Sul" imaginário, formado por uma fantasiosa confraria de países pobres e em desenvolvimento. Essa concepção nunca foi partilhada pelos parceiros "estratégicos", a começar, naturalmente, pelos do Mercosul.

Na maratona de negociações de Genebra, encerrada na terça-feira, o chanceler Celso Amorim mostrou uma rara disposição de pôr em segundo plano, pelo menos por algum tempo, o interesse de qualquer confraria sulina. Fez um esforço inegável e quase teve sucesso. Com o fiasco da rodada, terá de pensar em novas prioridades. Seria bom se jogasse fora, ao mesmo tempo, as fantasias geopolíticas dos últimos anos.

Doha: erramos do começo ao fim – Alberto Tamer – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 31/07/2008

Doha não morreu na terça-feira, não. Já estava morta, enterrada e havia informado que não aceitava visitas. Foi importunada por muito tempo pelos ministros que rodeavam seu túmulo, numa algazarra de discussões inúteis e irritantes, mas nem ligou. Até dava risadas...Agora, com esse fracasso mais que anunciado em Genebra, querem mumificá-la para expô-la em possíveis reuniões na próxima década.

O ENTERRO DE 13 ANOS - Quatro datas dividem as negociações sobre a falada liberalização do comércio agrícola: 1 - 1995, quando se aprovou a criação da OMC e se prometeu tratar do assunto mais tarde: 2 - 1999, quando a OMC entrou em operação: 3 -

2001, com a Rodada de Doha, que pretendia abrir novas perspectivas; 4 - 2008, com o fracasso de Doha.

No fundo, a liberalização começou a morrer quando nasceu e viveu 13 anos de longa agonia. A única novidade dessa reunião de Genebra é que a China aderiu aos países do outro lado da mesa e passou a impor maior protecionismo para o seu mercado, inclusive o agrícola. Muito esperta, quer exportar mais e importar menos.

AGORA, FOI ATÉ ENGRAÇADO - Nesta ultima (será?) reunião aconteceu o máximo e foi até, diríamos, "engraçado". O Brasil e os agroexportadores entraram no encontro pedindo abertura do mercado dos mais ricos, os importadores, e o que encontraram foi a decisão firme dos EUA de exigir que nós, que exportamos produtos agrícolas, "abríssemos os nossos mercados industriais e, acreditem, o agrícola também! Eles até aceitam que exportemos mais agroprodutos, mas desde que eles possam exportar os seus também! Fomos pedir um pirulito e recebemos um abacaxi...azedo.

ACORDO NA CRISE?! - No fundo, eles têm todos os pretextos para dizer não. A economia americana e européia definha, a inflação aumenta e a crise financeira assusta. Por que cargas d'água iriam eles fazer concessões para ajudar exatamente nós, que estamos indo bem, e cortar os subsídios e a renda dos seus agricultores? Querem mesmo é embalsamar Doha e, quem sabe, mandá-la para o mausoléu do ridículo do Lenin.

AS LIÇÕES PARA O BRASIL - Há lições importantes para nós, mas, primeiro, uma crítica severo ao Itamaraty e ao ministro Celso Amorim. Ele foi o único que, fugindo à realidade e agredindo a evidência, acreditou em Doha. Devem ter dado muita risada da nossa diplomacia comercial em Bruxelas e Washington. Afinal, pragmáticos, eles blá-blá-blavam na OMC, mas, ao mesmo tempo, negociavam e fechavam acordos bilaterais com outros países. Só nós, os sabidos, não. Não fizemos absolutamente nada. Ficamos chupando o dedo, esperando a Doha que nunca vinha.

O MINISTRO FOI PATÉTICO - Depois, ele veio de novo com a história dos acordos bilaterais, quando já havia prometido solenemente que esse seria o ano dos bilaterais, mas não fez nada. Só salvou aquela proposta sonhadora de ceder num acordo em troca do etanol. Levou um categórico não da França, que veta qualquer abertura do seu mercado agrícola e tem outras condições para o nosso etanol. E agora o Itamaraty fala em entrar ação na OMC contra o subsídio americano ao seu etanol de milho que, na prática, mesmo, não vai dar em nada, como todos os outros. Com a OMC ou sem ela, com Cristo ou sem Cristo, os EUA não vão abdicar da independência do seu etanol de milho, mesmo que lhes custem os olhos da cara. Só que as tramitações na OMC vão durar anos antes que venhamos a saber disso. É...

AGORA? AGORA, ORA BOLAS!- Ora, o nosso ministro vem com mais uma: ele confessa que "a OMC era a prioridade, pois somente ali poderíamos tratar de subsídios". E, então, o que o senhor pretende fazer? - pergunta o correspondente do Estado em Genebra, Jamil Chade. E sabem qual foi a fantástica resposta? Vejam só: "Agora vamos ter que nos concentrar em coisas que dão resultado."

É verdade, está lá, gravado! O que assusta é por que não fizemos como os nossos opositores americanos e europeus, que negociaram com outros países isolados “coisas que dão resultado”. Ficamos nos enrolando nas malhas de Doha. Só ingenuidade? Será?

E, para concluir com “chave de ouro”, o Itamaraty fala agora em uma nova política de diplomacia comercial, aquela que dá resultado. Mas “nova” como, se não temos e nunca tivemos uma? Afinal, em meio a uma barafunda de órgãos, quem responde pelo comércio exterior brasileiro?

E O QUE FAZER? - Agora, é esquecer Doha, corrigir as inacreditáveis trapalhadas diplomáticas e o governo ver o que os empresários precisam produzir para atender ao mercado interno e exportar mais. Mas isso com agressividade e urgência, porque os preços das commodities agrícolas começam a estabilizar-se e são eles que estão salvando. É preciso dar um basta aos erros infantis, senhores de Brasília. Será que já não chegou a hora de acertar um pouco? Não muito, não, um pouquinho só? Dá? Ou vamos continuar como na Bíblia, mais sete anos esperando sem saber o quê? *E-mail: at@attgbal.net

Fracasso em Genebra – Folha de São Paulo – Opinião – Editorial - 31/07/2008

Brasil perde com novo colapso da Rodada Doha, mas trilhou na Suíça um caminho melhor para negociações comerciais

POUCAS VEZES desde que foi lançada, em 2001, a Rodada Doha de liberalização do comércio mundial esteve tão próxima de uma conclusão como agora em Genebra. Teria sido, decerto, um desfecho aquém das expectativas iniciais, talvez insuficiente para lançar uma nova era nas trocas mercantis internacionais. Ainda assim, teria sido um bom acordo, especialmente para o Brasil.

Entretanto, por um impasse lateral ao núcleo da proposta delineada na sexta -quando o Itamaraty ousou, acertadamente, afastar-se de parceiros tradicionais como Argentina, China e Índia para endossar um texto favorável ao interesse brasileiro-, a negociação naufragou. Índia e EUA foram irredutíveis em suas posições acerca do mecanismo de salvaguardas especiais, que permitiria a uma nação elevar extraordinariamente suas tarifas quando as importações de determinado produto disparassem.

Os emissários do governo Bush negociavam algo -a queda dos subsídios agrícolas- que talvez não pudessem entregar, dada a hostilidade, agravada em período eleitoral, do Congresso dos EUA ao tema e à gestão republicana. É possível que tenham encontrado numa disputa acessória com a Índia um pretexto para dinamitar as negociações de Genebra e, assim, transmitir o ônus para o próximo presidente, que tomará posse em janeiro.

O negociador de Nova Déli, Kamal Nath, desde cedo mostrou que foi à Suíça para exibir-se como um herdeiro de Nehru na defesa dos pobres do mundo contra os ardis imperialistas. O discurso, ultrapassado nas principais democracias contemporâneas, ainda

faz sucesso na Índia, em especial no Partido do Congresso, pelo qual Nath pretende tornar-se premiê no ano que vem.

Por conta de idiossincrasias desse naipe, a agenda de liberalização do comércio agrícola mergulha agora num novo período de refluxo. Dificilmente voltará à tona antes da reconfiguração política por que vão passar a Casa Branca e o Congresso americano. Os países começam, então, a buscar alternativas menos ambiciosas, como os acordos bilaterais e setoriais de comércio.

Prevê-se também um novo ciclo de conflitos judiciais na Organização Mundial do Comércio. Questionamentos contra subsídios e barreiras a importações, que estavam engavetados à espera de solução sistêmica na Rodada Doha, serão retomados.

Embora o Brasil tenha sido bastante prejudicado pela falta de acordo em Genebra, pois teria muito a ganhar com a queda de barreiras a suas exportações agrícolas, o saldo para a diplomacia brasileira não foi ruim. O Itamaraty percebeu, enfim, as peculiaridades das negociações comerciais e soube se desvencilhar de amarras meramente ideológicas a fim de defender o interesse econômico brasileiro.

Que tenha sido o início, ainda que tardio, de uma fase mais pragmática na diplomacia comercial do governo Lula. Tal ânimo será necessário para romper tabus, como a negociação de tratados comerciais com os EUA e a emancipação do Brasil, no âmbito do Mercosul, para fazer os acordos que lhe interessarem.

"Não houve afastamento" – Marcelo Ninio – Folha de São Paulo – Dinheiro - 31/07/2008

Amorim nega "estranhamento" com aliados como Argentina e Índia na OMC - Para chanceler, divergência com argentinos seria resolvida no Mercosul e acordo seria bom para indústria e agronegócio

No momento crítico da Rodada Doha, na última sexta-feira, o Brasil se afastou de aliados tradicionais, como Índia e Argentina, e aceitou um acordo na tentativa de evitar o colapso nas negociações para liberalizar o comércio global. A decisão não evitou o fracasso, mas o chanceler Celso Amorim diz que não havia alternativa. "Sabíamos que havia uma diferença de posição com a Argentina, e a nossa posição não poderia ficar totalmente refém dela", disse o chanceler ontem, admitindo que foi uma decisão "difícil", mas necessária. Em entrevista à **Folha** ontem em Genebra, pouco antes de retornar ao Brasil ao fim de mais de cem horas de negociações em nove dias, Amorim disse que a resistência argentina ao acordo seria solucionada dentro do Mercosul e que a Rodada Doha não morreu.

FOLHA - O Brasil foi o maior perdedor com o fracasso da rodada? CELSO AMORIM - Todos perdem. Os EUA continuam com o problema de solução de controvérsias, tendo talvez que se sujeitar a retaliações [na OMC], e a União Européia vai fazer uma reforma da PAC [Política Agrícola Comum] sem receber nada em troca. O mais correto é dizer que o Brasil tinha muito a ganhar. Mas, proporcionalmente, os países menores talvez tenham deixado de ganhar mais ainda do que nós, porque são pequenos e mais pobres e têm menos capacidade de negociar fora do contexto multilateral.

FOLHA - Sem acordo e tendo se distanciado de aliados, esse não foi o pior dos mundos para o Brasil?

AMORIM - O Brasil não se distanciou nem da Índia nem da Argentina. Todos sabemos que, na hora crucial, no calor das negociações, é preciso fazer opções. Sabíamos que havia uma diferença de posição com a Argentina, e a nossa posição não poderia ficar totalmente refém dela. Por isso é que achávamos que, se necessário, teríamos que achar uma solução específica para a Argentina, talvez resolver o problema no Mercosul. Não houve nenhum afastamento nem estranhamento. Mas nós tivemos que fazer um julgamento difícil, não só com relação à Índia e à China mas com a indústria brasileira também. Aquele era o momento crítico da rodada, se não tivéssemos feito aquele julgamento, estaríamos na berlinda, apontados como os culpados. E, na realidade, tendo prejuízo, pois o Brasil tinha muito a ganhar. Se a rodada tivesse parado na quinta ou na sexta-feira, todo mundo diria que foi por causa de produtos industriais. Mas não foi. A nossa indústria disse que estava satisfeita, até certos setores da economia argentina disseram o mesmo, ficou claro que esse não era o problema. O resultado em agricultura seria bom, tanto é que todos os nossos agricultores estão lamentando. Não estamos no pior dos mundos porque as negociações não acabaram. Podem demorar, mas, em qualquer momento em que venham a ser retomadas, será a partir desse patamar, que, para nós, é muito melhor que o de há duas semanas.

FOLHA - Qual seria a solução para a Argentina?

AMORIM - Eu li declarações de empresários brasileiros dizendo que poderiam ajudar de alguma maneira, de absorver algumas flexibilidades [ao corte de tarifas na indústria]. Conseguimos uma coisa extraordinária, uma modalidade especial para o Mercosul. E conseguimos 14% de flexibilidade em linhas tarifárias, com 16% de flexibilidade em valor de comércio, quando os números anteriores eram 10% e 10%. Isso não é pouca coisa. Em cima disso, se não desse para absorver todas as sensibilidades da Argentina, o Brasil talvez pudesse absorver alguma delas. Mas não houve concordância, e tínhamos que fazer uma opção. Eu não poderia deixar a rodada cair nas costas do Brasil num tema em que, a rigor, nós poderíamos aceitar e que a totalidade dos países em desenvolvimento podia aceitar. A Índia estava usando isso de forma tática porque o problema deles, como se revelou depois, eram as salvaguardas especiais.

FOLHA - Por que as diferenças entre EUA e Índia não foram contornadas? A crise alimentar as agravou?

AMORIM - Não quero fazer acusações, mas o que houve foi uma certa intransigência dos dois lados. O impulso normal é defender o seu mercado, sobretudo se não se pode ter confiança no suprimento externo. Mas essa questão é anterior à crise alimentar. Houve maximalismo de uma parte [Índia] e intransigência de outra [EUA].

FOLHA - Como fica o status internacional do Brasil agora?

AMORIM - O Brasil sentou lá porque teve liderança durante todo o processo. E também porque o Brasil sabe que na hora final da negociação não pode haver intransigência. Nós saímos da reunião de Cancún [2003] porque havia um pré-acordo entre EUA e UE que nos era altamente prejudicial. O cenário de Cancún se repetiu, com outros números e modelos, em Potsdam [2007]. Desta vez houve algo diferente. Houve um avanço, que se reflete nos próprios números. Não há uma maneira teológica de dizer se era um acordo justo. Mas era um acordo aceitável e, portanto, positivo para o comércio

internacional e para o Brasil.

FOLHA - Como foi a negociação para abrir mercado ao álcool e como ela fica agora?

AMORIM - Com a União Européia, tivemos uma boa negociação. Até com os EUA tivemos um bom início. Vamos ter que examinar as outras hipóteses. No caso da UE, havendo acordo com o Mercosul, pode-se incluir o álcool. Agora temos uma noção mais clara dos limites deles. No caso dos EUA, se não houver uma mudança de atitude, não vai restar outro caminho que uma disputa no órgão de solução de controvérsias da OMC, mais custoso e difícil.

OMC admite que subestimou principal "nó" na negociação – Marcelo Ninio – Folha de São Paulo – Dinheiro - 31/07/2008

Diretor-geral diz que mecanismo de salvaguarda não estava na lista de temas prioritários - Lamy não faz previsões sobre o futuro das negociações comerciais, mas afirma acreditar que a Rodada Doha não tenha morrido

O tema que se transformou em um obstáculo intransponível para o avanço da Rodada Doha escapou do radar da OMC (Organização Mundial do Comércio). Na noite de terça-feira, após nove dias de intensa barganha e dezenas de propostas rejeitadas, o diretor-geral da OMC, Pascal Lamy, deu por encerrado o processo, frustrando a busca de sete anos por um acordo global de comércio.

O próprio Lamy admite que o ponto de atrito que levou ao fim das discussões, o mecanismo de salvaguarda agrícola para países em desenvolvimento, não estava em sua lista de temas mais explosivos.

"Talvez tenhamos errado em não detectar o quanto esse assunto despertava paixões e disputas. Para a maioria de nós, o SSM [Mecanismo Especial de Salvaguarda, na sigla em inglês] era apenas um dos muitos obstáculos", disse Lamy ontem em conversa com a Folha e outros cinco jornais no lendário "Green Room" (salão verde) da OMC. Foi ali que sete ministros, entre eles o brasileiro Celso Amorim, passaram dezenas de horas em busca de uma solução para o impasse.

Vestindo camisa verde, num ambiente totalmente desprovido da cor que dá nome à famosa sala, Lamy não quis fazer previsões sobre o futuro das negociações, mas acredita que a Rodada Doha não tenha morrido. No encontro que teve ontem com representantes dos 153 membros da organização, ele disse que ficou surpreso com a quase unanimidade em torno da idéia de preservar os avanços feitos nos últimos dias.

Lamy não foi o único negociador presente ao "Green Room" que se surpreendeu com o fato de as negociações terem afundado devido ao SSM. O chanceler Celso Amorim chegou a chamar o mecanismo de "um assunto menor". Na reta final, as discussões fracassaram devido à divergência entre indianos e americanos sobre como aplicar a salvaguarda contra importações agrícolas.

Uma fonte da OMC disse que nem Índia nem os EUA haviam sinalizado que fariam uma defesa "religiosa" de sua posição, como ocorreu durante horas de negociação infrutífera em Genebra. Acrescentou que outra linha divisória surgida no "Green Room" foi o endurecimento da China, que usou as discussões para contestar os termos de sua adesão à OMC, em 2001, principalmente a redução de tarifas agrícolas, exigidas na época pelos EUA.

O impasse em torno da salvaguarda agrícola expôs as contradições dos interesses dos países emergentes, pegando a OMC de surpresa ao substituir o antigo confronto norte-sul. "A OMC não está habituada com situações em que países em desenvolvimento brigam entre si", disse um negociador.

Aparentando serenidade, sem nenhum sinal de fadiga após conduzir mais de cem horas de negociações, o diplomata e maratonista amador admitiu que a complexidade da proposta em negociação e do processo decisório da OMC dificultou a obtenção de um entendimento. Ele comparou o acordo que estava sendo negociado a uma "catedral", que foi tornando-se complexa demais à medida que foi sendo construída.

O diplomata francês tem até dezembro para anunciar se quer ficar mais quatro anos à frente da entidade máxima do comércio mundial. Poucos arriscam um palpite sobre como o fracasso da reunião ministerial em Genebra, cuja convocação foi considerada por muitos uma aposta perigosa de Lamy, afetará sua decisão.

Rumores de que Celso Amorim estaria entre os candidatos à sucessão ressurgiram nesta semana pelos corredores da OMC. Mas o próprio chanceler brasileiro negou estar na corrida. "Não tenho interesse", disse Amorim. Indagado se Lula apoiaria sua candidatura ao cargo, foi irônico. "Espero que não. Se isso acontecer, é porque não estou fazendo bem o meu trabalho." **(MN)**

Doha deixa Brasil no seu tamanho real – Clovis Rossi – Folha de São Paulo – Dinheiro - 31/07/2008

A RODADA Doha, recém-lançada à geladeira ou ao cemitério, serviu ao menos para provar de uma vez por todas que o Brasil é maior, bem maior, no jogo das negociações comerciais, do que o magro 1% do comércio mundial que representa, pouco mais ou pouco menos. Mas a lição principal a ser aprendida é que é menor do que pensam alguns membros do atual governo, a começar do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Primeiro, o papel do Brasil tem sido relevante desde o início da rodada, ou seja, desde o seu lançamento na capital do Qatar, faz sete anos. Quando terminou aquela reunião, todos os jornalistas brasileiros que a acompanhávamos ouvimos o então diretor-geral, Mike Moore, dirigir-se ao chanceler brasileiro da época, Celso Lafer, desafeto do atual governo, para cumprimentá-lo pelos resultados. "Esse homem é um herói", disse Moore, para em seguida chamar Lafer de "godfather", ou padrinho das negociações, claro que sem a conotação mafiosa que se agregou à expressão.

Mais: o então ministro da Saúde, José Serra, e o hoje chanceler, Celso Amorim, então embaixador em trânsito de Genebra para Londres, foram os "padrinhos" de um

acordo sobre patentes, vital para políticas públicas dos países em desenvolvimento, dobrando a resistência dos Estados Unidos.

Amorim, brilhante profissional da diplomacia, impressionou tanto Serra que, quando candidato presidencial, o tucano confessou que o escolheria para chanceler, se vencesse. Ou seja, Amorim seria chanceler qualquer que fosse o resultado do pleito de 2002.

Fica claro que a relevância do Brasil não foi uma obra do governo Lula. É uma obra, primeiro, do peso natural do país (tamanho, população, recursos naturais), o que o torna potencialmente grande, ainda que raramente realize seu potencial. Mas é uma obra também da competência da diplomacia brasileira, universalmente respeitada, neste como em anteriores governos. Um pouco mais neste pelo desempenho de Amorim e de Lula.

Mas há limites que Doha deixou mais claros. Primeiro, para de fato encorpar, o Brasil foi obrigado a associar-se aos grandes emergentes (Índia e China), além de outros menores, para formar o G20.

Só então passou a ter uma voz ainda mais desproporcional ao seu peso no comércio internacional, até porque a China preferiu um perfil baixo, tão baixo que, na maior parte do tempo, ficou invisível.

Este repórter acompanhou todas as reuniões da OMC desde que foi criada, em 1995. Ministeriais, miniministeriais, em grupos pequenos (G4, G6, G20, enfim toda a pletórica coleção de siglas que enfeitam o jogo comercial global). Jamais viu ou ouviu um representante chinês, que só se tornou visível agora em Genebra.

Aliança com problema - A aliança com a China e, principalmente, com a Índia tinha no entanto um problema: os interesses do Brasil em abrir o mercado agrícola do mundo rico não coincidiam com os interesses indianos em proteger seu próprio mercado (e não apenas o agrícola).

Basta lembrar que, em Doha (antes do G20), a Índia atrasou em mais de 12 horas o acordo final que lançou a rodada porque exigia garantias adicionais.

Texto da **Folha** da época: "Os delegados dos 142 países da instituição chegaram ao salão Al Dafna, do Hotel Sheraton, QG da Conferência, sem saber ao certo se se reuniriam, na sessão de encerramento, para lançar uma nova rodada ou sepultar a credibilidade da OMC.
Afinal, os representantes da Índia resistiam até o minuto final em aceitar a rodada, ou mais exatamente, a inclusão nela dos chamados temas novos (comércio e investimentos, comércio e política de concorrência, transparência em compras governamentais e facilitação de negócios).

A União Européia havia insistido em que tais temas teriam que estar presentes, para que ela pudesse vender ao público interno uma concessão (mais aparente que real na área agrícola)". Nada, portanto, de essencialmente diferente do que ocorreu agora em Genebra, salvo pelo fato de que os países-membros da OMC passaram a ser 153 -prova, aliás, de que a organização se fortaleceu mesmo nesses sete anos de impasses. O que torna prematuro qualquer atestado de óbito que se pretenda emitir agora.

O Brasil tinha, portanto, a obrigação de saber que, na defesa de seus interesses, a

Índia iria até o último limite, mesmo que levasse a negociação ao colapso. Só não o fez em Doha porque os temas caros à Europa foram abandonados e nunca mais voltaram à mesa. Por que mudaria de tática, se deu certo então e se a Índia só fez crescer explosivamente desde Doha mesmo sem o acordo global? Idêntico raciocínio vale para a China: por que seria menos protecionista se cresceu espetacularmente à sombra do protecionismo? O Brasil, ao aceitar o pacote lançado audaciosamente pelo diretor-geral da OMC, o francês Pascal Lamy, voltou ao peso que tinha antes do G20, grande porém insuficiente para arrastar na sua guinada as demais "baleias" (Índia e China) e até mamíferos menores, como a Argentina.

Convencer países do Mercosul é obstáculo para acordos bilaterais – Iuri Dantas e Eliane Cantanhêde – Folha de São Paulo – Dinheiro - 31/07/2008

Com o fim da Rodada Doha na OMC (Organização Mundial do Comércio), o Brasil vai se dedicar a desenterrar a proposta de acordo 4 + 1 -dos quatro países do Mercosul com os Estados Unidos, para maior liberalização comercial bilateral do bloco com os EUA. Analistas de fora e de dentro do próprio governo, porém, dizem que o momento político é muito adverso, principalmente por duas circunstâncias: as eleições de novembro nos EUA e as idiossincrasias internas nos membros do Mercosul -Brasil, Paraguai, Uruguai e Argentina, além da Venezuela.

Há, também, um novo obstáculo: a Venezuela de Hugo Chávez está em processo de adesão ao bloco, o que aumenta as resistências norte-americanas e as negociações intra-bloco. Para o diretor do Departamento de Mercosul do Itamaraty, Bruno Bath, muitas tratativas do Mercosul com outros parceiros foram apenas interrompidas durante a Rodada Doha, o que significa que novas negociações não vão começar do zero. "É prematuro dizer que o Mercosul não vai fechar nenhum acordo. Já temos grande experiência em coordenação. Se formos retomar com a UE, já temos meio caminho andado, já existe um patrimônio. Não digo que seja fácil, mas não é nada que tenha que começar do zero", disse.

Para o secretário de Comércio Exterior, Welber Barral, o Brasil vem fazendo concessões ao Paraguai e Uruguai, menores economias do bloco. Ele cita o acordo de livre-comércio entre Mercosul e Israel. "Brasil e Argentina tinham postura mais aberta; Paraguai e Uruguai, mais defensiva. Conseguimos o acordo discutindo prazos de adaptação. Se houver imaginação, construir consensos é possível."

O embaixador do Brasil em Montevidéu, José Felício, diz que a idéia de retomar negociações 4 + 1 "é natural" e confia em que o Uruguai se empenhe, pois tem interesse direto no mercado dos EUA de carne e de lã. Segundo Barral, o Mercosul precisa apenas discutir métodos de negociação: "Temos que estudar mecanismos institucionais. Precisamos de continuidade para construir consensos com mais antecipação".

Para o ex-embaixador Rubens Barbosa, "é muito difícil avançar num acordo com o Mercosul". "É preciso uma flexibilização das regras para permitir que os países negociem isoladamente e depois há um período para a convergência das tarifas, mas para embarcar nesta proposta tem que haver mudanças na política brasileira de comércio exterior", disse.

Brasil fez o que podia e o que não podia, diz Lula – Folha de São Paulo – Dinheiro - 31/07/2008

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse ontem que o Brasil "fez o que podia e o que não podia" para que um acordo na Rodada Doha pudesse favorecer os mais pobres. A saída para o país será "continuar com acordos bilaterais", afirmou.

Ao lado do presidente da Costa Rica, Oscar Arias Sánchez, Lula culpou a política pelo fracasso em Genebra. "Tem eleições na Índia e nos Estados Unidos, houve um impasse das duas nações e o acordo não saiu", disse, concluindo: "Faz um ano e meio que venho dizendo que, menos do que econômico, tínhamos um problema político na OMC. Você querer que um país do tamanho dos EUA, com eleições marcadas para o fim do ano, que algum presidente se exponha em divergências com produtores agrícolas, é impensável".

Segundo Lula, o Brasil avaliava que um acordo, mais do que o fracasso total, pudesse favorecer os países de agricultura mais frágil.

O presidente da Costa Rica foi enfático nas críticas aos países desenvolvidos -Arias os chamou de "hipócritas". O ministro Miguel Jorge (Desenvolvimento) qualificou o resultado como um "retrocesso". "Foi uma pena a gente ter trabalhado tanto para não dar em nada."**(LETÍCIA SANDER)** Com a Folha Online, em Brasília

Nova agenda – O Globo – Opinião – Editorial – 31/07/2008

Enquanto começa a remoção dos escombros da Rodada de Doha, contabilizamse os ganhos e as perdas entre blocos e países. No caso do Brasil, as perdas avultam. Não só porque um segmento forte e dinâmico da economia, o agronegócio, teria mais espaço para avançar no exterior sem percalços protecionistas, como também o acordo, de dimensões históricas, estabeleceria um patamar a partir do qual novos avanços na abertura de mercados no mundo seriam alcançados, o que interessa ao país.

O fracasso de Doha impõe uma agenda de ações necessárias a compensar os efeitos colaterais negativos derivados da tendência a um maior protecionismo, incentivado, também, por um provável novo ciclo de desaquecimento mundial.

O que fazer para que as exportações não percam fôlego, e mudem novamente de patamar, é uma tarefa ainda mais estratégica diante da tendência de deterioração das contas externas. Por enquanto, nenhuma catástrofe à vista. Os US$ 17,4 bilhões de déficit em transações correntes (mercadorias, juros da dívida, fretes, seguros, lucros e dividendos, etc) acumulados no primeiro semestre equivalem a 1,3% do PIB. Quando o país quebrou em 1982, era de 6%, e de pouco menos de 5% no fim do câmbio semifixo em 1999. Outra diferença grande, também para melhor, é que hoje existem reservas de US$ 200 bilhões, e o país é credor líquido externo.

Boa parte do déficit se deve às remessas de lucros e dividendos, gerados pelo bem-vindo afluxo de investimentos estrangeiros diretos.

Não é decorrente de descompassos no comércio de mercadorias, cujo superávit está em queda, mas deverá fechar o ano ainda em sólidos US$ 23 bilhões, uma redução de

pouco mais de 40% sobre o resultado de 2007. E o déficit corrente tem sido financiado pelos investimentos externos, ante-sala de novas remessas de lucros e dividendos.

Daí o país ter de continuar a elevar as exportações.

O fato de as vendas externas crescerem, este ano, 22%, pelas estimativas da Funcex, e as importações, 44%, reforça o diagnóstico da valorização do real. Viés que, cedo ou tarde, mudará de sinal por causa dos déficits em transações correntes, sem heterodoxias. Mas nenhum país pode depender apenas do câmbio para ser um exportador dinâmico. É por isso que o fracasso de Doha recoloca o problema do "custo Brasil", relegado a segundo plano por um governo que preferiu dar prioridade aos gastos com o assistencialismo, a folha de servidores e outros itens do custeio da máquina pública. O atraso nos investimentos em infra-estrutura, a carga tributária, a burocracia e toda sorte de entraves aos empreendedores cobrarão um preço.

As razões do fracasso – Luiz Felipe Lampreia – O Globo – Opinião – 31/07/2008

O desfecho dramático de Genebra foi crônica de um impasse anunciado.

Em dezembro de 1993 concluiuse a Rodada Uruguai, depois de anos de fracassos. Iniciado em Punta Del Este em 1986, esse conjunto de negociações era muito mais ambicioso do que o atual, pois compreendia, além da liberalização do comércio de mercadorias, a criação de mecanismos regulatórios do comércio de serviços, dos investimentos internacionais e sobretudo de um mecanismo para solucionar controvérsias sobre a aplicação das regras e normas daquilo que se buscava criar: a OMC. Tive a honra de ser o negociador principal do Brasil nessa fase conclusiva sucedendo a grandes embaixadores, como Georges Maciel, Rúbens Ricupero e Celso Amorim.

Nessa etapa final da Rodada Uruguai, a agricultura mal chegou a ser objeto de negociações, pois as grandes potências do comércio internacional já se haviam decidido por normas que apenas faziam ajustes mínimos no protecionismo praticado em todo o Primeiro Mundo e jogavam para o futuro a retomada do assunto. Os resultados foram, mesmo assim, importantes para a grande maioria das nações que viu o comércio internacional florescer e gerar riqueza em todo o mundo. O Brasil também se beneficiou deles, exceção feita à agricultura. Mas esse período não é o objeto desta análise, trata-se apenas de uma referência.

Vejamos o quadro em 2008 e examinemos as razões do fracasso.

A questão da agricultura foi, sem dúvida, a primeira causa do fracasso da Rodada Doha. Mesmo que hoje a parcela da força de trabalho que se encontra nas zonas rurais não exceda 3% em todo o Primeiro Mundo, o poder de fogo do lobby agrícola é assombroso seja em Washington, Bruxelas, Paris, Berlim, Tóquio ou Berna. Os Estados Unidos estão com o Congresso mais protecionista dos últimos 60 anos. Na Europa, o presidente Sarkozi superou até o rei do protecionismo agrícola — seu antecessor Chirac —, ameaçando abertamente tirar o tapete do comissário Mandelson, que representava a União Européia na OMC. Não creio que houvesse chances mínimas de aprovação nos parlamentos nacionais — onde os interesses setoriais estão entrincheirados — de reduções sensíveis no protecionismo agrícola.

Em segundo lugar, os países mais ricos já obtiveram no passado tudo que realmente desejavam: reduções tarifárias enormes entre si, disciplinas no comércio de serviços, na proteção da propriedade intelectual e um mínimo de normas sobre investimentos. Adicionalmente, haviam obtido resultados muito importantes nos compromissos assumidos quando da adesão de diversos países à OMC, em especial a China.

A China considera hoje que já fez todas as concessões ao seu alcance político e econômico e não tinha portanto maior interesse numa rodada como a atual, até porque seu comércio exportador é florescente e dinâmico com as regras atuais.

Em quarto lugar, tanto a Índia como a China estão longe de ter modernizado globalmente seus setores agrícolas e, portanto, consideram política e economicamente explosivo um deslocamento de suas já paupérrimas populações rurais pela competição com produtos oriundos de agriculturas eficientes e modernas. Seus líderes receiam tanto que a população agrícola se insurja contra uma abertura dos mercados que não hesitaram em bloquear o processo em Genebra.

Eis aí quatro macrocircunstâncias políticas que inviabilizaram o acordo.

Elas são as mesmas, com alguns ajustes, que desde 1996 impedem o êxito de uma negociação que começou sendo chamada de Rodada do Milênio e evoluiu para o nome atual de Doha.

Assim, embora o Brasil tenha desempenhado um papel relevante, maior ainda do que no passado, não tinha peso suficiente para superar as grandes inércias acima apontadas. Mesmo a suposta segurança resultante da unidade do Grupo dos 20 (que acabou fragmentado) revelouse uma decepção. Malgrado tudo isso, os formuladores de nossa política comercial colocaram todas as fichas no êxito da Rodada Doha. O resultado final foi que nosso país ficou de mãos vazias

Amorim: Que não precise outro 11/9 – O Globo – Capa – 31/07/2008

A Rodada de Doha só poderá ser retomada rapidamente se o pior acontecer, disse o chanceler Celso Amorim: “Deus queira que não seja preciso outro 11 de setembro.” A rodada foi lançada dois meses após os ataques. **Páginas 23 a 27**

Que não seja preciso outro 11/9 – Deborah Berlinck – O Globo – Economia – 31/07/2008

Deus queira que não seja preciso outro 11 de Setembro”.

Foi assim que o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, mediu as chances de a Rodada de Doha ser concluída este ano ou rapidamente: só acontecendo algo da proporção dos ataques terroristas para fazer a mais alta esfera política mundial se mover em direção a um acordo.

Amorim se referia ao lançamento da Rodada, em 2001, no Qatar, logo depois dos atentados nos Estados Unidos. Para muitos, foi a tragédia que criou as condições políticas para as discussões.

— De repente, uma crise alimentar mais forte pode até... Nós não desejamos isso! — disse Amorim em entrevista coletiva, um dia após o fracasso das negociações na Organização Mundial do Comércio (OMC).

Ao GLOBO (leia ao lado), Amorim disse que o Brasil vai apostar no comércio regional, tentando ressuscitar a negociação entre Mercosul e União Européia (UE). Um dos perigos, disse, é a Farm Bill (Lei Agrícola), recém-aprovada pelo Congresso americano: — A Farm Bill possibilita subsídios muito piores que os atuais.

No mínimo 3 anos para fechar Rodada

Ontem, a pergunta era: o que fazer? Para Amorim, há três opções. A primeira, improvável, é surgir uma "luz" em certos governantes (EUA e Índia) ou um fato político importante, levando os ministros a se reunirem em outubro. Mesmo assim, seria difícil fechar a Rodada este ano. A segunda opção é continuar trabalhando, mas Amorim admite que, sem pressão, nada avança na OMC. A terceira, com 95% de chances, é concluir a Rodada em três anos, no mínimo. Mas será possível manter o pacote atual? A representante de Comércio da Casa Branca, Susan Schwab — que, junto com o indiano Kamal Nath, foi acusada de provocar o colapso das negociações —, disse que os EUA manterão todos os compromissos. E afirmou que seu país está disposto a retomar as negociações com o Mercosul.

Amorim ressaltou que terá de ser em outras bases: o Brasil não quer que os americanos fiquem só insistindo em propriedade intelectual e investimentos, como na Alca. Só que em 2009 os EUA terão um novo presidente, e ninguém sabe o que ele fará.

Isso é mais uma corrida de revezamento do que solo

CORPO A CORPO CELSO AMORIM

GENEBRA. O chanceler brasileiro, Celso Amorim, não concorda com a visão de que o Brasil errou ao apostar tudo na Rodada de Doha. Ao GLOBO, ressaltou que só em negociações multilaterais é possível reduzir os subsídios agrícolas. Amorim disse ainda que deve retomar conversas com o bloco europeu já em setembro

O GLOBO: Os críticos dizem que o senhor cometeu um erro estratégico ao apostar todas as fichas na Rodada de Doha.

CELSO AMORIM: As coisas que mais interessavam ao Brasil só poderiam ser obtidas na Rodada de Doha, entre elas, os subsídios agrícolas, que nos levaram a acionar o sistema de solução de controvérsias duas vezes, nos casos de açúcar e algodão. Isso jamais pode ser obtido num acordo bilateral com Estados Unidos, União Européia (UE) ou quem quer que seja. Não foi uma opção só nossa. Quem faz essa crítica pensa na negociação entre Mercosul e UE. Mas o mandato da UE diz que só se pode chegar a um acordo com o Mercosul depois do fim da Rodada.

Com a paralisação da Rodada, ficam congeladas também as negociações UE-Mercosul?

AMORIM: Não sei. Pode ser que à luz da paralisação, eles (os europeus) revejam esse mandato. E aí também estaremos dispostos a negociar. Sempre sentimos neles uma disposição (para mudar o mandato). Agosto é mês de férias na Europa. Em setembro, provavelmente, vamos voltar a conversar.

O G-20 mostrou o seu limite, com a divisão entre Brasil e Índia no tema que provocou o fracasso das negociações. Qual o futuro do grupo?

AMORIM: Não foi a divisão do G-20 que provocou o fracasso. O mecanismo de salvaguardas especiais (pivô do fracasso) foi um tema sobre o qual o G-20 nunca

concordou. Só chegamos ao ponto que chegamos por causa do G-20, que conseguiu 90% das coisas. Você pode dizer: o G-20 não foi suficiente para resolver a Rodada. Mas não foi ele que prejudicou. Ao contrário, ajudou muitíssimo.

E o futuro?

AMORIM: Acho que o G-20 tem de continuar discutindo. Havia no G-20 países contrários à salvaguardas e os queriam liberdade total para aplicá-las. Acho que uns como os outros — e não é o caso do Brasil, que sempre teve uma atitude intermediária — terão visto que essas posições mais extremadas, mesmo justificadas, não levam a um acordo. Quem sabe agora não conseguimos?

O senhor discutiu isso com Kamal Nath (ministro de Comércio da Índia, com quem Amorim se encontrou ontem)?

AMORIM: O desejo dele é manter o G-20.

Os mesmos obstáculos na negociação agrícola da Rodada surgem entre Mercosul e UE. Quais as chances reais de avanço?

AMORIM: Não sei quem inventou isso. Em Doha um obstáculo foram os mecanismos de salvaguardas especiais. O grande problema de Mercosul e UE é o equilíbrio entre nossos interesses e os deles em produtos industriais.

Teremos de conversar dentro do Mercosul, mas sobre isso não houve impasse. A Mercosul, como fica nisso tudo ?

AMORIM: Conversando...

O Brasil vai entrar em setembro numa disputa com os EUA por causa do etanol? **AMORIM**: Preciso ouvir a apreciação jurídica. Mas do ponto de vista político, eu queria entrar com essa ação há muito tempo. A indústria (do etanol) é que não queria. Agora dizem que vão pedir ao Itamaraty.

Não vejo problema. Provavelmente vamos pedir consulta (passo anterior à disputa).

O senhor fez as contas de quanto o Brasil deixou de ganhar com o fracasso da Rodada?

AMORIM: O Brasil, o Mercosul e o mundo em desenvolvimento deixam de ganhar alguns bilhões de dólares.

É possível preservar o que já foi acordado?

AMORIM: Possível é, mas exigiria que se trabalhasse muito rapidamente. O que hoje nos parece um bom acordo, daqui a dois anos pode não parecer.

Estamos tão perto, que acho que se houvesse uma decisão política de terminar agora, não seria impossível reconvocar os ministros em outubro para terminar a Rodada.

Susan Schwab, dos EUA, diz que há formas de se avançar além do “ou tudo ou nada”.

AMORIM: Este é um acordo que tem de ser assinado pelos 153 membros da OMC. Se um objetar, não há acordo.

O comércio global entra em fase de incerteza?

AMORIM: Ele continua na fase de incerteza de antes. Foi muito grave, mas a OMC não acabou, nem o sistema multilateral.

Foi uma frustração pessoal não poder fechar a Rodada?

AMORIM: Foi. Mas isso é mais uma corrida de revezamento do que solo. Preparamos o caminho. Depois vem outro, pega o bastão e leva adiante. Se for rápido, de repente eu mesmo posso levar o bastão. (Deborah Berlinck)

Sem OMC, Brasil perde pelo menos US$ 4,25 bi – Bruno Rosa – O Globo – Economia – 31/07/2008

Com o fracasso na Rodada de Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC) o Brasil deixará de ganhar pelo menos US$ 4,25 bilhões por ano somente na agricultura. Para especialistas, o setor mais afetado será o etanol, no qual o país, perderá US$ 3,3 bilhões em vendas ao exterior. Os números foram calculados pelo Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (Icone) e pela Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína (Abipecs), levandose em conta o ano de 2014, quando o teto da cota de exportação previsto no acordo em discussão na OMC — para Estados Unidos e União Européia (UE) — já teria sido alcançado.

Os valores não incluem o algodão.

Na área industrial, dizem especialistas, haveria mais perdas sem a flexibilização nas tarifas de importação. Para eles, as empresas brasileiras perdem em competitividade, uma vez que a entrada de produtos importados mais baratos estimularia a busca de novas técnicas de produção. O mesmo raciocínio vale para China e Índia, diz Mauro Lopes, da Fundação Getulio Vargas (FGV).

Pedro de Camargo Neto, presidente da Abipecs, diz que, se o Brasil ficasse com metade da cota da UE, o ganho em carne suína seria de US$ 200 milhões por ano em 2014, e o de carne bovina, de US$ 750 milhões. Hoje, os embarques oscilam entre US$ 1 bilhão (para carne de porco) e mais de US$ 4 bilhões (para carne de boi).

— As perdas são modestas porque o ganho seria modesto.

Segundo André Nassar, diretorexecutivo do Icone, o Brasil perde porque não se criam disciplinas para os subsídios, quando os preços estiverem baixos.

— Se existisse teto para o subsídio da soja entre 1999 e 2002, o Brasil teria exportado US$ 3,5 bilhões a mais no período — diz Nassar.

O embaixador José Botafogo Gonçalves, do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (Cebri), crê que o futuro do Brasil não está na UE, e sim na Ásia: — E para entrar na Ásia é essencial fortalecer o Mercosul, pois, assim, há mais capacidade de negociar conjuntamente.

As conseqüências para China e Índia serão verificadas a médio e longo prazos. Para Lopes, da FGV, esses países vão perder competividade com o protecionismo.

Fim de Doha pode frear novos acordos - Bob Davis e John W. Miller – Valor Econômico – Brasil - 31/07/2008

O fracasso das negociações mundiais de comércio da Rodada Doha, por causa do conflito entre países ricos e em desenvolvimento, sugere que outras iniciativas globais, do corte das emissões de gases de efeito estufa ao fim às restrições para exportação de alimentos, também enfrentarão barreiras.

Todos os esforços de cooperação global lidam com as mesmas forças: o ressurgimento do nacionalismo no mundo, o fortalecimento de economias emergentes como China e Índia e o desgaste dos laços da Guerra Fria que prenderam muitos países em desenvolvimento aos Estados Unidos e à Europa. "O modo como a Rodada Doha fracassou

é uma prévia do que provavelmente veremos em outras negociações", disse Kimberly Elliott, do Centro para o Desenvolvimento Global, um instituto de pesquisa interdisciplinar de Washington. "Os mercados emergentes [como China e Índia] estão assumindo um papel importante", disse ela, às vezes empurrando até nações mais pobres.

"Se a Rodada Doha fracassar repetidamente, isso provocará dúvidas sobre a capacidade de todas as partes de achar soluções para problemas complexos, como mudanças climáticas e altos preços do petróleo e dos alimentos dentro de uma estrutura global", disse uma nota da agência de notícias oficial do governo da China, a Xinhua.

A Rodada Doha fracassou depois que China e Índia insistiram em ter o direito de voltar a impor tarifas - ou aumentá-las - se houver um salto nas importações de alimentos. Em termos de impacto no crescimento econômico, as questões em debate na rodada foram relativamente pequenas, se comparadas ao debate sobre aquecimento global. A limitação do aumento dos gases de efeito estufa pode afetar o crescimento ao forçar a indústria a reequipar fábricas e aos consumidores a modificar seus estilos de vida. Esse sacrifício pode gerar uma reação ainda mais hostil de Nova Déli e Pequim.

Os EUA também estão preocupados com a maneira como um regime de mudança climática poderia afetar o crescimento econômico. Em discussões recentes no Senado americano sobre um plano para impor limites às emissões por meio de um sistema de permissões de poluição negociáveis, o foco principal foi sobre como punir países como China e Índia se eles também não limitarem as emissões. Essencialmente, o projeto de lei teria imposto tarifas sobre a importação de aço, ferro, vidro, cimento e papel desses países. "Há mais apoio no Senado à cláusula de (restrição de) importações - uma medida contra a China - do que ao sistema (de negociações de crédito de carbono) como um todo", disse Robert Stavins, um especialista em efeito estufa da Universidade Harvard.

O projeto americano não passou. Mas uma versão nova deve despontar no ano que vem, porque ambos os candidatos a presidente apóiam sistemas desse tipo.

Negociadores vinham trabalhando há sete anos num acordo comercial de Doha, e muitas vezes empacaram. Na reunião desta semana em Genebra, as partes pareciam mais próximas do que nunca de alcançar um acordo porque os EUA e a Europa fizeram concessões há muito esperadas em subsídios agrícolas. Eles esperavam convencer países em desenvolvimento a abrir mais seus mercados para empresas industriais e de serviços americanas e européias. O Brasil, um líder entre nações em desenvolvimento e grande exportador agrícola, assinou embaixo. Apesar de intensa pressão para irem adiante, Índia e China recuaram.

Sob as regras da Organização Mundial do Comércio (OMC), todos os 153 membros têm de chegar a um acordo. Na prática, só os participantes economicamente importantes realmente têm voz. Nenhum país africano está entre as sete nações que conduziram a maior parte das negociações. A questão dos subsídios americanos ao algodão, que é de vital interesse para cotonicultores de nações africanas, nem foi discutida.

O fracasso das negociações provavelmente não terá grande impacto imediato no fluxo de comércio internacional ou no crescimento econômico mundial. À exceção da agricultura e dos têxteis, as barreiras de comércio são em geral baixas mundialmente por causa de décadas de corte de tarifas. Mas, mesmo assim, as conseqüências do fim dos entendimentos foram significativas por causa da mensagem sobre a dificuldade de se alcançar acordos globais.

"Este é o primeiro fracasso de um acordo de comércio internacional desde os anos 30", uma era de protecionismo, disse Fred Bergsten, diretor do Instituto Peterson para

Economia Internacional, dos EUA. A não-liberalização do comércio, segundo previu, pode levar ao aumento dos esforços para proteger indústrias nacionais ao redor do mundo contra a concorrência externa. Apesar de o diretor-geral da OMC, Pascal Lamy, ter manifestado esperança de retomada das negociações, o comissário de comércio exterior da União Européia, Peter Mandelson, disse em Genebra que as conversas representaram o "enterro" da Rodada Doha.

Diante do papel preponderante dos Estados Unidos na formulação de políticas de comércio internacional, o fracasso de Doha essencialmente deixa o assunto para o próximo presidente, que muito provavelmente não vai incluí-lo como prioridade. Daniel Tarullo, professor de direito da Universidade de Georgetown que assessora o senador Barack Obama, candidato democrata à presidência dos EUA, disse que "os negociadores americanos estavam certos ao abandonar o que parecia ser um mau acordo para o país". Tarullo havia dito antes que "negociadores não devem abandonar seus próprios esforços".

Philip Levy, economista do Instituto Americano da Empresa que assessora o senador John McCain, candidato republicano, disse que a incapacidade de se obter um acordo "coloca em questão alguns dos pontos fundamentais do sistema global de comércio".

Em vez de acordos globais, esforços em separado sobre questões de comércio internacional podem se tornar norma. Em outra área de preocupação - as barreiras à exportação de alimentos criadas por algumas dezenas de países em resposta à alta de preços -, o Banco Mundial tem tentado convencer os países, um a um, a mudar suas políticas sob o argumento do interesse nacional. O presidente do banco, Robert Zoellick, ex-representante comercial dos EUA, argumentou com representantes de vários países que eles poderiam destruir suas reputações como exportadores se cortassem as remessas em tempos de dificuldades globais.

Futuros acordos de comércio devem focar-se em interesses nacionais de menor extensão em lugar do estilo da Rodada Doha, que propunha aos países fazer concessões em uma área para ganhar em outra. Um possível modelo desse tipo é a abordagem da "coalizão da boa vontade". O modelo faz parte do Acordo de Informação Tecnológica firmado em 1996, que fixa tarifa zero em bens de novas tecnologias aos países que o subscreveram. Metade dos membros da OMC assinou esse acordo. **(Colaboraram Charles Forelle, de Bruxelas, e Andrew Batson, de Pequim)**

País fez "o que podia", diz Lula – Valor Econômico – Brasil – 31/07/2008

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou ontem que o Brasil fez "o que podia e o que não podia" para que terminassem em acordo as negociações da Rodada Doha. "Está claro que nós fizemos as concessões que eram necessárias fazer em produtos industriais, está claro que fizemos acordos na área de agricultura e está claro que eles não fizeram o que deveriam, senão tínhamos feito um acordo", diz.

Na sua avaliação, porém, as negociações não estão encerradas. "É apenas uma pausa para reflexão. Acho que o bom senso ainda vai permitir que as pessoas entendam que é preciso que haja esse acordo e esse acordo não precisa de técnicos. Agora é preciso que os presidentes dos países, os primeiros-ministros, que decidem, sentem-se e tomem uma decisão do que querem e do que não querem fazer."

Para Lula, os problemas na Rodada Doha foram mais políticos que econômicos. "Num país do tamanho dos Estados Unidos, com eleição marcada para o fim do ano, algum presidente se dispor em divergências com produtores agrícolas é algo impensável." O presidente disse ainda que os governantes que se reuniram em Genebra nos últimos dias perderam uma "oportunidade extraordinária" de apresentar ao mundo e aos países mais pobres, a garantia de que haveria mais paz, democracia, oportunidades de trabalho e menos migrações. "Para isso os países ricos precisam flexibilizar, para que os países pobres possam vender."

Schwab se diz disposta a negociar com o Mercosul – Valor Econômico – Brasil - 31/07/2008

A representante comercial dos Estados Unidos, Susan Schwab, sinalizou ontem que está "disponível" para discutir com o Brasil e o Mercosul ou qualquer outro bloco que "queira falar de liberalização comercial". Antes, ela se recusava a responder questões sobre negociação com o bloco do Cone Sul.

Logo após o fiasco de Doha, o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, disse que o Mercosul poderia discutir a abertura de negociação com os EUA, desde que limitada a acesso ao mercado de bens e serviços. Mas ontem ficou claro também que o Brasil prefere esperar a posse do novo governo nos EUA, em 2009, para discutir a negociação comercial. A administração Bush logo começará a arrumar as gavetas e será melhor esperar as indicações dos próximos ocupantes da Casa Branca.

O ministro de Relações Exteriores da Argentina, Jorge Taiana, disse que o colapso de Doha deve levar agora o Mercosul a examinar a mudança no cenário comercial global, inclusive para levar adiante negociações em curso ou futuras.

Os dois sócios terão de conversar também sobre o que ocorreu em Doha. Na negociação crucial, o Brasil aceitou proposta do diretor-geral da OMC, Pascal Lamy, para proteger 14% das linhas industriais e, em contrapartida, cortar mais nos outros produtos, causando tensão com o vizinho.

A Argentina queria 16% e cortar menos as tarifas. O Brasil chegou a propor aos argentinos um prazo adicional de cinco anos para manter tarifa mais elevada no Mercosul, para que Buenos Aires pudesse acomodar seus interesses na área industrial na Rodada Doha. Teria 15 anos de prazo para redução tarifária, em vez de dez anos.

A Argentina, porém, nem teve chance de rechaçar o acordo industrial, porque a negociação entrou em colapso ainda na área agrícola. Ontem, o subsecretário argentino de comércio internacional, Nestor Stancanelli, esclareceu que tampouco Buenos Aires quer tratamento diferenciado agora dentro do Mercosul. "Nossa luta na OMC sempre foi por uma política de unidade do Mercosul. Não precisamos de prazo adicional e o que fazíamos aqui era defender a preservação da TEC e ter flexibilidade maior não só para nós, mas para todo o Mercosul", disse ele. **(AM)**

Lamy, o último a aceitar o colapso da Rodada Doha – Valor Econômico – Brasil - 31/07/2008

Pascal Lamy quase caiu no choro por duas vezes, quando reconheceu o colapso de Doha diante de um grupo de ministros. O diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC) quase desistiu em alguns momentos de continuar as discussões, diante da intransigência de Índia e EUA, mas também foi o último a aceitar desligar a tomada da rodada.

Ontem, após o fiasco, as opiniões eram quase unânimes de que a rodada só chegou até aqui pelo empenho do ex-comissário europeu de Comércio. Os principais negociadores elogiaram publicamente a postura de Lamy.

O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, rechaçou especulações de que deseja o cargo de diretor-geral, dizendo preferir continuar como ministro até que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva o queira. Disse que o Brasil apóia a renovação do mandato de Lamy para mais quatro anos.

"Lamy é honesto, sério e competente e ouve os países em desenvolvimento", disse Amorim, dando uma série de exemplos em que as intervenções do Brasil foram acolhidas pelo diretor-geral e evitaram o pior na rodada.

No primeiro dia pós-colapso de Doha, mil histórias circulavam nos corredores da OMC sobre comportamentos de negociadores, sem segunda confirmação. Os principais personagens se esmeraram nas encenações. O ministro de Comércio da Índia, Kamal Nath, se declarou "triste" pelo fiasco. Depois, disse que tinha convidado a americana Susan Schwab, com que se defrontou o tempo todo, para almoçar. Schwab arregalou os olhos de espanto quando soube do convite e, visivelmente, preferia repousar.

Antes, porém, ela encontrou Amorim e o presenteou com um disco de jazz de um grupo americano. Nenhum dos principais ministros participou do Comitê de Negociações Comerciais, órgão máximo da rodada, para evitar lavagem de roupa suja diante dos outros membros. **(AM)**

Brasil e Índia encenam união no G-20 – Valor Econômico – Brasil - 31/07/2008

Brasil e Índia montaram uma encenação pública ontem na Organização Mundial do Comércio (OMC), tentando afastar a percepção de riscos à sobrevivência do G-20, depois de os dois países terem tomado rumos diferentes no momento crucial da Rodada Doha.

"Onde está o fotógrafo, chama o fotógrafo", repetiam o ministro brasileiro das Relações Exteriores, Celso Amorim, e o de Comércio da Índia, Kamal Nath, no saguão da OMC. Os dois faziam pose um ao lado do outro, sem maiores efusões, depois de terem se encontrado rapidamente, colocando em ação a cena que tinham acertado antes pelo telefone.

Para o Brasil, especialmente, a cena parecia necessária para mascarar a percepção de que o país teria se afastado de parceiros. Como não aparecia nenhum fotógrafo, o jeito foi um assessor de Amorim fazer a foto, enquanto a televisão indiana acionava os refletores, e os ministros procuravam rir. "Vamos falar só em inglês, não em espanhol", avisou Nath,

mostrando desconhecimento da língua que se fala no Brasil, apesar das várias visitas ao país. "A vida é um aprendizado", consolou-se Amorim.

Na negociação dos sete países em busca de acordo - Brasil, Estados Unidos, União Européia, China, Índia, Japão e Austrália -, o Brasil aceitou um pacote agrícola e industrial proposto pelo diretor-geral da OMC, Pascal Lamy, por estimar que havia equilíbrio entre concessão e o que ganhava. A Índia tomou a outra direção, mantendo posição maximalista, o que acabou levando a negociação global ao fracasso.

Os dois ministros insistiram diante dos jornalistas que o G-20 venceu onde estavam unidos - no combate aos subsídios domésticos americanos e na redução tarifária nos países ricos. E que a negociação fracassou onde eles não tinham chegado a entendimento dentro do grupo - sobre a aplicação do mecanismo de salvaguarda para países com agriculturas frágeis frearem importações agrícolas. A mensagem foi de que dá para continuar trabalhando contra subsídios e alíquotas dos países ricos e tentar, a partir de agora, acomodar as outras posições.

Pouco antes, numa entrevista, Nath simplesmente ignorou uma questão sobre como estava sua relação com o Brasil. Uma autoridade indiana disse ao Valor, pedindo anonimato, que a Índia ficou decepcionada, não por causa da salvaguarda especial, mas sim por Amorim ter sido o primeiro a aceitar no G-7 o pacote que limitava subsídios domésticos americanos a US$ 14,5 bilhões.

"Ele sequer consultou o G-20, que tinha posição fixada em US$ 12 bilhões para os EUA", afirmou essa autoridade. "Amorim podia ter consultado o grupo, e se tivesse divergências, que tomasse a decisão de apoiar argumentando seus próprios interesses. Mas, ao ser o primeiro a apoiar, nos deixou com toda a pressão."

Segundo essa autoridade indiana, a China, membro do G-20, pediu para os EUA limitarem os subsídios a US$ 10 bilhões. A Índia insistiu para Washington cortar as subvenções em US$ 1 em termos reais, o que significava menos de US$ 8 bilhões. Foi quando a representante americana Susan Schwab deu a Nath uma nota de US$ 1, dizendo que ele estava pago.

Ontem, Amorim disse que procurou refletir a posição do G-20, mas que estava numa negociação e não podia a cada momento consultar o grupo. Também considerou que o limite de US$ 14,5 bilhões não era o ideal, mas o pacote estava equilibrado, inclusive para aquilo que os emergentes pagariam na área industrial.

Amorim teve o apoio do setor privado ao se distanciar da posição maximalista da Índia, para defender o interesse nacional. Além disso, na conferência de Hong Kong, quando o G-20 estava bem mais unido, Nath aceitou uma proposta da União Européia sobre o prazo para acabar subsídios à exportação, que Amorim rejeitava. Só com a intervenção do ministro é que a UE acabou aceitando mudar a oferta. Mais tarde, Nath desculpou-se por ter deixado Amorim sozinho na briga com os europeus. **(AM)**

Brasil rejeita proposta americana de aprovar acordos antecipados – Valor Econômico – Brasil - 31/07/2008

Os Estados Unidos propuseram, com apoio de vários países, que alguns pedaços da fracassada Rodada Doha sejam recuperados e aprovados com antecedência, sem esperar a retomada da negociação, algo que pode durar anos. Para a representante comercial americana, Susan Schwab, essa seria uma maneira de reduzir a complexidade da negociação. Ela defendeu, para aprovação antecipada, acordos em áreas como facilitação de comércio, que visam acabar com a burocracia e diminuir as taxas nas alfândegas, por exemplo, fim de subsídios à exportação na agricultura e corte de tarifas para serviços e bens ambientais.

Em contraste com o princípio da Rodada Doha, pelo qual um acordo em uma área não é considerado final enquanto não houver acerto em todas as outras áreas, a abordagem do "early harvest" (colheita antecipada) permite aprovação de acordos antes dos outros.

A representante americana discutiu a proposta de acordos antecipados com o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, mas o Brasil vê pouca ou nenhuma chance política de que isso aconteça. "Seria ótimo, mas não é a realista", disse Amorim. Os países não vão aprovar nada em agricultura, por exemplo, antes que o uso da salvaguarda para frear importações agrícolas, pelos países em desenvolvimento, tenha sido resolvido, deu como exemplo.

Para o representante brasileiro há mais chances em se promover acordos bilaterais para resolver pendências que podiam ter sido solucionadas na rodada. Ele citou como exemplos a questão do etanol para o Brasil e a redução dos subsídios americanos ao algodão para não afetar ainda mais a produção dos países africanos.

Na mesma linha, a Índia defendeu um acordo antecipado para a redução acelerada de subsídios americanos ao algodão. Os indianos insistiram que a rodada não está morta. O ministro de Comércio indiano, Kamal Nath, sugeriu que se voltasse a discutir dentro de seis meses, ou seja, com a nova administração americana que vai suceder George W. Bush, e não mais com Susan Schwab.

Pascal Lamy, o diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), disse que não se podia escapar do fato de que a negociação do esboço de acordo agrícola e industrial fracassou, mas insistiu que os membros da OMC "estavam muito perto de finalizar" entendimentos nos dois setores.

O porta-voz da OMC, Keith Rockwell, informou que praticamente todos os países que se manifestavam ontem no Comitê de Negociações Comerciais, o órgão máximo da Rodada Doha, defenderam a preservação do que foi acertado até agora, depois de negociações que duraram quase sete anos.

O Brasil também defende isso, sem realmente crer muito. Pela simples razão que a economia mundial tem um ritmo acelerado e as realidades políticas mudam. Discutir a mesma agenda daqui a alguns anos pode ser necessária em outras bases. As cifras de cortes de subsídios e tarifas acertados até agora poderão ser pequenos para um acordo futuro.

Os Estados Unidos e a Índia voltaram a se acusar reciprocamente de terem destruído a rodada. Mas ambos também insistiram que continuam engajados na negociação global. O representante da China apoiou "inteiramente" a proposta de Lamy, de que os progressos feitos possam ser mantidos e não jogados no lixo. **(AM)**

Governo decide com setor privado se briga por etanol – Valor Econômico – Brasil - 31/07/2008

A decisão do Brasil de abrir uma disputa contra os Estados Unidos na Organização Mundial do Comércio (OMC) por causa das barreiras ao etanol depende agora de quem vai pagar a conta dos advogados. Esse tipo de contencioso custa até US$ 3 milhões. O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, disse que a disputa "está encaminhada", mas vai ouvir de novo o setor privado, que até então não queria o contencioso.

Só que a situação mudou. Sem acordo na Rodada Doha, que poderia abrir uma solução para o etanol, o setor privado acha que a alternativa é mesmo contestar a tarifa secundária de US$ 0,54 por galão aplicado na importação do biocombustível.

No Brasil, normalmente é o setor que pede a disputa que banca a fatura. Foi o caso dos produtores de algodão numa briga contra os EUA. Mas os produtores de etanol acham que o governo deve abrir também o bolso desta vez. Afinal, não se trata de interesse unicamente de um segmento. O biocombustível está no centro da política externa do país e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva é o maior propagador do produto.

O setor privado alimentava esperanças de um entendimento bilateral, que se esvaiu esta semana, e sabe que uma disputa tem custo mais que econômico. Demora no mínimo 16 meses e a decisão não é retroativa. Ou seja, pode eventualmente provocar mudanças nos programas do país condenado. Mas isso demora e são necessárias novas queixas na OMC para as decisões serem respeitadas.

Basta ver a briga do Brasil contra os EUA no caso do algodão. Está há anos na OMC. Washington mudou algumas coisas em programas que afetam produtores brasileiros. Mas não tudo. Um comitê de arbitragem da OMC deve decidir o valor da retaliação que Brasília poderá aplicar contra produtos americanos. Mas será uma vitória moral, sem impacto para os produtores de algodão que pagarem a conta da briga. Será difícil o Brasil aplicar sanções contra importações americanas, porque isso pode prejudicar setores da economia brasileira.

É por isso que a alteração de regras do Órgão de Solução de Controvérsias é uma das discussões abertas na OMC. Em vez de sofrer retaliação, o perdedor deveria oferecer compensações, reduzindo a tarifa ao ganhador por um certo período, por exemplo.

A abertura de contencioso no caso do etanol na OMC será útil como pressão sobre os EUA. Em outra disputa, junto com o Canadá, o Brasil já pressiona também contra subsídios ao etanol americano. Indagada sobre como reagia à ameaça brasileira de mais um contencioso, a representante comercial americana, Susan Schwab, preferiu fazer o gesto de um beijo ao repórter. E partiu. **(AM)**

De impasse em impasse, Doha chega ao fracasso – Valor Econômico – Opinião - 31/07/2008

A Rodada Doha fracassou e agora há pouco a fazer diante da previsível intensificação das disputas comerciais e do recrudescimento do protecionismo nos mercados em retração, afetados pela desaceleração das economias dos EUA e União Européia. As perspectivas de retomada das negociações globais no curto prazo são remotas. Em uma rodada sob auspícios do "desenvolvimento", os países ricos mostraram-se intransigentes no que mais interessava ao resto do mundo - a abertura nos mercados agrícolas. Propostas insatisfatórias levaram a contrapartidas insatisfatórias e, quando parecia que todos se tinham conformado com pequenas concessões, houve o colapso, patrocinado por EUA, China e Índia.

A criação de salvaguardas especiais em caso de aumento das importações foi incluída na reunião de Hong Kong e, na época, houve alertas de que ela seria mais um impasse com data marcada na longa série de obstáculos que a rodada enfrentava. Ela foi o estopim imediato do fracasso de Doha e classificá-la de questão menor é incorreto. É uma aberração em uma negociação para liberalizar mercados que dois dos países de maior crescimento no mundo decidam limites estreitos para importações (no caso da Índia e aliados); ou que não vão nem baixar tarifas, nem elevar cotas para alguns produtos agrícolas (caso da China).

Os EUA não tinham um interesse genuíno em um acordo global. O presidente George W. Bush não tem mais autoridade negociadora e tornou-se impossível obter uma prorrogação dela diante de seu desprestígio e da maioria democrata na Câmara e no Senado. Além disso, em um período eleitoral onde a maré é democrata e o principal candidato do partido, Barack Obama, promete rever acordos comerciais, não havia qualquer expectativa de negociação para os representantes americanos. Eles estavam lá para impedir grandes concessões, fizeram poucas muito tarde e, nos últimos dias, brandiram a bandeira do livre mercado, que não praticam, para dinamitar a reunião. Para isso, usaram o belo pretexto dado pela China e pela Índia, que também não estavam interessadas em ceder quase nada.

O Brasil lutou contra os subsídios até onde conseguiu e preferiu um acordo bastante modesto a sair de Genebra sem nada. A ruptura com o G-20 foi uma mudança de rota pragmática e só surpreendeu porque antes parecia prevalecer o fraseado ideológico da "nova geografia comercial" e fortalecimento do eixo Sul-Sul. Era óbvio, e essa foi uma das lições de Doha, que Índia e China são também competidores importantes do Brasil, uma distinção que a diplomacia brasileira deixou para a última hora, depois que essa ampla frente formada contra os subsídios agrícolas dos países ricos já tinha dado tudo o que podia dar.

Uma das certezas com o fiasco de Doha é que todos perdem com isso. Os países em desenvolvimento perdem mais, porque se tratava de cobrar a conta da Rodada Uruguai, onde as tarifas industriais foram rebaixadas, mas o protecionismo agrícola manteve-se de pé. As tarifas médias para manufaturados caíram de 40% em 1947 para 5% antes de Doha, e a única frente de batalha benéfica para os países em desenvolvimento era o desmonte da rede de barreiras agrícolas.

Os países ricos não obtiveram o que queriam, mas isso é menos vital para eles, já que dispõem como atenuante de vasta e crescente gama de acordos bilaterais que lhes são vantajosos. Essa é uma das trilhas que serão mais percorridas agora. Ao fim da Rodada

Uruguai, em 1994, havia 80 acordos bilaterais e regionais. Em 2010, segundo a Organização Mundial do Comércio, eles chegarão a 400.

O Brasil deu prioridade à Rodada Doha e esteve certo. Só ela poderia aparar as arestas das barreiras comerciais e criar regras confiáveis e até certo ponto equânimes de liberalização de mercados. A diplomacia brasileira empenhou-se pouco em acordos bilaterais, embora no caso da negociação com a UE houvesse mútuo acordo a respeito da dependência recíproca dos resultados da rodada global. O país ficou sem opções e o caminho natural é retomar as conversas com a UE. Neste caso, já se sabe muito bem quais são os obstáculos e as zonas de convergência. O Brasil precisa correr para recuperar o atraso em que as circunstâncias e viés ideológico o colocaram na arena comercial.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores
Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei e Ademir A. Cazella

Assistentes de Pesquisa
Karina Kato e Silvia Zimmermann

Secretária
Diva de Faria

Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura

Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrrj.br
Sítio eletrônico: www.ufrrj.br/cpda

Apoio